

# XII CONGRESSO DO CPERS

## CADERNO DE TESES

NA DEFESA DA  
**EDUCAÇÃO**  
PÚBLICA!

22, 23 E 24 DE MAIO  
NOVO HAMBURGO

AVANTE, EDUCADORAS(ES):  
EXIGIR NOSSOS DIREITOS  
É ENSINAR DEMOCRACIA.



# SUMÁRIO

<b>TESE 1</b>   TLS/MES: <i>POR UM PROJETO ANTIFASCISTA DE EDUCAÇÃO</i> .....	3
<b>TESE 2</b>   GUAPAS PARA LUTAR: <i>A LUTA ANTI-IMPERIALISTA É AGORA! RESISTIR E AVANÇAR</i> .....	20
<b>TESE 3</b>   CONSTRUÇÃO SOCIALISTA: <i>ORGANIZAR A BASE PARA ENFRENTAR OS INIMIGOS DE CLASSE</i> .....	26
<b>TESE 4</b>   MOVIMENTO TRABALHISTA PELA EDUCAÇÃO – MTPE: <i>CONTIBUIÇÃO AO XII CONGRESSO DO CPERS</i> .....	40
<b>TESE 5</b>   FORTALECER O PSOL: <i>ANTES QUE SEJA TARDE!</i> .....	46
<b>TESE 6</b>   MOVIMENTO DE LUTA SOCIALISTA – MLS, DEMOCRACIA E LUTA – DL E COMBATE: <i>MUDAR O CPERS, RETOMAR A LUTA E A INDEPENDÊNCIA DOS GOVERNOS E PATRÕES</i> .....	62
<b>TESE 7</b>   SOCIALISMO EM CONSTRUÇÃO E MOVIMENTO <i>ESPERANÇAR DE SANTA MARIA</i> .....	68
<b>TESE 8</b>   CTB: <i>A UNIDADE É A BANDEIRA DA ESPERANÇA!</i> .....	73
<b>TESE 9</b>   CPERS INDEPENDENTE E DE LUTA .....	86
<b>TESE 10</b>   CSD: <i>DEFENDER A DEMOCRACIA, A SOBERANIA DOS POVOS E A EDUCAÇÃO PÚBLICA!</i> .....	92
<b>TESE 11</b>   ART SIND E PÓ DE GIZ: <i>EM DEFESA DA DEMOCRACIA, DA SOBERANIA, DA EDUCAÇÃO PÚBLICA E DAS(OS) EDUCADORAS(ES)</i> .....	109
<b>TESE 12</b>   ESCOLA DO POVO: <i>UMA ESCOLA DO POVO PARA CONSTRUIR UMA EDUCAÇÃO ANTIFASCISTA</i> .....	127
<b>TESE 13</b>   COLETIVO ALICERCE: <i>EDUCADORAS QUE BATALHAM POR EDUCAÇÃO DE QUALIDADE, DIREITOS SOCIAIS E VIDA DIGNA</i> .....	136
<b>TESE 14</b>   AE-SEMEAR: <i>EXIGIR NOSSOS DIREITOS É ENSINAR DEMOCRACIA! NA LUTA, EDUCADORAS E EDUCADORES!</i> .....	153
<b>TESE 15</b>   CUT PODE MAIS .....	169

## CONGRESSO DO CPERS/2026 POR UM PROJETO ANTIFASCISTA DE EDUCAÇÃO

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50

*“Há todo um velho mundo ainda por destruir e todo um novo mundo a construir. Mas nós conseguiremos, jovens amigas, não é verdade?”*

**Rosa Luxemburgo**

*“Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes.”*

**Paulo Freire**

*“A violência do fascismo não é a do autoritarismo clássico, a violência do Estado contra os setores da população. É ainda pior: é a reorganização da sociedade a partir da normalização de certos níveis de violência. Sua característica fundamental é a dessensibilização radical da sociedade, que se torna indiferente à violência a que setores da população são submetidas.”*

**Vladimir Safatle**

### **QUEM SOMOS**

Considera-se fundamental que nos apresentemos, enquanto campo político dentro do CPERS/Sindicato. Somos trabalhadores e trabalhadoras em educação – professores, professoras, agentes educacionais, aposentados e aposentadas que acreditamos na construção de uma sociedade anticapitalista. E que isso é possível a partir no nosso local de trabalho. Nós somos a TLS/MES (Trabalhadores na Luta Socialista), e atuamos dentro do Movimento Esquerda Socialista, do PSOL. Aqui, no RS, estamos presentes também em outras categorias, seja nas direções, conselhos e “chão de fábrica”. Esta tese foi escrito no intuito de ajudar no debate, queremos demonstrar um compromisso profundo com a educação e uma visão inovadora sobre o

papel da escola na sociedade. Queremos contribuir significativamente para o avanço do debate sobre a educação crítica, anticolonial e libertadora, trazendo novas possibilidades para a formação de cidadãos mais conscientes e atuantes em suas comunidades. Esta tese contém, no seu interior, nossas propostas de luta e organização sindical.

### **CONJUNTURAS: INTERNACIONAL, NACIONAL E ESTADUAL**

O ano de 2026 começou como a continuidade dramática de 2025. Já nos primeiros dias de janeiro, mais precisamente em 03 de janeiro, em plena comemoração do Ano Novo, as forças especiais dos Estados Unidos invadiram a Venezuela e, impunemente, sequestraram Nicolás Maduro e Cilia Flores, um ato de afirmação da nova doutrina de segurança nacional dos EUA, que considera o “Hemisfério Ocidental”, todo o continente americano, área passível de intervenção “legítima”. E é com esse mesmo argumento que Donald Trump ameaça tomar a Groenlândia dos dinamarqueses e impõe um criminoso bloqueio marítimo ao povo Cubano.

Por trás dessa nova doutrina de segurança nacional está a disputa inter-imperialista entre Estados Unidos e a China pelo controle das cadeias globais de produção, circulação e consumo; o controle das fontes de energia e de suprimentos de terras raras, essenciais na disputa da Revolução Industrial 4.0.

Por outro lado, como continuidade da disputa pela hegemonia mundial, Estados Unidos e Israel tentam reproduzir no Irã a agressão imposta ao povo palestino em Gaza. Mas o Irã não é a Palestina e, em que pese os incessantes bombardeios, Teerã vem resistindo firmemente e provocando importantes derrotas tanto a Israel e aos Estados Unidos como às ditaduras árabes da região.

No Leste Europeu, Vladimir Putin, que ao

1 que parece inspirou Donald Trump, iniciou, em  
2 2014, a agressão ao povo ucraniano, anexou  
3 a Crimeia e invadiu o Donbass. Uma agressão  
4 que só se explica pela lógica imperialista que  
5 domina o Estado russo e sua disputa pela  
6 hegemonia no Leste Europeu.

7 As agressões imperialistas a povos e  
8 nações são apenas a face militar de uma etapa  
9 da situação mundial que, na política, tem  
10 o MAGA como grande referência da direita  
11 mundial. O VOX na Espanha, a Alternative für  
12 Deutschland na Alemanha e o bolsonarismo  
13 no Brasil são apenas alguns exemplos do  
14 crescimento da extrema direita e do fascismo  
15 no mundo.

16 Recep Tayyip Erdoğan na Hungria,  
17 Nayib Bukele, Javier Milei e Kats na América  
18 Latina, além de Narendra Modi, são governos  
19 que, além de atacar os direitos da classe  
20 trabalhadora, impondo um receituário ultra  
21 neoliberal, sustentam uma agenda regressiva  
22 contra os direitos civis, as liberdades  
23 democráticas e as liberdades individuais. São  
24 promotores da misoginia, do machismo, da  
25 intolerância religiosa e da LGBTfobia, além do  
26 combate implacável aos direitos humanos em  
27 favor do grande capital.

28 Porém, é preciso ter consciência  
29 de que o crescimento da extrema direita  
30 é uma expressão da crise de um sistema  
31 que é incapaz de resolver os problemas  
32 mais sensíveis da classe trabalhadora e do  
33 povo. A experiência de cinquenta anos de  
34 neoliberalismo e democracia liberal levaram  
35 as classes trabalhadoras e o povo à frustração  
36 com o regime democrático burguês. Não foi a  
37 primeira vez: a Alemanha nazista já havia dado  
38 essa lição.

39

40

41 

---

*Frente a onda conservadora, há resistência!*

---

42

43

44 Apenas algumas semanas antes da  
45 realização das plenárias que irão debater as  
46 teses ao congresso do CPERS, teve lugar, em  
47 mais de 3 mil cidades dos Estados Unidos,  
48 no dia 28 de março, as manifestações *NO*  
49 *KINGS*, uma das maiores em anos. No coração  
50 do imperialismo, milhares denunciam

Donald Trump e sua agenda autoritária. Em  
Minneapolis, Minnesota, os norte-americanos  
derrotaram o ICE (milícia fascista oficial do  
trumpismo) e a política anti-imigração de  
Trump e da direita mundial. Ainda no centro do  
capitalismo mundial, a greve de enfermeiros  
e enfermeiras é um exemplo de que, apesar  
do crescimento da extrema direita, há espaço  
para construir mobilizações e arrancar vitórias.

Uma das grandes vitórias para a esquerda  
norte-americana foi a de Zohran Mamdani em  
Nova York, um democrata declaradamente  
socialista que vence, pela primeira vez, as  
eleições na cidade mais importante do mundo,  
uma derrota estrondosa para Trump.

Outro exemplo de que a luta de classes  
ainda está por se definir foram as mobilizações  
ao redor da *Global Sumud Flotilha* em  
solidariedade ao povo palestino. Militantes  
de diversas partes do mundo partiram rumo  
a Gaza para denunciar o genocídio do povo  
palestino pelo Estado sionista de Israel (entre  
as centenas de pessoas estavam três militantes  
do MES, corrente interna do PSOL).

A iniciativa da flotilha mobilizou povos  
de todos os continentes, mas foi na Europa que  
os governos sentiram a pressão do movimento  
dos trabalhadores e da juventude: vários dias  
de greve paralisaram a Itália, os portuários  
da Grécia se mobilizaram para impedir o  
embarque de armas para Israel e, em toda  
a Europa, houve enormes mobilizações  
denunciando a agressão sionista.

Ao mesmo tempo, na Alemanha, o  
Die Linke obteve uma votação histórica; os  
franceses de *La France Insoumise* obtiveram  
resultados eleitorais significativos; enquanto,  
na Inglaterra, o *Your Party* surge como uma  
alternativa de esquerda ao Partido Trabalhista.

## **AMÉRICA LATINA**

O continente rebelde reflete e concentra  
as contradições da situação mundial. Ao  
mesmo tempo em que o crescimento da  
extrema direita nos impõe um desafio, os  
movimentos e a luta dos trabalhadores não  
dão trégua. Em Buenos Aires, milhares se  
reuniram em um ato unitário para denunciar  
as atrocidades da ditadura militar; no Panamá,  
a luta dos professores não pôde ser esmagada

1 por José Molino; no Equador, a CONAIE segue  
2 mobilizando os indígenas contra os ataques de  
3 Noboa; e, no Brasil, a mobilização indígena em  
4 Santarém derrotou a tentativa de privatização  
5 do rio Tapajós.

6 Em Porto Alegre, a conferência  
7 antifascista, animada pelo PSOL, PT, PCdoB,  
8 pelo CPERS, Andes e pelo MTS, foi um marco  
9 na unidade antifascista internacional. Reuniu  
10 militantes e ativistas de mais de 40 países e  
11 construiu uma síntese que pode ajudar na luta  
12 contra a ameaça fascista, contribuindo para  
13 a organização de uma rede internacional de  
14 organizações da esquerda mundial.

15 Uma primeira avaliação da conferência,  
16 com elementos para um balanço mais amplo  
17 foi publicado no sítio da revista movimento,  
18 considera-se útil reproduzi-la aqui:

19 Os números falam por si. A  
20 marcha de abertura contou com  
21 cerca de 7 mil pessoas, evocando a  
22 tradição de Porto Alegre, com seu  
23 vínculo com o altermundialismo e o  
24 Fórum Social Mundial. Foi um esforço  
25 contra o imobilismo, ainda dominante  
26 na esquerda, que mostrou que é  
27 possível mobilizar. E criou as bases para  
28 continuar este processo. Foram 4 mil  
29 inscritos, 11 mesas temáticas, um fórum  
30 de autoridades e parlamentares e a  
31 impressionante marca de 150 atividades  
32 auto-gestionadas. Tal esforço só foi  
33 possível pela capacidade de articulação  
34 internacional, pela urgência da situação  
35 mundial, pelo espírito unitário do comitê  
36 local e pelo empenho organizativo, onde  
37 diversos camaradas cumpriram um papel  
38 decisivo. Tivemos a presença de cerca  
39 de 40 países, com uma impressionante  
40 representação dos cinco continentes.  
41 (Revista Movimento, abril/2026)

42 Para além dos números, a conferência  
43 representa a possibilidade de uma ampla  
44 articulação internacional antifascista.  
45 Apresentado no artigo como “um salto de  
46 qualidade na articulação internacional”.

47 A gênese desse triunfo, além da  
48 persistência em realizar a atividade mesmo após  
49

sua suspensão por conta da tragédia climática  
de 2024, está na unidade entre o PSOL gaúcho  
e o PT de Porto Alegre, depois incorporando  
outros atores como PCdoB, o MST e o Andes,  
esse último responsável junto com a Fundação  
Lauro Campos e Marielle Franco, a Fundação  
Rosa Luxemburgo e um esforço do próprio  
MES-PSOL como garantidores estruturais do  
encontro. A amplitude internacional só foi  
possível a partir do esforço global feito pelo  
Comitê pela Abolição das Dívidas Ilegítimas  
(CADTM), com o companheiro Eric Toussaint à  
frente, para conectar a IV Internacional (que  
estava representada por dezenas de seções e  
membros) e outros setores que se somaram no  
apelo a uma frente internacional antifascista,  
publicado para repercutir a conferência.

Foram qualitativas as presenças de  
diferentes correntes revolucionárias e  
socialistas internacionais, como o DSA (onde  
teve um papel central a corrente *Bread &  
Roses*), parlamentares da esquerda europeia,  
com peso para França Insubmissa e demais  
grupos antifascistas da França (NPA, *Après*,  
*Attac*, *Le Digue* e *Jovem Guarda*); os dirigentes  
e parlamentares do Partido dos Trabalhadores  
da Turquia; a delegação argentina foi a maior  
com quase 200 pessoas (composto pelo comitê  
com Ventos do Povo, Livres do Sul, MST que  
tem uma relação histórica conosco e vem se  
desenvolvendo a partir da Liga Internacional  
Socialista, e UP); a delegação uruguaia com  
um ônibus da PIT/CNT, com destaque para o  
PCU e o Partido da Vitória do Povo. Além das  
delegações expressivas da América do Norte,  
com dezenas de quadros e lideranças, como  
o de Porto Rico (da Democracia Socialista e  
do Movimento Vitória Cidadã, entre outros  
movimentos) e México (MSP, ONPP, PRT, além  
de dirigentes dos eletricitários). Da África do  
Sul vieram os camaradas de Zabalaza, assim  
como da Austrália, militantes da Aliança  
Socialista e do *Green Left*.

O CADTM teve presença com delegações  
de diversos países, especialmente da África  
e Ásia das delegações da África do Sul, Mali,  
Congo, Quênia, Costa do Marfim, Marrocos,  
Índia, Paquistão e Filipinas. Outras duas  
delegações muito especiais, que deram uma  
batalha decisiva em defesa dos princípios

1 internacionalistas, foram a dos russos e dos  
2 ucranianos, ligados à Rede de Solidariedade  
3 Europeia à Ucrânia quanto à oposição marxista  
4 na Rússia.”

5 A conferência internacional antifascista  
6 em Porto Alegre foi um marco importante na  
7 luta antifascista ocorrendo no mesmo final de  
8 semana do encontro do principal evento da  
9 extrema direita mundial nos Estados Unidos.

10 As lições decorrentes da conferência e  
11 os desafios propostos ainda devem ser objeto  
12 de debate nas instâncias do movimento  
13 antifascista, da esquerda classista e dos  
14 movimentos sociais, de nossa parte:

15 A unidade expressa na atividade, com  
16 a condição protagonista do MES-PSOL e de  
17 diversos setores da IV Internacional, sem  
18 exclusão ou imposição de outros setores, é um  
19 passo à frente. A atividade de Porto Alegre nos  
20 arma, no terreno nacional e internacional, para  
21 os desafios, onde a própria eleição brasileira  
22 será um capítulo chave para o enfrentamento  
23 ao imperialismo e a Trump. Teremos três  
24 eleições decisivas, polarizadas, com provável  
25 ingerência das *Big Techs*: a eleição presidencial  
26 colombiana, a eleição geral do Brasil e as  
27 *midterms* nos Estados Unidos.

28 Defendemos a vitória militar do Irã  
29 contra Israel e Trump, sem emprestar apoio  
30 político ao regime; a campanha por Cuba  
31 contra o bloqueio; a luta dos imigrantes  
32 em todo Planeta; pelo fim do sequestro do  
33 presidente Nicolás Maduro e da deputada Cília  
34 Flores, além de denunciar o imperialismo de  
35 Putin e se postular ao lado da resistência dos  
36 trabalhadores ucranianos diante da agressão  
37 russa.

38 Para vencer no Brasil, devemos combinar  
39 as bandeiras de luta mais fortes: redução  
40 da jornada de trabalho, taxaço dos ricos,  
41 defesa da Amazônia e do meio ambiente,  
42 contra a violência de gênero com uma ampla  
43 mobilização que afirme a soberania. Os  
44 próximos passos envolvem novas conferências  
45 e atividades como as que estão na Carta de  
46 Porto Alegre, especialmente olhando para  
47 a dinâmica da situação argentina, próxima  
48 a sediar um evento dessa articulação: uma  
49 derrota de Milei custaria caro para extrema  
50 direita e poderia indicar um novo ciclo político

no país.

Porto Alegre mais uma vez se posicionou  
na vanguarda da luta internacional. Façamos  
com nossas mãos o que a nós nos diz respeito:  
lutar e vencer a extrema direita.

## **A PRESSÃO PELO AJUSTE E O NOVO “ARCABOUÇO FISCAL”**

A pressão burguesa veio com toda a  
força, centrada na exigência de ajuste fiscal,  
agora denominado “arcabouço fiscal”. A forma  
da pressão foi diversa: pela mídia e, sobretudo,  
por meio da ação prática do Banco Central,  
mantendo as taxas de juros mais elevadas do  
mundo. Durante um período, Lula resistiu no  
discurso, seguindo o exemplo bem executado  
por Bolsonaro de transmissão de ideias de  
acordo com a vontade de sua base social, mas  
permitindo que o governo fizesse o oposto.  
Como se viu na experiência de Bolsonaro,  
esse padrão de atuação pode se manter por  
um tempo, mas não para sempre. Logo, o  
discurso de Lula, bem cedo aliás, ficou mais de  
acordo com a prática. Ato seguido, veio a nova  
regra fiscal tão demandada e que agrada à  
burguesia. O novo plano agradou ao mercado  
porque prevê que o país irá poupar uma parte  
de eventual aumento da receita para pagar a  
dívida pública. Ocorre que os maiores credores  
dessa dívida são justamente os mais ricos e os  
bancos.

Estes são os donos do mercado, e dar  
a eles segurança foi o principal objetivo da  
regra, mostrando-lhes que receberão cada  
centavo. Mas essa dívida é ilegítima, deve  
ser auditada e ter parte de seu pagamento  
suspensa imediatamente. Podemos utilizar  
como ilustração a recente entrevista de Gabriel  
Galípolo, presidente do Banco Central, em que  
indica o caminho adotado pelo governo: Uma  
coisa é a regra, outra coisa são os parâmetros.  
A ideia de ser desafiador, porém crível, está  
muito associada aos parâmetros. de realização  
de um governo burguês.

O que o país necessita são investimentos  
em educação pública, em saúde e em  
obras públicas de construção de moradias  
populares para garantir emprego e moradia.  
Caso contrário, é a extrema direita que  
pode se fortalecer no futuro novamente.

1 Aqui temos a excelente análise da Auditoria  
2 Cidadã da Dívida, mostrando, aliás, que o  
3 governo sequer terminou com o teto dos  
4 gastos, apenas aumentando entre 0,6 e 2,5%  
5 da despesa anterior (seguindo o aumento  
6 de arrecadação em até 70% no máximo)  
7 somada à inflação: “Segundo a apresentação  
8 do novo arcabouço fiscal feita pelo governo,  
9 continuaremos a ter um teto para os gastos  
10 primários e, adicionalmente, um teto para o  
11 seu crescimento!” (2019).

12 A proposta de arcabouço garante o  
13 superávit, ou seja, o aumento dos gastos do  
14 governo não poderá alcançar mais que 2,5%  
15 acima da inflação, nem 70% de eventual  
16 aumento da receita. Por manter a ótica  
17 neoliberal, alguns economistas críticos  
18 definiram a fórmula como “teto de gastos  
19 com bandas”. Tudo isso para seguir pagando  
20 a dívida pública, remunerando os rentistas.  
21 A nota da Federação Brasileira de Bancos  
22 (FEBRABAN) não deixa dúvidas: Trata-se de  
23 um passo importante e meritório, pois procura  
24 combinar as prioridades sociais do país com o  
25 necessário controle da expansão dos gastos  
25 públicos.

27 Ainda que seja necessário conhecer  
28 e aprofundar seus detalhes, a proposta  
29 anunciada representa um avanço na busca  
30 da trajetória sustentável da dívida pública,  
31 ao estabelecer limites para a expansão das  
32 despesas do setor público combinada com  
33 metas de resultado primário ambiciosas, com  
34 a previsão de zeragem do déficit primário  
35 já em 2024. (Auditoria da Dívida Cidadã da  
36 Dívida, 2019).

37 Isso significa que continuaremos a ter  
38 tetos de gastos sociais e com a estrutura  
39 de Estado. A diferença é que esse teto será  
40 calculado de forma mais flexível, dentro  
41 de uma “banda” que variará entre 0,6% e  
42 2,5% acima da despesa primária do anterior  
43 atualizada pelo IPCA.

## 45 **EDUCAÇÃO**

### 46 **CONJUNTURA NACIONAL**

47 No atual contexto sociocultural, os  
48 estudos no campo da educação estão cada  
49 vez mais submetidos a novas exigências de  
50 qualidade, até de excelência mesmo. Isso

se deve a pressões de ordem científica e  
profissional, como também de ordem política,  
administrativa, econômica e social, que em  
algumas vezes são complementares, mas, em  
outras, necessários e, inclusive, contraditórios.  
As tensões que resultam nem sempre são  
codificadas e analisadas mais a fundo.

No Brasil vive-se um período de  
transição no que se refere ao planejamento da  
educação, como se isso não bastasse, também  
se vive um ano de eleições gerais. Sobre o  
planejamento da educação nacional estamos  
aguardando a sanção presidencial ao terceiro  
plano nacional de educação, haja vista, que o  
segundo expirou em 2024 e foi estendida sua  
vigência até 2025, na expectativa que o novo  
texto decenal para a educação nacional fosse  
aprovado, ainda em 2025.

Todavia, o novo texto, aprovado  
no Congresso Nacional, em março deste  
ano (2026) e encaminhado para sanção  
presidencial, possui questões que não  
contemplam as expectativas da categoria, em  
nível nacional, como: sobre os 10% do PIB  
para educação pública, há uma contrapartida,  
3,5% de investimentos privados; a gestão  
democrática se equipara à gestão empresarial  
da educação privada, pois restringe a escolha  
de diretores apenas por critérios de mérito e  
desempenho, eliminando a possibilidade de  
eleição pela comunidade escolar.

O texto do novo PNE aprovado na  
Câmara dos Deputados e no Senado permite  
um estímulo à privatização do ensino, que  
se evidencia na criação de um programa  
que direciona recursos públicos para  
bolsas em instituições privadas de ensino  
superior; incorpora avaliações internacionais  
padronizadas em larga escala; deixa lacunas  
quanto à militarização de escolas. Apresenta  
significativo recuo na agenda de inclusão e  
diversidade, com a restrição da perspectiva  
inclusiva da educação especial; substituição do  
termo “diversidades”; exclusão de propostas  
de prevenção ao abuso sexual nas escolas.

Ainda, o apagamento de especificidades  
importantes no planejamento educacional,  
como a substituição de considerações sobre  
raça, território e nível socioeconômico, por um  
termo genérico “desigualdades educacionais”.

1 Também se destaca a limitação da concepção  
2 de “educação digital” a um alinhamento  
3 simplista, negligenciando uma abordagem  
4 mais ampla de direitos digitais. Ou seja, há  
5 um claro desvio daquilo que se deseja público,  
6 para um modelo de educação proposto pelas  
7 Fundações privadas que, atualmente, tem  
8 assento garantido no Ministério da Educação.

9 Faz-se necessária uma ação nacional  
10 em defesa da escola pública e da educação  
11 pública de qualidade. Defesa intransigente de  
12 um Plano Nacional de Educação que defenda o  
13 projeto construído pelas instituições nacionais  
14 de educação, lideradas pela Campanha  
15 Nacional pelo Direito à Educação, e que emitiu  
16 carta apontando os avanços e retrocessos  
17 contidos no texto do novo Plano Nacional de  
18 Educação, para o próximo decênio.

19 Do ponto de vista ideológico, a escola  
20 está sofrendo uma crescente onda de misoginia  
21 e influência de grupos da extrema direita,  
22 como o movimento Red Pill. Esses grupos que  
23 fazem ações e divulgam suas ideias através  
24 das redes sociais, defendendo a superioridade  
25 masculina e a hostilidade às mulheres, já estão  
26 transformando a realidade nas escolas.

27 Rio Grande do Sul e São Paulo  
28 apresentaram, durante o mês de março deste  
29 ano, casos bem pontuais onde alunos chegaram  
30 a criar listas “Meninas mais Estupráveis” e  
31 outra que ranqueava alunas menores de  
32 idade com termos misóginos e violentos.  
33 Essas situações denunciam a necessidade de  
34 ações educativas e preventivas, sendo reflexos  
35 do machismo estrutural e que devem ser  
36 combatidos urgentemente.

### 37 38 **CONJUNTURA ESTADUAL**

39 A educação na rede pública estadual  
40 deveria seguir, necessariamente, as  
41 orientações contidas na Lei de Diretrizes e  
42 Bases da Educação Nacional, as Diretrizes  
43 Curriculares Nacionais para todos os níveis e  
44 etapas, o Plano Nacional de Educação, além  
45 das normas exaradas pelo Conselho Estadual  
46 de Educação.

47 O que se observa é que os sucessivos  
48 governos procuraram implementar políticas  
49 que nem sempre estiveram em consonância  
50 com a legislação nacional. Além de não

pagarem o Piso Salarial Nacional da categoria  
e o 1/3 de hora-atividade, (Lei no 11.738, de  
16/7/2008), conquistas históricas, como o  
plano de carreira do magistério (Lei No15.451,  
de 17 de fevereiro de 2020) e a gestão  
democrática da escola pública (Lei no10.576,  
de 14 de novembro de 1995), não são  
observados para cumprimento, com o devido  
cuidado.

As escolas, estão perdendo sua  
autonomia pelas sucessivas legislações  
estaduais e hoje convivem com um lamentável  
gerencialismo pactuado. As eleições das  
direções e dos conselhos escolares pela  
comunidade acontecem sem disputa de  
projetos, usualmente se reduzindo os pleitos  
a um processo de chapas únicas marcado pela  
falta de pessoal concursado e pela necessidade  
de evitar a intervenção externa.

Em vez de promover concursos para  
cargos efetivos, os sucessivos governos têm  
priorizado as contratações precárias. Os  
aposentados da categoria também estão em  
situação muito difícil, pois a maioria pagou  
a “reposição” com o seu próprio subsídio -  
ou melhor, com os triênios acumulados em  
uma vida inteira de trabalho, os quais foram  
transformados, na reforma administrativa,  
em parcela de irredutibilidade e voltaram a  
contribuir para a previdência com valores que  
vão de 7,5% até 22% do salário do aposentado.  
(Instrução normativa 02/2021 do IPE PREV).

A falta de investimento nas estruturas  
das escolas, por sucessivos governos, fez  
com que muitas não tenham estrutura física  
adequada e nem segurança para educar, além  
de faltarem recursos didático-pedagógicos.  
Em alguns casos, os alunos ocupam salas com  
goteiras, vidros quebrados e sem luz elétrica.

Se verifica, uma falta de atenção, em  
relação às condições de acesso e permanência  
dos alunos, tais como o transporte escolar, a  
conexão à internet e o acesso a equipamentos  
para ensino remoto.

Sobre a formação continuada em  
serviço, o atual governo do Estado se utiliza  
de IES privadas para essa ação, deixando de  
lado a nossa UERGS, bem como as demais IES  
federais do Estado do RS.

Nos últimos anos, vimos a

1 municipalização avançar e a flexibilização da  
2 relação público-privado. Abriram-se as portas  
3 das escolas para a contratação de empresas  
4 prestadoras de serviços educacionais (Instituto  
5 Ayrton Senna, Lehman e outras).

6 Em nome da redução de custos, escolas  
7 estaduais foram fechadas em diversas regiões  
8 do Estado, assim como turmas e turnos,  
9 obrigando estudantes a se deslocarem para  
10 unidades distantes de suas comunidades,  
11 provocando aumento da evasão escolar e das  
12 reprovações, pois a precariedade do transporte  
13 escolar no estado e a burocracia que emperra  
14 sua efetivação é de conhecimento público.

15 Depois de anos de denúncia sobre a  
16 ausência de concurso público para o magistério,  
17 e o avanço dos contratos temporário, no  
18 mês de março de 2023 o governo estadual  
19 envia projeto para a ALERS cujo conteúdo é o  
20 concurso público. Atualmente, a defasagem  
21 de professores e professoras nas escolas  
22 está próximo de 20 mil vagas abertas. Nesse  
23 cenário, o edital do concurso previa apenas  
24 1.500 vagas, isso mostra o desinteresse com  
25 a educação pública estadual, pois não aponta  
25 interesse algum em suprir as vagas em aberto.

27 Vale lembrar que a legislação Nacional,  
28 contida na LDBEN( Lei 9394/96), e no PNE  
29 (Plano Nacional de Educação 2014-2024, Lei  
30 13.005/2014) exigem a formação em nível  
31 de Licenciatura para atuação em todas as  
32 disciplinas oferecidas na educação básica e no  
33 caso de formação em nível de Bacharelado,  
34 o curso de formação pedagógica, para atuar  
35 tanto nos anos finais do ensino fundamental,  
36 quanto no ensino médio. No caso do não  
37 preenchimento dessas vagas, não se descarta  
38 que o governo faça uso de contratos para  
39 profissionais com “notório saber”.

40 Cabe destacar também, a ausência de  
41 provas para Licenciados em Pedagogia que são  
42 os educadores habilitados para a alfabetização,  
43 nos anos iniciais do ensino fundamental (1o  
44 ao 5o ano). Dessa forma, entende-se que tais  
45 vagas continuarão sendo supridas através de  
46 contratos emergenciais e/ou temporários,  
47 ou ainda, tais turmas serão absorvidas pela  
48 municipalização.

49 Isso indica uma política governamental  
50 descomprometida com a valorização dos

professores para a educação nos anos  
iniciais, e também aponta para o avanço da  
municipalização do ensino fundamental.  
O professor e a professora contratados, na  
rede pública estadual, não têm garantia de  
permanência na escola para o ano seguinte,  
bem como, ficam sem salário no período das  
férias escolares.

É importante lembrar que todas as  
matrículas nas escolas, na educação básica,  
resultam no valor do repasse do FUNDEB, mas  
parece que isso não é observado pelo governo  
do estado, que a cada ano fecha mais turmas  
dos anos iniciais, na rede pública estadual.

Isso aumenta o número de estudantes  
nas redes municipais, e isso se reflete, também,  
nos valores repassados, anualmente, pelo  
FUNDEB, tanto para os municípios, quanto  
para o governo estadual.

Mas a “cereja do bolo” na educação,  
liderada pela dupla Leite e Raquel são as  
planilhas. Essa ferramenta de controle é a  
identidade deste governo que tem um claro  
projeto: fazer da escola um depósito de  
estudantes, onde o mais importante é que não  
haja aprendizagem, não haja ensinagem, não  
haja merenda, não haja merendeiras e serviços  
gerais; que os monitores estejam em número  
abaixo do necessário. E, principalmente, que  
não haja valorização profissional: sem salário  
para toda a categoria.

A escola gaúcha é um grande depósito  
de explorados. Esse projeto de educação não  
pode continuar no RS. O governo fascista de  
Eduardo Leite/Raquel avança com a destruição  
da educação pública, através de ações  
destrutivas como a de 30 de março deste ano.  
Nessa data lança PPP (Projeto de Parceria  
Público-privado) voltado à infraestrutura  
escolar de 98 escolas públicas do RS, para isso  
gasta 1,4 bilhão de reais do dinheiro público  
que passará para a iniciativa privada, em 15  
municípios gaúchos.

## **SITUAÇÃO POLÍTICA DO ESTADO DO RS: DÍVIDA PÚBLICA E ASSAÍDAS NECESSÁRIAS PARA O RS OBTER RECURSOS**

O problema da dívida dos Estados com a  
União chegou a uma situação insustentável de  
acreditarmos, que ainda aqui no RS, devemos

1    cerca de 63 bilhões para a União, sendo que  
2    em 1998, ao assinar o acordo, o Estado ficou  
3    obrigado a pagar cerca de R\$ 9 bilhões em 30  
4    anos, corrigidos por taxa de juros anuais de 6%  
5    e correção pelo IGP-DI, em 21 anos já foi pago  
6    em torno de 30 bilhões. (Sem solução no curto  
7    prazo, a dívida pública do Rio Grande do Sul  
8    cresceu de novo – atingindo a marca de R\$ 73,3  
9    bilhões no fim de 2018 – e segue desafiando o  
10   Estado. (Gaúcha ZH - 29/05/2019 - 14h32min  
11   -Atualizada em 29/05/2019 - 19h07min).

12        A partir de 1997, a União aplicou modelo  
13   de ajuste fiscal aos estados, obrigando-os  
14   a privatizar o seu patrimônio em troca de  
15   “renegociação” de suas dívidas. Os estados  
16   perderam parte relevante e estratégica de  
17   seu patrimônio e ainda hoje devem mais do  
18   que antes. O saldo da dívida é atualizado  
19   mensalmente e, sobre esse saldo atualizado  
20   os estados ainda arcam com o pagamento de  
21   juros sobre juros, o que é ilegal segundo o STF.  
22   A CPI da Dívida Pública concluída em 2010 na  
23   Câmara Federal, foi um grande passo para a  
24   investigação do processo de endividamento  
25   reforçando a necessidade de realização da  
25   auditoria da dívida.

27        A CPI foi uma iniciativa do Deputado  
28   Federal Ivan Valente do PSOL/SP), e contou  
29   com a participação de representantes de  
30   vários partidos, que reuniram documentos  
31   que nunca haviam sido acessados e apontou  
32   graves indícios e até provas de ilegalidade e  
33   ilegitimidade do processo de endividamento.  
34   A vontade política faltou para o enfrentamento  
35   do que representa o maior problema para as  
36   finanças públicas.

37        Toda a documentação foi entregue  
38   ao Ministério Público Federal para o  
39   aprofundamento das investigações que  
40   continuam silenciadas. A dívida pública  
41   brasileira tem crescido significativamente, nas  
42   últimas décadas, especialmente, após a crise  
43   da dívida externa dos anos 1980. Em 2022, a  
44   dívida pública brasileira ultrapassou a marca  
45   de R\$ 6 trilhões, o que corresponde a cerca de  
46   84% do Produto Interno Bruto (PIB) do país.

47        É preciso colocar na pauta a revisão da  
48   dívida pública através de uma auditoria séria  
49   e comprometida, onde poderemos constatar,  
50   o que já pagamos e o que ainda devemos.

Essa dívida não é nossa, é preciso cobrar os  
sonegadores e revisar as isenções fiscais.

Temos que pressionar os governos  
federal e estadual, para exigir uma auditoria  
da dívida, exigir que os sonegadores e os  
isentos de impostos paguem pela conta que o  
povo está pagando. Essa dívida não é nossa.  
A recondução de Eduardo Leite ao governo  
do RS, aponta a falta de escolhas, para o  
segundo turno das eleições, de um candidato  
identificado com as lutas da esquerda. Isso  
foi resultado das escolhas feitas, aqui, no  
RS, no primeiro turno das eleições de 2022,  
quando havia um candidato identificado com  
as lutas da classe trabalhadora e não se teve o  
desempenho mínimo necessário para colocá-  
lo no segundo turno.

Dessa forma, a população gaúcha ficou  
com duas opção identificadas como ruim  
(Eduardo Leite) e pior (Onix). Esse resultado  
permitiu ao governador do RS, a compreensão  
de que seu governo anterior foi aprovado.  
Assim, ele continuou com as políticas de  
privatizações, terceirizações, sucateamento  
dos prédios das escolas, desvalorização dos  
funcionários de escolas, dos professores e das  
professoras e, o mais importante para nós, a  
ausência de políticas públicas que cumprissem  
com vitórias históricas da nossa categoria,  
como a Lei do Piso Salarial Nacional, para  
todos os trabalhadores em educação.

No último dia 24 de março, deste ano  
de 2026, a Assembleia Legislativa aprovou  
por unanimidade o reajuste de 5,4% do piso  
salarial nacional para o magistério. Todavia,  
rejeitou emenda da oposição que defendia tal  
percentual para toda categoria: funcionários  
de escola e aposentados. Ou seja, dessa forma,  
continua promovendo um empobrecimento  
geral da categoria.

Se, nas eleições deste ano (2026) para  
governador e deputados no RS, não fizermos  
a utilização do nosso voto, para eleger um  
governo e um parlamento identificados com  
a classe trabalhadora, o atual governo e  
suas políticas de desmonte do Estado do RS,  
poderá continuar, nos próximos quatro anos,  
aplicando sua política nefasta de enxugamento  
do Estado, retirando conquistas históricas dos  
trabalhadores em educação e promovendo

1 um ataque insano, também contra o direito à  
2 saúde dos funcionários públicos, deste estado,  
3 pois aponta para o acirramento, através do  
4 descaso ao Instituto de Previdência do Estado  
5 (IPE), de forma que a sua manutenção, cada  
6 vez mais, recaia sobre os funcionários públicos.

## 9 **POLÍTICAS ESPECÍFICAS**

### 10 **O ENSINO MÉDIO**

11 O ensino médio no Brasil passa por  
12 uma reformulação profunda consolidada em  
13 2025/2026, com foco em aumentar a carga  
14 horária para 3.000 horas, ampliar o ensino em  
15 tempo integral e flexibilizar o currículo com  
16 itinerários formativos. O modelo visa integrar  
17 a formação geral às necessidades do mercado  
18 de trabalho, reduzindo a evasão e a distorção  
19 idade-série.

#### 20 **Principais Mudanças e Panorama Atual (2025- 21 2026):**

- 22 • **Estrutura Curricular:** A formação geral  
23 básica (disciplinas obrigatórias) aumentou  
24 de 1.800 para 2.400 horas, com 600 horas  
25 para itinerários formativos (escolha do  
26 aluno).
- 27 • **Evasão e Matrículas:** O país atingiu o  
28 menor número de matrículas do século  
29 e registrou queda de 1 milhão de alunos,  
30 com São Paulo liderando a redução, o que  
31 o MEC atribui a fatores demográficos e  
32 melhoria nas aprovações.
- 33 • **Ensino Técnico e Integral:** O governo foca na  
34 expansão da educação em tempo integral  
35 e no ensino técnico profissionalizante,  
36 buscando tornar o ensino mais atraente.
- 37 • **Desigualdade:** Persiste um abismo na  
38 conclusão do ensino médio entre alunos  
39 ricos e pobres, com taxas de conclusão  
40 muito superiores nas faixas de maior  
41 renda.
- 42 • **O Novo Ensino Médio 2.0:** A reforma de  
43 2024 (aprovada pela Lei 14.945/2024)  
44 ajustou o modelo anterior, retornando  
45 mais carga horária para disciplinas  
46 obrigatórias e definindo regras mais claras  
47 para os itinerários formativos. O objetivo é  
48 conectar a educação básica às exigências  
49 contemporâneas, preparando os jovens

tanto para o ensino superior quanto para  
a inserção profissional.

As alterações ao texto do novo ensino  
médio, ocorridas em 2024, de certa forma  
atendem à mobilização nacional da categoria,  
em todo o país. Todavia, o texto aprovado  
ainda contém no seu interior a política  
neoliberal defendida pelas fundações que se  
estabeleceram no Ministério da Educação.

### **VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS**

A violência nas escolas é um  
problema que afeta muitos países e pode  
ter consequências negativas, significativas,  
para os alunos, professores e comunidade  
escolar em geral. Essa violência pode assumir  
muitas formas diferentes, desde bullying  
verbal e físico, racismo, até agressão física e  
assassinatos. Tais ações reforçam o etarismo  
presente na sociedade, bem como o avanço  
do feminicídio.

Vale destacar que a prática desses tipos  
de violência geralmente tem como autores  
homens jovens que pertencem à própria  
comunidade escolar. Além disso, em geral,  
as vítimas são mulheres, fruto do machismo  
estrutural e da propagação misógina,  
aprofundada no governo Bolsonaro.

É importante salientar que a  
discriminação é uma forma de violência que  
ocorre dentro do ambiente escolar, quando  
um/a estudante é alvo de preconceito por  
causa de sua raça, etnia, orientação sexual,  
etarismo, gênero ou religião. A presença de  
violência nas escolas é motivada por múltiplos  
fatores.

Para prevenir tais práticas, é crucial que  
as escolas adotem medidas preventivas, tais  
como a implementação de políticas de combate  
ao bullying, programas educativos voltados ao  
respeito e à tolerância, bem como a adoção de  
medidas de segurança apropriadas. Por fim, é  
necessário que o poder público, em conjunto  
com as escolas, tome medidas para prevenir  
e abordar a violência, com intuito de criar um  
ambiente de aprendizado seguro e saudável  
para todos os envolvidos.

## 1 **ATAQUES VIOLENTOS CONTRA ESCOLAS:** 2 **FENÔMENO ISOLADO OU MÉTODO** 3 **POLÍTICO?**

4 Os ataques às escolas têm assumido  
5 caráter sistemático, deixando de ser um fato  
6 isolado para pertencer ao pavor cotidiano da  
7 sociedade brasileira. Desde 2011, segundo o  
8 G1, contabilizou-se 12 ataques contra escolas  
9 da rede básica e instituições de educação  
10 infantil. O número é ainda mais preocupante  
11 quando recortamos a partir de 2019: 11  
12 casos de ataques criminosos em escolas. A  
13 preocupação se torna evidente, um fenômeno  
14 isolado pode acabar se tornando um método  
15 político. Nesta perspectiva, é importante  
16 buscar analisar o processo na totalidade, os  
17 alarmantes números de violência nas escolas  
18 não são fatos isolados. Dados que circundam  
19 a questão podem ajudar na reflexão. Primeiro,  
20 a relação entre violência e suicídio. De 2011  
21 pra cá, em torno de 20% dos ataques contra  
22 escolas terminaram com suicídio do(s)  
23 autor(es), número suficiente para permitir  
24 uma relação entre os fatos.

25 O sociólogo Émile Durkheim, em seu livro  
26 “O Suicídio – estudo da Sociologia” abordou a  
27 questão do suicídio como fato social, onde cada  
28 sociedade estava predisposta a fornecer um  
29 número determinado de mortes voluntárias.  
30 Para ele, o que interessa é observar e analisar  
31 o processo e fatores sociais que agem não  
32 sobre um indivíduo isoladamente, mas sobre  
33 o conjunto da sociedade e as condições  
34 sociais determinadas que podem impulsionar  
35 números de suicídios dentro de um período  
36 histórico estipulado.

37 Karl Marx em “Sobre o Suicídio”, obra  
38 conjunta com Jacques Peuchet, estabelece  
39 uma análise sob o prisma de que a ação  
40 suicida é sintoma de uma sociedade burguesa,  
41 doente, que necessita de uma transformação  
42 radical. Na obra, baseada em exemplos  
43 suicidas oriundos dos arquivos da polícia  
44 francesa, na qual Peuchet era diretor, esta  
45 explicita uma crítica contundente contra  
46 a sociedade moderna e suas formas de  
47 produção e reprodução, uma crítica social que  
48 compreende que o privado é político.

49 Tanto Durkheim, quanto Marx, ainda que  
50 analisando o suicídio sob bases antagônicas,

auxiliam na explicação do fenômeno recorrente  
que estamos enfrentando no Brasil. Não é  
mera coincidência que uma porcentagem  
significativa dos ataques de violência nas  
escolas terminem em suicídio.

Neste cenário, aparece a possibilidade  
de desenvolver a violência como política.  
O assassinato de Marielle Franco é a  
expressão mais evidente disso. No escopo da  
bipolarização partidária, do último período  
eleitoral, por exemplo, grupos secretos  
neonazistas cresceram mais de 270% nos  
últimos quatro anos e disseminam-se grupos  
de ódio por aplicativos de mensagens.

A temporalidade dos casos não é mera  
coincidência. Os dados são categóricos:  
a extrema direita utiliza a violência como  
método. Ataques contra escolas também  
possuem significado simbólico. A educação é  
cerne da disputa de sociedade e expressa as  
contradições da conjuntura.

Nos últimos anos o conhecimento  
científico constantemente se choca com as  
crescentes teorias negacionistas, gerando  
disputas e violências também no ambiente  
escolar, visto que a escola é a forma material  
do processo educativo e espaço permanente  
de disputas ideológicas. Como forma de  
expressão da sociedade, também é um  
ambiente em que se materializa o machismo,  
lgbtqifobia, misoginia, etarismo, racismo e  
Bullying.

Precisamos medidas além do ambiente  
escolar, é necessário que o país enfrente seus  
problemas de ordem estrutural, fortaleça as  
políticas sociais, busque o desarmamento da  
população civil, criação de redes de inteligência  
para monitoramento e responsabilização  
criminal de grupos extremistas e o combate  
sistemático ao ódio, promovendo a cultura da  
paz.

## **MÚSICA, TEATRO, DANÇA E ARTES VISUAIS NA ESCOLA**

O ensino de música nas escolas brasileiras  
é uma política pública regulamentada por  
lei desde 2008, embora ainda não tenha  
sido implementada na maioria dos espaços  
educacionais públicos. A legislação que inclui a  
disciplina no currículo obrigatório, é a lei 13.278

1 de maio de 2016. Esta lei substituiu a anterior,  
2 11.769/2008, que menciona exclusivamente a  
3 música. Hoje, além dela, teatro, dança e artes  
4 visuais também são matérias obrigatórias.

5 Porém, ainda na maioria das escolas isso  
6 não é uma realidade, o prazo concedido para  
7 a adaptação do currículo, era de cinco anos,  
8 (que terminaram em 2021). A lei também  
9 estabelece que o ensino da música deve ser  
10 oferecido de forma articulada com as demais  
11 disciplinas, integrando os aspectos teóricos e  
12 práticos da música. Além disso, a lei prevê a  
13 formação de professores capacitados para o  
14 ensino da música, o acesso aos instrumentos  
15 musicais e materiais didáticos adequados, e  
16 a promoção de atividades extracurriculares  
17 relacionadas à música.

18 Há uma cultura de desvalorização da  
19 música enquanto instrumento de formação  
20 integral. Na área das artes, na qual a música  
21 está incluída, é vista como algo desnecessário  
22 no sistema educacional brasileiro, que parte do  
23 princípio de que ela está próxima à recreação.  
24 Não custa lembrar que em nosso país, no início  
25 do século XX, andar com um violão poderia  
26 ser caso de polícia. Muitos foram presos pelo  
27 crime de ‘vadiagem’ nessas circunstâncias. A  
28 escola que surgiu após a Revolução Industrial  
29 foi moldada para atender às necessidades  
30 do mercado de trabalho, deixando de lado a  
31 formação integral e humanística que apenas  
32 aqueles que têm recursos financeiros podem  
33 obter.

34 Os governos estão cada vez mais  
35 preocupados em retirar do currículo escolar  
36 tudo o que é espontâneo e simplificar os  
37 conceitos, tornando a arte algo dispensável  
38 e superficial na formação do trabalhador. No  
39 entanto, é importante aproveitar a legislação  
40 atual e incorporar de fato a riqueza cultural e  
41 artística do Brasil em seu projeto educacional.

42 Isso só acontecerá se escola e espaços  
43 que trabalham com educação começarem a  
44 valorizar e incorporar, também, conteúdos e  
45 formas culturais presentes na diversidade do  
46 corpo social. A Lei vigente favorece que se abra  
47 esse espaço tanto para uma discussão sobre o  
48 que se pode fazer para melhorar a educação  
49 brasileira, como também, possibilita que se  
50 planeje a implementação.

Nosso sindicato deve ser parte importante sob pena de perdermos essa importante conquista que é o ensino das artes incorporado à educação. Uma proposta inovadora na qual a expressão cultural e artística são reconhecidas como dimensões imprescindíveis no sentido de promover o desenvolvimento humano. Isso significa que os valores simbólicos das culturas locais devem estar presentes juntamente com aqueles conhecimentos que fazem parte do patrimônio musical que é um legado da humanidade.

A questão a ser enfrentada é a da formação de professores especializados para o ensino de Música. Leva algum tempo, estamos atrasados, tendo em vista serem poucos os cursos de licenciatura em Música no Brasil.

O papel do poder público não pode ser apenas normativo, mas deve criar programas para habilitar professores assim como regulamentar a situação de profissionais aptos para o ensino de música. Muitos pesquisadores reconhecem a música como uma atividade que contribui para o desenvolvimento mental e promove o equilíbrio emocional, proporcionando uma sensação agradável de bem-estar e facilitando a concentração e o raciocínio, especialmente em questões reflexivas ligadas ao pensamento filosófico. Pesquisas mostram que crianças que desenvolvem habilidades musicais têm melhor desempenho escolar e em suas vidas de forma geral.

A música pode ser uma ferramenta poderosa para ajudar os alunos a desenvolverem habilidades socioemocionais, como a empatia, a resiliência, a autoconfiança e a autodisciplina. Através da música, os estudantes podem aprender a trabalhar em equipe, a resolver conflitos de forma construtiva e a expressar suas emoções de forma saudável.

Atualmente, existe uma luta muito pequena para que a música seja implementada como disciplina obrigatória nas escolas. É importante nos envolvermos nessa luta e contribuirmos ativamente para a sua concretização.

## 1 **UMA QUESTÃO DE GÊNERO,** 2 **CLASSE E RAÇA**

3 Gênero, classe e raça são três categorias  
4 fundamentais que ajudam a entender como a  
5 sociedade está estruturada. Essas categorias  
6 são consideradas “eixos estruturantes” porque  
7 afetam profundamente a forma como as  
8 pessoas são vistas e tratadas pela sociedade,  
9 e como elas se veem e se relacionam com os  
10 outros.

- 11 • **Gênero:** o gênero é uma construção social  
12 que se refere às características culturais,  
13 sociais e psicológicas que uma sociedade  
14 considera adequadas para homens e  
15 mulheres. Embora o sexo biológico seja  
16 uma realidade, o gênero é uma construção  
17 social e varia de acordo com o tempo e o  
18 lugar. A forma como o gênero é construído  
19 tem um impacto profundo na vida das  
20 pessoas, afetando suas oportunidades de  
21 educação, emprego, saúde e outras áreas.
- 22 • **Classe:** a classe se refere à posição social  
23 de uma pessoa dentro da hierarquia  
24 econômica e social. As classes são  
25 geralmente definidas pela renda,  
26 propriedade, educação e ocupação, e  
27 afetam a forma como as pessoas são  
28 vistas pela sociedade e como elas podem  
29 acessar recursos e oportunidades. A classe  
30 pode afetar a vida das pessoas de muitas  
31 maneiras, desde suas chances de sucesso  
32 acadêmico e profissional até a qualidade  
33 de sua saúde e expectativa de vida.
- 34 • **Raça:** a raça é uma categoria social que se  
35 refere às diferenças físicas e culturais entre  
36 as pessoas, muitas vezes associadas à cor  
37 da pele. Embora a raça seja uma construção  
38 social e não tenha base biológica, ela  
39 tem um impacto profundo na vida das  
40 pessoas, afetando sua posição social, suas  
41 oportunidades de emprego, educação e  
42 habitação, bem como a forma como elas  
43 são vistas pela sociedade em geral.

44 Esses três eixos estruturantes se  
45 interseccionam e se reforçam mutuamente,  
46 criando diferentes formas de opressão e  
47 privilégio. Por exemplo, uma mulher negra  
48 que pertence a uma classe social baixa  
49 enfrenta formas específicas de discriminação  
50 e desigualdade que não são experimentadas

por um homem branco rico. A compreensão  
desses eixos é fundamental para a luta por  
uma sociedade mais justa e igualitária.

Omês de março costuma ser considerado  
o mês das mulheres historicamente. Contudo,  
nos últimos anos, a luta das mulheres tem  
sido um tema constante nos debates políticos  
durante todo o ano. Em diversos países, tem  
ocorrido um aumento significativo da luta  
feminina, que tem se espalhado pelas ruas,  
lares, locais de trabalho e estudo, mídia e  
espaços de poder. Isso reforça a ideia de  
que estamos vivenciando uma nova onda do  
movimento feminista, que se tornou uma força  
política vital e relevante em todo o mundo.  
Esse fenômeno pode ser explicado pelo fato  
de que as mulheres estão se fortalecendo e  
se recusam a permanecer caladas diante da  
discriminação, violência e assédio.

As mulheres estão se tornando  
feministas. Sem dúvida, a população negra é a  
mais vulnerável. Após 138 anos da “abolição”,  
as ferramentas de dominação usadas contra a  
maioria do povo brasileiro seguem arraigadas  
em nossa sociedade por meio do racismo  
estrutural, que determina que a mão de obra  
negra, por exemplo, tenha o valor mais baixo  
nas relações de trabalho.

Essa herança, somada às condições  
atuais do capitalismo, tornam a crise social  
mais aguda. Lutamos por um feminismo  
antirracista, que acolha as mulheres negras,  
lésbicas, bissexuais, transexuais, conectado  
com as lutas da classe trabalhadora.  
Felizmente uma nova geração de mulheres  
vem se formando feminista.

Se antes era raro encontrar uma mulher  
que se identificasse como feminista, hoje é  
muito comum. Apoiando-se nas conquistas  
das que vieram antes, as jovens feministas  
vêm ganhando o mundo. E vamos seguir  
sendo feministas até que toda a forma de  
opressão seja eliminada e assim tenhamos  
uma democracia real.

Os inúmeros registros atuais de violência  
contra as mulheres, causa perplexidade, e  
embora tenha ocorrido avanços, expansão  
econômica e incríveis descobertas na ciência,  
ainda existe incapacidade em amenizar ou  
solucionar a violência que somente aumenta

1 incansavelmente todos os dias.

2 Ainda precisamos muito do movimento  
3 para afirmar o óbvio. O feminismo é necessário  
4 porque as mulheres ainda recebem salários  
5 menores do que os homens, ainda são vistas  
6 como propriedade masculina, e ainda são  
7 espancadas e mortas simplesmente por serem  
8 mulheres.

9 Neste primeiro semestre de 2026, no  
10 RS, ainda no mês de abril, foram 25 mulheres  
11 vítimas de feminicídio. Além disso, outras  
12 30 mulheres (ou mais) foram assediadas por  
13 um médico, no município de Taquara (RS).  
14 Ou seja, as mulheres, ainda sofrem assédio e  
15 constrangimento em seus empregos, meios de  
16 transporte e nas ruas.

17 Para nós da TLS/MES, esses três  
18 elementos são fundamentais, nos ajudam  
19 na compreensão dos cenários políticos que  
20 os diferentes governos, no mundo todo,  
21 apresentam e praticam, contra a classe  
22 trabalhadora, através das suas políticas de  
23 enxugamento de salários e postos de trabalho.  
24 Ou seja, o sucateamento dos espaços de  
25 trabalho não é privilégio nosso.

26 A partir, desses três elementos  
27 (gênero, raça e classe), há possibilidade de  
28 pensar e elaborar, a melhor estratégia de  
29 enfrentamento, pelos nossos sindicatos, para  
30 a organização da luta da classe trabalhadora,  
31 em seus diferentes segmentos. Sempre  
32 lembraremos de Marielle Franco, (Vereadora  
33 do PSOL/RJ, assassinada em 14/03/2018),  
34 uma mulher negra e destemida que desafiou  
35 o sistema, tanto por sua sexualidade quanto  
36 por sua postura corajosa diante da vida.

37 Marielle foi uma líder inspiradora para  
38 milhares de mulheres que se identificam com  
39 sua história. Embora tenham tentado apagar  
40 seu brilho, não conseguiram. Marielle Franco  
41 permanece presente e suas ideias e ideais  
42 renascem a cada dia.

#### 43 44 **FUNCIONÁRIOS DE ESCOLA, O DEMORADO** 45 **RECONHECIMENTO COMO AGENTES** 46 **EDUCACIONAIS E AS TERCEIRIZAÇÕES**

47 A luta intensa dos Funcionários de  
48 Escola na década de 90 e início dos anos 2000  
49 foi fundamental para a conquista de direitos  
50 importantes em lei, como o Concurso Público e

o Plano de Carreira. Embora a categoria tenha  
lutado por valorização e reconhecimento  
como educadores, os governos seguem não  
valorizando e nem reconhecendo, usando essa  
narrativa para não contemplar os funcionários  
com os reajustes concedidos pelos professores,  
como aconteceu recentemente.

É preciso avançar mais, antes que haja um  
retrocesso, como é o caso das terceirizações.  
Reconhecer a atuação desses profissionais  
na escola pública e o papel fundamental  
que desempenham no processo de ensino e  
aprendizagem é um desafio que a comunidade  
escolar precisa enfrentar. Esse reconhecimento  
pode melhorar significativamente a qualidade  
do ensino e contribuir para uma escola mais  
democrática e humanizada.

Quando os Funcionários de Escola são  
efetivamente reconhecidos e acolhidos, eles  
se tornam mais identificados e comprometidos  
com as mudanças necessárias para resistir à  
desestruturação do que já foi conquistado.  
No entanto, a presença de trabalhadores  
contratados e terceirizados nas escolas  
demonstra que os governos estão dispostos  
a seguirem ignorando esse profissional da  
educação.

Queremos nos debruçar no problema  
sério das terceirizações, que não é um  
tema exclusivo da educação pública, mas  
uma política globalizada, para toda a classe  
trabalhadora.

Para nós, da TLS, a terceirização se  
alicerça no tripé raça, gênero e classe, pois  
atinge as categorias profissionais onde esses  
aspectos são mais visíveis.

Atualmente, aqui, no RS, as terceirizações  
avançam, mais fortemente no segmento dos  
funcionários de escolas, como uma estratégia  
de esvaziamento do próprio sindicato, e  
descomprometimento salarial, de parte do  
governo, haja vista que a empresa contratante  
é a responsável pelo pagamento do salário,  
desses profissionais.

Por outro lado, os funcionários  
concursados se veem fragilizados e buscam  
a desfiliação, procurando em outras  
organizações sindicais, o amparo que não  
encontram junto ao CPERS/Sindicado.

## 1 **EM DEFESA DO MEIO AMBIENTE** 2 **E DOS POVOS TRADICIONAIS**

3 A luta em defesa do meio ambiente e dos  
4 povos tradicionais é uma questão de extrema  
5 importância para o presente e o futuro da  
6 humanidade. A preservação dos recursos  
7 naturais, a proteção da biodiversidade e a  
8 garantia dos direitos dos povos que habitam  
9 esses territórios são fundamentais para a  
10 sustentabilidade do planeta e para a promoção  
11 da justiça social.

12 Infelizmente, ainda há muitos desafios  
13 a serem enfrentados nessa luta. Empresas  
14 que exploram recursos naturais sem respeitar  
15 o meio ambiente e as comunidades que  
16 vivem nele, governos que não aplicam leis  
17 ambientais, e ainda flexibilizam as leis que  
18 existem, a falta de conscientização por parte  
19 da sociedade são alguns dos obstáculos que  
20 dificultam a preservação dos ecossistemas e  
21 a garantia dos direitos dos povos tradicionais.

22 No entanto, existem diversas iniciativas  
23 de resistência e luta em defesa do meio  
24 ambiente e dos povos tradicionais. As  
25 iniciativas incluem a criação de áreas  
26 protegidas, a implementação de políticas  
27 públicas que incentivam práticas sustentáveis,  
28 o diálogo entre empresas e comunidades para  
29 garantir a participação dos povos tradicionais  
30 nas decisões que afetam seus territórios e o  
31 fortalecimento da educação ambiental para  
32 sensibilizar a população sobre a importância  
33 da preservação do meio ambiente.

### 34 35 **POR UMA INCLUSÃO REAL**

36 A inclusão de alunos nas escolas públicas  
37 é um processo fundamental para garantir que  
38 todas as crianças e jovens tenham acesso à  
39 educação de qualidade, independentemente  
40 de suas condições sociais, econômicas,  
41 culturais ou de saúde.

42 Para que a inclusão seja efetiva, é  
43 necessário que as escolas públicas estejam  
44 preparadas para receber alunos com  
45 necessidades educacionais especiais, como  
46 aqueles com deficiências físicas, intelectuais,  
47 sensoriais, transtornos de aprendizagem,  
48 entre outras condições. Faz-se necessário  
49 também, que o atendimento em turno inverso,  
50 seja diário, e não somente, uma ou duas vezes

na semana. Cumpra-se a lei na íntegra!

A inclusão é muito mais séria do que o  
dito nos discursos governamentais. Ela passa  
por entender que cada estudante é único,  
dessa forma a inclusão exige trabalhadores e  
trabalhadoras em educação preparados para  
tal.

É necessário incluir para além das  
necessidades especiais. É necessário incluir os  
excluídos pela raça, classe e gênero.

Desde muito pequenos, crianças de  
todas as idades já revelam suas histórias de  
vida e necessitam de acolhimento, tanto  
dos educadores como também dos agentes  
educacionais.

Por isso, nesta tese, defendemos a  
formação continuada para todos, não só para  
os professores e as professoras. A temática  
da inclusão precisa estar ao alcance de todas,  
todos e todes.

### **A QUESTÃO DO SUBSÍDIO: O SUBSÍDIO COMO FERRAMENTA EXCLUDENTE NA LUTA PELO PISO SALARIAL NO RS**

A ordem conservadora neoliberal,  
modelo de desenvolvimento econômico, foi  
sendo implantada, de forma gradativa no  
Brasil com a eleição (1994) e reeleição (1998)  
de Fernando Henrique Cardoso. As reformas  
trabalhistas, implantadas gradativamente,  
mudaram, com o apoio do Congresso,  
as relações de trabalho. Além disso,  
nesse período, foram feitas alterações na  
Constituição Federal de 88, com a finalidade de  
reformular as relações de trabalho e emprego,  
em diversos setores e no serviço público.

O artigo 39 da CF/88, em seu § 4º,  
alterado por emenda no ano de 1998,  
estabelece que os detentores de mandatos  
eletivos serão remunerados por SUBSÍDIO,  
fixado em parcela única, vedado o acréscimo  
de qualquer gratificação, adicional, abono,  
prêmio, verba de representação ou outra  
espécie remuneratória.

Na mesma emenda, é acrescentado o  
§ 8 que diz: A remuneração dos servidores  
públicos organizados em carreira poderá ser  
fixada nos termos do § 4º. O que permite que  
os Estados reformulem sua relação com os  
funcionários públicos.

1 Depois de um período de conquistas  
2 sociais, com destaque para o período de  
3 2003 a 2010, as reformas avançam, visando  
4 principalmente as relações de trabalho.  
5 No período do governo Temer, as reformas  
6 na legislação avançavam no sentido da  
7 precarização do trabalho e da terceirização do  
8 serviço público.

9 O governo Leite/Raquel se aproveita  
10 dessa emenda constitucional, com respaldo  
11 majoritário da Assembleia Legislativa, para  
12 substituir a denominação do vencimento  
13 salarial da categoria, pelo subsídio, sobre o  
14 qual não incidem vantagens nenhuma, como  
15 citado acima.

### 16 17 **PLANO DE LUTAS**

- 18 • Mobilização permanente em defesa da  
19 escola pública, contra o avanço destruidor  
20 das PPPs., e da municipalização.
- 21 • Revogação da alteração do Plano de  
22 carreira imposto por Eduardo Leite ao  
23 magistério e abrir debate com o Cpers/  
24 Sindicato para estabelecer um novo plano  
25 que atenda os princípios de progressão e  
25 valorização necessárias para a carreira.
- 27 • Revogação do termo subsídio e retorno ao  
28 termo salário, no contra-cheque de toda a  
29 categoria.
- 30 • Apresentação de um piso salarial para os  
31 agentes educacionais.
- 32 • Respeito à oferta curricular e à avaliação  
33 como processo coletivo, uma vez que a  
34 construção dos projetos pedagógicos e o  
35 alinhamento dos conteúdos e habilidades  
36 previstos no PNE 2026-2036, não sejam  
37 sobrepostos às planilhas gerencialistas, de  
38 forma a não basear o currículo apenas nos  
39 resultados do SAEB.
- 40 • Buscar as condições necessárias para  
41 o funcionamento das Escolas Técnicas  
42 da rede pública estadual, de modo  
43 a instrumentalizar os alunos, com  
44 o conhecimento teórico e técnico  
45 necessários, para o nível e modalidade de  
46 ensino.
- 47 • Instrumentalização do acesso e  
48 permanência dos alunos, que por sua  
49 idade, etnia ou localidade, que não  
50 tiveram acesso ao conhecimento no

tempo regular, fortalecendo as escolas  
de NEEJAS, escolas indígenas, escolas do  
campo e quilombolas.

- Estímulo à participação da sociedade  
civil organizada e/ou dos servidores, nos  
conselhos de fiscalização e gestão como o  
FUNDEB, Conselho Estadual de Educação,  
Conselho da Alimentação Escolar,  
Conselhos do IPERGS, e outros.
- Incentivo à formação continuada dos  
professores e funcionários, por meio de  
licença remunerada, para todos os níveis  
da pós-graduação.
- Realiza ações pelo fortalecimento da  
gestão democrática da escola: eleição  
da direção e conselho escolar, por toda  
a comunidade escolar, pois ela é uma  
conquista histórica da comunidade escolar  
em defesa da qualidade do ensino público.
- Promoção de concurso público para os  
cargos de psicólogo escolar, assistente  
social, bibliotecário escolar, portaria,  
servente, merendeira, serviços gerais.
- Fortalecimento, junto aos núcleos, de  
ações formativas, pela paz, voltadas para  
o enfrentamento da violência nas escolas.
- Reforma Estatutária, ainda no ano de  
2026, a partir da constituição de comissão  
específica para esse fim.
- Fortalecimento da educação ambiental  
para sensibilizar a população sobre a  
importância da preservação do meio  
ambiente.
- Defesa de iniciativas para criação de áreas  
protegidas.
- Defesa da implementação de políticas  
públicas que incentivem práticas  
sustentáveis.
- Incentivo à participação dos povos  
tradicionais, nas decisões que afetam seus  
territórios.
- Defesa intransigente da inclusão de todas,  
todos e todes na escola pública.
- Defesa de ações, mais incisivas, junto  
aos aposentados da categoria, com o  
objetivo de esclarecer sobre questões  
específicas desse segmento que resultem  
numa mobilização mais efetiva, através de  
encontros periódicos, com especialistas  
em temas como: subsídio, contra-cheque,

- 1 previdência, saúde, irredutibilidade,  
2 paridade, integralidade, proporcionalidade  
3 e outros.  
4 • Aumento do espaço de fala, nas  
5 assembleias gerais, para associados que  
6 são independentes.

## 8 REFORMA ESTATUTÁRIA

9 O Estatuto do CPERS/Sindicato,  
10 historicamente representou o caminho a  
11 ser percorrido pelo sindicato, através da  
12 sua organização político sindical, filosófica e  
13 estrutural. Notadamente, o conjunto dessa  
14 estrutura não responde à construção atual do  
15 CPERS, no que se refere às forças políticas que  
16 o compõem.

17 Atualmente, o CPERS/Sindicato possui  
18 mais de dez forças políticas na sua base e que,  
19 em virtude do que é proposto no atual Estatuto,  
20 não estão devidamente representadas na  
21 direção central e nos núcleos.

22 Nós, da TLS/MES apresentamos a este  
23 Congresso, a proposta da proporcionalidade.  
24 Isso significa a possibilidade de todas as forças  
25 e coletivos representativos, participarem  
25 ativamente das decisões políticas, a partir de  
27 um processo eleitoral que as represente, ao  
28 seu final.

29 Entendemos que todas as forças e  
30 coletivos representativos, que concorrerem  
31 nos pleitos sindicais, possam fazer parte das  
32 diretorias, tanto central, quanto dos núcleos,  
33 a partir dos resultados obtidos nas urnas,  
34 considerando a proporcionalidade dos votos  
35 obtidos, sobre a totalidade de votantes.

36 Dessa forma, a reforma estatutária,  
37 nesse quesito, é fundamental. Chamamos  
38 para essa discussão todas as forças políticas  
39 que, assim como nós, têm essa mesma  
40 compreensão sobre a proporcionalidade e a  
41 sua relação com a representatividade da base  
42 da categoria.

## 44 ASSINAM ESTA TESE

- 45 1. Líbia Aquino - Professora aposentada  
46 COLETIVO SEMPRE ATIVAS - Conselheira  
47 1/1000- 34 núcleo - Guaíba  
48 2. Andrea Magela Silveira de Silveira -  
49 Professora aposentada - Pelotas, 24 núcleo

3. Leonor Eugênia Soares Ferreira -Professora  
Aposentada COLETIVO SEMPRE ATIVAS-  
vice - diretora do 39° Núcleo-representante  
aposentadas Conselho Geral  
4. Carmem Dotto Soares de Soares.  
Professora aposentada COLETIVO SEMPRE  
ATIVAS, 38 núcleo.  
5. Marliane Ferreira dos Santos. Func. de  
Escola, 39° Núcleo.  
6. Douglas Ferreira Soares - Professor, diretor  
do 39° Núcleo.  
7. Anderson Luís da Silva, professor, 13°  
Núcleo.  
8. Gisele Marques Vargas, professora, 24  
núcleo  
9. Angela Correa Papaiani, professora, 24  
núcleo  
10. Vinícius Santos, professor do 39° Núcleo  
11. Gladis Helena Ferreira Gomes - professora  
- 39° Núcleo  
12. Jenifer da Silva Dias, professora, Pelotas,24  
núcleo  
13. Magna da Glória Silva Lameiro, professora,  
São Lourenço do Sul, 24 núcleo  
14. Izabel Vieira, diretora escola, Alegrete 19°  
núcleo.  
15. Vilma Rosane Arrial. Diretora da EE Maria  
José Mabilde, 38 núcleo.  
16. Dênia Denise da Silva Goulart, funcionária,  
6° Núcleo, Rio Grande.  
17. Deise de Souza Campos. EE N. Sra da  
Conceição - Restinga- 39 núcleo.  
18. Helder Porto Oliveira, professor, 24°  
núcleo, Pelotas  
19. Gabriela Czermainski Nogueira / 24 núcleo  
/ professora  
20. Vanderlei Gularte Farias / 24 núcleo /  
professor  
21. Carla Rosane Rickes kommling/ 24 núcleo  
/ professora  
22. Letícia Ferreira 24 núcleo / professora  
23. Carla Marisa Sebaje 24 núcleo / professora  
24. Marlene Ribeiro - Aposentada COLETIVO  
SEMPRE ATIVAS - 38 Núcleo  
25. Amaraji Ubiracira Pires da Conceição -  
Aposentada COLETIVO SEMPRE ATIVAS -  
39 Núcleo  
26. Carmem Roveda - Aposentada COLETIVO  
SEMPRE ATIVAS - 38 Núcleo

- 1 27. Gládis Regina Ucha - Aposentada COLETIVO
- 2 SEMPRE ATIVAS - 38 Núcleo
- 3 28. Nádia Maruszczak - Aposentada COLETIVO
- 4 SEMPRE ATIVAS - 38 Núcleo
- 5 29. Erlita Cardoso Franco - Aposentada
- 6 COLETIVO SEMPRE ATIVAS - 38 Núcleo
- 7 30. Valéria Chemale Espíndola - Aposentada
- 8 COLETIVO SEMPRE ATIVAS - 38 Núcleo
- 9 31. Maria de Lourdes Fortuna - Aposentada
- 10 COLETIVO SEMPRE ATIVAS - 39 Núcleo.
- 11 32. Tais Rodrigues - professora EEEF SANTA
- 12 INÊS. 19º NÚCLEO ALEGRETE
- 13 33. Rosi Meri Barbosa - Funcionária -EEEF
- 14 SANTA INÊS 19º Núcleo ALEGRETE
- 15 34. Ederson Dias - Professor EEEF SANTA INÊS
- 16 19ºNúcleo - ALEGRETE
- 17 35. Carina Messa - Supervisora Escolar - EEEF
- 18 SANTA INÊS -19º Núcleo ALEGRETE
- 19 36. Sérgio Augusto Cardoso Pinto – Professor
- 20 aposentado COLETIVO SEMPRE ATIVAS –
- 21 34 núcleo Guaíba
- 22 37. Zélia Marilene Borges Gomes – Professora
- 23 aposentada COLETIVO SEMPRE ATIVAS –
- 24 38 núcleo – POA
- 25 38. Nêmora Gomes Fernandes Franco –
- 25 Professora aposentada COLETIVO SEMPRE
- 27 ATIVAS – 39 núcleo – POA.
- 28 39. Rosângela Vicentina de Oliveira Castro –
- 29 Professora aposentada COLETIVO SEMPRE
- 30 ATIVAS - 39 núcleo – POA.
- 31 40. Lia Francisco Damico – Professora
- 32 aposentada COLETIVO SEMPRE ATIVAS –
- 33 38 Núcleo – POA
- 34 41. Angélica B. Plínio – Professora aposentada
- 35 COLETIVO SEMPRE ATIVAS – 38 núcleo
- 36 POA.
- 37 42. Elisangela da Silva de Medeiros -
- 38 Funcionária- 38º Núcleo POA
- 39 43. Antonio Antunes da Cunha Neto - Professor
- 40 da Escola Indígena Fag Nhin - 39º Núcleo
- 41 POA
- 42
- 43
- 44
- 45
- 46
- 47
- 48
- 49
- 50

## GUAPAS PARA LUTAR A LUTA ANTI-IMPERIALISTA É AGORA! RESISTIR E AVANÇAR

Companheiros, os trabalhadores do mundo, que lutam desde o século passado, seguindo o exemplo das conquistas dos soviéticos, estão conclamados a retomar esse caminho.

A maior dificuldade para a luta e a vitória dos trabalhadores no Brasil e no Rio Grande do Sul é o fato de a classe trabalhadora não estar organizada para enfrentar os ataques dos senhores da direita.

Hoje, quando a própria humanidade está ameaçada pelo genocídio imperialista, entendido como políticas de expansão e dominação de nações sobre outras, e o planeta sofre com a ganância pelo lucro inerente ao capitalismo, não há escolha: ou partimos para o enfrentamento ao inimigo, ou sucumbiremos às suas ameaças e ao seu poder de destruição.

O planeta Terra, por mais que seja agredido, é capaz de se transformar — não sabemos em quê. Porém, a humanidade é frágil e lenta em suas transformações.

Aqueles que sobreviverem a uma guerra nuclear serão, em sua grande maioria, seres contaminados, deprimidos e com comprometimentos mentais.

Não haverá uma Cuba socialista que possa descontaminar brasileiros e soviéticos afetados pelo Césio-137 e pela radiação nuclear em Chernobyl.

Não haverá uma Venezuela bolivariana que leve oxigênio aos brasileiros da Amazônia, conhecida como o “pulmão do mundo”.

Rezar pode servir como apoio individual, mas não altera a ciência nem a realidade concreta.

Aos trabalhadores resta sua organização, unidade e luta — princípios centrais das correntes que defendem uma sociedade mais justa e igualitária.

**Fora o imperialismo dos EUA e dos invasores da Palestina!**

**Viva o Irã, Rússia, China, Cuba e**

**Venezuela!**

**Viva o Saara Ocidental!**

**Viva Burkina Faso, Mali e Níger!**

**Viva o socialismo!**

### CONJUNTURA ESTADUAL

O RS decadente é um Estado elitizado, saqueado, cada vez mais privatizado, racista, homofóbico, misógino e etarista. Coincidentemente é um Estado com os piores salários públicos do país, um Estado que está no foco dos efeitos da mudança climática que abala o planeta sem ter projeto que vise proteger a população e que permita continuarmos a viver com dignidade nessa nova realidade climática que como já nos comprovou a ciência, só deverá se agravar.

O que seria do RS durante a pandemia e as enchentes se não fosse a atuação dos Servidores Públicos da segurança, saúde e educação. Apesar do serviço público mais de 40 mil pessoas morreram de COVID. Se não fosse o Serviço Público quantos mais morreriam? O Brasil foi um dos países onde morreu o maior número de pessoas na pandemia, o RS acompanhou obediente ao governo negacionista de extrema direita. Quem mais morreu na pandemia no RS foram os idosos, os pobres, os trabalhadores, os idosos, os negros, os mestiços e os indígenas.

Os trabalhadores unidos e organizados têm como tarefa imediata derrotar a direita nas urnas e na luta porque os imperialistas estão derrotando a vida da Classe Trabalhadora Gaúcha e o futuro do RS.

### CONJUNTURA NACIONAL

Nosso país ainda exhibe uma das maiores desigualdades sociais do planeta apesar dos esforços do governo Lula.

O cenário mundial se reflete sobre a conjuntura brasileira principalmente por sermos um país capitalista de economia dependente. O governo se esforça para

1 defender a soberania nacional evitando, no  
2 entanto, afrontar o imperialismo.

3 O caminho eleito pelo governo Lula,  
4 um governo de esquerda num país onde o  
5 poder está nas mãos da direita rentista, do  
6 agronegócio, da agro mineração exportadora,  
7 articulados com a mídia burguesa e as religiões  
8 colonialistas, é o da defesa da paz às custas,  
9 muitas vezes, de conciliações com a direita  
10 neoliberal.

11 Por estarmos num ano eleitoral  
12 aumentam as pressões sobre o governo  
13 federal: a extrema direita com seu candidato  
14 expressando possibilidade de vitória eleitoral  
15 e a Classe Trabalhadora que precisa sobreviver  
16 e avançar em suas conquistas.

17 Nós, trabalhadores organizados no  
18 CPERS Sindicato, temos a obrigação de  
19 defender mais do que nunca os interesses  
20 da Classe, construindo unidade eleitoral para  
21 derrotarmos a extrema direita, reelegermos  
22 Lula Presidente e elegermos uma bancada  
23 parlamentar majoritariamente do campo  
24 progressista.

25 A Classe Trabalhadora tem uma ambição  
25 principal da qual nunca pode afastar-se: Nossa  
27 vitória só será completa com a construção  
28 do Socialismo. Esse é o porto ao qual nos  
29 dirigimos. Lula agora, Socialismo Sempre!

30

### 31 **CONJUNTURA INTERNACIONAL**

32 O elemento central da conjuntura  
33 internacional, hoje, é a crise de hegemonia  
34 enfrentada pelo imperialismo estadunidense.

35 Essa crise é o marco do esgotamento do  
36 projeto imperialista dos EUA desmascarado  
37 pelo aparecimento de um novo polo de poder  
38 econômico, político, cultural e ideológico  
39 organizado em torno da China, em aliança  
40 estratégica com a Rússia, Irã e Coreia Popular.

41 O imperialismo estadunidense é o  
42 eixo mundial de articulação de Estados,  
43 governos e movimentos políticos reacionários,  
44 abertamente de extrema-direita e até mesmo  
45 fascistas.

46 O projeto anunciado pelo governo  
47 Trump, visando contornar seu declínio  
48 hegemônico, é o de retomar um projeto de  
49 colonização da Ásia, da África e da América  
50 Latina.

Para reduzir esse declínio hegemônico,  
o governo Trump tem usado uma retórica  
belicista, que coloca os interesses imperialistas  
dos EUA acima das leis internacionais  
ameaçando até mesmo aliados históricos do  
continente europeu.

A agressão à Venezuela com sequestro do  
Presidente Maduro e da primeira combatente  
Deputada Cília Flores, o acirramento genocida  
do bloqueio à Cuba, o ataque ao Irã visando  
derrubar o governo e assim debilitar o eixo  
de resistência, o aumento das tarifas de  
comércio como forma de coação a objetivos  
políticos como tentou impor ao Brasil, o apoio  
explícito ao genocídio que o Estado Sionista de  
Israel implementa contra o Povo Palestino, as  
ameaças de tomar a Groenlândia da Dinamarca,  
o apoio incontestado ao governo de -nazista  
de Zelensky com o objetivo de desgastar o  
governo Russo mantendo uma guerra que  
há muito já está perdida são exemplos das  
ações inócuas do Imperialismo estadunidense  
visando retardar sua decadência Trump  
coloca o mundo em risco de confronto militar,  
potencialmente muito mais violento e cruel  
do que foi a Segunda Guerra Mundial uma  
vez que o poder de destruição militar é muito  
maior dada a existência de armas nucleares  
em alguns países.

Por isso toda a ação que leve ao  
enfraquecimento do campo imperialista  
liderado pelos EUA tem que ser apoiada  
pela Classe Trabalhadora, seus partidos,  
movimentos e sindicatos, uma vez que reforça  
a nossa luta, a nossa organização e a nossa  
consciência política.

---

**Trabalhadores do Mundo,  
Uni-vos contra o Imperialismo!**

---

### **SINDICAL**

Os trabalhadores têm perdido direitos  
de forma contínua desde o desmoronamento  
da União Soviética, situação que permitiu o  
avanço do Capital sobre o Trabalho.

No Brasil essa realidade foi  
profundamente agravada pelas reformas  
trabalhista e previdenciária.

1 Hoje a Classe Trabalhadora Brasileira  
2 está sob ameaça de perder definitivamente  
3 o que resta da CLT, inclusive conquistas como  
4 licença-maternidade, férias, indenização  
5 por demissão imotivada, caso o STF julgue  
6 procedente o entendimento do relator quanto  
7 a pejotização.

8 As reformas neoliberais retirando  
9 direitos, mais as mudanças do mundo do  
10 trabalho como a revolução tecnológica  
11 enfraqueceram o movimento sindical.

12 Os sindicatos perderam atribuições nas  
13 relações de trabalho e fontes de financiamento.

14 O cerne do projeto neoliberal é retirar  
15 qualquer limite à exploração do trabalho.

16 Recuperar direitos e mudar as condições  
17 de trabalho envolve definitivamente  
18 mobilizações e uma duríssima luta por parte  
19 da Classe Trabalhadora.

20 O ajuste neoliberal reflete a fase em que  
21 se encontra o desenvolvimento capitalista,  
22 Imperialista.

23 A Classe Trabalhadora deve ter claro  
24 que as contradições das relações capital-  
25 trabalho só terão solução com a superação do  
26 capitalismo, com a construção da sociedade  
27 socialista.

28

## 29 LUTAS ESPECÍFICAS

30 Após lutarmos toda nossa vida contra:

- 31 • Aporofobia: A Classe lutou contra  
32 humilhações impostas pela burguesia e  
33 pequena burguesia.
- 34 • Racismo: A Classe lutou contra os anglo-  
35 saxões e os sionistas.
- 36 • Machismo: A Classe lutou contra os  
37 padrões no mundo do trabalho e no mundo  
38 familiar.
- 39 • Homofobia: A Classe lutou contra a  
40 exclusão das minorias de gênero.
- 41 • Ainda estamos aqui lutando contra tudo  
42 isso e mais:
- 43 • Ignorância: A Classe luta contra o  
44 negacionismo, a censura à ciência, a  
45 censura à política, à arte e à cultura.
- 46 • Etarismo: A Classe lutou contra a exclusão  
47 da pessoa idosa imposta pelo sistema  
48 e contra a discriminação da pessoa  
49 idosa, até mesmo dentro do nosso  
50 sindicato. As educadoras idosas não

apenas reivindicaram respeito e espaço,  
mas se impuseram na luta calando os  
inconsequentes que um dia também  
vieram a ser idosos.

## ARTE E CULTURA

Os povos se expressam através da sua  
cultura. A arte está intrinsecamente ligada à  
cultura de um povo.

A burguesia, na sua ânsia de brutalizar a  
Classe Trabalhadora, rouba-lhe o acesso à arte  
e à cultura genuína de qualidade.

O imperialismo impõe aos povos  
subjugados o lixo da sua cultura.

Os EUA impõem sua colonização aos  
demais povos através do seu poderio militar,  
mas também através da imposição de sua  
ideologia, de sua cultura e de sua arte. Para  
isso apoia-se na mídia burguesa bem como na  
mídia religiosa colonialista.

O CPERS, através da direção central e  
núcleos, corretamente tem impulsionado  
iniciativas artísticas, especialmente para  
as aposentadas (mas não apenas para  
as aposentadas), abrindo espaço para o  
conhecimento e divulgação da nossa cultura e  
arte.

---

### Arte e Cultura também é soberania.

---

## MEIO AMBIENTE: AS INUNDAÇÕES NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

O evento de inundação de 2024 em Porto  
Alegre não pode ser compreendido como um  
episódio isolado. Trata-se de um processo que  
vem sendo intensificado ao longo das décadas,  
especialmente desde a grande enchente  
de 1941, e que atualmente é agravado por  
fatores associados às mudanças climáticas,  
ao aquecimento global e às transformações  
ambientais em escala mundial.

A cidade de Porto Alegre apresenta uma  
condição geográfica particularmente sensível  
à ocorrência de inundações. Localizada  
na confluência de sistemas atmosféricos  
polares e tropicais, a região experimenta  
frequentes instabilidades climáticas. Além  
disso, sua posição hidrológica é marcada pela

1 convergência de diversos rios provenientes  
2 da Serra Gaúcha, que deságuam na região  
3 do Guaíba. Essa configuração natural cria um  
4 cenário propício à elevação do nível das águas  
5 em eventos de chuva intensa.

6 A Amazônia funciona como um grande  
7 sistema de regulação climática, muitas vezes  
8 comparado a um “pulmão do planeta”.  
9 Entretanto o avanço do desmatamento tem  
10 reduzido significativamente a capacidade  
11 da floresta de desempenhar essa função.  
12 Com a diminuição da cobertura vegetal, a  
13 capacidade da Amazônia de absorver calor  
14 e redistribuir umidade também se reduz.  
15 Como consequência, massas de ar quente  
16 provenientes da região equatorial passam a  
17 avançar com maior intensidade em direção ao  
18 sul do continente.

19 Esse fenômeno ganha particular  
20 relevância no contexto geográfico do sul do  
21 Brasil. O estado do Rio Grande do Sul situa-  
22 se em uma zona de transição climática,  
23 onde frequentemente atuam massas de ar  
24 frio de origem polar. Quando o ar quente  
25 e úmido proveniente da região amazônica  
26 encontra essas massas de ar frio, formam-se  
27 sistemas atmosféricos altamente instáveis,  
28 formando intensas chuvas, aumentando  
29 significativamente o risco de enchentes e  
30 inundações.

31 Do ponto de vista científico, os desastres  
32 naturais resultam da interação entre eventos  
33 ambientais e vulnerabilidades sociais e  
34 territoriais. Enquanto o fenômeno natural  
35 pode ser inevitável, a magnitude de seus  
36 impactos depende **diretamente das decisões**  
37 **humanas relacionadas** ao planejamento, à  
38 prevenção e à gestão de riscos.

39 Outro aspecto central é a relação  
40 entre desastres e vulnerabilidade social.  
41 Comunidades em situação de maior  
42 precariedade socioeconômica tendem a  
43 sofrer impactos desproporcionais, uma vez  
44 que possuem menos recursos para prevenção,  
45 adaptação e recuperação. Assim, políticas  
46 econômicas e sociais também precisam fazer  
47 parte das estratégias de enfrentamento  
48 desses eventos, como a reforma urbana e o  
49 plano diretor.

50 Diante desse cenário, em que 80% do

Estado foi afetado pelas inundações torna-  
se essencial ampliar a circulação dessas  
informações e promover um debate público  
qualificado sobre o futuro das cidades gaúchas.  
Os dados e estudos existentes já indicavam  
a possibilidade de ocorrência de eventos  
extremos como as inundações. Reconhecer  
esse histórico é um passo importante para  
compreender que, embora o fenômeno  
natural possa ser inevitável, a forma como a  
sociedade escolhe se preparar para ele é uma  
decisão coletiva e profundamente humana. De  
acordo com a Mestre em Inundações Arquiteta  
e Urbanista Mima Feltrin, a construção de  
estratégias eficazes de prevenção e adaptação  
depende da articulação entre academia, poder  
público e participação social.

### PAUTA DE REIVINDICAÇÕES

- Formação em educação PCD para todos os professores e funcionários das escolas estaduais;
- Formação digital para toda a categoria incluindo os aposentados porque é necessidade de sobrevivência no mundo atual;
- Tornar claro os critérios usados para fins de promoção na carreira da categoria tanto de professores como de funcionários;
- Reestruturação dos planos de carreira da categoria, destruídos pelos governos neoliberais;
- Garantir a presença diária de cuidadores junto aos trabalhadores em educação que perderam autonomia e mobilidade, ou garantir vagas em clínicas geriátricas que garantam dignidade nos cuidados especialmente com as pessoas idosas.
- Tratativas junto a aplicativos de transporte para grupo especial de carros e motoristas específicos para atuarem junto a pessoas 60+
- Paridade para aposentados
- Reivindicar junto ao IPE SAÚDE taxas reduzidas em exames de rotina para aposentados

### PLANO DE LUTAS

- Fim da escala 6 X 1
- Combate ao feminicídio

- 1 • Enviar Petróleo para CUBA já;
- 2 • Reestatizar as empresas estratégicas que
- 3 foram doadas à iniciativa privada, o que
- 4 coloca em risco a soberania nacional;
- 5 • Oferecer formação digital para toda a
- 6 categoria, em todos os núcleos, incluindo
- 7 os aposentados em parceria com as
- 8 Universidades;
- 9 • Oferecer para a categoria salas funcionais
- 10 - multiusos em todas as sedes do CPERS.
- 11 • CPERS junto com as Universidades
- 12 Públicas oferecer cursos de pós-graduação
- 13 híbridos (presencial e virtual) em Política
- 14 e Sindicalismo. Essa prática qualifica,
- 15 promove e organiza a categoria.
- 16 • Exigir imediata nomeação de todos
- 17 aprovados no último concurso
- 18 • Concurso para funcionários já

## 20 REFORMA ESTATUTÁRIA

21 Eleição do CPERS para direções e  
 22 conselhos devem acontecer numa única  
 23 data objetivando a participação de um maior  
 24 número de militantes nas eleições.

## 25 ASSINAM:

- 27 1. ADRIANA FARINA MARCON professora
- 28 EEEF Leopoldo Tietbhol 38N
- 29 2. ALEXANDRE COSTA professor EEEF Victor
- 30 de Britto - 39N Bloco de Lutas pela
- 31 Educação Pública
- 32 3. CARLA VIEIRA professora -Escola Araguaia
- 33 39N – GUAPAS 60+
- 34 4. CARMEM ROSANE CABRAL MACHADO
- 35 SCOTT funcionária -38N Colégio Otávio de
- 36 Souza
- 37 5. CÉLIA PASSOS CAMINHA funcionária EEEF
- 38 Araguaia - 39N
- 39 6. CLAUDETE TEREZINHA SANTOS FERREIRA
- 40 professora aposentada 38N
- 41 7. CLARISSE FALCÃO professora aposentada
- 42 38N
- 43 8. EVANI MOTA SHELL funcionária EEEF José
- 44 Mabilde - 38N
- 45 9. FABIO ANDRÉ PEREIRA professor EEEF
- 46 Piauí 39N- Bloco de Lutas pela Educação
- 47 Pública
- 48 10. FERNANDO BORGES professor aposentado
- 49 39N
- 50 11. GORETTI GROSSI professora aposentada-

- Diretora do 38N - 1/1000 Conselho Geral  
 - GUAPAS 60 + Liga Sindical e Popular-  
 Direção Nacional da Intersindical
12. HELENA SILVA CARSTER funcionária
  - aposentada 38N
  13. HELOISETTE MENDES professora
  - aposentada 38N - GUAPAS 60+
  14. IRENE LONGHI professora aposentada
  - 38N GUAPAS 60+
  15. IZABEL CAROLINO DA SILVA professora
  - aposentada 39N
  16. JANETE FÁTIMA DIAS FREITAS professora
  - aposentada 38N
  17. JORGE MIRANDA funcionário aposentado-
  - GUAPAS 60+ - Diretor38N
  18. LISE NASCIMENTO MACHADO professora
  - E.E.E.F. Professor Sylvio Torres 39N
  19. MARCO ANTÔNIO BITTARELLO professor
  - EEEFM Baltazar de Oliveira Garcia 38N
  - Independente
  20. MARIA ALICE CENTENO funcionária
  - aposentada 38N
  21. MARCIA CHIARAMONTE PAHIM professora
  - aposentada 39N
  22. MARIANITA KRUSE PEREIRA professora
  - aposentada 39N
  23. MARISA TRINDADE MENEGHETTI -
  - professora aposentada 39N
  24. MARLENE DE LEMOS VASQUES professora
  - aposentada 39N
  25. MARLY CAMBRAIA professora aposentada
  - 39N - GUAPAS 60+ Bloco de Lutas pela
  - Educação Pública
  26. MAXIMIRA ROCHA professora EEEF
  - Leopoldo Tietbhol 38N
  27. NÊMORA GOMES FERNANDES FRANCO
  - professora aposentada 39N -independente
  28. NEIVA MORENO professora aposentada
  - 38N - GUAPAS 60+
  29. NEUSA MARIA DE ALMEIDA ABADIE
  - funcionária aposentada 39N
  30. REGINA MARIA DE FRAGA ALBERTO
  - professora aposentada 39N
  31. RENATE FRICHEMBRUDER professora
  - aposentada 38N - GUAPAS 60+
  32. RITA RAQUEL VIANNA BELLOS professora -
  - Escola Alberto Torres -39N- independente
  33. ROGÉRIO WEBBER ROLIM professor
  - Colégio E Cândido José de Godoy 38N
  34. SILVIA DE LEMOS VASQUES professora

- 1           apostada 38N - GUAPAS 60 +  
2   35. SYLVIA EHLERS professora Colégio Inácio  
3       Montanha – 39N - Bloco de Lutas pela  
4       Educação Pública  
5   36. VERA LUCIA WEBER LASCH professora  
6       apostada 39N  
7   37. ZÉLIA MARILENE BORGES GOMES  
8       professora apostada 38N

9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
25  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50

## ORGANIZAR A BASE PARA ENFRENTAR OS INIMIGOS DE CLASSE

### 1. CONJUNTURA

#### **CONJUNTURA INTERNACIONAL O MUNDO EM TEMPOS DE CÓLERA**

A extrema direita mundial, comandada por Trump, está na ofensiva. Desde que assumiu este segundo mandato, o presidente dos EUA aplica uma política de ataques à soberania de diversos países, inclusive o Brasil e até a China entrou na roda.

O chamado “tarifaço” foi o mecanismo utilizado. Aumentar as taxas de exportação de uma série de produtos, como uma chantagem expressa, levou as economias ao redor do mundo a sentirem o peso da dependência do comércio com os EUA.

A China reagiu, sobretaxou os produtos norte-americanos também. O Brasil optou pela via da negociação. Muitas empresas brasileiras, que concentravam suas vendas no exterior para aquele país, sofreram com a diminuição dos seus lucros. Setores importantes, como aço, café, laranja e calçados, entre outros, foram prejudicados, mas o governo socorreu muitas dessas empresas. Trump acabou recuando.

Entre idas e vindas, Trump avançou também nas guerras bélicas e nas tentativas expansionistas. Sempre utilizando a defesa dos interesses americanos como mote, tenta resolver seus problemas econômicos utilizando a força. Ameaçou anexar o território da Groenlândia, também invadiu a Venezuela, sequestrou Maduro e Cilia Flores, passando a roubar o petróleo daquele país e agora está tentando submeter o governo cubano.

Certamente a maior e mais trágica destas ações foi o genocídio na Palestina. Israel, sua principal base no Oriente Médio, dono de um exército poderoso, atacou e destruiu Gaza. 90% das casas foram bombardeadas, milhares de crianças assassinadas e milhões passando fome. Depois de tudo isso, falam em “reconstrução”, isto é, roubar as terras

palestinas para colocar seus negócios.

Neste momento, Trump e Netanyahu estão atacando o Irã. Certamente um conflito bem mais complicado, pois esta nação, predominantemente composta por muçulmanos xiitas, possui um forte arsenal, tem exército organizado e está se defendendo. Diferente do massacre na Palestina, onde cometeram um verdadeiro genocídio.

Derrotar o Irã é parte do projeto expansionista de Netanyahu e dialoga com as ideias imperialistas de Trump. A guerra por petróleo segue comandando as ações do império. A reação da comunidade internacional é bastante tímida. A ONU não tem nenhuma capacidade para barrar esta violência. O outro bloco econômico também está paralisado.

O avanço da extrema direita ocorre também no continente europeu, tanto nos principais países, como Itália, Inglaterra, Alemanha, Espanha, França e Portugal, como nos periféricos, exemplo da Polônia, Noruega, Áustria, Holanda, entre outros.

#### **A CLASSE TRABALHADORA RESISTE**

Assim está sendo. Diversas manifestações estão acontecendo em todos os cantos do mundo. Além da resistência no Oriente Médio, a solidariedade aos povos massacrados, como a Palestina e Cuba, mobilizações têm acontecido em diversos países, mostrando que a classe trabalhadora resiste e luta por seus direitos.

Cada vez fica mais evidente que somente a classe trabalhadora, unida e tomando as ruas, poderá frear esta ofensiva do imperialismo, hoje combinado com o fascismo. Como a história comprova, além de atacar as liberdades democráticas, os extremistas de direita atacam também os direitos e as organizações dos trabalhadores e das trabalhadoras.

## 1 “NO KINGS”

2 Os protestos “No Kings” (Sem Reis) têm  
3 movimentado milhões de pessoas em todos  
4 os cantos dos EUA. Em março de 2026, em  
5 todos os 50 estados, 3.300 atos, denunciando  
6 o autoritarismo, as políticas de imigração  
7 agressivas e a guerra no Irã, buscando a defesa  
8 da democracia. Mais de 60% da população  
9 desaprova a intervenção militar no Irã.

10 Estes protestos, organizados pelos  
11 movimentos sociais, sindicatos e políticos  
12 progressistas, está recebendo apoio de  
13 personalidades do mundo das artes e chamado  
14 a atenção do mundo. A crise interna, política  
15 e social, tem desgastado muito a imagem e a  
16 popularidade de Trump.

17

## 18 ARGENTINA

19 Milei segue atacando na Argentina.  
20 Depois de aprovar seu “pacote” em 2024,  
21 com uma série de medidas econômicas  
22 que prejudicaram os(as) trabalhadores(as),  
23 apresentou agora novas propostas, ainda  
24 mais duras, como a alteração da jornada  
25 de trabalho para até 12 horas, redução das  
25 indenizações, flexibilização das férias, enfim,  
27 um ataque ainda mais profundo aos direitos  
28 dos(as) trabalhadores(as).

29 Até fevereiro de 2026, os(as)  
30 argentinos(as) fizeram quatro greves gerais,  
31 contra a política econômica e a reforma  
32 trabalhista do governo de Javier Milei. As  
33 centrais sindicais e os sindicatos relatam alta  
34 adesão aos movimentos. Setores importantes,  
35 como o de transportes (metrô, trens e ônibus)  
36 e dos aeroportos, com o cancelamento de  
37 centenas de voos, além dos(as) servidores(as)  
38 públicos(as), estão mobilizados e firmes na  
39 resistência.

40

## 41 O MUNDO

42 Em vários outros lugares, mesmo na  
43 Europa, estão ocorrendo manifestações contra  
44 o avanço da extrema direita, contra as guerras  
45 imperialistas e na defesa das liberdades  
46 democráticas, dos direitos dos(as) imigrantes  
47 e em solidariedade às nações agredidas.

48 Na Alemanha, milhares de pessoas  
49 marcharam em várias cidades, em resposta aos  
50 planos da extrema direita (AfD, “Alternativa

para a Alemanha”) para deportar imigrantes,  
incluindo naturalizados(as). As manifestações  
são contra estas medidas, pois este partido  
extremista mantém relações com neonazistas.

No Brasil, no ano passado também  
aconteceram mobilizações em defesa da  
soberania, por liberdades democráticas e  
contra a maioria do Congresso inimigo do  
povo.

## I CONFERÊNCIA ANTIFASCISTA

No Brasil, em Porto Alegre, ocorreu, em  
março de 2026, uma importante iniciativa  
para debater o avanço do fascismo e  
defender a soberania dos povos. Uma grande  
articulação internacional, com a participação  
de intelectuais e ativistas de mais de 40 países.  
Durante três dias, relatos e propostas foram  
ouvidos por mais de mil participantes.

A solidariedade global, a defesa do  
meio ambiente, a denúncia das guerras, do  
genocídio em Gaza, das políticas de opressão,  
de perseguição aos(às) imigrantes e o aumento  
da exploração, tudo em nome do lucro, foram  
temas predominantes desta I Conferência  
Internacional Antifascista e pela Soberania dos  
Povos, sendo que o ponto alto ficou por conta  
da Marcha de Abertura.

---

**O CPERS foi um dos convocantes, por isso  
defendemos que o XII Congresso aprove a  
continuidade da participação da categoria  
nas próximas etapas e atividades.**

**Que também siga o debate na base da  
importância da luta antifascista, pois  
não basta dizer que é contra o fascismo,  
precisamos formar um exército de  
antifascistas.**

---

## CONJUNTURA NACIONAL

Em outubro, teremos eleições gerais. A  
grande tarefa será, sem dúvida, eleger Lula  
para impedir que a extrema direita governe  
novamente o Brasil.

Os julgamentos de Bolsonaro e seus  
generais foram, de forma inédita, fundamentais  
para redimir um pouco o Brasil de seu passado  
de impunidade. Que os condenados cumpram

1 suas penas. Gerais na cadeia tem um  
2 simbolismo muito importante, mas isso ainda  
3 não foi suficiente para entrarmos nesta eleição  
4 com mais tranquilidade.

5 O país segue dividido, o governo de  
6 coalizão de Lula não conseguiu impor um  
7 favoritismo para a disputa. Seguimos com  
8 um Congresso fisiológico e reacionário, com  
9 velhas mazelas ainda muito vivas, como a  
10 corrupção, e com o povo trabalhador vivendo  
11 com dificuldade.

12 Os avanços sociais são importantes,  
13 mas insuficientes para garantir um cenário  
14 totalmente favorável, o governo tenta  
15 se equilibrar entre as políticas sociais e  
16 a “estabilidade econômica” exigida pelo  
17 mercado. O arcabouço fiscal estrangula o  
18 orçamento para o cumprimento de metas e  
19 limita na essência os investimentos sociais.

20 Busca conciliar o discurso da distribuição  
21 de renda, diminuição do desemprego e  
22 ampliação de alguns direitos, como a isenção  
23 do Imposto de Renda até 5 mil, com a realidade  
24 dos juros altos e da ampliação das emendas  
25 parlamentares, que dão ainda mais poder à  
26 maioria do Congresso reacionário e antipovo.

27 As contradições se manifestam em várias  
28 outras áreas, como na Educação, na Saúde, na  
29 política ambiental. É a velha tática “um tiro no  
30 cravo, outro na ferradura”. Como justificar que,  
31 no início de seu governo, Lula travasse uma  
32 verdadeira guerra contra o Banco Central e, ao  
33 nomear o novo presidente, a taxa Selic subisse  
34 a patamares jamais alcançados no Brasil?

35

## 36 **OUTROS FATORES QUE INFLUENCIAM** 37 **O CENÁRIO**

38 O escândalo do Banco Master é um deles.  
39 Um rombo de bilhões, que atinge os cofres  
40 públicos, o uso de jatinhos por autoridades  
41 se tornou a principal pauta da mídia burguesa  
42 que ama criminalizar a política e jogar todos  
43 os partidos e suas representações na “vala  
44 comum”.

45 Outro fator de intenso desgaste  
46 institucional foi o crime cometido contra  
47 os(as) aposentados(as) do INSS através  
48 do roubo dos empréstimos consignados.  
49 Uma fórmula desumana de tirar dinheiro  
50 das aposentadorias, através de sindicatos

e associações fantasmas. Os valores são  
bilionários e os autores intelectuais ainda  
estão se safando.

Nos dois casos fica difícil que a população  
entenda que foi a família Bolsonaro, a extrema  
direita, e também políticos do “Centrão”, os  
maiores beneficiados e responsáveis, pois são  
poupados pela grande mídia nas denúncias.

No último período, também a guerra  
imperialista contra o Irã tem trazido  
consequências econômicas para diversos  
países, especialmente aqueles que dependem  
do gás e do petróleo exportados pelos países  
da região. Desde o começo dos ataques, o  
preço do barril disparou e aumentou mais de  
42%, passando de U\$ 72 para mais de U\$ 110.

No Brasil, os efeitos na economia estão  
ligados ao aumento do preço dos combustíveis,  
especialmente o diesel, principal combustível  
para o transporte de cargas, que já subiu  
25% em média. Isto eleva a inflação e o custo  
dos transportes, como as passagens aéreas.  
Também os insumos agrícolas, importados  
daquela região, sofreram reajustes  
significativos.

Mas também esta guerra está servindo  
para que empresários inescrupulosos  
aproveitem a instabilidade internacional  
para superfaturar preços e especular. Vários  
produtos, alguns até com isenções de  
impostos, para fazer frente à crise, estão sendo  
majorados somente para aumentar os lucros.

## **UNIR AS(OS) LUTADORAS(ES) NO ENFRENTAMENTO À EXTREMA DIREITA**

**Certamente será preciso lutar muito  
pela reeleição de Lula para derrotar a extrema  
direita, que vem renovada. Bolsonaro (pai),  
agora em prisão domiciliar, lançou o filho,  
Flávio Bolsonaro. Figura preparada, mais  
jovem e com muita disposição para o embate.**

**Neste cenário será fundamental  
denunciar o papel nefasto da extrema direita,  
com seus métodos fascistas, de destruição do  
planeta e apoio às guerras e suas ligações  
com Trump e o imperialismo, que invade,  
sequestra e mata.**

**Também não podemos abrir mão de  
exigir que Lula assuma os compromissos com  
as pautas da nossa classe: Fim da escala 6x1,**

1 **redução da jornada de trabalho, sem redução**  
2 **de salário, valorização do salário mínimo,**  
3 **fortalecimento do SUS, defesa dos serviços**  
4 **públicos, não à privatização das empresas**  
5 **públicas, redução no preço dos alimentos,**  
6 **dinheiro público só para a educação pública,**  
7 **piso para as(os) funcionárias(os) de escola,**  
8 **e, sobretudo, a defesa das organizações**  
9 **das(os) trabalhadoras(os), das liberdades**  
10 **democráticas e da soberania do Brasil.**

11 **E, partindo da compreensão de**  
12 **que mobilizar a categoria para participar**  
13 **de atos e manifestações unitárias com o**  
14 **conjunto das(os) trabalhadora(es) é essencial**  
15 **para enfrentarmos os inimigos de classe,**  
16 **defendemos que a melhor maneira de**  
17 **participar de uma eleição é aliando a tarefa**  
18 **das ruas com a das urnas.**

19  
20 **CONJUNTURA ESTADUAL**  
21 **O RS SANGRA APÓS UMA DÉCADA**  
22 **DE APROFUNDAMENTO DO**  
23 **NEOLIBERALISMO!**

24 O Rio Grande do Sul, embora tenha  
25 crescido 0,9% em 2025, tem registrado  
26 desempenhos inferiores à média nacional. A  
27 dependência da produção agrícola, a queda  
28 da produção industrial e uma política restritiva  
29 em relação ao salário mínimo regional  
30 têm levado à perda de posições no ranking  
31 brasileiro, perdendo em competitividade para  
32 Santa Catarina e Paraná.

33 Tanto Sartori quanto Eduardo Leite  
34 apostaram na mesma fórmula. Despejar  
35 incentivos fiscais – o montante supera a casa  
36 dos R\$ 7 bilhões – concedidos sem critérios  
37 justos, para grandes empresários, muitos deles  
38 sequer garantem empregos para a nossa gente  
39 e fazer caixa à custa dos servidores públicos.

40 Isto tudo em uma conjuntura de  
41 suspensão do pagamento das parcelas da  
42 dívida pública por 3 anos, em função dos  
43 desastres das enchentes ocorridos em 2024,  
44 desobrigando o estado do pagamento de  
45 aproximadamente R\$ 11 bi, entre juros e  
46 principal dessa dívida.

47 Leite passou os últimos seis meses  
48 percorrendo o Brasil para tentar viabilizar  
49 seu sonho de ser candidato à presidência  
50 da república. Para isso, trocou de partido e

esqueceu que o RS havia passado pelo maior  
desastre de sua história.

É certo que Leite passa a imagem de um  
político diferente. É jovem, se apresenta como  
um homem de diálogo, político moderno, com  
excelentes relações com a mídia e com os  
setores empresariais. É progressista na pauta  
dos costumes, circula com desenvoltura em  
todas as camadas da sociedade.

No entanto, afirmamos que Eduardo  
Leite é uma farsa! Sua política é reacionária.  
Associa protecionismo para as empresas e  
sustenta a economia em cima de arrocho  
salarial, privatizações e sucateamento dos  
serviços públicos. Leite sequer cumpre os  
mínimos constitucionais exigidos para Saúde  
e Educação.

Para as(os) servidoras(es), um dos piores  
governo da história. Retirou todas as vantagens  
temporais, destruiu os quadros de carreira,  
instituiu a cobrança para dependentes no IPE  
Saúde e a cobrança de previdência para as(os)  
aposentadas(os). As categorias estão em  
sofrimento!

Muitas categorias estão com perdas  
salariais superiores a 70%. É o caso das(os)  
funcionárias(os) de escola e do Quadro Geral. É  
inacreditável que, em quase 12 anos, somente  
6% de reajuste tenham sido concedidos. Neste  
mesmo período, a cesta básica aumentou  
129%, a luz, 277%, os medicamentos, 105%.

As(os) aposentadas(os) são suas maiores  
vítimas. Além de não ter nenhum reajuste  
salarial, embora a Constituição Federal  
determine a reposição da inflação como  
um direito, criou a famigerada “parcela de  
irredutibilidade” que fez com que muitas(os)  
colegas sequer tenham recebido os índices do  
Piso Salarial Nacional.

**DERROTAR LEITE E A EXTREMA DIREITA**

Agora, mais uma vez, estamos em  
um momento decisivo. Leite planeja eleger  
Gabriel Souza, seu vice-governador. É mais do  
mesmo! Gabriel é do MDB, partido do Sartori.  
Esta coalizão, liderada por Eduardo Leite, com  
vários partidos, incluindo MDB, PSD, PP e PDT,  
entre outros, é responsável pela grave situação  
das(os) servidoras(es) do estado.

Mais uma vez, a extrema direita se

1 apresenta para a disputa, agora com uma  
2 candidatura mais articulada que a anterior,  
3 de Onyx Lorenzoni, portanto, mais perigosa.  
4 Zucco conseguiu dividir o PP, carregando a  
5 maioria deste partido, além de Republicamos  
6 e Novo. O fascismo vem mais forte!

7 Em 2022 a esquerda ficou fora do  
8 segundo turno. Por poucos votos, Leite ganhou  
9 a vaga. Este risco existe mais uma vez agora  
10 em 2026, principalmente pelas indefinições da  
11 esquerda, que perduraram por meses.

12 No fechamento desta tese ainda não  
13 havia uma definição, por isso, registramos  
14 nosso repúdio às ameaças de intervenção e  
15 declaramos nenhuma confiança no PDT e em  
16 Juliana Brizola.

17 **A esquerda precisa ter uma candidatura**  
18 **nestas eleições. E as(os) militantes têm que**  
19 **jogar peso nesta disputa. Nossas categorias**  
20 **não aguentam mais tanto sofrimento, tanto**  
21 **descaso e desrespeito. Nossa tarefa é a de**  
22 **reeleger Lula, para barrar a extrema direita**  
23 **e lutar contra Zucco e Gabriel Souza, pois**  
24 **ambos são nefastos para o serviço público e**  
25 **servidoras(es).**

26 **Opinamos que a maioria das(os)**  
27 **delegadas(os) do XII Congresso têm esta**  
28 **compreensão, mas só isto não basta, será**  
29 **preciso combinar o movimento de rua com a**  
30 **campanha eleitoral.**

31 **Será preciso aprovar um calendário de**  
32 **lutas, com mobilizações que contemplem as**  
33 **demandas da categoria, das(os) servidoras(es)**  
34 **e dos serviços públicos, dos movimentos**  
35 **populares, da juventude e da população em**  
36 **geral.**

## 37 38 **2. EDUCACIONAL**

39 Um dos principais desafios da educação  
40 é, sem dúvida, resistir às investidas violentas  
41 do capital para transformar as escolas públicas  
42 em empresas! Mais do que nunca, o projeto  
43 imposto pela burguesia mundial para a classe  
44 trabalhadora é o da liquidação completa do  
45 Estado, o fim de qualquer política pública que  
46 garanta o direito mínimo de acesso ao ensino  
47 público, de qualidade, democrático e laico.

48 A expropriação dos recursos públicos  
49 pelo mercado ocorre de várias maneiras e  
50 mudam a sua forma de fazer isto conforme

a sua conveniência, mas a drenagem dos  
mesmos para a iniciativa privada cresce  
assustadoramente, inclusive em governos  
progressistas.

A partir dos anos 90, houve um  
crescimento de fundações, institutos  
e organizações empresariais, inclusive  
reconhecidas como sociedade civil organizada,  
que, desde o início, começaram a formular  
políticas e iniciativas para abocanhar os  
recursos públicos.

Em relação aos resultados pedagógicos  
e das dificuldades do acesso à escola, o  
que podemos acompanhar desde aquele  
período foi o crescimento vertiginoso da  
plataformização da educação e dos oligopólios  
educacionais pelo mundo, assim como as Big  
Techs (Kroton – Cogna Educação; Yduqs –  
Estácio; Ânima Educação; Laureate Education,  
Nord Anglia Education etc.).

Os governos fazem das secretarias  
de educação os clientes prioritários dessas  
empresas, um “balcão de negócios” na  
compra de apostilas (desidrataram o  
Programa Nacional do Livro Didático – PNLD),  
de cursos de formação que desestimulam  
educadoras(es), pois treinam professoras(es)  
para “adestrarem” estudantes, de  
equipamentos tecnológicos e “sistemas de  
ensino”, gerando enormes lucros.

As plataformas digitais servem à coerção  
sobre equipes diretivas, ao assédio moral, à  
garantia do treinamento das(os) estudantes  
para avaliações externas, para a aprovação  
automática e cumprimento de metas,  
adoecendo a escola.

A pedagogia dos banqueiros e  
empresários é a do “adestramento” das(os)  
estudantes para realizarem tais avaliações  
externas, que respondem e criam índices  
que mascaram a realidade educacional e os  
resultados dos projetos que desorganizam  
e desestruturam a escola, como a “nova  
reforma” do ensino médio.

Responsabilizam as(os) trabalhado-  
ras(es) pelo não cumprimento das metas que,  
em suma, servem somente para justificar as  
privatizações, mas são uma das causas do ado-  
ecimento de trabalhadoras(es) da educação.

Sem contar que, nos últimos anos,

1 a educação tem sido alvo prioritário dos  
2 ataques da extrema direita. Programas como  
3 “Escola sem Partido” e a tentativa de rotular  
4 educadoras(es) como doutrinadoras(es)  
5 tentam transformá-los em inimigos das(os)  
6 estudantes e das suas famílias.

7 Neste sentido, o primeiro aspecto que  
8 precisamos considerar para a elaboração da  
9 política educacional da nossa entidade é que  
10 as investidas violentas contra o “quinhão” da  
11 educação pública estão sendo aplicadas por  
12 governos de diferentes matizes políticas.

13 A educação brasileira não pode ser  
14 controlada por fundações empresariais. A  
15 indicação de dirigentes do MEC e a formulação  
16 de políticas alinhadas à Fundação Lemann,  
17 Instituto Natura, Fundação Itaú e congêneres  
18 expressam uma captura do Estado por  
19 interesses privados que visam orientar o  
20 currículo, a gestão e a formação docente.

21 No RS, Eduardo Leite, blindado pela  
22 mídia, principalmente Zero Hora e RBS,  
23 seus aliados incondicionais, e cercado por  
24 tecnocratas de fora do estado, como Raquel  
25 Teixeira e Pricilla Santana, secretárias da  
26 Educação e da Fazenda, tem implementado  
27 seu projeto educacional, de forma muito  
28 competente.

29 Com a desculpa de acabar com a evasão  
30 escolar, implanta a aprovação automática sem  
31 atacar as verdadeiras causas que levam as(os)  
32 alunas(os) a abandonarem a escola. Autoritária  
33 a ponto de acabar com a gestão democrática,  
34 Raquel Teixeira, sua “testa de ferro”,  
35 especialista em controlar as escolas através  
36 de planilhas, busca maquiar os resultados do  
37 fracasso da sua política educacional.

38 As consequências do desmonte e  
39 a desvalorização das carreiras das(os)  
40 educadoras(es), a precarização, a terceirização,  
41 a plataformização, a sobrecarga de trabalho, a  
42 meritocracia, o assédio moral e sucateamento  
43 das estruturas e até a venda das escolas,  
44 através das PPPs, adoecem não só a categoria,  
45 mas a escola de conjunto.

46 Para piorar, a violência nas escolas tomou  
47 proporções inimagináveis. A insegurança  
48 passou a ser parte do ambiente educativo,  
49 com isso, o processo ensino-aprendizagem das  
50 futuras gerações fica ainda mais ameaçado.

Escolas precisam de investimentos  
para serem um ambiente acolhedor e não de  
sofrimento e morte para crianças e adultos. A  
violência escolar está intimamente ligada às  
desigualdades sociais que ficam cada vez mais  
insuportáveis na sociedade capitalista.

Com os concursos públicos acontecendo  
cada vez mais esporadicamente, quem garante  
o funcionamento da escola, na maioria das  
vezes, são as contratações precárias e até as  
terceirizações. Se nos negamos a organizar  
aquelas(es) que vivem outra realidade, só  
enfraquecemos as nossas ferramentas de luta.

Por conta de tudo isto, o combate e  
enfrentamento precisam acontecer de fato,  
pois só assim o nosso sindicato se fortalece  
como uma ferramenta capaz de organizar  
as(os) trabalhadoras(es) em educação  
para lutar contra todos os ataques, velhos  
e renovados, à escola pública e às(aos)  
suas(seus) profissionais.

Afinal, se a escola que temos não é a  
mesma que tínhamos há 20 anos atrás, se  
a vanguarda que dirigiu as principais lutas  
da educação e que participou ativamente  
da vida política do nosso país se aposentou,  
ou está prestes a se aposentar, nos parece  
que insistir nas mesmas práticas e caminhos  
já percorridos só serve para afastar a nova  
geração da entidade.

As(os) trabalhadoras(es) em educação  
seguem lutando, em todo o país inúmeras  
mobilizações e paralisações estão acontecendo,  
por isso, seria um equívoco se o XII Congresso  
apontasse apenas o Calendário eleitoral  
como estratégia, sabemos da importância do  
mesmo, no entanto será preciso combinar  
ação nas ruas com o processo eleitoral.

- **O debate nas escolas, as mobilizações, a disputa da versão das educadoras e educadores precisam ter a força necessária para divulgar o que significa este projeto da extrema direita para a educação.**
- **Somente um enfrentamento “sem tréguas”, unitário, mas com independência de classe, articulado com a comunidade escolar e com os movimentos sociais, poderá impedir a destruição da escola pública e da nossa profissão.**

- 1 • **A luta contra a privatização (hoje PPPs),**  
2 **a plataformização, a municipalização**  
3 **e as terceirizações significa a própria**  
4 **sobrevivência da escola pública.**  
5 • **Para tanto, o CPERS tem um papel**  
6 **decisivo, precisa ter como estratégia**  
7 **central a mobilização e, principalmente,**  
8 **não alimentar ilusões de que a luta**  
9 **institucional descolada das ruas pode**  
10 **impedir os ataques.**

### 12 **3. BALANÇO DO CPERS**

13 O nosso Sindicato atualmente vive  
14 uma situação comum aos grandes aparatos  
15 Sindicais de Educadoras(es) que representam  
16 as categorias do ensino básico, principalmente  
17 aqueles que se constituíram a partir de bases  
18 estaduais.

19 Com precarização das relações de  
20 trabalho, fruto das políticas neoliberais e,  
21 atualmente, num estágio muito avançado que  
22 classificamos de ultraliberais, as categorias  
23 foram enfraquecendo, perdendo direitos e  
24 as(os) jovens trabalhadoras(es) começam sua  
25 atuação, sem perspectivas de carreira e sem  
25 garantia de direitos trabalhistas.

27 A escola também era outra e por isso  
28 esta realidade precisa ser encarada de forma  
29 adequada pelas atuais direções, mesmo as que  
30 foram forjadas em mobilizações e greves, onde  
31 as pautas eram o concurso público, a carreira,  
32 a valorização salarial e a gestão democrática.

33 Hoje as nossas pautas seguem sendo as  
34 mesmas, todas muito justas, mas a maioria  
35 distante da realidade daquelas(es) que  
36 permanecem trabalhando, lembrando que  
37 grande parte dos que tocam o dia a dia da  
38 escola tiveram suas carreiras atacadas ou não  
39 têm sequer a perspectiva de conquistar uma.

40 Neste sentido, as necessidades imediatas  
41 precisam ser consideradas como eixos das  
42 nossas lutas: as condições de trabalho, o fim  
43 da sobrecarga, da burocratização e do controle  
44 pedagógico imposta pelas plataformas digitais,  
45 assim como o reajuste salarial, que, sem  
46 dúvida, é o que mobiliza quem está dentro das  
47 escolas.

48 Por certo, estender o reajuste do  
49 piso nacional para as(os) contratadas(os),  
50 reivindicação levada a cabo pela CNTE, foi

fundamental para que esta parcela tivesse  
algum ganho salarial, mas vale salientar que,  
numa relação precária de trabalho, esta  
questão não resolve por inteiro o problema da  
valorização salarial.

Em relação à situação das(os)  
funcionárias(os) de escola, que sequer  
tiveram concretizada a unificação com as(os)  
professoras(es) em todos os Sindicatos, não  
conquistaram um piso nacional e, literalmente,  
a terceirização está tomando conta deste  
setor. Sendo assim, a luta pela conquista deste  
piso tem que ser a prioridade.

Na outra ponta estão as(os)  
aposentadas(os), que são a maior parcela  
das(os) sócias(os) do Sindicato e passam por  
uma situação brutal de perda de direitos,  
confisco salarial através de desconto  
previdenciário e, por anos a fio, nem as perdas  
inflacionárias foram repostas.

**Diante das considerações acima,**  
**precisamos criteriosamente avaliar se as**  
**nossas ações entre o último Congresso e o**  
**atual responderam de forma adequada as**  
**demandas da categoria e tentar continuar o**  
**que deu certo, mas corrigir o curso geral.**

- O CPERS avançou no sentido de chamar a categoria para a participação em atividades gerais da classe trabalhadora, bem como nas mobilizações contra a extrema direita. Sabemos que o debate na base dos Núcleos ainda é insuficiente, mas este depende do conjunto dos dirigentes e das forças políticas para que as(os) educadoras(es) se conscientizem desta necessidade;
- A denúncia da privatização da escola pública está sendo feita, mas para impedir que a mesma avance, precisamos de mais ações de rua, diálogo com a comunidade escolar, com os movimentos e enfrentamento mais fortes contra os governos privatistas. No entanto, para que isso seja possível, não podemos alimentar ilusões de que é possível negociar sem mobilização;
- As campanhas de denúncia contra Leite/Raquel e dos seus representantes na Assembleia Legislativa, inimigos do CPERS e da educação, não conseguiram expressar o repúdio que a maioria da categoria tem por eles;

- 1 • Opinamos que a fragilidade das nossas  
2 denúncias, por um lado, se deu por um  
3 problema político, de caracterizar Leite  
4 como um potencial aliado na luta contra  
5 a extrema direita, mas também pelas  
6 infundáveis audiências, com a ilusão de  
7 negociar a famosa e comprovadamente  
8 ineficaz “redução de danos”;
- 9 • No primeiro semestre do ano passado,  
10 fizemos duas Assembleias muito unitárias e  
11 aprovamos um calendário de mobilização,  
12 que traduziu a disposição da vanguarda  
13 para lutar;
- 14 • Construímos uma Campanha Salarial  
15 unificada com as(os) Servidoras(es)  
16 pelo reajuste geral de salários que  
17 resultou em dois grandes atos estaduais  
18 e atos regionalizados, o que ampliou a  
19 mobilização e mostrou força;
- 20 • Depois do último ato unificado, a Diretoria  
21 do Sindicato mudou a linha, passou a  
22 fazer muitas reuniões com a Secretaria  
23 de Educação, e/ou outros integrantes  
24 do governo com o objetivo de abrir um  
25 canal de negociação só para o CPERS.  
26 Infelizmente, a negociação não aconteceu;
- 27 • Vale registrar que os Núcleos se  
28 esforçaram muito, as(os) aposentadas(os)  
29 e aquelas(es) que puderam sair das escolas  
30 responderam a todas as convocações do  
31 CPERS, mesmo no meio de tantas tarefas  
32 impostas pelos departamentos, coletivos  
33 que passaram a ser a centralidade da ação  
34 da diretoria;
- 35 • No entanto, o erro mais categórico foi o  
36 eixo da mobilização em 2026. Esquecido  
37 o índice salarial unitário, a pauta passou  
38 a ser: estender o índice do Piso Salarial  
39 Nacional para toda a categoria. Como era  
40 um PL, que estava na AL, começou a “Via  
41 Crucis” nos gabinetes dos deputados da  
42 base de sustentação do Governo Leite;
- 43 • Resultado: gosto amargo de derrota e  
44 categoria dividida, achando que alguns  
45 receberam reajuste (nada mais do que o  
46 índice do piso que o governo era obrigado  
47 a pagar) e os que não receberam culpavam  
48 o Sindicato;
- 49 • Coisa que já tinha acontecido em outros  
50 momentos, por apresentar uma proposta
- que nem lógica tem e alimentar a ilusão de  
que os aliados do governo podem aceitar  
as emendas da oposição;
- O nosso balanço está caracterizado por diferenças políticas, de táticas e de armação para enfrentar o governo, entretanto não está em questionamento a militância do conjunto da Diretoria;
  - Todas e todos viajam, visitam os Núcleos, participam de inúmeras agendas, representam o Sindicato numa série de eventos, mas a falta de elaboração coletiva fica evidente no debate nas instâncias e na atuação;
  - Opinamos que a diretoria Central tem uma divisão de espaços entre as correntes políticas que dirigem o Sindicato há 12 anos e que os seus acordos são de longo prazo para manter o aparelho;
  - Sendo que estes acordos são respaldados pela maioria do Conselho Geral e pelos Núcleos dirigidos por este campo;
  - Para as forças políticas que ingressaram para formar uma Frente Política e Sindical para unir a categoria e defender a escola pública resta a adaptação para garantir espaço na próxima eleição ou a independência política para se contrapor;
  - A Construção Socialista manterá a sua postura responsável de tentar dialogar com todas as forças políticas e os 42 Núcleos, debatendo propostas na diretoria, no Conselho Geral, mas mantendo nossa total independência política para atuar;
  - Seguiremos defendendo a unidade das(os) lutadoras(es) do Sindicato para mobilizar a nossa base para enfrentar a extrema direita nas ruas, na reeleição do Lula e na eleição da Frente construída no RS para enfrentar Zucco e os outros que representam a mesma política de entrega do RS para a burguesia.

#### 4. SINDICAL

O mundo vive uma fase de sucateamento dos direitos trabalhistas, com a ampliação da precarização das relações de trabalho e o subemprego. No Brasil, desde a reforma de Temer, em 2017, aprofundaram-se as terceirizações, a pejetização, o trabalho

1 intermitente e também a informalidade.

2 Em geral, o que acontece aqui e em outros  
3 países é a redução de direitos. Fim do 13º salário,  
4 das férias remuneradas, enfraquecimento do  
5 Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e  
6 baixa remuneração. A ampla campanha de  
7 mídia na defesa do “empreendedorismo”  
8 esvaziou a CLT e ampliou o trabalho informal.

9 Outro fator fundamental para explicar  
10 este novo fenômeno no mundo do trabalho  
11 é o avanço das tecnologias que, através da  
12 produção digital e/ou de máquinas, substituem  
13 a mão-de-obra ou simplesmente extinguem  
14 profissões, como os(as) cobradores(as) de  
15 ônibus, bancários(as) e operários(as) nas  
16 fábricas, dentre tantos(as) outros(as).

17 Com a Reforma administrativa  
18 no governo Bolsonaro, lembrando que,  
19 atualmente, vivemos a ameaça de uma nova  
20 tramitando no Congresso Nacional, cresceu a  
21 exploração do setor público, facilitando ainda  
22 mais para a iniciativa privada a possibilidade  
23 de ofertar todos os serviços públicos.

24 Na educação, após a derrota de  
25 Bolsonaro e mesmo com a chegada de Lula  
26 ao planalto, seguimos sem ter conseguido  
27 derrotar totalmente a Reforma do Ensino  
28 Médio, as ameaças ao Piso Nacional são  
29 constantes, não conquistamos o piso para  
30 as(os) funcionárias(os) e, como se não bastasse,  
31 o Arcabouço Fiscal limita os investimentos em  
32 educação.

33 Com a maioria dos estados e municípios  
34 governados pela direita e/ou extrema direita,  
35 a escola pública e a nossa profissão estão  
36 sendo destruídas. Apesar da resistência  
37 protagonizada por algumas entidades, nossas  
38 lutas seguem desarticuladas, a burocratização  
39 aumenta e o afastamento dos Sindicatos da  
40 realidade das escolas é muito grande.

41 Os calendários de luta aprovados pela  
42 CNTE, quando são implementados, saem mais  
43 fracos do que poderiam, pois os Sindicatos de  
44 base perderam muito da sua capacidade de  
45 mobilizar, estão cada vez mais corporativos  
46 e tratam as reivindicações comuns a todas(os)  
47 como se fossem apenas suas.

48 No CPERS existe muita propaganda  
49 da unidade, mas mesmo existindo uma  
50 pluralidade de forças que dirigem núcleos

e estão representadas nas instâncias do  
Sindicato, a direção ignora que a classe  
trabalhadora se encontra fragmentada e que  
o processo de reorganização sindical está em  
curso, mas que não será como foi no passado.

Além de incorporar, no centro da ação  
sindical todas(os) as(os) trabalhadoras(es) em  
educação, independente da sua condição de  
contratada(o), terceirizada(o), ativas(os) ou  
aposentadas(os), será necessário respeitar a  
pluralidade política e a diversidade.

Rever posições sectárias que se  
fortalecem no interior Sindicato é necessário,  
pois a hegemonia para manter espaços no  
aparelho tem enfraquecido a entidade na luta  
unitária, inclusive com as entidades das(os)  
Servidoras(es) Públicas(os).

- **Defendemos a mais ampla unidade de ação para enfrentar a extrema direita, o imperialismo e o fascismo;**
- **No âmbito das relações sindicais para fora, nacional e internacionalmente, será preciso compreender que existem centrais sindicais, sindicatos, fóruns, movimentos da juventude e sociais, classistas e de esquerda, para além da CNTE e da CUT;**
- **Diante desta compreensão é que defendemos Frentes de Esquerda Classistas para debater o processo de reorganização sindical da classe trabalhadora. Obviamente que, para tal empreitada, o sectarismo, a autoproclamação e o esquerdismo não ajudarão;**
- **Os(as) que subscrevem esta tese respeitam a reafiliação do Sindicato à CUT, embora o tema tenha sido pouco debatido na base, mas só uma direção democrática e não burocrática, que leve em consideração a diversidade e a pluralidade do setor mais consciente da superestrutura do Sindicato poderá construir a unidade e fortalecer o CPERS.**

## 5. PAUTA DE REIVINDICAÇÕES

Reafirmamos a pauta de reivindicações da categoria, aprovada nas instâncias e sem respostas do governo.

**Destacamos os seguintes pontos para a luta imediata:**

- 1 **1. Piso Salarial Nacional para as(os)**
- 2 **funcionários de escolas;**
- 3 **2. Revisão Geral dos salários para toda a**
- 4 **categoria;**
- 5 **3. Fim do desconto previdenciário para**
- 6 **aposentadas(os);**
- 7 **4. Garantia do funcionamento do IPE-Saúde,**
- 8 **com atendimento qualificado;**
- 9 **5. Não à privatização (PPPs) e**
- 10 **plataformização das escolas (planilhas,**
- 11 **controle burocrático excessivo).**

## 13 **6. POLÍTICAS ESPECÍFICAS**

14 O CPERS é a entidade que tem como  
15 objetivo organizar as mobilizações em defesa  
16 dos direitos das(os) trabalhadoras(es) em  
17 educação e da escola pública, mas também  
18 é fundamental preparar a nossa categoria  
19 para disputar o debate político-pedagógico e  
20 organizar a luta para pautas que vão além das  
21 questões corporativas.

22 Com o avanço da extrema direita,  
23 que tenta militarizar a educação, interferir  
24 na liberdade de cátedra, amordaçando  
25 professoras(es) e estudantes, a luta pelas  
25 liberdades democráticas deve estar presente  
27 nas nossas entidades, principalmente  
28 associada com as pautas contra o machismo, o  
29 racismo e a LGBTfobia, a emergência climática,  
30 entre outras.

### 32 **1. A emergência climática e o papel do**

#### 33 **Sindicato**

34 Não é de hoje que os cientistas vêm  
35 alertando sobre as consequências nefastas  
36 que o capitalismo predatório traz para a  
37 humanidade. Os governos subordinados  
38 aos interesses do capital, que sucateiam os  
39 serviços públicos e os órgãos de controle e  
40 “flexibilizam” as leis, seguem fortalecendo  
41 o negacionismo em relação ao que a ciência  
42 alerta.

43 As grandes corporações, que exploram,  
44 destroem as matas e os rios e poluem o ar,  
45 tudo em nome do lucro, agridem a natureza e  
46 colocam vidas em segundo plano.

- 47 • O CPERS tem a tarefa de organizar as(os)
- 48 educadoras(es) para serem parte desta
- 49 luta, mas para isto é preciso aprofundar
- 50 este debate, subsidiar a categoria para

que a mesma possa desenvolver o tema  
no interior das escolas, incluindo no seu  
fazer pedagógico a defesa das saídas para  
a emergência climática.

- Defendemos como saída o ecossocialismo,  
que propõe uma visão integrada de justiça  
social e sustentabilidade ambiental,  
argumentando que é impossível alcançar  
uma sem a outra.
- Ele exige uma transformação profunda  
e radical da sociedade, envolvendo  
mudanças econômicas, políticas e  
culturais.
- Esta transformação é vista não apenas  
como desejável, mas como necessária  
para a sobrevivência, a longo prazo, da  
humanidade e do planeta.

---

**Defendemos que o Sindicato organize  
plenárias virtuais e presenciais, na base.  
Debates sobre esta questão são fundamentais  
para a sobrevivência do planeta. A realidade  
está nos dizendo: o tempo de agir é agora!**

---

### **2. As pautas feministas da classe sempre estiveram conectadas às lutas da educação**

A experiência da organização sindical  
de milhares de mulheres é um acúmulo  
que precisamos saber potencializar e o  
nosso Sindicato, por ser um sindicato  
majoritariamente de mulheres, tem que ser  
parte ativa das lutas feministas;

No entanto, na atual conjuntura,  
precisamos nos debruçar sobre uma questão  
importante que é o aumento de homens  
na nossa categoria. Temos uma opinião de  
que, fruto da crise capitalista e do avanço  
tecnológico, que diminuiu muito os postos  
de trabalho, a profissão passou a ser uma  
alternativa.

Neste sentido, precisamos analisar as  
transformações que isto pode ocasionar no  
interior das escolas: gestão, prática pedagógica,  
efeitos no comportamento dos pais, das(os)  
estudantes e na própria profissão.

Para além disto, o que isto acarreta  
na organização sindical, no que diz respeito  
à ocupação de espaços de representação,

1 lembrando que a igualdade entre homens e  
2 mulheres está ainda longe de ser atingida.

3 Algumas bandeiras da luta feminista:

- 4 • Pelo combate integral à violência
- 5 machista (assédio, estupro, abuso físico e
- 6 psicológico, feminicídios), punição e prisão
- 7 para os agressores;
- 8 • Combate sem trégua ao machismo
- 9 no interior do movimento, sindicatos,
- 10 correntes políticas/partidos;
- 11 • Contra a escala 6x1 e a jornada excessiva
- 12 de trabalho da nossa categoria;
- 13 • Pela igualdade de salário e condições de
- 14 trabalho;
- 15 • Por direito a pleno emprego e salários
- 16 dignos para todas as mulheres;
- 17 • Pela erradicação da exploração infantil;
- 18 • Por creches gratuitas em tempo integral,
- 19 financiadas pelos patrões e governos;
- 20 • Acesso universal a programas de saúde
- 21 para mulheres de todas as idades. Por
- 22 cuidados pré-natal e parto humanizado e
- 23 de qualidade, oferecido amplamente pelo
- 24 SUS;
- 25 • Garantia de atendimento pleno pelo IPE/  
25 Saúde.

### 28 **3. A luta antirracista é de todas(os) e o** 29 **sindicato deve fazer a sua parte**

30 A representatividade de negras(os), seja  
31 no parlamento ou em outros espaços de poder,  
32 significa um importante avanço, no entanto,  
33 ainda há muito a ser feito para garantir a plena  
34 inclusão e igualdade de oportunidades.

35 Para enfrentar esse problema, é  
36 necessário que as pessoas tenham consciência  
37 de que não basta não ser racista, é necessário  
38 ser comprometida(o) com a luta antirracista.  
39 Neste sentido, a cobrança aos governos por  
40 políticas públicas que garantam a promoção  
41 da diversidade e da inclusão segue na ordem  
42 do dia.

43 Também não temos dúvida de que  
44 somente o povo organizado, ocupando as  
45 ruas na luta por direitos e para superar os  
46 retrocessos impostos pela extrema direita  
47 poderá impedir que o braço armado do estado  
48 continue matando a juventude negra nas  
49 periferias das grandes cidades.

50 Nesse sentido, é preciso que a sociedade

brasileira como um todo se mobilize para  
combater o racismo em todas as suas formas,  
assegurando que as pessoas possam viver com  
dignidade, respeito e igualdade de condições.

Portanto, temos a certeza de que a  
educação cumpre um papel fundamental  
nesta luta e o CPERS deve fazer a sua parte:

- **Defendendo junto à categoria um programa de educação antirracista, para ser implementado nas escolas e auxiliar na elaboração de materiais, palestras e debates sobre o tema;**
- **Desenvolvendo campanhas sobre a importância da valorização da cultura afro-brasileira, da identidade e da trajetória dos diferentes povos que formam um país e do sentimento de pertencimento dos negros e negras;**
- **Apoiando e fortalecendo as lutas antirracistas, contra a discriminação racial e a intolerância religiosa, convocando a base para participar.**

### 4. **A luta LGBTQIA+ é parte da luta contra a extrema direita e deve ser pauta do Sindicato**

- O Combate à violência contra travestis e transexuais e todo o tipo de violência e discriminação LGBTfóbica contra a comunidade LGBTQIA+;
- Em defesa do casamento homoafetivo;
- Pelo respeito às famílias e aos lares homoafetivos;
- Que os crimes contra a população LGBTQIA+ sejam registrados como crimes de ódio para que as informações retratem a realidade;
- Garantia de banheiros não-binários ou neutros;
- Garantia de debate sobre diversidade sexual e de gênero nas escolas públicas;
- Garantia efetiva do uso do nome social;
- Contra a patologização da homossexualidade (que o conceito desprezível de “cura gay” seja definitivamente derrotado);
- Pelo acesso aos postos de trabalho, por igualdade de oportunidades, pelo direito ao emprego e à escolarização;
- Pelo direito à vida, pela liberdade de ser e amar livremente;

- 1 • Pelo direito ao acolhimento e à informação  
2 quando vitimadas(os) pela violência, pelo  
3 preconceito e pela discriminação.

#### 4 **5. APOSENTADAS(OS): Mesmo** 5 **massacradas(os), são exemplos na luta!**

6 No mundo todo, a expressão máxima  
7 do sucateamento dos direitos da classe  
8 trabalhadora é o ataque à aposentadoria. A  
9 manutenção dos lucros do mercado financeiro  
10 depende muito de sangrar os direitos das(os)  
11 que trabalharam a vida toda.

12 As(os) aposentadas(os) têm sido vítimas  
13 preferenciais das políticas neoliberais dos  
14 governos de plantão. Reformas que retiram  
15 direitos, como a paridade e a integralidade,  
16 ou mesmo a continuidade do pagamento da  
17 previdência, que confisca parte dos salários,  
18 são políticas nefastas que prejudicam estas(es)  
19 trabalhadoras(es).

20 Deve ser tarefa dos sindicatos  
21 combativos criar as condições para que esta  
22 parcela indispensável das categorias construa  
23 as “pontes” para fortalecer uma nova geração  
24 de lutadoras(es).

25 O Sindicato também precisa ter política  
25 para conscientizar as(os) aposentadas(os) de  
27 que a realidade das novas gerações é muito  
28 diferente. Que as escolas não são mais as  
29 mesmas, que a profissão foi precarizada, mas  
30 que a única maneira de fortalecer o Sindicato  
31 é caminhar juntas(os), lado a lado, preservar  
32 o legado, mas estar abertas(os) para entender  
33 os novos tempos.

---

36 **As demandas essenciais seguem sendo:**  
37 **IPE com atendimento pleno, respondendo**  
38 **de forma adequada aos que contribuíram a**  
39 **vida toda, fim da contribuição previdenciária**  
40 **e reajuste salarial imediato, pois anos de**  
41 **congelamento e perda de poder aquisitivo**  
42 **são verdadeiros absurdos.**

---

#### 45 **6. FUNCIONÁRIAS(OS) DE ESCOLA**

46 As(os) funcionárias(os) seguem sendo  
47 o setor da educação mais atacado pelos  
48 governantes e pelas políticas de desmonte do  
49 estado.

50 A maior parte se encontra refém dos juros

bancários, com dificuldades até de garantir  
alimentação, locomoção para ir trabalhar e  
outras despesas básicas. É a barbárie!

Na maioria das escolas, o efetivo é  
menor que o necessário, aumentando a  
sobrecarga de trabalho, que é extenuante,  
levando muitas(os) ao adoecimento, tanto  
psicológico, quanto físico.

Como se não bastassem todos esses  
obstáculos, sem concurso público, sem sequer  
contratos emergenciais, avança a terceirização  
do trabalho escolar. Um verdadeiro trabalho  
análogo à escravidão.

Se tornou comum que empresas  
terceirizadas não paguem os salários no final  
de cada mês, e nem direitos trabalhistas  
como, por exemplo, 13º salário ou férias. O  
que gera muita insegurança para essas(es)  
trabalhadoras(es), aumentando os problemas  
existentes nas escolas públicas.

Com a política do governo de dividir  
a categoria, muitas(os) colegas começam a  
duvidar da força do sindicato para representá-  
los, no entanto, vender ilusões de que é  
possível a inclusão na lei que reestruturou  
algumas carreiras (aliás, que atacou estas  
carreiras) gerou expectativas para os colegas.

Combater as terceirizações de forma  
efetiva, denunciando os acordos espúrios  
que o governo faz com as empresas. Isto,  
certamente, não significa deixar de prestar  
solidariedade às(aos) funcionárias(os)  
terceirizadas(os).

Organizar efetivamente a luta para  
conquistar a Lei do Piso Salarial Nacional,  
nos parece o melhor caminho para retomar o  
protagonismo deste setor da nossa categoria  
no Sindicato.

Não basta aguardar o chamado da CNTE,  
é preciso muito mais, pressão no MEC e no  
governo federal, não se pode acreditar que a  
maioria do Congresso “inimigo do povo” vai  
atender esta demanda sem pressão das ruas.

Para além disto é preciso deixar claro que  
o Sindicato não pode dar aval para a aprovação  
de um Projeto de Lei (PL) que exclua parte da  
categoria.” Ninguém pode soltar a mão de  
ninguém”.

## 7. LUTAR POR DIREITOS PARA AS(OS) CONTRATADAS(OS)!

Não podemos esquecer que a política de desmonte do serviço público, não só no RS, mas pelo país afora, é baseada nos preceitos neoliberais de acabar com o estado enquanto garantidor de políticas públicas e passar a ser apenas o intermediário entre a iniciativa privada e a população.

Assim, nos últimos anos, além de arrochar salários e acabar com as carreiras das(os) servidoras(es), os concursos quando acontecem são insuficientes para suprir a necessidade de vagas.

Mas são tão hipócritas que, de tempos em tempos, fazem um concurso, com o número de vagas reduzido, recolhem muito dinheiro das(os) candidatas(os) e a linha de corte elimina a maioria, por óbvio que este mecanismo não é para resolver o problema e as vagas não são preenchidas, pois existe uma política deliberada de manter as contratações precárias.

Enfim, devemos seguir exigindo a realização de concurso público para preenchimento das vagas e também defender os direitos das(os) colegas contratadas(os), como, minimamente, prerrogativas dignas de trabalho.

Estamos rerepresentando a proposta que fizemos no último Congresso: construir um GT com representações das(os) contratadas(os), da direção do Sindicato e apoio técnico para elaborar uma proposta que aponte a garantia de direitos trabalhistas para estas(es) educadoras(es), professoras(es) e funcionárias(os) de escola;

Observação: A diferença é que estamos defendendo que a representação das(os) contratadas(os) seja por forças políticas que têm representação no Conselho Geral.

- Realizar um Encontro Estadual, antecedido de encontros regionais, para aprovar a proposta e debater formas de mobilização que nos permitam disputar a mesma com o governo;
- Votar a proposta em AG e mobilizar o conjunto das(os) Trabalhadoras(es) em Educação para lutar por ela.

## 8. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTAS(OS)

A EJA (Educação de Jovens e Adultas(os)) exerce um papel fundamental na trajetória escolar de milhares de pessoas. Trata-se de uma modalidade de ensino que acolhe trabalhadoras e trabalhadores, mães, jovens maiores de 18 anos, povos indígenas, imigrantes, egressas(os) do sistema prisional, entre outros grupos – em sua maioria oriundos das periferias – que não tiveram oportunidades ou não conseguiram concluir seus estudos na idade regular.

Somente em 2025, de acordo com o Censo Escolar, no Rio Grande do Sul, houve uma queda de 9,6% nas matrículas da EJA. Esse cenário está relacionado a políticas educacionais que priorizam aprovações em massa e a implementação de um novo ensino médio focado na formação técnica, diminuindo a formação geral básica. Como consequência, redução de turmas da EJA e dispensa de professoras e professores.

Defender a EJA é defender uma educação pública de qualidade, comprometida com a inclusão social e com o respeito a diversidade do público. A educação de jovens e adultos(os) é também uma porta para a universalização do saber.

O CPERS, como um Sindicato preocupado com a justiça social e a defesa do povo pobre e periférico, deve protagonizar uma campanha em defesa da educação de jovens e adultos(os) na modalidade presencial.

A Campanha tem que ser pensada: materiais de propaganda, cronograma, divulgação nas redes sociais, visitas nas escolas para dialogar com as(os) educadoras(es) estudantes e comunidade, sem abrir mão de mobilizações de rua.

## 9. PLANO DE LUTAS

Unidade de ação com aquelas(es) que querem lutar por:

1. Garantia dos direitos das(os) trabalhadoras(es);
2. Pelo fim da escala 6x1, redução da jornada de trabalho, sem redução de salário;
3. Emprego com condições dignas de trabalho para a classe trabalhadora;
4. Serviço público e escola pública de

- 1 qualidade;
- 2 5. Pela soberania do Brasil, com garantia de
- 3 direitos;
- 4 6. Contra o imperialismo e o fascismo;
- 5 7. Contra as guerras imperialistas e pela
- 6 autodeterminação dos povos;
- 7 8. Por liberdades democráticas;
- 8 9. Sem anistia para golpistas.

---

10

11 **Organizar a categoria para o enfrentamento**

12 **à extrema direita nas ruas e nas urnas e**

13 **exigir medidas concretas das candidaturas**

14 **para dialogar com a classe trabalhadora.**

---

- 17 1. Mobilizar a base da categoria para
- 18 participar de atividades e atos unitários
- 19 em defesa da reeleição de Lula e das
- 20 candidaturas majoritárias da frente de
- 21 esquerda no RS;
- 22 2. Junto com o apoio a Lula é necessário
- 23 defender medidas que dialoguem com
- 24 o conjunto da população: valorização do
- 25 salário mínimo, tarifa zero no transporte
- 25 público, pois as(os) trabalhadoras(es)
- 27 sofrem demais para chegar ao local de
- 28 trabalho;
- 29 3. Combate à alta desenfreada dos preços
- 30 dos alimentos e dos combustíveis,
- 31 renegociações das dívidas das famílias, a
- 32 luta pelo fim da escala 6x1 e pela redução
- 33 da jornada de trabalho, sem redução de
- 34 salário, defesa do SUS e serviços públicos
- 35 de qualidade, entre outras;
- 36 4. As campanhas proporcionais devem ter
- 37 como eixo: a derrota da “maioria do
- 38 congresso inimigo do povo” e a eleição ou
- 39 reeleição de representantes da esquerda
- 40 radical, combatendo a adaptação à
- 41 institucionalidade do parlamento burguês;
- 42 5. Continuar denunciado o caráter ultraliberal
- 43 de Eduardo Leite e de seus aliados, Gabriel
- 44 Souza e deputados da base, esclarecendo
- 45 que são a outra face da extrema direita;
- 46 6. Visitar escolas, debater com a categoria,
- 47 estudantes e comunidade escolar o que
- 48 representam as políticas defendidas por
- 49 candidatos da extrema direita ou da direita
- 50 liberal que disputam as eleições neste ano;

7. Realizar atos (regionalizados) e paralisações
- denunciando os ataques aos direitos
- das(os) educadoras(es), o desmonte do
- serviço público e da escola pública;
8. Incentivar e propor ações aos(os)
- estudantes e à comunidade escolar
- em defesa da escola pública e contra a
- privatização da educação, seja através das
- PPPs, terceirizações, etc.

## 10. REFORMA ESTATUTÁRIA

O Art.41- passa a ter nova redação.

Art. 41- A Diretoria do CPERS e dos Núcleos serão eleitas por meio de chapas, respeitando o critério de proporcionalidade entre as mesmas, para a ocupação dos cargos na direção.

1º Para compor a direção, a chapa concorrente deverá atingir o percentual mínimo de 10%.

Art. 47-

O parágrafo único passa a ter a seguinte redação:

Parágrafo Único – Um membro da Diretoria do CPERS/Sindicato e do Núcleo não pode concorrer por mais de dois (2) períodos consecutivos.

**Justificativa:** O CPERS precisa fortalecer a democracia interna, mas para isto precisa criar mecanismos estatutários que limitem os acordos de superestrutura. O que temos visto no último período é a perpetuação nos cargos e muitas vezes diretores de forças políticas com pouquíssima representação na base.

Nosso Sindicato é grande, composto por uma categoria heterogênea e bastante plural, ter clareza das concepções políticas dos seus dirigentes só vai ajudar na sua politização.

Para além disto, nosso Sindicato é filiado a duas entidades, CNTE e CUT, que elegem as suas direções de forma proporcional.

**ASSINA:**

CONSTRUÇÃO SOCIALISTA – CS

## CONTIBUIÇÃO AO XII CONGRESSO DO CPERS SISTEMA ÚNICO DE EDUCAÇÃO- REDE FEDERAL DE CIEPS

### ***Atualizado pelas sete dimensões da educação para o século XXI.***

*Nós, Educadoras e Educadores do MTPE, em nível municipal, estadual e nacional entendemos que não há dignidade humana e nem cidadania plena quando há falta de conhecimento, pois as pessoas acabam submergindo na ignorância, sendo facilmente manipuladas.*

*Compreendemos, como MTPE (Movimento Trabalhista pela Educação), que a prioridade do Brasil deve ser o cumprimento da Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 205 ratifica. “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”, cabendo a nós, enquanto agentes políticos propor e concretizar programas, projetos e ações para cumprir este dispositivo legal na sua integralidade.*

*Convidamos a todos(as) os(as) professores(as), os(as) funcionários(as) e gestores(as) públicos(as), que atuam na área da Educação, nas três esferas da administração pública, para que se unam a nós na construção de um projeto inovador para a Educação, onde todas as crianças e os estudantes tenham as mesmas oportunidades de estudarem em escolas que ofereçam Educação Integral de máxima qualidade, em Tempo Integral. Escolas com espaço de convívio de qualidade, com acesso ao uso adequado das novas tecnologias, laboratórios em que possam experimentar seus aprendizados e cocriar novos saberes, com salas em que possam expressar seus dons artísticos e com espaços para múltiplas práticas desportivas, culturais e de lazer. Uma escola que possa oportunizar aos jovens, uma iniciação técnico-profissionalizante, contribuindo para sua emancipação.*

*Neste trabalho de autoria do MTPE,*

*propomos a criação do Sistema Único de Educação, baseado numa Rede Federal de CIEPs, abarcando todos os segmentos da Educação Básica (infantil, fundamental e médio) e para que isso efetivamente aconteça na prática, atualizamos os CIEPs através da visão holística das Sete Dimensões da Educação, para que eles fossem adaptados para a complexidade da realidade deste século XXI. Neste ponto, indicamos a expansão exponencial do projeto educacional de Leonel Brizola e Darcy Ribeiro, agora para todas as crianças e jovens estudantes brasileiros.*

*Juntos, MTPE e sociedade, devem desenvolver agora, mediante um esforço coletivo em diversas frentes político-educacionais, o Sistema Único de Educação (SUE). O MTPE vem trabalhando há mais de quatro anos na elaboração de uma proposta concreta, agora entregue a instâncias superiores aprovada em Congresso.*

*Essa é a nossa vontade e é por tudo isso que seguiremos trabalhando. Que possamos juntos, construir um país melhor por meio da Educação, contribuindo com a formação das próximas gerações visando a construção de uma sociedade justa, igualitária e democrática.*

**Profa. Alda Maria Souza**

**Presidente nacional do MTPE**

### **A NOVA EDUCAÇÃO**

*A essência de um Novo Projeto Nacional de Educação que precisamos defender, propor e adotar para as crianças brasileiras, é garantir e assegurar os conhecimentos que lhes permitam ampliar não somente o seu desenvolvimento cognitivo-curricular tradicional, mas que lhes permitam também, ao mesmo tempo, aumentar o seu próprio autoconhecimento, fazendo com que suas habilidades socioemocionais também cresçam em harmonia e equilíbrio por todas as esferas dos seres humanos estudantes do país.*

*Uma Educação Integral em Tempo Inte-*

1 gral que seja capaz de unir os conhecimentos  
2 fundamentais/horizontais, ou seja, aqueles  
3 de caráter tradicional dos currículos, com os  
4 conhecimentos, habilidades e competências  
5 relacionais e sociais, inclusive os mais sutis,  
6 de tal modo que o desenvolvimento seja sis-  
7 têmico e holístico para cada criança-estudante  
8 brasileira.

9 É importante que nos lembremos  
10 que, de verdade, a abolição da escravatura  
11 ainda não foi concluída no Brasil. Apesar da  
12 assinatura formal da Lei Áurea, basta que nos  
13 dediquemos à um olhar mais atento sobre o  
14 tecido social brasileiro para constatar com  
15 certa facilidade que ainda vivemos num sistema  
16 de “imposição de castas” que neste século XXI  
17 tem sido sustentado pelo materialismo, pelo  
18 consumismo, pela ignorância e pelo egoísmo.

19 Ao abrirmos bem os nossos olhos nos  
20 deparamos com inúmeros casos de alienação,  
21 de corrupção política, de degradação moral,  
22 além dos salários aviltados dos trabalhadores,  
23 os altos contingentes de brasileiros sub-  
24 empregados ou desempregados, muita miséria  
25 nas periferias, percebe-se a fome, ainda que  
26 o Brasil seja um dos países que mais produz  
27 alimentos no planeta; vê-se ainda muita  
28 criminalidade e violência, especialmente  
29 sobre as populações já mais pobres e mais  
30 vulnerabilizadas pelo grande sistema colonial  
31 de exploração humana. Para piorar o cenário,  
32 seguem defasados no Brasil os salários dos  
33 professores e dos demais profissionais da  
34 Educação.

35 Como enfrentar esse conjunto tão  
36 imenso de problemas? Como promover uma  
37 cura definitiva, desde a raiz mais profunda,  
38 para salvarmos as nossas crianças deste drama  
39 que já dura por séculos?

40 Repetimos, o único caminho é a  
41 Educação Pública, de máxima qualidade,  
42 e para todos(as), independente mente  
43 do CEP onde as crianças residam, as suas  
44 emoções e sensações e de como ou do nível  
45 socioeconômico das famílias. Não há outra  
46 via. Não tem outro jeito de fazer. Repetimos:  
47 esse é o único caminho, o único

48 E ousamos hoje ir um pouco mais  
49 longe. Para além do ensino secular, que pode  
50 ser continuado e deve ser transmitido de

forma cada vez mais aperfeiçoada, levando-  
se em consideração inclusive o uso coerente  
das novas tecnologias, especialmente as  
múltiplas inteligências artificiais (IAs) que  
borbulham nesta sociedade global, bem  
como as denominadas redes sociais e os  
computadores quânticos que estão nascendo;  
tudo isso parece ser razoavelmente bom e  
indica algum progresso futuro, porém, ainda  
mais importantes são os conhecimentos que  
permitam às crianças-estudantes brasileiras  
se tornarem seres humanos mais sábios,  
realizados e mais felizes.

Propomos que seja nas escolas públicas  
sob o paradigma da Rede Federal de CIEPs  
do século XXI, que grandes professores  
e professoras eduquem os milhões de  
estudantes na transmissão e construção  
do conhecimento para o desenvolvimento  
da capacidade de compreender gerenciar  
seus próprios conteúdos emocionais para  
que as relações sejam novamente curadas e  
humanizadas. Sem isso, combater apenas os  
efeitos da violência e da criminalidade nos  
colocará na eterna posição de “enxugadores  
de gelo”, com níveis muito baixos de sucesso.

Sem ensinarmos para todas as crianças,  
os Valores Humanísticos nossos padrões  
coletivos de consciência nunca darão o  
salto que o Brasil precisa dar. A educação  
Transformadora visando o bem comum  
precisa acontecer. Ao trabalho de expandir a  
consciência coletiva brasileira em larga escala.

Apresentamos a proposta do Sistema  
Único de Educação (SUE) cuja fundamentação  
de base permanece no projeto original dos  
CIEPs de Leonel Brizola e Darcy Ribeiro, porém  
atualiza dos pelas Sete Dimensões da Educação  
para o século XXI.

Substituir as aproximadamente duzentas  
mil escolas públicas estaduais e municipais,  
hoje precárias, por escolas-modelo, totalmen-  
te equipadas, confortáveis, bem estruturadas  
e como um “novo modelo” para os processos  
de ensino e aprendizagem, com a intenção ex-  
plícita de que o Brasil se torne, em três déca-  
das, um dos cinco países mais desenvolvidos  
em Educação, considerados os rankings inter-  
nacionais mais importantes e reconhecidos.

Para essa transformação do país,

1 devemos adotar a cocriação de 50 milhões  
2 de projetos de vida, no sentido trabalhista do  
3 termo, e assumir como federal a missão de  
4 não deixarmos mais nenhuma criança para  
5 trás. Que nenhuma criança brasileira seja  
6 arremessada ao mar da vida sem ter sido  
7 muito bem alfabetizada e cuidada, para seguir  
8 aprendendo e se desenvolvendo durante  
9 toda a sua existência.

10 Reavivamos à memória de que os  
11 “planos colonialistas estrangeiros” desejam ao  
12 contrário, manter os brasileiros submergidos  
13 nas trevas da ignorância e da deseducação.  
14 Os senhores de escravos de ontem e de  
15 hoje querem manter as nossas crianças e  
16 a nossa sociedade submersos na falta de  
17 conhecimento para que deles sejamos eternas  
18 fazendas exportadoras de riquezas à preços  
19 módicos enquanto engordam suas economias  
20 e seu estilo de vida devastador, pródigo e  
21 insustentável.

22 Somos nós, portanto, que teremos  
23 que atacar essa trincheira da escravidão que  
24 permanece existindo e aprofundando nosso  
25 “apartheid social”. Porque aceitamos que  
26 existam escolas destinadas aos ricos e ao  
27 mesmo tempo, escolas sem esgoto, sem água  
28 potável, sem professores, sem comida, sem  
29 banheiros, como prisões infantis, destinadas  
30 aos descendentes sociais de pessoas que por  
31 séculos já foram escravizadas, mal tratadas  
32 e humilhadas? Será que nunca teremos  
33 vergonha, pessoal mente e nacionalmente,  
34 sobre essa situação injustificável?

35 Essa é a proposta do Movimento  
36 Trabalhista pela Educação (MTPE). O Sistema  
37 Único de Educação (SUE), materializado na  
38 universalização da Rede Federal de CIEPs pode  
39 ser o maior projeto civilizatório que a nação  
40 brasileira já testemunhou. Ao realizarmos,  
41 mudaremos o Brasil para sempre.

42 — MTPE Nacional.

#### 44 **A CONSTRUÇÃO DO S.U.E. ELABORAÇÃO E** 45 **DEBATES. —**

46 Ainda no ano de 2023, realizamos uma  
47 grande sequência de viagens pelas cinco  
48 regiões do Brasil. O MTPE e a Fundação Leonel  
49 Brizola organizaram Grupos de Trabalho,  
50 inclusive e especialmente o GT de Educação

que ouviu propostas, ideias, sugestões e ideais.

CONSIDERANDO os Princípios Fundamentais do Trabalhismo na Educação e CONSIDERANDO Legados do Trabalhismo para a Educação Brasileira, manifestado num conjunto de realizações concretas, seguimos inspirados por Getúlio Vargas, Anísio Teixeira, Leonel Brizola e Darcy Ribeiro a fazes uma reflexão mais aprofundada sobre a revolução que o nosso país ainda não realizou: criar o Sistema Único de Educação (SUE), baseado numa Rede Federal de CIEPs, atualizados para o Século XXI.

Em nossos cinco séculos de história muitas e importantes vitórias, conquistas memoráveis e um papel relevante de destaque internacional, porém nós ainda não constituímos uma nação com justiça social, equilíbrio fiscal, sustentabilidade ecológica, paz nas ruas e prosperidade para os lares de milhões de brasileiros.

Já fizemos muitas tentativas de solucionar os nossos complexos desafios, com grande ênfase dada para soluções de economia política cujos resultados, ao menos nos últimos 40 anos, estão muito longe de serem considerados satisfatórios. Sendo assim, estamos propondo, objetivamente, que o Brasil faça à partir dessa tese a mais importante das revoluções, a Revolução na Educação.

O Brasil sofre muito com vários nós a travar o seu desenvolvimento político, social, econômico e ambiental e sabemos que, diante de tantas pesquisas recentes e muito bem fundamentadas, o sucesso de países como Coreia do Sul, Irlanda, Japão e Finlândia se deve fundamentalmente à adequada preparação do seu capital humano, tornando esses povos capazes de desatar os desafios de cada uma dessas nações, por meio da Educação.

Para enriquecer a nação brasileira, desenvolvendo também a economia nacional, precisamos enriquecer as mentes do nosso povo, desde quando crianças. Só o Sistema Único de Educação (SUE), baseado numa Rede Federal de CIEPs, atualizados para o Século XXI, pode tirar o Brasil do eterno papel de exportador de matérias-primas baratas, convertendo-nos para um fornecedor global

1 de produtos com valor agregado.

2 Reiteramos de que, na era denominada  
3 globalmente como “era do conhecimento”,  
4 também chamada de “economia do  
5 conhecimento” não existe outra via, não  
6 há outro caminho, se realmente desejamos  
7 ajudar a formar no Brasil, a nossa gente, com  
8 consciências esclareci das. Para todas e todos,  
9 a principal ferramenta é a Educação, esse é o  
10 único caminho. Repetimos: o único.

11 O desafio do desemprego ou dos  
12 subempregos não será resolvido sem a oferta  
13 de Educação Pública de máxima qualidade  
14 para todos(as). Não resolveremos a violência  
15 urbana e do campo se continuarmos sem  
16 oportunidades de aprendizagens para todos.  
17 Nossa ineficiência na economia e a baixa  
18 produtividade da força de trabalho não  
19 será equacionada sem formação técnica e  
20 profissionalizante adequada para todos(as)  
21 brasileiros.

22 O atraso científico e tecnológico é  
23 outro preço exorbitante que a nação paga  
24 quando não dá a devida atenção para a  
25 Educação de Base. Nenhum desses problemas  
26 complexos pode ser resolvido sem a oferta  
27 de boa educação para todos os brasileiros,  
28 especialmente os mais vulnerabilizados, com  
29 prioridade absoluta para as nossas crianças.  
30 Hoje pagamos um alto preço pelo nosso atraso  
31 e corrigir rumos é extremamente urgente.

32 Diante dessa complexidade, o  
33 Movimento Trabalhista pela Educação (MTPE),  
34 vem fortalecer a chama de sua maior e mais  
35 importante bandeira: a nossa proposta  
36 de vanguarda, de inovação, talvez até de  
37 revolução na Educação é a defesa da criação  
38 de um Sistema Único de Educação (SUE),  
39 fundamentado e atualizado para o século  
40 XXI nas Sete Dimensões da Educação. Por  
41 um sistema robusto de Escolas Federais de  
42 Tempo Integral (NOVOS CIEPs DO SÉCULO XXI),  
43 muito bem equipados, com todos os recursos  
44 educacionais e materiais pedagógicos de  
45 excelência, e coroados com professores de  
46 alto nível a serviço da Educação Brasileira  
47 numa Carreira Nacional do Magistério Público  
48 Federal de Base, assegurando autonomia  
49 administrativa e liberdade pedagógica em  
50 cada uma das quase 200 mil escolas públicas

do país.

Dizem que não existe poder maior do  
que aquele poder de uma ideia cujo tempo  
chegou. Imaginem se, para enfrentar a  
pandemia de COVID-19 do ano de 2020, o país  
tivesse atribuído aos diversos prefeitos e aos  
municípios, tão desiguais, a tarefa de proteger  
e vacinar a população de cada cidade. Seria  
um caos ainda maior sem o nosso Sistema  
Único de Saúde (SUS) e sem a coordenação  
do Ministério da Saúde, teríamos tido perdas  
irreparáveis e de proporções apocalípticas.  
Só foi possível salvar a população brasileira  
de uma tragédia ainda maior por causa do  
conhecimento acumulado no país pelas  
décadas de existência do SUS. Sugerimos  
aplicar o mesmo raciocínio ao Sistema Único  
de Assistência Social (SUAS) e ao Sistema  
Único de Segurança Pública (SUSP).

Estranhamente em Educação, não  
tratamos as crianças brasileiras como nacionais  
e sim como crianças municipais. Toleramos a  
existência de quase 5.600 sistemas diferentes  
de Educação, que tem feito não muito mais  
do que desaguar sobre as crianças, jovens  
estudantes e sobre as famílias, as suas  
próprias vulnerabilidades, mergulhando a  
nação numa crise onde, cada vez que um  
projeto é interrompido ou fica à mercê de  
projetos eleitoreiros que são apresentados de  
quatro em quatro anos. Um projeto nacional  
de Educação Pública dará segurança aos  
municípios que poderão acompanhar a curto,  
médio e longo prazo a implementação de  
Políticas Públicas Educacionais que combatam  
o analfabetismo, a reprovação e a evasão  
escolar.

Considerando a teoria geral do processo,  
a teoria geral dos sistemas e a teoria geral da  
complexidade, não estamos nos aventurando  
em reformismos parciais ou remendos  
provisórios, pelo contrário, nos concentramos  
numa concepção completa e uma visão  
sistêmica e holística da Educação para o Século  
XXI, cuja modelagem materializou-se nas Sete  
Dimensões da Educação:

1. das Políticas Públicas Educacionais:
  - a) reestruturação do ordenamento jurídico vigente;
  - b) revisão do modelo de financiamento, com investimentos

- 1 ampliados e bem geridos; c) assegurar  
2 uma trajetória escolar com pleno acesso às  
3 matrículas desde a creche, e permanência  
4 bem sucedida, com aprendizagens  
5 adequadas, em todos os níveis escolares;
- 6 2. defendemos a criação de uma carreira  
7 nacional única do magistério público  
8 federal, bem remunerada e sob avaliação  
9 do MEC, com dedicação exclusiva às  
10 unidades escolares e com um regime  
11 especial de capacitação em serviço no  
12 modelo de residência pedagógica, em linha  
13 com as melhores práticas internacionais;
- 14 3. das Boas Práticas Pedagógicas: reformular  
15 o processo de ensino-aprendizagem,  
16 evitando o método meramente  
17 instrucionista ou de memorização, e  
18 incorporando metodologias ativas que  
19 possibilitem o desenvolvimento pleno  
20 das habilidades e competências de cada  
21 estudante, priorizando a personalização  
22 da jornada escolar, que viabiliza a  
23 emancipação dos filhos dos trabalhadores,  
24 criando caminhos para que realizem os  
25 seus respectivos Projetos de Vida;
- 26 4. da Administração Escolar: profissionalizar a  
27 gestão das escolas, evitando a interferência  
28 político-partidária-eleitoral na escolha  
29 das equipes gestoras, o que tem gerado  
30 Brasil afora uma descontinuidade de  
31 programas e projetos, prejudicando muito  
32 a aprendizagem dos estudantes. Prédios  
33 modernos e funcionais, em condições de  
34 impactar positivamente a aprendizagem,  
35 com espaços para atividades esportivas e  
36 culturais, equipados com todos os recursos  
37 pedagógicos utilizados no século XXI, com  
38 mobiliário confortável, acessibilidade,  
39 conexão banda larga de internet,  
40 computadores, bibliotecas, laboratórios e  
41 demais insumos estruturais para o pleno  
42 desenvolvimento das crianças e dos jovens  
43 brasileiros.
- 44 5. da Gestão Democrática, Participativa  
45 e Colaborativa: as famílias geralmente  
46 são os primeiros ambientes onde cada  
47 criança constrói as suas perspectivas de  
48 futuro. As escolas públicas são apenas o  
49 segundo ambiente e, portanto, em cada  
50 comunidade escolar, as escolas precisam
- estar abertas para apoiar e integrar as  
famílias, derrubar os muros ilusórios que  
separam as escolas das comunidades e  
trazê-las à participação, mobilização e  
engajamento dos pais e dos responsáveis  
para que cada criança ou jovem estudante  
sinta que a escola é sua também, e que  
a jornada escolar é importante para as  
pessoas que elas mais amam.
6. da Articulação de Parcerias Intersectoriais:  
em todo mundo, escolas isoladas  
e sem parceiros funcionam pior do  
que escolas integradas a parceiros  
institucionais que apoiam de diversas  
formas as necessidades dos estudantes,  
participando de projetos, protegendo os  
mais vulnerabilizados e cuidando daqueles  
estudantes com necessidades especiais.  
Portanto, propomos a integração das  
ações de governo e dos serviços públicos  
de Saúde, Assistência, Cultura, Esportes,  
Meio Ambiente e Segurança Pública  
devem se articular, apoiando diretamente  
a educação dos brasileiros.
7. dos Subsistemas de Monitoramento e  
Avaliação de Indicadores: em gestão  
pública séria, a nossa obrigação é a de medir  
e avaliar se os recursos públicos, dinheiros  
do povo, estão sendo investidos com  
transparência, honestidade e eficiência  
e isso só é possível se construirmos um  
sistema fino de acompanhamento de cada  
estudante e de cada escola, para sabermos  
onde estamos produzindo os melhores  
resultados de aprendizagem e onde  
devemos corrigir os rumos das políticas  
educacionais.
- Essa é a síntese da nossa proposta,  
observando as perspectivas de futuro da nação,  
detalharemos as Sete Dimensões da Educação,  
propondo uma meditação política: feche seus  
olhos e imagine o Brasil funcionando, a pleno  
vapor, com duzentos mil CIEPs, ofertando  
Educação Pública de máxima qualidade, 200  
dias letivos por ano, para todas as crianças  
e jovens brasileiros, independentemente da  
renda das famílias ou do CEP onde moram...
- Imaginou? Talvez agora possamos  
compreender melhor a áurea frase de Anísio  
Teixeira: “Só existirá democracia no Brasil no

1 dia em que se montar no país a máquina que  
2 prepara as democracias. Essa máquina é a da  
3 Escola Pública”.

4  
5 **MOVIMENTO TRABALHISTA**  
6 **PELA EDUCAÇÃO – MTPE**  
7

8 **AUTORES**

- 9 1. Profa. Alda Maria Bastos Souza Presidente  
10 MTPE Nacional (MTPE RS)  
11 2. Profa. Alessandra F. Deschamps Mendes  
12 (MTPE – SC)  
13 3. Prof. André Duarte Stábile (MTPE – SP)  
14 4. Prof. Diogo Mesti (MTPE – SC)  
15 5. Profa. Eneida Desiree Salgado (MTPE – PR)  
16 6. Profa. Fátima Anise Rodrigues Ehlert  
17 (MTPE-RS)  
18 7. Prof. Felipe Braga Albuquerque (MTPE –  
19 CE)  
20 8. Prof. Luiz Lemos (MTPE – SP)  
21 9. Profa. Maria Amélia Souza Reis (MTPE- RJ)  
22 10. Profa. Maria Rita Mendes Duarte (MTPE-  
23 AP)  
24 11. Prof. Natanael de Freitas Silva (MTPE – RJ)  
25 12. Prof. Osvaldino Vieira (MTPE – BA)  
25 13. Prof. Pablo Amaral Mandelbaum (MTPE –  
27 RJ)  
28 14. Prof. Paulo Burmann (MTPE – RS)  
29 15. Profa. Regina Costa dos Santos (MTPE-RS)  
30 16. Profa. Rosi Maria Prestes (MTPE – RS)  
31 17. Profa. Sandra Beatriz Silveira (MTPE – RS)  
32 18. Profa. Silvanda Duarte (MTPE – AP)

33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50

**ANTES QUE SEJA TARDE!****Preâmbulo**

**Um “breve retrato” da Categoria de Trabalhadoras(es) em Educação do RS, a quem se destina nossa Tese:**

**Professoras, Orientadoras e Supervisoras(es)**, hoje, a maioria com vínculo precário - o chamado “contrato temporário” – sofrem exaustão e adoecimento emocional/psíquico /físico devido aos baixos salários, à falta de condições dignas de trabalho e pelo excessivo uso de “PLANILHAS” impostas pela SEDUC, visando à “Plataformização Mercantil” da Educação - preconizada pelo Movimento Todos pela Educação. Ao assédio moral e institucional praticado pelas CREs e pela SEDUC/Governo Leite, através das mentorias, das planilhas e de suas próprias direções, em várias escolas. Além dos baixos salários, que não chegam ao dia 10 de cada mês, por isso, o grande endividamento.

**Funcionárias(os)**, idem, em relação ao assédio, condições de trabalho , além de amargarem os mais baixos salários. Mais a falta de profissionais, a contratação de terceirizadas - o que gera sobrecarga de trabalho, adoecimento e insegurança com a interrupção dos contratos todo ano. Discriminação, em muitas escolas. E uma “invisibilidade” enquanto profissionais.

**Aposentadas(os)**, Profissionais que dedicaram a vida à educação pública gaúcha — outrora referência nacional, enfrentam hoje um cenário de abandono. Com salários congelados há mais de uma década, a categoria sofre com o adoecimento e o empobrecimento, agravados pelo confisco previdenciário e pela desestruturação do plano de carreira impostos pelo governo Leite. É uma política de descaso que humilha quem deveria ser valorizado.

**Direções das Escolas** não são ouvidas pelas CREs e pela SEDUC; perderam a autonomia da gestão escolar por uma política de controle direto pela CRE e SEDUC– via “mediadores de gestão”; sofrem pressão por

metas, prazos e resultados. Ficam “acuadas” com medo de perder o cargo se fizerem críticas à “mantenedora”.

Além do problema da crescente violência física contra todas, todos setores da nossa Categoria, nas escolas, e entre estudantes.

Esse “breve e triste retrato” da nossa Categoria, consequência direta de oito anos de governo neoliberal Leite PSD/MDB/PP/PL/PDT e outros, de fim de aumento e reajuste salariais, com a instituição da nefasta e precarizante política de bonificação de “meia dúzia”, o que divide a categoria; de algumas políticas nacionais nas áreas da educação e do serviço público da última década (golpe 2016) como reforma da previdência, Novo Ensino Médio, Arcabouço Fiscal - na atual conjuntura, nos leva a refletir sobre a ETAPA em que estamos vivendo do “capitalismo em crise” e sobre qual o PAPEL do CPERS/Sindicato, das organizações da Classe Trabalhadora para mudar radicalmente essa realidade.

Com esse quadro da categoria e no cenário político-econômico-social que estamos vivendo - de crise econômica de superconcentração da riqueza - onde “os 12 bilionários mais ricos do mundo têm mais riqueza do que 4 bilhões de pessoas juntas” - crise ambiental gravíssima, ocupações, sequestros, assassinatos, feminicídios, genocídio e guerras provocadas pelo capitalismo em crise desesperado com a perda de poder dos EUA, a realidade impõe aos lutadores, à esquerda e, em particular, ao CPERS/Sindicato, a partir do seu XXI Congresso, CINCO (5) GRANDES TAREFAS:

1. Barrar as PPPs de LEITE para 98 Escolas, cujo leilão está marcado para 26 de junho e na iminência de serem entregues a um banco, como em MG ao ZBTGPactual - um processo de privatização, terceirização, quarteirização da Educação. PPP – Parceria Público-Privada é privatização: LEITE QUER VENDER PARTE DE NOSSAS ESCOLAS, ESSA

- 1 É A VERDADE!
- 2 2. Reumanizar a Educação com a sua
- 3 “desplataformização” - lutar para acabar
- 4 com o excesso dessas PLANILHAS, que
- 5 geram assédio, exaustão e adoecimento;
- 6 que não têm sentido pedagógico, a não ser
- 7 para “mercantilização da educação, lucro,
- 8 controle e dominação”.
- 9 3. Lutar para superar a PRECARIZAÇÃO
- 10 da nossa profissão com salário digno
- 11 para todas(os) com concursos públicos
- 12 e nomeações, e levantar a bandeira da
- 13 efetivação dos contratados, hoje, maioria
- 14 dos trabalhadores em educação - uma luta
- 15 vital, mas que dependerá da mobilização
- 16 da categoria, da mudança do governo
- 17 estadual e de uma grande luta nacional.
- 18 4. Nas eleições de 2026, tomar partido de
- 19 quem assume compromisso com a pauta
- 20 da Classe Trabalhadora, em particular, do
- 21 fortalecimento da Educação Pública, dos
- 22 serviços públicos, da redução drástica da
- 23 jornada de trabalho e pagamento do Piso
- 24 Salarial para todos os Trabalhadores em
- 25 Educação: tarifa zero no transporte; assim
- 26 como se colocar, claramente, na tarefa
- 27 de barrar o avanço da extrema-direita e
- 28 do fascismo, derrotar o neoliberalismo
- 29 e poder avançar em reformas de modo a
- 30 fortalecer o Estado a serviço da maioria.
- 31 5. Combater o fascismo, a guerra imperialista
- 32 contra todos os Povos promovida devido
- 33 ao desespero dos EUA que está perdendo
- 34 a hegemonia econômica mundial e a
- 35 influência política para a China - e praticar
- 36 a SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL.

37 Assim, apresentamos a nossa

38 contribuição ao XII Congresso do CPERS/  
39 Sindicato, com nossas análises, propostas

40 de programa e de lutas que entendemos

41 necessárias serem travadas por esta geração

42 de dirigentes, militantes e vanguarda de

43 nosso sindicato, assim como pelos Partidos da

44 Esquerda - ANTES QUE SEJA TARDE.

#### 45 **1.CONJUNTURA INTERNACIONAL**

46 **“O ULTRALIBERALISMO ABRE A DISJUNTIVA:**

47 **SOCIALISMO OU EXTINÇÃO DE NOSSA**

48 **ESPÉCIE\***

49

50

**“O velho mundo está morrendo e o  
novo tarda a nascer.  
E nesse claro-escuro surgem os  
monstros.”**

Antônio Gramsci

O mundo está em ebulição. O capitalismo Ocidental entrou em uma espiral de profunda crise econômica, social e moral. Agravada pela visível perda de hegemonia planetária dos EUA e a decadência da União Europeia. A política interna de Trump contra os imigrantes, através do ICE/Gestapo promovendo sequestros e assassinatos, revela o total abandono das formalidades da democracia burguesa. O planeta virou uma terra sem lei. A subalternidade da Casa Branca ao complexo industrial-militar se intensifica, comprovando que, a despeito do presidente e de sua filiação tendencial no Partido único que governa os Estados Unidos, a lógica expansionista do imperialismo não cessa de ameaçar os povos e governos que ousem afirmar suas soberanias.

A guerra da Ucrânia, fomentada e financiada pelo ocidente através da OTAN e o ataque covarde perpetrado pelos EUA e Israel contra o Irã, são componentes dessa política desesperada do imperialismo Ocidental, na tentativa de inviabilizar a influência da China sobre o Sul Global.

O mesmo podemos dizer do sequestro do Presidente Nicolás Maduro da Venezuela. A ameaça de tomar a Groelândia, o Canal do Panamá, demonstra que não se trata de uma política de um louco na presidência dos EUA, mas sim de uma política de Estado. Um estado em plena decadência. Assim como, o ataque ao direito internacional, a diplomacia e o multilateralismo são faces da mesma jogada política no terreno nacional e internacional.

O genocídio praticado por Israel na Palestina, financiado pelos EUA e apoiado pela Europa, expõe o novo “Modus Operandi” do imperialismo. A diplomacia e o direito internacional cedem espaço para a política dos drones e mísseis. O famigerado “Conselho da Paz”, com Trump se instalando como presidente vitalício são sintomas claros da sintonia dos Estados Unidos aos planos colonialistas do sionismo israelense. Neste caso especial, com

1 interesses empresariais da família Trump, se  
2 misturando com os ditames do Departamento  
3 de Estado, no planejamento de um território  
4 de Gaza sem Palestinos, transformado em  
5 espaço de especulação imobiliária em cima de  
6 um crime de guerra.

7 China e Rússia, buscam distensionar  
8 o cenário, mas sem sucesso, já que uma  
9 intervenção armada direta desses países,  
10 significaria o início de uma guerra mundial,  
11 onde não haveriam vencedores.

12 Por trás dessa nova etapa de guerras,  
13 confrontos, ameaças e chantagens está a  
14 tentativa desesperada dos EUA de bloquear  
15 o crescimento econômico e a influência  
16 geopolítica da China, que está colocando em  
17 prática um projeto econômico, comercial e  
18 político, que interliga países e continentes,  
19 com uma revolução na infraestrutura, com  
20 portos, aeroportos, ferrovias e tecnologia  
21 de ponta que trará vantagens comparativas  
22 impossíveis de serem alcançadas pelo ocidente  
23 imperialista.

24 Além do avanço da OTAN para o leste  
25 europeu e a consequente guerra da Ucrânia,  
25 os EUA e Israel, iniciam uma guerra contra o  
27 Irã. Esse fato é o mais relevante dessa nova  
28 etapa, porque pode avançar e ampliar a  
29 regionalização do conflito, com consequências  
30 imprevisíveis. O aumento do preço do  
31 petróleo, da inflação e o aumento das mortes  
32 de populações civis inocentes, são fatos que já  
33 podem ser mensurados, mas a resistência do  
34 povo persa, pode levar a uma derrota militar  
35 e moral para os EUA, Israel e todos os países  
36 europeus, que apoiam essa investida covarde.  
37 Até agora o que podemos afirmar é que essa  
38 aventura não teve o resultado esperado.  
39 Não provocou uma rebelião interna contra  
40 o regime dos Aiatolás, ao contrário, unificou  
41 o povo contra a investida dos EUA/Israel. E,  
42 ainda que a mídia corporativa bata todos os  
43 dias contra o Irã, todos veem este país como  
44 vítima de um ataque do maior arsenal bélico  
45 do planeta, os EUA.

46 A OTAN é uma organização criminoso a  
47 serviço dos interesses das oligarquias norte-  
48 americanas e europeias. Essa caracterização  
49 está sendo confirmada por décadas.

50 Foi a OTAN que bombardeou a Iugoslávia-

Sérvia em 1999, por 76 dias. No Afeganistão,  
depois dos EUA armar o Talibã, a OTAN invadiu  
a região por 20 anos (2001-2021). Em 2003, a  
invasão do Iraque, foi embasado em mentiras,  
como a justificativa de que o Iraque tinha  
armas de destruição em massas. Essa ação  
liderada pelos EUA, teve a participação do  
Reino Unido, da Austrália e da Polônia. Em  
2011, foi a vez da Líbia, com o assassinato de  
Muammar Kadafi e a destruição do país que  
até hoje não conseguiu se estabilizar.

O caso mais emblemático é a ofensiva  
da OTAN sobre o leste europeu desde o  
desmoronamento da União das Repúblicas  
Socialistas Soviéticas- URSS em 1991. Esse fato  
demonstra que a OTAN, leia-se o imperialismo  
ocidental, não respeita o direito internacional,  
nem os compromissos diplomáticos. Na  
ocasião, o acordo era de que a OTAN não  
avançaria um milímetro para o leste europeu.  
E foi justamente isso que aconteceu. De lá  
para cá, praticamente todos os países do leste  
europeu, que eram área de influência da Rússia  
foram incorporados a Organização do Tratado  
do Atlântico Norte, numa clara ruptura com  
os compromissos assumidos com Gorbachev,  
então representante da Rússia. Essa política  
está por trás do conflito entre Ucrânia e  
Rússia, porque os oligarcas europeus e a CIA  
dos EUA, financiaram e armaram a Ucrânia  
para dar o golpe de 2014, que derrubou o  
governo de Yanukovich, pró-Rússia. A queda  
de braços entre a Europa e a Rússia, serve aos  
interesses geopolíticos dos EUA, que instigam  
o aprofundamento da crise ao mesmo tempo  
que exigem que os europeus aumentem os  
gastos militares, com a falsa e ignorante versão  
de que a Rússia quer invadir a Europa. Nada  
mais longe da realidade.

No continente africano temos genocídios  
e guerrilhas financiadas pelos europeus,  
sauditas e pelos EUA, para que o continente não  
se estabilize e que siga a sangria das riquezas  
mineraias e o morticínio das populações que  
buscam soberania nacional e controle de seu  
território. A grata novidade é a Região do Sahel,  
onde os países Burkina Faso, Níger e Mali,  
expulsaram a França colonial. Mostrando que  
é possível e necessário lutar pela soberania  
das nações, contra o imperialismo.

## 1 **IRÃ: ATAQUE AO IRÃ PODE SER** 2 **O COMEÇO DO FIM**

3 Todos esses fatos foram brutalmente  
4 agravados com o genocídio do Povo Palestino  
5 e com o início da guerra covarde e traiçoeira  
6 que os EUA e o estado terrorista de Israel  
7 iniciaram contra o Irã. É importante registrar  
8 que tanto o genocídio Palestino perpetrado  
9 por Netanyahu, quanto as guerras iniciadas  
10 por Trump, não são políticas executadas  
11 por loucos e maníacos, isso não quer dizer  
12 que eles não sejam loucos e maníacos- vide  
13 os arquivos de Epstein - é mais profundo  
14 e preocupante, porque trata-se de ações  
15 pensadas e executadas pelos Estados, com suas  
16 instituições do regime democrático burguês.  
17 Europa, EUA e Israel, estão desesperados para  
18 evitar a decadência do Ocidente imperialista.  
19 Sabem que sua hegemonia no sistema está  
20 com os dias contados.

21 Mas o mais importante e que determina  
22 a mudança de etapa é que antes os EUA, a  
23 Europa e especialmente Israel, acreditavam  
24 que eram imbatíveis. Que nenhum país do  
25 mundo poderia enfrentá-los. Porém, o que  
26 estamos assistindo na guerra contra o Irã é  
27 que por maior que seja o potencial bélico  
28 dos EUA e Israel, eles não conseguiram uma  
29 rendição incondicional do país Persa. Pelo  
30 contrário, Irã está resistindo, fortemente e  
31 causando prejuízos gigantescos para ambos  
32 os países agressores. E para aprofundar a  
33 contradição da agressão covarde dos EUA  
34 e Israel, Irã não pediu um cessar fogo, pelo  
35 contrário, nega que queira negociar e afirma  
36 que vai vingar a agressão covarde que EUA  
37 e Israel fizeram contra seu país, em plena  
38 negociação, assassinando seu líder Supremo,  
39 Ali Khamenei.

40 Os EUA orientaram seus cidadãos para  
41 sair do Oriente Médio, porque o Irã está  
42 conseguindo driblar as defesas antiaéreas e  
43 bombardeando as diversas bases militares  
44 dos EUA, datacenters, hotéis que hospedavam  
45 militares e CIA na região, como as do Bahrein;  
46 Kuwait; Catar; Omã e Arábia Saudita-. Além  
47 dessa capacidade bélica do Irã, eles ainda  
48 estão atingindo cidades importantes, como  
49 o aeroporto e prédio da bolsa de valores na  
50 capital de Israel, Tel Aviv.

Os EUA e Israel, jamais calcularam que o Irã teria capacidade de resistir a ofensiva e muito menos que a nação Persa teria condições de ir para a ofensiva. Outra política estratégica do Irã foi demonstrar que pode fechar o Estreito de Ormuz, por onde passam mais de 20% do petróleo e do gás que é comercializado no mundo. Esse fato coloca os EUA e Israel numa situação muito delicada, porque a capacidade de resistência do Irã, pode significar um colapso no fornecimento mundial de diversas matérias primas fundamentais para a agricultura e indústria. De imediato, cada dia que o Estreito de Ormuz fica fechado milhões de toneladas de petróleo, gás e outras matérias primas, deixam de circular, aumentando seus preços.

Agora o tempo corre contra os agressores, EUA e Israel, porque o Irã já avisou que não quer negociar com quem não respeita as negociações. O Irã quer vingar o assassinato de seu líder Ali Khamenei, martirizado pelos covardes e genocidas, EUA e Israel.

Essa é a Nova Etapa, onde os EUA seguem agressivos, mas cada vez mais debilitado e isolado. No interior dos EUA a situação não está tranquila para Trump. As massas norte-americanas não apoiam a guerra e estão indignadas com as políticas das oligarquias corruptas de Washington. Por isso saíram às ruas aos milhões contra o genocídio do Povo Palestino; sua base eleitoral e políticos cobram mais transparência nas decisões. As massas de centenas de cidades saem às ruas questionando Trump que age como um Rei-No Kings-; é a solidariedade aos imigrantes, contra a política xenófoba de Trump e sua polícia ICE/Gestapo; ou mais recentemente as manifestações contra a guerra provocada pelos EUA no Oriente Médio. Forte crise na Federação, enfrentamento com governadores e Prefeitos em várias partes do país. Essas contradições estão causando indignação em amplos setores da população norte-americana, que já vinha sofrendo com a inflação e o aumento exponencial da miséria em setores expressivos da sociedade.

A resistência e resiliência do Irã no campo de batalha, levará a um aumento da inflação no mundo todo e poderá levar a uma derrota dos EUA e esse fato pode mudar a correlação de

1 forças mundiais, como foi a derrota histórica  
2 dos EUA no Vietnã em 1973. Hoje temos  
3 alguns aspectos da realidade muito relevantes  
4 em relação a etapa anterior. A existência  
5 dos BRICS e a política de desdolarização da  
6 economia, traz uma dificuldade a mais para os  
7 EUA. Se antes eles podiam estender as guerras  
8 por anos, porque o mundo financiava o dólar  
9 forte, agora a tendência é um endividamento  
10 exponencial dos EUA, levando a uma possível  
11 estagflação, com consequências políticas  
12 e sociais profundas na sociedade norte-  
13 americana e na luta de classes internacional.”

## 14 **2.CONJUNTURA NACIONAL**

### 15 **BRASIL: VENTOS DO NORTE NÃO** 16 **MOVEM MOINHOS\***

17 “Na América Latina a situação é mais  
18 candente e desesperadora, por se tratar de  
19 fronteiras nacionais interligadas e de uma  
20 influência histórica, muito forte dos EUA, seja  
21 através de golpes sangrentos ou de alianças  
22 com as oligarquias locais, sempre fomos vistos  
23 como seu “pátio traseiro”. No ano passado  
24 os conflitos começaram com a política  
25 do tarifaço, dando uma virada na opinião  
26 pública e fortalecendo o governo Lula pelo  
27 enfrentamento. 2026 começou com ameaças e  
28 chantagens por parte dos EUA contra diversos  
29 países do Continente Latino Americano, e  
30 já no dia 3 de janeiro os EUA sequestraram  
31 o Presidente Nicolás Maduro e Cilia Flores,  
32 numa operação de guerra com bombardeios  
33 e uso de alta tecnologia. No dia 7 de março,  
34 presente, Washington realizou um encontro  
35 denominado “Escudo das Américas”, com a  
36 justificativa farsesca de “promover a liberdade,  
37 a segurança e a prosperidade do hemisfério”.  
38 Estavam presentes os presidentes lacaios e de  
39 extrema direita: Milei, da Argentina; Rodrigo  
40 Paz, da Bolívia; o traficante Daniel Noboa, do  
41 Equador; Nayib Bukele de El Salvador - que  
42 assumiu a tarefa de centralizar os campos  
43 de concentração da atualidade a favor das  
44 políticas xenófobas dos EUA-; o golpista Nasry  
45 Asfura, de Honduras; José Antonio Kast o  
46 novo presidente do Chile. Todos de direita  
47 ou extrema direita, que assumem o papel  
48 subordinado em relação aos interesses dos  
49 EUA na região e em seus países. O resultado da

reunião explicitou os reais objetivos dos EUA.  
Treinar e armar seus lacaios para controlar as  
riquezas minerais e tentar obstruir a influência  
da China e Rússia no hemisfério.

O Ocidente imperialista está  
esperneando, para não perder a hegemonia do  
sistema capitalista mundial. Não significa que  
eles já perderam, mas os sinais de fraqueza  
estão cada dia mais evidentes.

É nesse contexto histórico que se  
insere o Brasil de Lula, com suas vacilações.  
Rememorar a política que o governo de Frente  
Amplíssima de Lula tem assumido é importante  
para socializarmos os limites de sua política  
no terreno internacional e na arena nacional,  
com sua política econômica social-liberal.

Lula não reconheceu o resultado  
eleitoral de Maduro. Pelo contrário, fez eco  
aos golpistas que exigiram as atas de votação.  
Depois foi determinante no veto a entrada da  
Venezuela aos BRICS, um erro histórico que não  
corresponde sequer a política tradicional do  
Itamarati. Mais recentemente, Lula declarou  
que o sequestro e a prisão de Maduro e Cilia  
Flores não eram relevantes para o debate da  
conjuntura. Além disso, o Governo Federal,  
mantem relações diplomáticas e comerciais  
com o estado genocida e fascista de Israel.

Esses fatos corroboram nossa  
caracterização de que os governos  
subordinados ao imperialismo ocidental, no  
terreno internacional e que não abandonaram  
as exigências do Consenso de Washington de  
estado mínimo, só jogam água no moinho da  
extrema direita- vide Boric no Chile, que ao  
não romper com a lógica neoliberal, perdeu  
as eleições para a extrema direita. Kast  
reivindica a ditadura de Augusto Pinochet, só  
isso deveria servir de alerta para os governos  
“progressistas”, que tentam resolver a crise  
do capital, aplicando mais e mais políticas  
neoliberais, de ataque a tudo o que é público  
e retirando direitos da classe. Mantém uma  
política econômica manietada pelo Arcabouço  
Fiscal, um gargalo sem igual em nenhum  
país do mundo. Lula quando se trata de  
austeridade, quer ser mais real que o rei. Mas  
tem que estar atento, a resposta pode vir no  
voto.

Estamos em ano eleitoral e as pressões

1 de Washington tendem a aumentar, para que  
2 Lula se afaste dos BRICS ou que pelo menos  
3 não abra mais espaço para que a China  
4 expanda sua influência- vide a reunião que  
5 formou o “Escudo das Américas”. E na disputa  
6 pelas “terras raras” que são determinantes  
7 para as novas tecnologias em todos os ramos  
8 da economia.

9 Na disputa eleitoral propriamente dita,  
10 tudo ainda está em aberto. A direita (Centrão)  
11 e a extrema direita bolsonarista não fecharam  
12 uma tática para derrotar Lula. O Centrão segue  
13 observando por onde pode ganhar mais, se  
14 aliado com Lula ou com o bolsonarismo.

15 Uma coisa é certa, Lula precisa redefinir  
16 seu programa. Iniciando por uma política  
17 de reaproximação com os países latino-  
18 americanos que resistem ao assédio dos EUA.  
19 Na prática significa apoio irrestrito a Cuba,  
20 Venezuela, México e a Colômbia. E, esse  
21 programa tem que ser capaz de empolgar os  
22 setores progressistas que já votaram em Lula  
23 e vão seguir votando, mas sem acreditar que  
24 o próximo governo vá mudar a correlação  
25 de forças. Sem isso, não haverá campanha  
26 espontânea nas ruas e isso fará toda a  
27 diferença no resultado eleitoral.

28 Por isso, nós defendemos um programa  
29 para mudar o Brasil e derrotar a direita e a  
30 extrema direita bolsonarista nas ruas e nas  
31 urnas.

32 Os planos de austeridade, como o  
33 arcabouço fiscal, são a base da crescente  
34 insatisfação das populações mais vulneráveis  
35 e de amplos setores da classe média e isso  
36 é fermento para a extrema direita. Por isso,  
37 precisamos lutar contra o neoliberalismo,  
38 independente de quem o aplica.

39 Nossa opinião é de que precisamos  
40 seguir com total autonomia e independência  
41 em relação aos governos de Frente Ampla. Essa  
42 independência é que nos colocou do lado dos  
43 Povos Originários no Pará, contra a privatização  
44 dos rios amazônicos; ao lado dos educadores e  
45 das universidades em greve e das mobilizações  
46 dos trabalhadores de aplicativos. Em defesa  
47 da soberania nacional e das riquezas minerais,  
48 como é o caso das “Terras Raras”. Todas essas  
49 lutas se chocam com o famigerado arcabouço  
50 fiscal, com o agronegócio e com os interesses

do capital internacional.

Compreender a atual situação do Brasil no contexto internacional, de perda de hegemonia do imperialismo ocidental em relação a China. Entender que a crise estrutural do capitalismo levará inevitavelmente a mais pressões por parte dos EUA, para que o Brasil se afaste dos BRICS e que, ao mesmo tempo entregue as riquezas minerais as companhias norte-americanas. São partes dos desafios da esquerda consequente que não abandonou a estratégia socialista.”

\*Revista Linha Vermelha <https://linhavermelha.org.br/o-ultraliberalismo-abre-a-disjuntiva-socialismo-ou-extincao-de-nossa-especie/>

---

**Propomos que o XII Congresso do CPERS  
aprove RESOLUÇÃO que ORIENTE A  
CATEGORIA E A COMUNIDADE A VOTAR  
PELA REELEIÇÃO DE LULA PARA DERROTAR  
O NEOLIBERALISMO E BARRAR O  
FASCISMO, em nosso país e na América  
Latina, apresentando-lhe e exigindo  
seu compromisso com a Pauta da Classe  
Trabalhadora.**

---

**3.CONJUNTURA ESTADUAL  
É PRECISO UMA MUDANÇA RADICAL  
NO GOVERNO DO RS PARA RESGATAR A  
EDUCAÇÃO DE QUALIDADE**

“O Rio Grande está Diferente”. É verdade! Mas, para pior. Após oito anos de mandato, o governo neoliberal de Leite e aliados (PSD, MDB, PP, PSDB, PDT, PTB, PL, Novo, etc) entrega um estado em piores posições nacionais: na economia e na educação. Nós sentimos na pele, porque, na vida real o Rio Grande está mais privatizado (CEE, CORSAN, rodovias) – caminho aberto para os ricos se saquearem fundos e recursos públicos bilionários, além dos dados educacionais que mostram um retrocesso.

**Queda de matrículas e avanço da rede privada**

Entre 2019 e 2025, o número total de

1 matrículas na educação básica no estado  
2 caiu 4,6%, com perda de mais de 105 mil  
3 estudantes. A redução foi muito mais intensa  
4 na rede pública (- 8,2%), enquanto a rede  
5 privada cresceu 10,8%.

6 A rede estadual foi a mais atingida pelas  
7 políticas adotadas nos últimos anos. Entre  
8 2019 e 2025, houve uma queda de 20,2% nas  
9 matrículas — menos 169 mil estudantes. Com  
10 reduções no: Ensino Fundamental: -18,5%;  
11 Ensino Médio: -10,6%; e Educação de Jovens e  
12 Adultos (EJA): – 64,1%

13

### 14 **Precarização docente como política** 15 **de governo**

16 O estudo também revela a redução de  
17 5,4% no número de docentes em sala de aula  
18 na rede estadual, com a perda de mais de dois  
19 mil profissionais. No entanto, o dado mais  
20 grave está na transformação dos vínculos de  
21 trabalho:

- 22 • Queda de 43% no número de
- 23 professoras(es) efetivas(os);
- 24 • Aumento de 50% nos contratos
- 25 temporários;
- 26 • **Em 2025, 64,7% das (os) docentes estão**
- 27 **em vínculos precários.**

28 **Ensino Médio:** exclusão e falta de  
29 políticas estruturais

30 Apesar de concentrar cerca de 79% das  
31 matrículas do Ensino Médio no estado, a rede  
32 estadual não consegue garantir o acesso pleno  
33 à juventude: apenas 47,8% das (os) jovens de  
34 14 a 18 anos estão no Ensino Médio; 38,3%  
35 ainda estão no Ensino Fundamental; 6,3%  
36 estão fora da escola sem concluir o Ensino  
37 Médio (cerca de 42 mil jovens).

38

### 39 **Colapso da EJA expõe abandono social**

40 A Educação de Jovens e Adultos (EJA)  
41 sofreu um verdadeiro desmonte: queda de  
42 64,1% nas matrículas e perda de quase 46  
43 mil estudantes desde 2019.” (<https://cpers.com.br/censo-escolar-2025-escancara-o-desmonte-da-educacao-estadual-no-rs-sob-o-governo-leite/>)

44

### 48 **Leite, fora da lei!**

49 O governo Leite não cumpre a Lei do  
50 Piso do magistério tanto no valor, quanto na

falta de garantia de 1/3 da hora atividade dos professores, o que precarizou as condições de trabalho e de vida dos educadores e trabalhadores em educação. Leite não cumpre o investimento dos 35% da receita corrente líquida em Educação, conforme prevê a Constituição Estadual, o que resulta em arrocho salarial e falta de profissionais; estrutura precária de grande número de escolas, ausência da climatização das escolas e de quadras cobertas; fechamento de bibliotecas e laboratórios; ensino de tempo integral sem garantia de condições de RH, físicas e pedagógicas; falta de monitores para estudantes atípicos, entre outros problemas. Dificuldades enfrentadas, também porque o Brasil, devido aos ajustes fiscais levados a cabo pelos governos, como o Arcabouço Fiscal e a LRF- Lei de responsabilidade Fiscal, não chegou ao investimento de 10% do PIB em Educação - defesa histórica dos educadores públicos. Isto tudo, estará em jogo nas próximas eleições.

---

**A vida não se resume à eleição, mas, sendo este um ano eleitoral, o XII Congresso do CPERS além, de debater claramente o desastre que significa o governo sob um programa neoliberal, deve orientar a categoria e a comunidade escolar a optar por um projeto de fortalecimento do Estado a serviço das necessidades do Povo Gaúcho. O CPERS nas Eleições 2026, deve se posicionar pela eleição de um governo do campo da esquerda com um Programa claro à esquerda, comprometido com a Classe Trabalhadora, até para impedir a volta da extrema-direita ao governo federal.**

---

### 3.1 - “TAREFA DA HORA”:

**É URGENTE “BOTAR O RIO GRANDE EM PÉ-DE-GUERRA” PARA BARRAR AS PPPS DE LEITE-RAQUEL-GABRIEL E IMPEDIR QUE VENDAM AS PRIMEIRAS 98 ESCOLAS!**

Para dar consequência a esta tarefa que a realidade nos cobra, o CPERS deve organizar a categoria, em primeiro lugar, para mobilizar

1 as escolas e as Comunidades Escolares para  
2 barrar o leilão de 98 de nossas Escolas na  
3 Bolsa de Valores de São Paulo - a B3, marcado  
4 para 26 de junho próximo, como aconteceu  
5 com 95 escolas de Minas Gerais, em 30/  
6 março/2026, cujo vencedor da concorrência  
7 foi o BTG Pactual - um grande banco. Fato  
8 que eleva nossa preocupação da entrega  
9 de parte das nossas escolas para a iniciativa  
10 privada administrar a recuperação, ampliação,  
11 manutenção, higienização e vigilância de  
12 nossas escolas - vide corrupção descomunal  
13 do Banco Master, incluindo o saque e  
14 sequestro de fundos de pensão de servidores  
15 públicos. Não podemos admitir que nossas  
16 escolas fiquem à mercê desse tipo de política  
17 privatizante e fraudulenta.

18 Temos pouco tempo! Mas, se o melhor  
19 da vanguarda do CPERS que está reunido no  
20 XXI Congresso, sair daqui com esta tarefa  
21 poderemos evitar esse desastre de “venda  
22 de escolas públicas”. Se leiloarem essas 98  
23 Escolas, estará “aberta a porteira” para outras  
24 mais, ou toda a rede, a julgar quem vencer as  
25 eleições ao governo do estado, já que, como  
26 gosta de dizer a Secretária Raquel Teixeira “Isto  
27 é tendência”, que ela importa de Goiás, de São  
28 Paulo, do Movimento Todos Pela Educação e  
29 de suas viagens aos Estados Unidos.

### 30 31 **3.2- O PROJETO DE EDUCAÇÃO QUE** 32 **QUEREMOS**

33 Cumprida esta tarefa, nesse semestre,  
34 devemos seguir o debate nas Escolas e  
35 Comunidades Escolares sobre um Projeto  
36 de Educação Pública para o nosso Povo e  
37 não para os empresários. Com assessoria  
38 das Universidades Públicas Federais, da  
39 UERGS e Institutos Federais, Universidades  
40 Comunitárias(que, também, têm tido  
41 importantes contribuições na formação de  
42 professores) existentes em todo o território  
43 gaúcho. Um projeto de recuperação das  
44 escolas com investimentos públicos - pode ser  
45 com o dinheiro a fundo perdido do BNDES,  
46 que vem financiando PPPs Brasil a fora, como  
47 no caso do saneamento básico.

48 Seguido do debate com as Comunidades  
49 do Projeto Político-Pedagógico que interessa e  
50 emancipa a Classe Trabalhadora, inspirado em

Paulo Freire e não ditado pelo empresariado  
do Movimento Todos pela Educação (Itaú-  
Unibanco, Lemann, Gerdau, Vale, Natura,  
BTGPactual, Bradesco, Fundação Roberto  
Marinho, Instituto Ayrton Senna, etc).

## **4. EDUCACIONAL**

### **CONSTRUIR “UMA ESCOLA PARA O POVO” - DERROTANDO O MODELO NEOLIBERAL DOS EMPRESÁRIOS, DOS BANQUEIROS, DO AGRO, DAS BIG TECHS**

Nossa contribuição ao tema educacional  
inicia com a apresentação do artigo da  
Professora Lígia Bacarin, considerando que ela  
aborda grandes problemas que enfrentamos:

#### **4.1 – “DO ASSÉDIO AO ÓBITO, O PADECIMENTO DOS PROFESSORES É POLÍTICO [PARTE II] DAS BIG TECHS AO CONSENSO DE WASHINGTON**

Se na primeira parte desta pesquisa  
denunciei o assédio moral e o óbito físico  
dos professores como atos políticos, nesta  
etapa exponho os executores materiais  
desse projeto: as Big Techs, que convertem  
pedagogias em fluxos de dados rentáveis,  
e as forças militares, que silenciam, pela  
intimidação, quem ousa resistir. O que se  
apresenta não é uma crise conjuntural, mas  
um colapso sistêmico da educação pública,  
estágio final de um desmonte planejado por  
agentes neoliberais-conservadores que atuam  
em uma aliança nefasta para operar a morte  
em vida da educação. Prepare-se para decifrar  
a engrenagem que fabrica tragédias em nome  
do “progresso”.

A plataformação do ensino,  
impulsionada por conglomerados como  
Google, Microsoft e Meta, e a expansão das  
escolas militarizadas representam duas faces  
de um mesmo projeto: a desmontagem da  
educação pública como espaço de diversidade,  
pensamento crítico e emancipação. Sob a  
retórica da “eficiência” e “neutralidade”,  
esconde-se a fusão entre o gerencialismo  
neoliberal e o conservadorismo de extrema-  
direita. De um lado, o projeto gerencialista  
neoliberal privatiza e mercantiliza a educação,  
convertendo-a em commodity na qual  
plataformas digitais vendem “soluções

1 educacionais” como pacotes tecnológicos.  
2 Neste modelo, a competição entre instituições  
3 transforma estudantes em “clientes” e saberes  
4 em produtos, a exemplo de parcerias com  
5 institutos como a SOMOS Educação (Kroton),  
6 que controlam currículos em 12 estados  
7 brasileiros. O mercado global de EdTech,  
8 avaliado em US\$ 404 bilhões, é dominado em  
9 74% por Big Techs, que tratam a educação como  
10 um filão lucrativo. O Google for Education, por  
11 exemplo, gerou US\$ 7,4 bilhões em receita  
12 em 2022 com venda de licenças, anúncios e  
13 dados, enquanto o serviço Microsoft Teams  
14 for Education contribuiu com US\$ 4,9 bilhões  
15 para a receita da empresa em 2023. Uma  
16 pesquisa da Campanha Nacional pelo Direito à  
17 Educação de 2024 mapeou R\$ 2,1 bilhões em  
18 contratos entre governos estaduais e Big Techs  
19 entre 2019 e 2023, realizados sem a devida  
20 transparência sobre o uso dos dados.

21 A lógica que sustenta essa  
22 mercantilização assenta-se sobre o  
23 subfinanciamento estratégico da escola  
24 pública. Com apenas 5,5% do PIB investido  
25 no setor – metade do previsto no Plano  
26 Nacional de Educação, o sucateamento cria o  
27 cenário perfeito para a entrada de parceiros  
28 privados. Como alerta Marcia Jacomini (USP),  
29 o conservadorismo usa a “crise da qualidade”  
30 para justificar a militarização, o homeschooling  
31 e a terceirização. Em paralelo, a agenda  
32 conservadora da extrema-direita avança  
33 com projetos de controle ideológico, como  
34 o Escola Sem Partido (2013) e leis estaduais  
35 contra a “ideologia de gênero” ou “linguagem  
36 neutra”, que censuram professores e impõem  
37 um currículo único. Em 2023, 322 projetos de  
38 lei conservadores na Câmara dos Deputados  
39 atacavam a educação, focando em segurança  
40 armada e na proibição de debates sobre  
41 diversidade. A militarização surge como o  
42 “cavalo de Troia” dessa agenda: programas  
43 como Escola Cívico-Militar (no PR, SP e MG) e  
44 Parceiro da Escola (no PR) entregam a gestão  
45 pedagógica a policiais e militares, substituindo  
46 a autonomia docente por hierarquia, disciplina  
47 e obediência, em uma estratégia onde as  
48 Big Techs controlam os dados e o método  
49 de ensino, enquanto os militares e grupos  
50 conservadores controlam os corpos e as

narrativas.

Na engrenagem da plataformização, o professor é reduzido a mero operador de ferramentas digitais, como o Google Classroom, sendo responsável por alimentar algoritmos com dados de estudantes. Essa dinâmica, conforme estudos levantados, esvazia a dimensão humana do ensino, convertendo relações pedagógicas em métricas de engajamento. A retórica da “eficiência” e da “personalização do aprendizado” oculta a padronização de conteúdos via inteligência artificial, que apaga contextos locais e culturas minoritárias. Como alerta Apple (2003), o currículo único serve ao projeto neoconservador de apagar lutas sociais. As plataformas não “modernizam”; elas transformam a educação em mineração de dados para o capital financeiro. Os mecanismos são diversos: a commodificação de dados, com Google vendendo padrões de aprendizagem para empresas de RH; o fetichismo da tecnologia, com Microsoft Teams impondo respostas em até 15 minutos, gerando ansiedade e autocobrança extrema; e a despersonalização, com inteligências artificiais produzindo e corrigindo redações que ignoram o contexto social, o que resulta no esvaziamento da relação pedagógica.

A isso se soma a lógica da vigilância e do adestramento. Aplicativos como ClassDojo e sistemas de câmeras com reconhecimento facial, propostos em 167 projetos de lei conservadores, criam escolas-prisão, onde estudantes são vigiados e professores policiados. Atualmente, 90% das escolas públicas brasileiras usam ferramentas de Big Techs sem qualquer política de proteção de dados, configurando um verdadeiro colonialismo digital no qual 36 milhões de alunos brasileiros têm seus dados vendidos para empresas como Randstad e CIEE. O Google lucra US\$ 7,4 milhões por dia com anúncios direcionados a crianças, enquanto governos, como o de São Paulo, intimidam e demitem professores que se recusam a usar o Classroom. A face mais brutal dessa aliança é a venda de dados educacionais como commodity militar. A Amazon, por meio de sua divisão AWS, firmou parcerias com o

1 Pentágono em projetos como o Maven (2018),  
2 fornecendo infraestrutura de nuvem para  
3 processar dados de vigilância de drones. Dados  
4 educacionais de plataformas como Google  
5 Classroom e Microsoft Teams, hospedados na  
6 AWS, foram cruzados com esses sistemas para  
7 criar perfis comportamentais de “potenciais  
8 ameaças”. No Projeto Nimbus (2021–  
9 presente), a AWS armazena dados biométricos  
10 de estudantes de escolas militarizadas,  
11 repassando-os a agências como a NSA. No  
12 Brasil, escolas parceiras em Goiás e no Paraná  
13 utilizam sistemas AWS que integram dados  
14 de frequência e desempenho a bancos da  
15 Polícia Militar. Como denunciam Faustino e  
16 Lippold (2023), a Amazon atua como “braço  
17 tecnológico do imperialismo”, convertendo  
18 escolas do Sul Global em laboratórios para  
19 ferramentas depois aplicadas em guerras,  
20 consolidando uma lógica militar-educacional  
21 na qual dados de alunos brasileiros alimentam  
22 máquinas de morte.

23 Enquanto as Big Techs controlam o  
24 método, a militarização se consolida como o  
25 braço repressivo do conservadorismo, não para  
26 garantir “segurança”, mas para silenciar quem  
27 denuncia a venda da escola às corporações.  
28 O avanço desse modelo é acelerado: o  
29 Brasil passou de 48 escolas militarizadas  
30 em 2014 para 1.389 em janeiro de 2026,  
31 um crescimento de quase 2.800%, segundo  
32 levantamento do professor Fernando Cássio  
33 (USP). O Paraná lidera o ranking nacional, com  
34 345 escolas nesse modelo, seguido por Mato  
35 Grosso e São Paulo. Pesquisas da Universidade  
36 de São Paulo revelam a perversidade por trás  
37 dos números: o Programa de Colégios Cívico-  
38 Militares do Paraná (CCMPR) “preparou o  
39 terreno” para inflar artificialmente o Ideb,  
40 selecionando escolas com melhor rendimento  
41 e excluindo estudantes mais pobres. O número  
42 de vagas para Educação de Jovens e Adultos  
43 (EJA) nas escolas que aderiram ao programa  
44 caiu de 8.077 para 731 entre 2018 e 2023,  
45 enquanto as vagas no período noturno foram  
46 reduzidas de 24,8 mil para 2,9 mil. Cerca de  
47 81 mil estudantes com 18 anos ou mais foram  
48 excluídos da rede estadual para maquiagem as  
49 estatísticas de desempenho, em um processo  
50 que a pesquisadora Rafaela Miyake classifica

como uma tentativa de “elitizar” a rede  
de ensino para argumentar que o modelo  
cívico-militar apresenta bons resultados. Não  
há, contudo, nenhum estudo científico que  
comprove a ligação direta entre a militarização  
e o aumento da qualidade do ensino.

Os dados da repressão e da violência  
nesses estabelecimentos são alarmantes.  
No Paraná, policiais fiscalizam bibliotecas e  
vetam livros sobre a ditadura, enquanto 72%  
dos docentes em escolas militarizadas relatam  
assédio moral. Em Minas Gerais, 47 professores  
foram processados por “doutrinação” entre  
2020 e 2023, e 72% dos alunos dessas escolas  
desenvolvem transtornos de ansiedade, de  
acordo com a UFMG. A perseguição ideológica  
e o silenciamento se manifestam em casos  
como o do reitor Luiz Carlos Cancellier  
(UFSC), cujo suicídio em 2017, após acusações  
infundadas da Lava Jato, simboliza o terrorismo  
jurídico-policial contra educadores. Grupos  
como a “Força Tarefa Conae” mobilizam pais  
contra a “doutrinação”, acusando livros sobre  
racismo de corromper crianças. Sob a pressão  
combinada das plataformas (que demandam  
horas de digitalização) e dos militares (que  
impõem regras absurdas), os docentes  
desenvolvem burnout, depressão e doenças  
cardiovasculares em um processo de exaustão  
por dupla exploração. Dados alarmantes  
indicam que 58% dos ataques armados a  
escolas entre 2022 e 2023 estão ligados ao  
discurso armamentista conservador, tendo  
os professores como alvos preferenciais.  
A plataformização exaure, a militarização  
amedronta: juntas, produzem o professor  
descartável.

Para decifrar essa máquina de moer  
vidas, a crítica epistemológica de Giuliana  
Volfzon Mordente (2024) é fundamental. A  
pesquisadora oferece uma análise radical da  
plataformização educacional, expondo sua  
natureza colonial e necropolítica. Seu marco  
teórico desmonta a naturalização do mercado,  
na qual ferramentas digitais recodificam  
práticas pedagógicas sob lógicas empresariais,  
transformando a aprendizagem em mineração  
de dados e usando a “gamificação” para  
mascarar a exploração. Desvela a falácia da  
neutralidade, demonstrando que a retórica

1 da “inovação tecnológica” oculta o fato de  
2 que as plataformas são artefatos políticos que  
3 padronizam currículos e alimentam algoritmos  
4 de vigilância usados por forças armadas.  
5 Por fim, Mordente conceitua a “pedagogia  
6 do controle”: a fusão entre vigilância digital  
7 (Big Techs) e repressão física (militares) gera  
8 um panóptico educativo, onde docentes  
9 tornam-se corpos duplamente vigiados –  
10 pelo algoritmo, na cobrança de metas de  
11 “eficiência”, e pela hierarquia, na perseguição  
12 em escolas militarizadas. Sua tese central é  
13 que a plataformização não é uma ferramenta,  
14 mas uma estratégia de governo neoliberal que  
15 elimina o dissenso ao transformar a educação  
16 em zona de saque de dados e adestramento,  
17 operando por meio da sobrecodificação (que  
18 converte competências socioemocionais  
19 em “soft skills” para o mercado), do  
20 biocolonialismo (que usa dados de alunos  
21 do Sul Global para treinar IA de empresas  
22 do Norte) e da necropedagogia (que tem a  
23 exaustão docente como resultado planejado  
24 do descarte sistêmico) .

25 A raiz estrutural desse colapso remonta  
26 ao Consenso de Washington, o pacote de  
27 medidas neoliberais formulado em 1989 pelo  
28 FMI, Banco Mundial e Tesouro dos EUA, que  
29 estabeleceu os pilares para a plataformização e  
30 a militarização. Suas diretrizes de privatização  
31 de serviços públicos converteram a educação  
32 em commodity, com a entrada de empresas  
33 privadas (incluindo Big Techs) na gestão  
34 escolar. A redução do Estado, materializada  
35 no subfinanciamento estratégico da educação  
36 pública (apenas 5% do PIB), criou o vácuo que  
37 Big Techs e militares hoje ocupam. E a abertura  
38 comercial indiscriminada permitiu a entrada  
39 de plataformas como Google Classroom  
40 e Microsoft Teams no Brasil. O Consenso  
41 prometia “crescimento socioeconômico”, mas  
42 ampliou as desigualdades, criando o cenário  
43 perfeito para vender “soluções tecnológicas”  
44 como remédio para crises que ele próprio  
45 gerou.

46 Seu projeto econômico não atuou  
47 isoladamente; fundiu-se com uma agenda  
48 conservadora para sustentar o modelo atual.  
49 O neoliberalismo opera como motor da  
50 plataformização, com Big Techs atuando como

novas formas de privatização e convertendo  
dados educacionais em commodities,  
enquanto a “eficiência” das plataformas  
espelha a lógica gerencialista que vê o Estado  
como “ineficiente”. O conservadorismo,  
por sua vez, fornece a justificativa para o  
controle: a militarização surge como resposta  
artificial à “crise da qualidade” criada pelo  
subfinanciamento, uma estratégia que Marcia  
Jacomini (USP) denuncia como “cavalo de  
troia” para suprimir direitos, servindo como  
braço repressivo do projeto neoliberal para  
censurar docentes e proteger os interesses  
de empresas como Meta e Google. Projetos  
como o Escola Sem Partido e as leis contra a  
“ideologia de gênero” censuram o pensamento  
crítico, garantindo que a plataformização não  
enfrente resistência pedagógica.

A herança do Consenso de Washington  
na “era das plataformas” é, portanto,  
cristalina. Economicamente, as Big Techs são  
herdeiras das privatizações dos anos 1990,  
convertendo a educação em um fluxo de dados  
rentável. Politicamente, o conservadorismo  
fornece a repressão necessária para implantar  
um modelo rejeitado por educadores e  
estudantes. Socialmente, o adoecimento  
docente é o resultado dessa engrenagem,  
com professores se tornando vítimas de um  
projeto que desmonta direitos para erguer  
lucro. Como salienta Mordente, o Consenso  
de Washington não acabou: ele se digitalizou  
e se armou, mantendo a meta de transformar  
até a esperança em commodity.

A aliança mortal entre Big Techs e mili-  
tares se revela nos números e nos territórios.  
Enquanto as empresas de tecnologia lucram  
US\$ 300 bilhões por ano com a educação glo-  
bal, cada escola militarizada recebe, em mé-  
dia, R\$ 410 mil anuais a mais do MEC. O que  
está em jogo é a própria concepção de forma-  
ção humana: escolas plataformizadas e milita-  
rizadas produzem seres humanos obedientes  
aos algoritmos, silenciados pelo medo e úteis  
apenas ao mercado. Esse modelo forma força  
de trabalho precarizada para os polos tecnoló-  
gicos, configurando um verdadeiro apartheid  
educacional. No “triângulo tech” de Barueri,  
Itapevi e Santana de Parnaíba, que recebeu  
R\$ 6,2 bilhões em data centers, 58% das esco-

1 las locais não têm banda larga. Projetos como  
2 “Fábrica de Programadores” capacitam jovens  
3 para servir a empresas estrangeiras, enquan-  
4 to universidades públicas perdem verba para  
5 pesquisa soberana. Os dados regionais escan-  
6 caram o impacto social dessa lógica: no Su-  
7 deste, Barueri abriga o maior data center da  
8 América Latina (Scala), mas apenas 12% de  
9 suas escolas estaduais têm laboratórios de in-  
10 formática funcionando, enquanto a rede mu-  
11 nicipal de São Paulo gasta R\$ 87 milhões por  
12 ano com Google Workspace em meio a denún-  
13 cias de vigilância via ClassDojo. Em Minas Ge-  
14 rais, o Projeto Escola Parceira (2024) entrega a  
15 gestão pedagógica a militares em 120 escolas,  
16 onde 72% dos docentes relatam perseguição  
17 por debater racismo ou plataformização. No  
18 Norte e Nordeste, a Starlink domina 90% das  
19 escolas rurais do Pará, mas repassa dados de  
20 alunos à SpaceX, com professores proibidos  
21 de questionar a qualidade da conexão; na  
22 Bahia, uma professora da rede estadual mor-  
23 reu de AVC após ser ameaçada por um militar  
24 por recusar o uso do Google Classroom, caso  
25 arquivado sob a alegação de “stress docente”.  
26 Na região Sul, o Programa Educação 4.0 (2024)  
27 obriga 300 escolas no Paraná a usar IA da Mi-  
28 crosoft para corrigir redações, com erros de  
29 contexto cultural chegando a 40% em temas  
30 sobre quilombos, enquanto no Rio Grande do  
31 Sul, uma parceria entre a Secretaria de Educa-  
32 ção e o Meta treina professores para “media-  
33 ção de conflitos via WhatsApp”, resultando em  
34 86% de burnout pós-curso. No Centro-Oeste,  
35 escolas cívico-militares de Goiás usam câme-  
36 ras com reconhecimento facial da Amazon, e  
37 os dados biométricos são repassados à Polícia  
38 Militar sem qualquer consentimento.

39 Diante desse cenário, a resistência se  
40 impõe como ato de sobrevivência. Como lembra  
41 a pesquisadora negra Rosa Margarida Rocha,  
42 a extrema-direita teme os professores porque  
43 eles podem “modificar economicamente  
44 a nação” ao ensinar pensamento crítico.  
45 Romper com esse ciclo exige ações concretas:  
46 a revogação imediata do Programa Nacional  
47 das Escolas Cívico-Militares, o fortalecimento  
48 de redes de apoio como a Campanha Nacional  
49 pelo Direito à Educação, a denúncia das  
50 parcerias público-privadas que vendem

dados de estudantes, a construção de redes  
solidárias de docentes como a Articulação  
contra o Ultraconservadorismo na Educação  
e o fortalecimento dos sindicatos. Quando  
um professor morre por pressão das Big  
Techs e dos militares, enterramos não apenas  
um corpo, mas a semente de um futuro que  
poderia questionar esse sistema. E enquanto  
choramos, Google, Meta e as forças da  
repressão assinam novos contratos sobre seu  
cadáver. A morte do professor é a vida do  
projeto conservador: sem quem questione, o  
futuro é só repetição.”

(Artigo publicado em <https://68naluta.blog/2025/07/07/do-assedio-ao-obito-opadecimento-dos-professores-parte-ii/> e a I Parte na Revista Linha Vermelha 3 <https://linhavermelha.org.br/das-big-techs-ao-consenso-de-washington-o-colapso-na-educacao-publica/>)

#### **4.1- O PROJETO DE EDUCAÇÃO QUE QUEREMOS**

Cumprida a tarefa de barrar as PPPs de Leite-Raquel em 98 escolas, nesse semestre, devemos seguir o debate nas Escolas e Comunidades Escolares sobre um Projeto de Educação Pública para o nosso Povo e não para os empresários. Com assessoria das Universidades Públicas Federais, da UERGS e Institutos Federais, Universidades Comunitárias (que, também, têm tido importantes contribuições na formação de professores) existentes em todo o território gaúcho. Um projeto de recuperação das escolas com investimentos públicos - pode ser com o dinheiro a fundo perdido do BNDES, que vem financiando PPPs Brasil a fora, como no caso do saneamento básico.

Seguido do debate com as Comunidades do Projeto Político-Pedagógico que interessa e emancipa a Classe Trabalhadora, inspirado em Paulo Freire e não ditado pelo empresariado do Movimento Todos pela Educação (Itaú-Unibanco, Lemann, Gerdau, Vale, Natura, BTGPactual, Bradesco, Fundação Roberto Marinho, Instituto Ayrton Senna, etc).

## 4.2- “UMA ESCOLA PARA O POVO”

*“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”*

Paulo Freire

### **A Comunidade Escolar é chave para construir um projeto de Educação Pública**

Mais uma vez, repetimos que “cumprida a tarefa de tentar barrar as PPPs, nesse semestre” – dado à gravidade dessa privatização, e simultaneamente, devemos resgatar a participação das Comunidades Escolares e discutir em nossas escolas um Projeto de Educação Pública para o nosso Povo e não para os empresários. Apresentar esse projeto para os candidatos ao Governo do Estado. Buscar, para tal, a assessoria das Universidades Públicas Federais, da UERGS e Institutos Federais, Universidades Comunitárias (que, também, têm tido importantes contribuições na formação de professores) que cobrem todo o território gaúcho. Um projeto de recuperação das escolas com investimentos públicos, no qual as obras podem ser feitas por empresas contratadas pelo estado - um projeto que pode ser com “dinheiro a fundo perdido” do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

É importante resgatar o vínculo e a participação das Comunidades Escolares, como já tivemos nos anos 80 e 90 – comunidades que são a razão de existir da escola pública, para debater e construir o Projeto Político-Pedagógico de cada escola, que interessa e emancipa a Classe Trabalhadora, inspirado no **Mestre PAULO FREIRE**, para quem **“Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser opressor”** e não o projeto ditado pelo empresariado, pelos bancos, pelas Big Techs, pelo agro, pelas igrejas, por militares.

### **4.3- LUTA CONTRA A PRECARIZAÇÃO DA PROFISSÃO DO MAGISTÉRIO E DEMAIS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO**

Precisamos de Profissionais bem formados, em número suficiente - Concurso

Público para todas as funções, incluindo garantia de Psicólogos e Assistentes Sociais.

“Hoje, apenas 35,3% do magistério estadual é composto por profissionais concursadas(os) — índice inferior à média nacional e incompatível com qualquer discurso de valorização da educação.” (<https://cpers.com.br/censo-escolar-2025-escancara-o-desmonte-da-educacao-estadual-no-rs-sob-o-governo-leite/>)

**Nesse estudo do DIEESE, publicado pelo CPERS, há um comparativo do NÚMERO DE DOCENTES existentes em 2019 e em 2025, segundo o senso escolar: concursados – eram 23.681, em 2025, são 13.424; CONTRATADOS - 16.300; em 2025, são 24.237 professores. No total de docentes: eram 40.152, contra 32.024, em 2025.**

Para alcançarmos uma Educação Pública de qualidade é imperioso enfrentar a precarização da profissão do magistério e demais trabalhadores em educação. Hoje, no Brasil, os dados apontam 50% de professores contratados temporariamente. No Rio Grande do Sul, esse número sobre para uma média de 65%, dado do DIEESE/CPERS, 03/04/26. Já em Porto Alegre, na visão da Diretoria do 39º Núcleo do CPERS, esse número pode ter passado de 80% da rede, sendo que em algumas escolas, somente a equipe diretiva é nomeada, ocasionando o problema da falta de candidatos para a Eleição de Direção da Escola. Por isso, é necessário lutar por:

- Concurso Público e nomeação para todas as funções da Escola.
- Emenda à Constituição Federal para possibilitar a Efetivação dos Contratados com mais de 5 anos de contrato (como foi na Constituição de 1988).
- Enquanto não tivermos concurso para todo o quadro e efetivação dos contratados, devemos lutar, paralelamente, por direitos a estes profissionais como as 10 faltas justificadas, licença saúde e também para acompanhar familiares, como os nomeados.

## **5. SINDICAL E BALANÇO DA ATUAÇÃO DO CPERS | RESGATAR O CPERS DE COMBATE, QUE ELEGE E DERRUBA GOVERNOS**

O CPERS, Sindicato com 81 anos de História em defesa da educação pública e dos Trabalhadores em Educação, sempre foi referência no Rio Grande do Sul. Como diz a Companheira Berna Menezes, Dirigente do PSOL e da ASSUFRGS: “O CPERS é um sindicato que elege e derruba governos.” Na última década perdeu esse poder. Pela conjuntura adversa ao movimento sindical, vno mundo todo, com a reestruturação do mundo do trabalho - maioria que está hoje nas escolas são professores contratados, além de funcionárias terceirizadas. Mas, também, à linha política implementada pelas últimas direções de afirmação exaustiva de “negociação” e não de aposta na mobilização, método histórico de luta da esquerda. Ora, não há governo que negocie e conceda se não há pressão nas ruas! Foi assim, nos oito(8) anos de governo Leite. Governo de ataques e perdas para professores, funcionários e aposentados. A correlação de forças, infelizmente, não foi alterada a nosso favor pela atuação do CPERS e das bancadas de esquerda - em número expressivo e suficiente para instalar crises e impor recuos ao governo Leite-Gabriel, na Assembleia Legislativa (PT, PSOL, PCdoB – este até março 2026, agora PSB).

De nossa parte, nos Núcleos que compomos as Direções temos procurado atuar enfrentando os problemas levantados pela categoria e atacar o governo Leite, responsável pela precarização das escolas (apesar de 1.000 obras de reformas), do trabalho e da vida dos Trabalhadores em Educação da rede estadual. A principal expressão disso é a atuação do 39º Núcleo do CPERS nos últimos quatro (4) anos. Neste período, fomos vanguarda na luta contra a Escola Cívico-Militar; Revogação do Novo Ensino Médio; defesa dos direitos das Trabalhadoras Terceirizadas; denúncias de assédio da 1ª CRE, do superendividamento e adoecimento da categoria e de outras medidas do governo LEITE, da SEDUC e da CRE - com grande repercussão, tendo chegado a publicação que denunciou a sobrecarga de trabalho/planilhas a mais de 80 mil

visualizações e do descaso com Direções na formação do início do ano, com mais de 150 mil visualizações; a luta contra as PPPs, que seguimos insistindo, neste momento; mobilização significativa das escolas para as manifestações e atos convocados pelo CPERS, chegando a 20% dos participantes em mais de um ato. Assim como o papel que cumprem companheiros nossos nas direções do 1º e 2º Núcleos do CPERS; o papel primordial que cumpre a Professora Marli Silva - atual Representante Estadual de Aposentados, levando informações diárias, através da sua página “Professora Marli Falando de Educação”, com mais de 21 mil acessos.

## **6. FUNCIONAL RESGATAR AS CARREIRAS E A VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL**

O projeto neoliberal do governo Leite-Gabriel, da direita e extrema-direita do RS, em curso, sob o comando do Palácio Piratini se materializa nos dados de redução do número de Escolas, número de profissionais, no aumento da precarização da profissão com 65% de contratados, apontados pelo DIEESE que assessora o CPERS. Assim como, políticas neoliberais que o governo Lula seguiu implementando, como é o caso do Arcabouço Fiscal e a LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal (herança de FHC) e a não revogação das Reformas da Previdência e do NEM- Novo Ensino Médio dos golpistas, há consequências sobre todos os trabalhadores em educação.

Como alguns pontos, já tratamos em temas anteriores, só queremos destacar, aqui as lutas que seguem sendo desafios para o CPERS e a CNTE, assim como outras organizações dos trabalhadores como as Centrais Sindicais:

**6.1.** Piso para Magistério e Funcionárias(os) de Escola aplicados às carreiras.

**6.2.** Redução drástica da Jornada de Trabalho, com recomposição do salário e garantia da hora-atividade na escola, a começar pelo Fim da Escala 6x1, para toda a classe trabalhadora.

**6.3.** Formação permanente, a cargo das Universidades Públicas Federais e UERGS, IFs - o RS está bem assistido em todas as regiões.

**6.4.** Fim da Terceirização e da precarização da profissão (abordada no ponto Educacional)

## 1 **7. PREVIDENCIÁRIO**

2 **7.1.** Revogação das Reformas da Previdência:  
3 Lula/2003 e Bolsonaro/2019.

4 **7.2.** Fim do CONFISCO SALARIAL, ou seja, da  
5 Contribuição Previdenciária dos Aposentados  
6 - manutenção do princípio da solidariedade  
7 entre gerações.

8 Medidas urgentes e de reparação  
9 pois, o projeto neoliberal em curso promove  
10 a precarização da vida: com o confisco da  
11 previdência, o fim da paridade salarial - política  
12 etarista que provoca apartheid social.

13

## 14 **8. PLANO DE LUTAS E PAUTA** 15 **DE REIVINDICAÇÕES**

16 Aqui, nos limitaremos a citar alguns,  
17 pela ordem hierárquica de tempo e urgência,  
18 pois já apresentamos várias propostas nos  
19 temas anteriores. Depois, apresentaremos de  
20 forma mais ordenada em forma de Resoluções  
21 no Congresso.

22 1. TAREFA N° 1: Barrar as **PPPs** de Leite-  
23 Raquel-Gabriel para 98 Escolas que  
24 tem o leilão na Bolsa de Valores de São  
25 Paulo B3, marcado para 26 de junho,  
25 porque se trata de privatização, de  
27 venda de parte das escolas estaduais.  
28 Há pouco tempo para uma resistência com  
29 as Comunidades. Mas, nada é impossível!

30 **2. Luta pela redução drástica da jornada de**  
31 **trabalho de todos os trabalhadores em**  
32 **educação**, com recomposição salarial;  
33 aprovação dos projetos de Lei pelo Fim da  
34 Escala 6x1 e pela Tarifa Zero no transporte.  
35 Estes últimos, devem ir à votação no  
36 primeiro semestre de 2026, no Congresso  
37 Nacional.

38 3. Pressão ao Congresso Nacional pela  
39 votação do **PISO SALARIAL** para  
40 **FUNCIONÁRIAS(OS) de ESCOLA** e ao  
41 **STF pelo FIM DO CONFISCO** do salário  
42 de **APOSENTADOS** pelo desconto  
43 previdenciário.

44 **4. Que o XII Congresso do CPERS aprove**  
45 **RESOLUÇÃO que ORIENTE A CATEGORIA**  
46 **E A COMUNIDADE A VOTAR PELA**  
47 **REELEIÇÃO DE LULA PARA DERROTAR**  
48 **O NEOLIBERALISMO E BARRAR O**  
49 **FASCISMO, em nosso país e na América**  
50 **Latina, apresentando-lhe e exigindo seu**

**compromisso com a Pauta da Classe**  
**Trabalhadora. Assim como, aqui no Rio**  
**Grande do Sul, deve orientar a categoria**  
**e a comunidade escolar a optar por um**  
**projeto de fortalecimento do Estado**  
**a serviço das necessidades do Povo**  
**Gaúcho. O CPERS nas Eleições 2026, deve**  
**se posicionar pela eleição de um governo**  
**do campo da esquerda com um Programa**  
**claro à esquerda, comprometido com a**  
**Classe Trabalhadora, até para impedir**  
**a volta da extrema-direita ao governo**  
**federal e que se instale, aqui no Piratini**

5. **SOLIDARIEDADE ENTRE NÓS** -  
Combate permanente ao feminicídio,  
machismo, racismo, etarismo, lgbtfobia,  
assédio. Apoio à greve dos TAES das  
Universidades e Institutos Federais,  
marchas e ocupações. Tomar parte da  
Solidariedade Internacional com os Povos  
atacados pelo imperialismo decadente dos  
EUA e seus aliados, com a CUBA, Palestina,  
Venezuela, Irã, países do Continente  
Africano e outros.

### **Proponentes:**

1. Neiva Lazzarotto - Diretora Geral do 39° Núcleo do CPERS POA, Professora Aposentada
2. Marli da Silva – Profª Aposentada, Repr. Est. de Aposentados e Diretora 1° Núcleo Caxias do Sul
3. Karla Sadoski e Silva - Conselheira 1/1000 do 39° Núcleo POA, Professora Contratada
4. Silvana Souza - Tesoureira do 39° Núcleo POA, Professora Contratada
5. Gilmar Correa Nunes - Diretor 2° Núcleo Santa Maria, Professor
6. Vera Serpa - Agente Educacional, Ex-Conselheira do CPERS, 2° Núcleo Santa Maria
7. Rejane Todero - Professora Aposentada, Ex-Conselheira do 15° Núcleo Erechim
8. Jardel Cunha – Professor, Ex-Diretor 38° Núcleo de POA
9. Ada Martini de Menezes Vidal - Professora Aposentada, Ex-Repr. Est. Aposentados 1º Núcleo Caxias do Sul
10. Seila Nara Veiga – Vice-Diretora de Escola, 39º Núcleo POA

- 1 11. Cleverson Alves- Professor Contratado,
- 2 25º Núcleo Lagoa Vermelha
- 3 12. Márcia Siqueira – Professora Aposentada,
- 4 39º Núcleo POA
- 5 13. Carolina Maria Havelha Mayer - Professora
- 6 Contratada, 39º Núcleo POA
- 7 14.
- 8 15. Núbia Fonseca – Professora 39º Núcleo
- 9 16. Chester Guimarães – Agente Educacional,
- 10 39º Núcleo
- 11 17. Daniel Rodrigues - Professor Contratado,
- 12 39º Núcleo
- 13 18. Ione Ponsoni Lazzarotto - Agente
- 14 Educacional Apos. , 15º Núcleo Erechim
- 15 19. Neidi Weschenfelder - Professor
- 16 Aposentado 38º Núcleo POA

17  
18 Convidamos Colegas que tiverem  
19 acordo com esta proposição a se juntarem a  
20 nossa TESE, nas Assembleias dos Núcleos, no  
21 Congresso e nas lutas cotidianas.

22  
23  
24  
25  
25  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50

## TESE MUDAR O CPERS, RETOMAR A LUTA E A INDEPENDÊNCIA DOS GOVERNOS E PATRÕES

### 1. CONJUNTURA INTERNACIONAL

A ordem mundial capitalista vive uma fase prolongada de instabilidade. Desde a recessão de 2007–2009, o sistema capitalista opera em ciclos curtos de crescimento frágil, acompanhados de crises recorrentes, polarização social e degradação ambiental. O capitalismo entrou em uma fase descendente, caracterizada por ciclos curtos de crescimento anêmico, crises recorrentes e polarização social.

Como expressão de sua decadência, o capitalismo gera guerras, crises e desgraça para os trabalhadores. As agressões imperialistas de Trump contra o Irã e a Venezuela compõem um cenário no qual os conflitos militares são cada vez mais comuns. Um mundo onde países imperialistas tentam dominar outros países a fim de controlar diretamente os recursos estratégicos.

A resistência da classe trabalhadora é o outro polo da atual conjuntura internacional. Em todos os cantos do planeta, há resistência do movimento de massas às desgraças econômicas, sociais e ambientais generalizadas. A onda de protestos que tomou conta dos EUA contra a política anti-imigração e, agora, contra a guerra promovida por Trump demonstra esse potencial de resistência às políticas do imperialismo. Outro exemplo fundamental foi a campanha internacional contra o massacre promovido por Israel contra o povo palestino. Ao mesmo tempo, os povos agredidos pelo imperialismo reagem e exigem de seus governos o enfrentamento às ações de rapina.

A atual conjuntura internacional tem sido marcada por três eixos centrais:

- **Disputa interimperialista**, que reorganiza cadeias produtivas, pressiona países dependentes e intensifica conflitos regionais.
- **Ataques globais à classe trabalhadora**, com guerras, ocupações, aumento e novas

formas de exploração como uberização, terceirização e teletrabalho.

- **Catástrofe ambiental**, inseparável da lógica de acumulação capitalista.

Países semicoloniais enfrentam desindustrialização, reprimarização e crise da dívida, aprofundando desigualdades e fragmentando o proletariado. A crise da democracia burguesa se expressa no avanço de regimes bonapartistas e da extrema direita, que combina ultraliberalismo, conservadorismo religioso e ataques a direitos democráticos. A luta contra essa ofensiva exige unidade de ação da classe trabalhadora, autodefesa organizada e disputa ideológica permanente.

Defendemos solidariedade ativa às resistências e apoio à autodeterminação dos povos. Está colocada a necessidade da mais ampla unidade de ação contra os ataques do imperialismo e também da extrema direita. São importantíssimas as mobilizações contra as agressões militares de Trump e as ameaças à Cuba e à soberania da América Latina, a exigência de rompimento dos governos com Israel e a recusa de negociações das terras raras e demais riquezas naturais.

Ao mesmo tempo, a total independência da classe trabalhadora é fundamental para impor derrotas aos ataques das burguesias e dos imperialismos. **A classe trabalhadora só pode confiar em si mesma!** Cabe aos trabalhadores, à juventude pobre e aos setores oprimidos pelo capitalismo a tarefa de enfrentar e derrotar as tragédias impostas pelo decadente capitalismo.

### 2. CONJUNTURA NACIONAL

A política nacional está atravessada pela crise internacional e pelos limites estruturais da economia brasileira. Enquanto não houver um profundo rompimento com a ordem capitalista, não importa o quanto cresça o país, a crise social permanecerá sendo a tônica

1 para a classe trabalhadora.

2 O governo Lula expressa essa profunda  
3 contradição: uma política que tenta conciliar  
4 classes com interesses antagônicos e que,  
5 portanto, não rompe com a lógica imposta  
6 pelo grande capital. Assim, a vida da classe  
7 trabalhadora brasileira segue marcada por  
8 baixos salários, precarização e perda de  
9 direitos. Os grandes capitalistas usam de  
10 diferentes mecanismos para impor ataques  
11 à imensa maioria da população oprimida. O  
12 Arcabouço Fiscal consolida no país um regime  
13 permanente de austeridade, incompatível com  
14 os pisos constitucionais de saúde e educação.

15 A extrema-direita segue firme em seus  
16 objetivos de impor ainda mais retrocessos e  
17 busca capitalizar os desgastes do atual governo.  
18 O Congresso Nacional é formado por políticos  
19 da pior espécie, que representam os ruralistas,  
20 banqueiros e grandes empresários, atacando  
21 os mais pobres para servir aos bilionários.  
22 Esse Congresso de corruptos aumentou o  
23 fundo eleitoral, os próprios salários, a conta  
24 de luz e vive aprovando leis para prejudicar os  
25 trabalhadores.

26 Mas, a luta da classe trabalhadora  
27 seguiu sendo a necessidade fundamental  
28 do período. Tanto para impor derrotas aos  
29 planos de retrocessos democráticos ao  
30 longo do governo Bolsonaro como para  
31 enfrentar as medidas que a burguesia buscou  
32 impor recentemente. Greves de categorias  
33 importantes (petroleiros, correios, servidores  
34 federais, etc.) e mobilizações populares como  
35 as lutas indígenas, quilombolas e a campanha  
36 nacional contra a jornada 6x1 revelaram a  
37 disposição de luta da nossa classe.

38 A COP30 realizada em Belém expôs o  
39 fracasso histórico das conferências ambientais  
40 e a incapacidade do capitalismo de enfrentar  
41 a crise climática. Diante disso, torna-se  
42 fundamental afirmar um programa que vá além  
43 da resistência imediata e que aponte para uma  
44 saída estratégica. Nesse sentido, é fundamental  
45 a defesa de medidas como a estatização dos  
46 monopólios estrangeiros sob controle dos  
47 trabalhadores, a proibição da remessa de  
48 lucros e a suspensão do pagamento da dívida  
49 pública, além do fim do arcabouço fiscal, das  
50 privatizações (como a da TRENURB) e da

jornada 6x1. Assim como o FORA LEHMANN do  
MEC e a revogação das Reformas trabalhista e  
previdenciária. Essas propostas não são apenas  
bandeiras econômicas que fortaleceriam os  
trabalhadores, mas expressam a necessidade  
de romper com a lógica de subordinação ao  
imperialismo e de construir uma verdadeira  
independência nacional.

A educação expressa essa lógica  
capitalista de favorecimento aos grandes  
empresários. O MEC se tornou refém de  
“fundações” e grandes entidades empresariais:  
Fundação Lemann, Instituto Ayrton Senna,  
Todos Pela Educação, Fundação Roberto  
Marinho, Instituto Unibanco, Fundação Itaú.

Há urgência que os sindicatos  
façam avançar a consciência classista dos  
trabalhadores. Nos movimentos populares e  
nas ruas, articulando as lutas imediatas com  
um projeto estratégico de ruptura com o  
imperialismo e o capitalismo. A experiência  
mostra que, quando a classe trabalhadora se  
mobiliza de forma independente, é capaz de  
impor derrotas aos ataques dos governos, dos  
patrões e do grande capital.

### **3. CONJUNTURA ESTADUAL**

Nos últimos anos, o Rio Grande do  
Sul viveu uma tragédia social e ambiental  
sem precedentes. Ciclones, enchentes  
e deslizamentos atingiram milhares de  
famílias, revelando a combinação explosiva  
entre destruição ambiental e abandono  
estatal. O Estado burguês revelou sua  
indiferença... os sucessivos governos cortaram  
sistematicamente os recursos necessários  
à prevenção. O governo Eduardo Leite teve  
responsabilidade direta na tragédia. Ignorou  
alertas científicos, protegeu interesses  
imobiliários e aprofundou ataques aos serviços  
públicos.

Ao se sentir fortalecido por sua reeleição,  
sua política de austeridade, alinhada ao Regime  
de Recuperação Fiscal, priorizou sacrificar  
servidores, educação, saúde e infraestrutura  
para garantir lucros aos bancos e grandes  
empresas. Empresas como a ECOSUL, que  
ganhou concessão após a privatização das  
rodovias, são campeãs em termos de taxa de  
exploração de seus trabalhadores.

1 O crescimento do agronegócio, sempre  
2 favorecido por isenções tributárias, faz  
3 aumentar o desemprego e a concentração  
4 de terra, destrói a natureza e ainda avança  
5 sobre os territórios indígenas e quilombolas.  
6 Recursos bilionários provindos dos impostos  
7 dos gaúchos – e que deveriam garantir saúde,  
8 educação, habitação, emprego, moradia, etc –  
9 são usados para favorecer empresas de lucros  
10 gigantescos, como Randon, Gerdau, Panvel,  
11 Zaffari, Marcopolo.

12 Além disso, o governo Leite:

- 13 • Defendeu empresas flagradas em trabalho
- 14 análogo à escravidão.
- 15 • Avançou em privatizações como CEEE e
- 16 Corsan.
- 17 • Impôs congelamento salarial, desmonte
- 18 do IPE, reforma da previdência e ataques à
- 19 gestão democrática das escolas.
- 20 • Promoveu PPPs, municipalização e
- 21 projetos privatistas na saúde e educação.
- 22 • É responsável pelo aumento das opressões
- 23 (feminicídios, racismo, LGBTfobia),
- 24 alimentadas pela ultradireita e pela
- 25 violência policial.
- 26 • Implementou reformas previdenciárias e
- 27 ataques aos direitos trabalhistas.

28 As demandas da classe trabalhadora  
29 no RS são gigantescas! É preciso retomar a  
30 independência e a ação autônoma perante os  
31 governos para que voltemos a protagonizar  
32 fortes lutas no Estado. As estratégias de  
33 cunho apenas parlamentar ou eleitoral (como  
34 o trágico exemplo do “voto crítico” em Leite  
35 no 2º turno) levaram à desmobilização em  
36 nossas entidades sindicais. Só a mobilização  
37 direta e a independência de classe permitem  
38 efetivamente enfrentar e derrotar os ataques  
39 de um governo inimigo dos trabalhadores.

40 A luta dos(as) educadores(as) no RS  
41 possui eixos fundamentais:

- 42 • Pagamento do Piso nacional linear;
- 43 • Piso Nacional dos(as) agentes educacionais;
- 44 • Fim do desconto dos(as) aposentados(as)
- 45 para a Previdência e a devolução dos
- 46 valores confiscados;
- 47 • Efetivação dos(as) contratados(as).
- 48 Estabilidade e direitos iguais a todos(as)
- 49 educadores(as);
- 50 • Devolução de todas as conquistas da

educação: carreira, triênios, etc;

- Anulação das Reformas do governo Leite.

#### 4. EDUCACIONAL

A educação pública está no centro da  
ofensiva neoliberal. O capitalismo atual impõe  
projetos de submissão cada vez mais direta à  
razão econômica, subordinando a educação  
pública aos interesses do mercado.

Os principais elementos dessa ofensiva são:

- Privatização e plataformização, com  
fundações e entidades empresariais  
(Fundação Lemann, Instituto Ayrton  
Senna, Todos Pela Educação, Fundação  
Roberto Marinho, Instituto Unibanco,  
Fundação Itaú) influenciando o MEC.
- Padronização curricular, via BNCC e Novo  
Ensino Médio, reduzindo formação crítica  
e aprofundando desigualdades.
- Precarização do trabalho docente, com  
vínculos temporários, rotatividade,  
adocimento e desvalorização salarial.
- Sucateamento da escola pública,  
fechamento de turnos e EJA, expansão de  
modelos híbridos excludentes.
- Escolas cívico-militares, como instrumento  
ideológico e repressivo sobre a juventude  
trabalhadora.
- Prova Nacional Docente, que opera como  
mecanismo de flexibilização e não de  
valorização.
- Ataques à gestão democrática e à  
autonomia pedagógica das escolas, que  
foram severamente atacadas por esse  
governo e aos quais não foi oferecida  
nenhuma resistência pela direção do  
CPERS.

A política de frente ampla que dirige  
entidades nacionais, como a CNTE, subordina  
a luta dos trabalhadores aos acordos  
governistas, enfraquecendo a resistência.  
Defendemos uma educação pública, gratuita,  
laica, democrática, socialmente referenciada e  
construída sob independência de classe.

#### 5. BALANÇO DO CPERS SINDICATO

O balanço de nosso Sindicato não se  
diferencia nos últimos 12 anos. O CPERS  
atravessa um período de enfraquecimento  
político e organizativo que não pode

1 ser explicado apenas pela ofensiva dos  
2 governos. A atual direção do Sindicato tem  
3 responsabilidade direta nesse processo, ao  
4 adotar uma estratégia de conciliação que  
5 desarma a categoria, burocratiza o sindicato e  
6 facilita a implementação de ataques históricos  
7 aos direitos dos trabalhadores da educação.

8 Tal política conciliadora, que orienta  
9 a direção, subordinou o CPERS aos limites  
10 impostos pelos governos e produziu uma  
11 postura vacilante diante da brutalidade dos  
12 ataques. Em vez de organizar a resistência,  
13 a direção optou por negociações inócuas,  
14 atos simbólicos e uma prática sindical que  
15 evita o confronto e desmobiliza a base. A  
16 maior expressão dessa postura, combinada  
17 com métodos antidemocráticos, foi o acordo  
18 realizado pela presidente do CPERS no  
19 primeiro mandato de Eduardo Leite, que  
20 resultou na entrega dos planos de carreira  
21 dos(as) educadores(as). Como resultado,  
22 os(as) educadores(as) acumulam retrocessos  
23 profundos:

#### 24 • **DESMONTE DA CARREIRA E ARROCHO** 25 **SALARIAL**

25 A direção não organizou uma campanha  
27 consequente contra o congelamento salarial e  
28 a retirada dos planos de carreira. O Piso virou  
29 teto, aposentados e agentes educacionais  
30 foram ainda mais penalizados e a categoria  
31 acumulou inúmeras perdas históricas. A  
32 ausência de mobilização real permitiu que o  
33 governo avançasse sem resistência.

#### 34 • **ATAQUES AO IPE E À PREVIDÊNCIA**

35 O desmonte do IPE Saúde e do IPE  
36 Previdência ocorreu praticamente sem  
37 enfrentamento. A direção limitou-se a notas  
38 e reuniões, enquanto o governo segue  
39 destruindo uma das principais conquistas dos  
40 servidores públicos gaúchos.

#### 41 • **PRIVATIZAÇÃO E MUNICIPALIZAÇÃO** 42 **DA EDUCAÇÃO**

43 A direção não enfrentou com firmeza a  
44 política de privatização via PPPs, terceirizações  
45 e municipalização. Em vez de convocar uma  
46 mobilização estadual e nacional, apostou  
47 em pressão institucional e negociações  
48 improdutivas. O resultado foi o avanço  
49 acelerado do projeto privatista.

50

#### • **AUSÊNCIA DE MOBILIZAÇÃO REAL E** **ESVAZIAMENTO DAS LUTAS**

A direção transformou o CPERS em um sindicato burocratizado, que substituiu mobilização por reuniões com governos. Atos esvaziados, falta de assembleias deliberativas reais e ausência de plano de luta contribuíram para o desânimo da categoria e para a perda de capacidade de enfrentamento. Este ano, perante mais uma exclusão de milhares de colegas do projeto de reajuste salarial, a direção sequer convoca uma Assembleia para debate e mobilização.

#### • **SUBORDINAÇÃO AO MEC E ÀS** **FUNDAÇÕES EMPRESARIAIS**

A direção não enfrentou a presença da Fundação Lemann e de outros grupos privados no MEC. Manteve praticamente silêncio diante da plataforma, da BNCC, do Novo Ensino Médio e da Prova Nacional Docente — pilares do projeto privatista que precariza o trabalho docente e destrói a educação pública.

#### • **RETROCESSO NA DEMOCRACIA** **INTERNA DO CPERS**

Um dos aspectos mais graves da atual gestão é o profundo retrocesso democrático. A direção consolidou um modelo de funcionamento burocrático, centralizado e distante da base. Esse processo ficou evidente na última eleição do CPERS, que registrou a menor participação da história do sindicato — um marco negativo que expressa desilusão, desconfiança e afastamento da categoria. A refiliação do CPERS à CUT foi definida em uma assembleia completamente esvaziada, nos dias em que o RS enfrentava ciclones em diversas cidades. A categoria não se sente representada, convocada ou ouvida. Um sindicato que perde sua democracia interna perde também sua capacidade de luta.

#### **A NECESSIDADE URGENTE DE** **RECONSTRUÇÃO DO CPERS**

Para que o CPERS volte a ser um instrumento de luta da categoria, é necessário romper com a política de conciliação e reconstruir o sindicato a partir da base. Isso exige:

- independência total frente a governos e patrões;

- 1 • retomada das assembleias democráticas
- 2 com poder deliberativo;
- 3 • fortalecimento dos núcleos e das escolas
- 4 como espaços de organização;
- 5 • retomada da tradição de greves
- 6 combativas;
- 7 • articulação com demais setores do serviço
- 8 público e movimentos sociais.

9 O CPERS precisa voltar a ser um  
10 sindicato que enfrenta sem vacilos os ataques  
11 dos governos. A reconstrução da democracia  
12 interna é condição indispensável para  
13 reconstruir a capacidade de luta da categoria.

## 15 **6. A LUTA DAS MULHERES**

16 As mulheres trabalhadoras,  
17 especialmente as educadoras do Rio Grande  
18 do Sul, vivem um cenário de agravamento  
19 da violência e da precarização. Enfrentamos  
20 uma verdadeira epidemia de violência contra  
21 as mulheres, com 24 feminicídios apenas nos  
22 três primeiros meses de 2026, número 50%  
23 maior que no mesmo período do ano anterior.  
24 A maioria das vítimas não possuía medida  
25 protetiva, e 23 dos 24 casos foram cometidos  
26 por ex-parceiros, evidenciando a profundidade  
27 da violência doméstica. Essa violência é física,  
28 moral e ideológica, atingindo com mais força  
29 as mulheres pobres, negras, trabalhadoras e  
30 periféricas.

31 As Reformas Trabalhista e da  
32 Previdência, mantidas pelo governo federal e  
33 implementadas pelo governo estadual, a cada  
34 ano aumenta mais a idade de aposentadoria  
35 das mulheres, bem como a precarização dos  
36 direitos trabalhistas. As mulheres também são  
37 alvo do maior número de assédios morais e  
38 sexuais, empregos sem a devida condição de  
39 segurança, jornadas excessivas e retrocesso  
40 nos direitos.

41 No ambiente escolar, as mudanças nas  
42 relações de trabalho — terceirizações, perda  
43 de direitos, sobrecarga e desvio de função —  
44 criam condições especialmente perversas para  
45 as educadoras. Há um crescente aumento  
46 na carga de tarefas sem a correspondência  
47 no pagamento; o desvio de função algo  
48 considerado normal na maioria das escolas.  
49 A “plataformização da educação” intensifica  
50 o trabalho, em vez de reduzi-lo, e o assédio

moral se torna prática institucionalizada,  
referendada em memorandos da Seduc. A  
precarização atinge diretamente a saúde  
física e mental das trabalhadoras e aprofunda  
desigualdades históricas.

As opressões estão relacionadas à lógica  
capitalista, que utiliza machismo, racismo e  
outras divisões para intensificar a exploração.  
Cada forma de discriminação — cada piada,  
ofensa verbal ou discriminação — é parte de  
um sistema que mantém a desigualdade de  
classe. A dupla e tripla jornada feminina é um  
mecanismo central dessa exploração: em 2022,  
as mulheres realizaram 21,3 horas semanais de  
trabalho doméstico não remunerado, cerca de  
10 horas a mais que os homens, configurando  
um segundo emprego.

As desigualdades se expressam também  
no mercado de trabalho: mulheres recebem  
20% menos que homens nos mesmos cargos,  
enfrentam barreiras à ascensão profissional  
e sofrem impactos diretos da maternidade.  
A saúde da mulher é negligenciada, com  
falta de pré-natal adequado, demora em  
exames essenciais e ausência de políticas  
públicas estruturadas. As contrarreformas e  
o arcabouço fiscal retiram direitos e atingem  
principalmente as mulheres, que são maioria  
nos trabalhos precarizados e terceirizados.

A violência institucional recai sobre  
mulheres, forçadas a recorrer ao aborto  
clandestino. Lembrando que há cerca de 180  
mil curetagens por ano no país, resultado da  
criminalização e da falta de assistência pública  
adequada.

Diante desse cenário, a luta das  
mulheres não é uma pauta isolada, mas  
parte da luta geral da classe trabalhadora.  
A emancipação feminina exige organização  
própria das mulheres trabalhadoras, unidade  
de ação contra o machismo e enfrentamento  
ao capitalismo. O CPERS é chamado a assumir  
um programa amplo, que inclui:

- educação sexual laica e científica;
- direito ao aborto legal, público e gratuito. A  
mulher deve ter o direito de decidir sobre  
o seu próprio corpo, em todos os sentidos;
- políticas públicas de saúde da mulher;
- distribuição gratuita de contraceptivos;
- redução da jornada de trabalho e

- 1        ampliação da licença-maternidade;  
2        • combate à discriminação racial e de  
3        gênero;  
4        • igualdade salarial e garantia de direitos  
5        trabalhistas;  
6        • creches e lavanderias públicas;  
7        • políticas radicais contra a violência sexista,  
8        com delegacias especializadas e rede de  
9        apoio;  
10       • inclusão das mulheres nas direções  
11       sindicais e punição a agressores;  
12       • defesa de políticas de acolhimento e  
13       inserção no trabalho para vítimas de  
14       violência;  
15       • combate à exploração sexual e às  
16       imposições estéticas;  
17       • incentivo ao estudo da história das lutas  
18       das mulheres;  
19       • enfrentamento aos governos que atacam  
20       direitos sociais e trabalhistas.  
21       • luta contra todos os ataques aos direitos  
22       e interesses das mulheres, demais setores  
23       oprimidos e da classe trabalhadora, sejam  
24       eles vindos dos governos municipais,  
25       estadual ou federal.

25        A luta das mulheres deve caminhar lado  
27        a lado com a luta da classe trabalhadora, com  
28        perspectiva de transformação estrutural e  
29        superação do capitalismo.

30

31        **ASSINAM:**

32        **Movimento de Luta Socialista – MLS**

33        **Democracia e Luta – DL**

34        **Combate**

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

## TESE DO SOCIALISMO EM CONSTRUÇÃO E MOVIMENTO ESPERANÇAR DE SANTA MARIA

### **CONJUNTURA INTERNACIONAL**

A realização da I Conferência Internacional Antifascista – pela Soberania dos Povos, em Porto Alegre, foi a primeira manifestação articulada de organizações, lideranças e grupos sociais na luta contra esse fenômeno que desafia a humanidade. O fascismo deixou marcas profundas na história; mesmo assim, reapareceu com força no contexto das relações capitalistas de produção e da plena vigência do neoliberalismo. Porto Alegre foi escolhida como sede do evento por várias razões, entre as quais: tornar-se mundialmente conhecida pela realização dos primeiros Fóruns Sociais Mundiais e ter realizado experiências de gestão democráticas, de que foi exemplo o “orçamento participativo”.

O cenário mundial tem sido agravado pelas investidas beligerantes do governo norte-americano contra nações e povos na tentativa de preservar o “império” e sua influência econômica no mundo. As guerras que Trump promove, além de seu poder destrutivo material e cultural, são ancoradas em teses neocolonialistas, intolerantes e antidemocráticas.

Na América Latina, os raptos do presidente da Venezuela, Nicolás Maduro e de sua companheira Cilia Flores, com seus “julgamentos” nos Estados Unidos representaram uma intervenção sem precedentes neste período histórico. O persistente e agora agravado cerco econômico a Cuba é uma medida criminosa contra sua população e sua soberania. As mortes em hospitais, causadas por falta de energia elétrica, têm caráter genocida. Outras iniciativas – como a super taxação de produtos exportados de vários países – demonstram a tentativa de preservar o poder norte-americano. No caso dos produtos nacionais, o governo Lula acertou em não se submeter a tal exigência, preservando os interesses do povo brasileiro.

Lamentavelmente, a população latino-

americana convive com um fiel representante do trumpismo, o governo de Milei. Profundamente identificado com Trump, o presidente argentino tenta submeter o vizinho país à sua lógica. Entretanto, a reação do movimento social e sindical tem trazido novo alento para a sociedade argentina que acaba de realizar grandes mobilizações para demarcar a superação da ditadura ocorrida 50 anos atrás.

Aliás, foi na Argentina, em Mar del Plata, que governos do campo democrático – Lula, Evo Morales, Hugo Chavez, Nestor Kirchner, entre outros – derrotaram o projeto da ALCA no continente. Não foram, porém, somente os governos. O movimento social fez sua parte. Por iniciativa da CNTE, praticamente, todas as escolas públicas e, também, as universidades brasileiras ostentavam um cartaz: “Não à Alca!”. Tivemos êxito: o presidente Bush e sua imensa comitiva voltaram derrotados. A luta atual é mais dura, mas, nem por isso, invencível.

### **CONJUNTURA NACIONAL**

A Eleição do Presidente Lula em 2022 interrompeu o projeto de poder da ultradireita e da ditadura bolsonarista, que atacou os direitos às liberdades democráticas, que aplicou políticas destrutivas ao meio ambiente, com incentivo ao desmatamento, exploração de garimpo ilegal em terras indígenas e povos tradicionais.

Com ideologias reacionárias, como misoginia, racismo, machismo, xenofobia, e o negativismo da ciência na pandemia que exterminou quase um milhão de pessoas no país.

O ataque as organizações estatais e serviços públicos, a destruição na Amazônia, a liberação dos agrotóxicos e o massacre dos povos indígenas, quilombolas e o extermínio de suas lideranças, mostrou a face mais cruel do fascismo e o capitalismo no país.

1 A classe trabalhadora sofreu atrocidades  
2 com as reformas trabalhista e previdenciária,  
3 que retiraram direitos, e total avanço da  
4 terceirização e privatização de serviços  
5 públicos.

6 As Mulheres, principalmente as mulheres  
7 beiras foram ainda mais atingidas neste  
8 período, sofrendo perseguições, violências  
9 e assédios, numa nítida manifestação de  
10 barbárie.

11 Grande parte do povo brasileiro, criou  
12 uma grande expectativa com a eleição do  
13 Presidente Lula, mas foram eleitos, deputados,  
14 senadores e governadores bolsonaristas e  
15 fascistas o que vem dificultando o avanço de  
16 um projeto socialista e acetinada das políticas  
17 públicas para todos.

18 Mesmo com todos estes obstáculos,  
19 tivemos a retomada da participação social  
20 em Conselhos, Fóruns e Conferências, que  
21 buscam substituir o confronto pela negociação  
22 institucional.

23 Os resultados econômicos de 2025/2026,  
24 onde o Brasil atingiu níveis recordes de  
25 desemprego e avá valorização do salário  
25 mínimo.

27 O maior investimento no Bolsa Família  
28 e o Programa Pé-de-Meia, são programas  
29 essenciais para manter o Brasil fora do mapa  
30 da fome e garantir mobilidade social.

31 O Governo Lula tem provado que é  
32 possível o equilíbrio fiscal, com justiça social,  
33 cumprir regras fiscais, enquanto investe mais  
34 em saúde e educação, mais de R\$ 500 bilhões  
35 somados no orçamento de 2026.

36 O movimento sindical tem a  
37 responsabilidade e a tarefa de fazer o  
38 enfrentaremos para defender um projeto  
39 popular e de políticas sociais, contribuir na  
40 defesa da Soberania nacional, desenvolvimento  
41 dos direitos econômicos, sociais e ambientais.

42 Contribuir e ampliar as liberdades  
43 democráticas, defender os direitos das  
44 mulheres, dos negros e negros, da juventude,  
45 dos LGBTs.

46 Proteger e ampliar direitos sociais,  
47 condições dignas de trabalho e educação  
48 pública.

49 As Eleições de 2026, em especial a  
50 Eleição de Luiz Inácio Lula da Silva é o ponto

principal deste Congresso, pois é crucial  
derrotar o fascismo e neoliberalismo.

### **CONJUNTURA ESTADUAL**

Eduardo Leite é um governo neoliberal,  
que, através da Secretaria de Educação, tem  
políticas articuladas com o sistema empresarial,  
tanto na gestão como na parte pedagógica.  
É uma gestão em que os educadores foram  
desrespeitados e perderam o protagonismo e  
o Governo ficará marcado pelo desmonte do  
Plano de Carreira, uma das maiores conquistas  
da categoria.

Essa última década foi caracterizada  
pela redução das Funções Públicas do Estado  
e pela precarização das políticas públicas:  
privatizações, extinção de fundações, redução  
de servidores, contratações emergenciais e  
não reposição infracionária, aumento de ICMS  
e não pagamento da dívida.

Entre tantas, podemos citar como  
exemplo de reduções e precarizações:  
Reforma da Previdência e das Carreiras dos  
Servidores, com previsão de “economia”;  
as privatizações da CEEE, Corsan e Sulgás,  
que precarizaram, ainda mais, a energia e o  
abastecimento de água, sem perspectivas  
concretas de cumprimento das Metas do  
Marco de Saneamento; as concessões de  
rodovias, com custos insustentáveis para a  
população e impactos para a economia das  
diversas regiões; a extinção de 10 Fundações,  
reduzindo as condições de pesquisa,  
planejamento e promoção do investimento;  
a falta de uma política industrial e a extinção  
do Plano Safra Estadual, reduzindo a  
capacidade do Estado de produzir políticas  
públicas e fomentar a economia; a redução  
e precarização dos serviços públicos, mesmo  
em áreas essenciais como na educação, saúde  
e segurança e combate aos feminicídios; não  
reposição da inflação, atraso e parcelamento  
de salários, expediente que foi utilizado para  
fazer caixa, penalizando os/as servidores/as  
públicas/as; redução dos recursos aplicados  
na agropecuária.

Importante lembrar que nem mesmo  
a suspensão da dívida ou a prorrogação do  
prazo, que tanto beneficiou o Rio Grande do

1 Sul, foi utilizada pelo Governo Leite para fazer  
2 investimentos estratégicos no Estado e ainda  
3 deixará os encargos para seu sucessor.

4 Finalmente, é preciso reconhecer  
5 que as políticas do Governo Lula é que são  
6 determinantes para o enfrentamento dos  
7 problemas estruturais das finanças públicas do  
8 Estado: nas enchentes disponibilizou mais de  
9 R\$ 100 bilhões, com políticas para as pessoas,  
10 empresas, municípios e estados; suspensão  
11 das parcelas da dívida (R\$ 14,4 bilhões) e  
12 o juro zero (R\$ 18 bilhões) por 36 meses;  
13 recursos do FIRECE (R\$ 6,5 bilhões) o Propag  
14 possibilita o pagamento da dívida com juro  
15 zero para a União e a reversão de 2% dos juros  
16 para investimentos no Estado, sendo que 60%  
17 desses investimentos devem ser aplicados em  
18 educação profissional.

## 19 20 **EDUCACIONAL**

21 A educação no Brasil, assim como país,  
22 sofreu uma forte ofensiva com um projeto  
23 ideológico da supremacia do capital e a  
24 mercantilização educacional.

25 A Emenda Constitucional 95 (teto de  
26 gastos), promulgada em 2016, estabeleceu  
27 um limite para os gastos públicos por 20 anos,  
28 com a correção apenas da inflação.

29 Como congelamento de investimentos, as  
30 demandas educacionais foram enfraquecidas  
31 impedindo a expansão de vagas, a melhoria da  
32 infraestrutura e a valorização dos Educadores.

33 O Plano Nacional de Educação (PNE),  
34 sofreu ataque direto, suas metas ficaram  
35 estagnadas, o plano passou de uma estratégia  
36 de Estado para um documento com pouca  
37 aplicabilidade prática..

38 A falta de verbas, escolas sucateadas,  
39 falta de materiais e baixos salários,  
40 desestimulando a carreira docente e uma  
41 degradação do ambiente de aprendizagem.

42 A privatização direta, transferência de  
43 gestão para as Organizações Sociais (OSS) e  
44 a compra de sistemas de ensino privados, a  
45 plataforma das aprendizagens, tornou-  
46 se a principal arma contra a autonomia das  
47 escolas.

48 Os Governos neoliberais dos Estados  
49 e municípios aproveitaram este período  
50

nefasto e avançaram no desmonte das escolas  
públicas, precarização as infraestruturas e  
provocaram o fim dos planos de carreira dos  
servidores públicos.

A educação como direito social, ser  
tratada sob uma lógica de eficiência de  
mercado ou controle disciplinar.

Mesmo com a eleição de Luiz Inácio  
Lula da Silva, muitos avanços esbarraram na  
Legislação aprovada e a um congresso com  
uma agenda privatização e mercantilista..

É imprescindível que o Sindicato  
fortaleça a discussão e a proximidade com a  
comunidade escolar para ter o respaldo da  
defesa e sustentabilidade da escola pública e  
da gestão democrática.

## **BALANÇO DA CONJUNTURA E ATUAÇÃO SINDICAL**

O governo de Eduardo Leite vem  
implementando uma política de caráter  
neoliberal, marcada pela redução do papel  
do Estado e pelo avanço da mercantilização  
da educação, com crescente privatização dos  
serviços públicos.

Nesse contexto, o desmonte da educação  
pública, o adoecimento dos educadores e a  
precarização das condições de trabalho e das  
estruturas escolares têm sido centrais nas  
lutas do último período. No entanto, ainda são  
poucos os momentos em que conseguimos  
associar diretamente a figura do governador  
a esses ataques sofridos pela categoria e pela  
educação pública.

A mídia estadual, em grande medida  
alinhada aos interesses de mercado,  
deu destaque à Caravana do CPERS, que  
evidenciou o descaso com a infraestrutura das  
escolas, bem como a situação excepcional do  
adiamento do ano letivo de 2024, em função  
das condições climáticas adversas, com ondas  
de calor acima da média no estado. Essas  
ações contribuíram para expor a realidade da  
precarização das estruturas escolares.

Por outro lado, temas como perdas  
salariais e a sobrecarga de trabalho de  
professores(as) e funcionários(as) não  
receberam a devida visibilidade nos meios de  
comunicação.

1 Diante disso, o CPERS precisa intensificar  
2 a disputa política e de narrativa, ampliando  
3 o desgaste do governo Eduardo Leite e seus  
4 aliados, além de fortalecer, em conjunto  
5 com a CNTE, uma política consistente de  
6 enfrentamento à privatização da educação.

7 Também se coloca a necessidade de  
8 aprofundar a avaliação sobre a atuação do  
9 CPERS neste período.

### 10 **ASPECTOS POSITIVOS**

- 11 • Combate às políticas neoliberais do
- 12 governo Eduardo Leite;
- 13 • Mobilização da categoria em defesa da
- 14 educação pública;
- 15 • Participação nas lutas da Confederação
- 16 Nacional dos Trabalhadores em Educação
- 17 (CNTE), da Internacional da Educação (IE)
- 18 e do movimento sindical e social;
- 19 • Inserção em espaços de debate e
- 20 articulação, como a Conferência
- 21 Internacional Antifascista;
- 22 • Criação e fortalecimento de departamentos
- 23 internos, como o Departamento de
- 24 Mulheres;
- 25 • Participação em fóruns e articulações
- 26 interinstitucionais.

### 27 **DESAFIOS IDENTIFICADOS**

- 28 • Dificuldade de mobilização permanente da
- 29 categoria, em função de:
- 30 • alto número de contratos temporários;
- 31 • elevada carga horária dos(as)
- 32 educadores(as);
- 33 • ausência de políticas estruturadas de
- 34 formação continuada em instituições
- 35 públicas;
- 36 • Dificuldade de manter um enfrentamento
- 37 sistemático às políticas neoliberais do
- 38 governo, especialmente na disputa com
- 39 setores formadores de opinião e na
- 40 ampliação do diálogo com a sociedade;
- 41 • Fragilidade na construção de estratégias
- 42 que aproximem a juventude das pautas
- 43 educacionais e da atuação sindical,
- 44 incluindo o fortalecimento da participação
- 45 no CPERS.

### **SINDICAL**

O panorama sindical brasileiro viveu transformações drásticas na última década, transitando de um período de desmonte institucional para uma tentativa de reconstrução da base de representação dos/as trabalhadores/as.

O impeachment da Presidenta Dilma Rousseff marcou uma agenda de desestruturação de direitos.

A Reforma Trabalhista/2017, no Governo Temer, extinguiu a obrigatoriedade da contribuição sindical, cortando a principal fonte de financiamento das entidades, com a ideia de prevalência do negociado sobre o legislado, enfraquecendo o poder de barganha das categorias.

No Governo Bolsonaro o confronto ideológico e financeiro ficou evidente quando, através da MP 873/2019, tentou impedir o desconto das mensalidades sindicais da folha de pagamento, exigindo o envio de boletos bancários para as casas dos/as trabalhadores/as, sendo que, mais tarde, essa medida foi derrubada pelo judiciário.

O discurso era de criminalização dos Sindicatos, desmobilizando a base e esvaziando as organizações, e a extinção do Ministério do Trabalho, incorporado à Economia, retirando a pauta trabalhista.

Com a eleição do Presidente Lula/2022, o cenário mudou para uma valorização do diálogo social, mesmo com a composição liberal e conservadora do congresso, a nova estrutura do financiamento,,a criação de uma taxa negociável, garantiu a sobrevivência das entidades sindicais.

Ao mesmo tempo aconteceu a retomada da participação dos Sindicatos nas composições de Conselhos e Fóruns para a discussão da aplicação das políticas públicas.

No campo educacional, a luta sindical avançou em conjunto com a CNTE, na defesa da Escola Pública, do piso nacional, revogação do novo ensino médio, a garantia de financiamento com o FUNDEB Permanente, o combate à militarização das escolas e a garantia da autonomia pedagógica dos professores, através da gestão democrática.

O pagamento Piso Nacional Salarial

1 tem resistência dos governos estaduais e  
2 municipais, governos neoliberais, que veem  
3 o piso como teto, violando a Lei Federal N°  
4 11738/08 do piso nacional.

5 No RS ,o Governo de Eduardo Leite  
6 repassa para a sociedade gaúcha a idéia de  
7 que paga o piso para os professores/as, mas  
8 com a alteração do plano de carreira do  
9 magistério achatou os níveis e transformou as  
10 vantagens temporais em uma

11 parcela de irredutibilidade, que está  
12 sendo absorvida ao subsídio, a cada reajuste  
13 do Piso Nacional, grande parte da Categoria  
14 não recebe reajuste salarial a mais de uma  
15 década.

16 A parcela autônoma de irredutibilidade(  
17 patrimônio dos servidores), com a alteração  
18 do plano de carreira, passou a ser incorporada  
19 ao subsídio (antigo básico), numa jogada para  
20 retirar as vantagens conquistadas ao longo da  
21 carreira.

22 Em 2025, implantou a mesma  
23 reestruturação no plano de carreira dos/as  
24 Funcionários/as de Escolas onde alguns cargos  
25 foram extintos e com 4 mil servidores fora  
26 do reenquadramento, sem reposição real de  
27 salários, pois a mudança no plano serve para  
28 justificar o arrocho salarial sofrido nos últimos  
29 12 anos e o menor salário base, inferior a um  
30 salário mínimo.

31 Neste cenário de um governo de  
32 privatização, com política neoliberal, o  
33 Sindicato precisa fortalecer a unidade com  
34 a base para desenvolver uma pauta além da  
35 Escola, com toda a sociedade na defesa dos/as  
36 Educadores/as e da Escola Pública..

37

### 38 **PLANO DE LUTAS** 39 **(SALARIAL, SINDICAL,** 40 **PREVIDENCIÁRIO E FUNCIONAL)**

- 41 1. Lutar por reajuste real de salário,  
42 recuperando as perdas inflacionárias  
43 para Professores/as e Funcionários/as de  
44 Escolas.
- 45 2. Lutar pelo fim da plataformização, planilhas  
46 e sobrecarga de trabalho de Professores/  
47 as e respeito a autonomia pedagógica das  
48 escolas.
- 49 3. Defender a realização de concursos  
50 públicos que contemplem as vagas

existentes no quadro da categoria.

4. Lutar contra a privatização das Escolas  
(PPPs), fechamento de turmas de EJA,  
Educação do Campo, Educação Indígena e  
Quilombola.
5. Lutar por formação de Educadores/as  
em universidades públicas e Institutos  
federais.
6. Lutar pela Gestão Democrática e Eleição  
de Diretores/as.
7. Lutar pelo Piso Nacional para Funcionários/  
as de Escolas.
8. Lutar pela aplicação de 35% das verbas  
para a Educação.
9. Lutar pelo fim do desconto previdenciário  
dos/as Aposentados/as.
10. Exigir do governo uma reestruturação  
nos critérios que definem o número de  
funcionários/as por escola, levando em  
conta o tamanho da escola e a tipicidade  
das modalidades de ensino.
11. Lutar pelo pagamento de pensão para  
monitores/as-(Agentes Educacionais IV –  
Interação com Educandos/as).
12. Combater o assédio moral contra  
professores/as e funcionários/as de  
escolas.
13. Lutar pelas promoções dos/as funcionários/  
as de Escolas.–
14. Lutar para resgatar o Plano de Carreira  
Magistério, que desmontou os níveis  
e as vantagens temporais, conquistas  
históricas do CPERS, prejudicando  
injustamente a categoria, principalmente  
aposentados(as).

## CTB: A UNIDADE É A BANDEIRA DA ESPERANÇA!

### CONJUNTURAS

#### CONJUNTURA INTERNACIONAL

Vivemos um momento decisivo da história mundial, e da luta de classes e anti-imperialista. A velha ordem unipolar, centrada na hegemonia dos Estados Unidos, dá lugar a uma nova realidade multipolar. O declínio do poder estadunidense se acelera, enquanto emergem novos polos de poder: China, Rússia, União Europeia, e outras nações do Sul Global. A crise de 2008 e a pandemia apenas catalisaram esse processo inerente ao modo de produção. A multipolaridade é um fato objetivo.

A China assume papel de protagonista, desafiando o domínio econômico e tecnológico ocidental. Em resposta, os EUA adotam posturas cada vez mais agressivas, buscando conter essa ascensão por meio de guerra comercial, sanções e embargos, diplomática e até militar. A crise da OTAN, agravada pela guerra na Ucrânia e pela eleição de Trump em 2024, aprofunda as contradições anti-imperialistas e gera instabilidade na própria Europa.

O Sul Global, por sua vez, se articula com força. Resistindo à dominação imperialista, e a economia de mercado. China e Rússia lideram iniciativas estratégicas como os BRICS e a Organização de Cooperação de Xangai. Ampliam alianças e defendem um desenvolvimento soberano, baseado na cooperação multilateral.

Enfrentamos uma ameaça grave e concreta: o avanço do fascismo com epicentro nos Estados Unidos. A reeleição de Trump marca o retorno de uma política abertamente chauvinista e imperialista. A extrema-direita, nos Estados Unidos, na Europa e em países como Brasil, El Salvador, Bolívia, Chile e Argentina, representa a face mais brutal da crise do capitalismo e sua dominação de classe.

É um projeto autoritário, excludente e

violento, que busca conter o avanço dos povos e seus projetos de transformação.

Na América Latina e no Caribe, vemos uma disputa de rumos. O avanço da esquerda e dos movimentos populares convive com a contraofensiva das direitas locais e do imperialismo.

A reeleição de Lula no Brasil foi uma conquista importante, e a retomada de uma política externa proativa recoloca o país como ator relevante na arena internacional. Contudo, há limites e contradições: a integração regional segue enfraquecida, e a posição frente à Venezuela revela hesitações.

É nesse cenário que se coloca a tarefa histórica de lutar pela paz contra a guerra, pela democracia contra o neofascismo. A solidariedade internacionalista é urgente – especialmente ao povo palestino, ao Líbano e ao Irã vítimas de genocídio e limpeza étnica pelo Estado de Israel e dos EUA, O Donbass, vítima da agressão Ucrâniana. Também é necessário denunciar o bloqueio criminoso contra Cuba Socialista e a eminente interferência dos EUA na ilha, bem como apoiar os povos da Ásia Ocidental e da África que resistem ao imperialismo.

O que se coloca diante de nós não é apenas uma crise do capitalismo. É um aumento da exploração da força de trabalho dos assalariados e o esgotamento histórico desse sistema como modo de produção e formação histórica, e sua reação ultraviolenta e bélica. E, diante disso, ressurgem alternativas viáveis e necessárias. A China, por exemplo, demonstra que é possível resistir, desenvolver e garantir bem-estar ao povo graças ao socialismo. O século XXI se conecta à inovação, à sustentabilidade, à ampliação de direitos e à cooperação entre os povos. É essa alternativa que precisamos construir e defender: um projeto de emancipação nacional, popular, democrático e anti-imperialista, que prepare o caminho da transição ao novo mundo possível

1 com a construção do socialismo. No Brasil  
2 esse projeto parte das reformas estruturais.  
3 Por isso, é fundamental intensificarmos a luta  
4 de ideias, a mobilização social e o acúmulo de  
5 forças.

6 É hora de formar amplas alianças,  
7 fortalecer os movimentos populares e nos  
8 posicionar de forma firme contra todas as  
9 formas de dominação, opressão e exploração.

10

### 11 **CONJUNTURA NACIONAL**

12 A conjuntura nacional atual é marcada  
13 pela forte polarização política. O governo  
14 Lula busca estabilidade econômica e social,  
15 focando em pautas de reconstrução e diálogo  
16 institucional. O debate sobre a reeleição de  
17 Lula ganha força nos bastidores. A gestão  
18 aposta no crescimento do PIB e em programas  
19 sociais para consolidar o apoio popular  
20 necessário para 2026. Contudo, a ameaça  
21 do bolsonarismo persiste como oposição. O  
22 movimento mantém uma base fiel e ativa,  
23 desafiando a narrativa governamental e  
24 tensionando o cenário para o próximo pleito.

25 Para garantir a continuidade desse  
25 projeto, a formação de uma frente ampla  
27 torna-se essencial. A união de diferentes  
28 forças políticas é vista como o único caminho  
29 para a estabilidade.

30 Essa aliança busca atrair o centro e  
31 setores produtivos, indo além da esquerda.  
32 O objetivo é blindar a democracia contra a  
33 radicalização e assegurar a governabilidade no  
34 longo prazo.

35 Sem essa coesão, a reeleição de Lula  
36 enfrenta riscos reais de fragmentação. A  
37 estratégia foca em isolar extremismos para  
38 que a coalizão democrática prevaleça nas  
39 urnas em 2026.

40

### 41 **O BRASIL E O RIO GRANDE FRENTE A FRENTE** 42 **CONTRA O FASCISMO**

43 As eleições gerais de 2026 trazem a  
44 marca de serem o grande momento em que  
45 se defrontarão democracia x fascismo. Essa  
46 é a tônica, luta inclusive superior ao tópico  
47 de matriz econômica, muito embora seja  
48 necessário também dar cabo ao neoliberalismo  
49 e apontar como saída a construção de  
50 um projeto de desenvolvimento nacional

soberano.

Nesse sentido, assegurar a reeleição de  
Lula quanto preencher o Congresso Nacional  
com mandatos comprometidos com o povo  
e a nação encontra equivalência nas disputas  
em âmbito regional: conquistar governos  
estaduais e eleger deputados do campo  
democrático e progressista para ousar sonhar  
em mudanças, reformas e avanços.

A engenharia política exige hoje  
a formação de frentes amplas, unindo  
setores alinhados com a democracia,  
o desenvolvimento, a soberania e que  
mesmo com seus paradoxos, contradições e  
antagonismos consigam vencer o cerco do  
imperialismo, as ameaças de Trump, os efeitos  
da crise e da guerra, as catástrofes social e  
climática, a força do capital financeiro e das  
big techs e as hordas fascistas.

Há um evidente cerco ao Brasil com a  
intervenção de Trump nos assuntos nacionais;  
com as vitórias da extrema-direita na América  
Latina; com a agressão à Venezuela e Cuba.  
Não obstante, a interferência das big techs nos  
processos eleitorais aumenta o risco de um  
golpe midiático e fraudes de todo tipo.

Portanto, é preciso reeleger Lula e  
garantir aqui no RS a formação de um único  
palanque - amplo, fortalecido, capaz de  
buscar apoios e votos para além do campo  
da esquerda - que supere a crise política  
estabelecida desde o isolamento e derrota de  
2014.

Diferente do quadro nacional polarizado  
e com características plebiscitárias, aqui três  
campos se distinguem e não é crível e viável que  
a esquerda se divida em várias candidaturas. A  
unidade, a amplitude e a força da mobilização  
social militante serão determinantes para  
impedirmos a continuidade neoliberal com  
Leite/Gabriel e derrotarmos a extrema-direita  
agrupada na candidatura Zucco.

### **POLÍTICA EDUCACIONAL**

#### **Educação Nacional**

O debate acerca das políticas  
educacionais deve ser feito de forma  
articulada, considerando as partes e o todo.  
De modo geral, é a partir de um projeto  
de desenvolvimento que se vislumbra o

1 estabelecimento de um sistema nacional de  
2 educação e a melhor medida para isto é a  
3 aprovação de um plano nacional de educação  
4 condizente a essa necessidade.

5 Especificamente, o Novo PNE surge  
6 em um cenário de reconstrução da educação  
7 pública e do Brasil. O Golpe e a eleição de  
8 Bolsonaro repercutiram no insucesso das  
9 metas não plenamente atingidas. O texto  
10 original baseado na CONAE 2024, buscou  
11 recuperar e acelerar o tempo desperdiçado  
12 e enfrentou diversas oposições no Congresso  
13 Nacional.

14 Mesmo com inúmeras dificuldades, foi  
15 possível aprovar um PNE avançado, que vão  
16 desde o tema da estruturação de um sistema  
17 nacional de educação que aponte para um  
18 projeto nacional de desenvolvimento em  
19 amplo espectro (econômico, tecnológico,  
20 ambiental e social) e que enfrente as questões  
21 que envolvem valorização profissional,  
22 formação e concepção pedagógica, inovação  
23 tecnológica na educação e a luta contra as  
24 políticas neoliberais que se implementam  
25 desde a gestão até as formas de avaliação.

26 É preciso garantir condições materiais  
27 básicas, defendendo que as políticas públicas  
28 educacionais não sofram contingenciamentos  
29 fiscais e com um investimento de 10% do  
30 PIB para a rede pública. O financiamento  
31 é a garantia do Estado para assegurar a  
32 educação como direito. No PNE, a lógica  
33 deve ser a do dinheiro público para a escola  
34 pública opondo-se à transferência de  
35 recursos para o setor privado. Neste sentido,  
36 a implementação do Custo Aluno Qualidade  
37 (CAQ) é fundamental. Além disso, a garantia  
38 dos mínimos constitucionais e a destinação  
39 dos dividendos do Pré-Sal são base para a  
40 política orçamentária para a Educação.

41 A valorização dos trabalhadores da  
42 educação transcende o reajuste salarial,  
43 focando na carreira que proporcione  
44 estabilidade e progressão funcional. Desse  
45 modo é preciso pensar a questão salarial  
46 e de carreira de modo a enfrentar o apagão  
47 profissional nas áreas docentes, não-docentes  
48 e técnico-administrativa.

49  
50

- Magistério: Defesa da Lei 11.738/2008, garantindo que o piso nacional incida sobre o vencimento inicial da carreira, gerando repercussão em todos os níveis. Reivindica-se a manutenção de 1/3 da jornada para planejamento (horatividade) e o acréscimo de 33,33% para profissionais com nível superior.
- Funcionários da Educação: Priorização do PL 2.531/2021 para instituir um piso nacional para profissionais de apoio e técnicos, vinculando-o a 75% do valor do magistério. O objetivo é o reconhecimento desses servidores como educadores, combatendo a terceirização e garantindo o ingresso via concurso público.
- Aposentados: Luta pela paridade e integralidade, assegurando que reajustes da ativa sejam repassados aos inativos e combatendo o confisco previdenciário (contribuição de aposentados) estabelecido pela EC 103/2019.

Outro aspecto estratégico é a defesa do Estado e contra todas as formas de Mercantilização da Educação. A CTB posiciona-se frontalmente contra as reformas Administrativa (PEC 32), Trabalhista e Previdenciária, interpretando-as como um retrocesso enquanto Estado nas suas múltiplas dimensões (Soberano, Nacional Desenvolvimentista, Democrático de Direito e de Bem-Estar Social).

Às últimas, reivindicações, às suas revogações; à primeira, ainda em trâmite, denunciamos que a quebra da estabilidade no serviço público e a liberação da terceirização para atividades-fim são ataques diretos ao funcionalismo público e à população que usufrui o direito enquanto cidadão, contribuinte e eleitor.

O fenômeno da "mercantilização" é denunciado através da compra de pacotes padronizados de ensino, planejamento, operação e gestão por fundações privadas ou Organizações Sociais (OSs). A privatização indireta transforma o aluno em consumidor e retira o controle social sobre a verba pública. Em contrapartida, defende-se a Gestão Democrática, com eleições diretas para diretores e conselhos escolares deliberativos,

1 entendendo a participação da comunidade  
2 como o principal antídoto às diferentes formas  
3 de privatização e à doutrinação do Escola Sem  
4 Partido ou das Escolas Cívico-Militares.

5 A relação entre um Novo Projeto  
6 Nacional de Desenvolvimento (PND) e as  
7 políticas educacionais é de interdependência,  
8 complementariedade e unidade estratégicas:  
9 enquanto o PND define os rumos econômicos  
10 e sociais do país, a educação atua como o  
11 motor de produtividade, inovação e soberania  
12 necessário para sustentar esse crescimento no  
13 longo prazo.

14 É nessa perspectiva que avançamos  
15 o debate e a luta da categoria e suas  
16 representações sindicais, articulando  
17 investimento e qualidade tomando a Educação  
18 como vetor de Ciência, Tecnologia, Inovação,  
19 Pesquisa e Desenvolvimento.

20 Seja na resolução dos problemas  
21 de natureza social, em especial na tríade  
22 democracia, cidadania e deveres e direitos  
23 humanos, seja no intento de oportunizar  
24 um novo ciclo de industrialização calcada  
25 na soberania e autonomia nacionais e na  
26 sustentabilidade ambiental as políticas  
27 educacionais devem apontar para o conceito de  
28 escola unitário e ensino politécnico, adequado  
29 e adaptado as condições e exigências sociais,  
30 econômicas e regionais.

31 Inconcebíveis, portanto, todas  
32 as políticas e pseudopedagogias que  
33 rebaixamento e reduzem a Educação e os seus  
34 atores: educadores, educandos e comunidade  
35 escolar. A precariedade pedagógica, o abuso  
36 de plataformas digitais estandartizadas e  
37 cartilharizadas, a primazia da burocracia  
38 administrativa das planilhas e relatórios  
39 frente à projetos de ensino-aprendizagem  
40 ou programas de educação integral, corroem  
41 a base crítica e emancipatória possível  
42 da Educação e servem para alienação,  
43 domesticação e controle da juventude e dos  
44 próprios trabalhadores em educação.

45 A CTB enfatiza duas preocupações com  
46 as verdadeiras excrescências pedagógicas que  
47 representam três manifestações da mesma  
48 vertente ideológica: a escola cívico-militar, o  
49 Homeschooling e a Escola Sem Partido.

50

## **A IMPORTÂNCIA DO ENFRENTAMENTO À AGENDA CONSERVADORA NA EDUCAÇÃO PÚBLICA**

É crucial e inadiável o enfrentamento ao avanço da agenda conservadora na educação pública, que se manifesta de diversas formas, cada qual com o potencial de minar os princípios de universalidade, equidade e qualidade social. A militarização das escolas, por exemplo, introduz uma lógica de controle e disciplina que contradiz o ambiente de autonomia, diálogo e pensamento crítico essencial para a formação cidadã.

Outro ponto de atenção é o homeschooling (educação domiciliar). Embora possa ser apresentado como uma alternativa de escolha familiar, sua expansão desregulada pode levar à exclusão social de crianças e adolescentes, à dificuldade de fiscalização do currículo e da qualidade do ensino, e à privação de experiências de socialização e diversidade que apenas o ambiente escolar coletivo pode oferecer. Isso representa um risco para a formação de uma consciência coletiva e para a garantia de direitos educacionais universais.

A proposta de "escola sem partido", por sua vez, é um ataque direto à liberdade de cátedra e ao pluralismo de ideias, pilares da educação democrática. Ao tentar proibir o debate de temas sociais, políticos e culturais nas salas de aula, essa agenda busca censurar educadores(as) e privar estudantes do desenvolvimento do senso crítico e da capacidade de análise da realidade. Uma educação verdadeiramente libertadora deve fomentar o questionamento, a reflexão e a diversidade de perspectivas, preparando os(as) jovens para compreender e atuar em um mundo complexo.

Finalmente, a privatização e a mercantilização da educação pública representam a mais grave ameaça, ao transformar um direito social em um serviço a ser negociado no mercado. A transferência de recursos públicos para o setor privado, a adoção de modelos de gestão empresarial que priorizam o lucro em detrimento da qualidade pedagógica, e a precarização das condições de trabalho dos(as) profissionais da educação são reflexos dessa lógica.

## 1 **EDUCAÇÃO ESTADUAL**

2 O Rio Grande do Sul tem sofrido um  
3 processo de intensa precarização da educação.  
4 Após uma década de governos hostis  
5 aos educadores, o cenário é de profunda  
6 desvalorização profissional, avanço dos  
7 regimes de trabalho precários como contratos  
8 e terceirizações, e aprofundamento da lógica  
9 gerencialista e das privatizações.

10 No último mandato de Eduardo Leite, a  
11 lógica gerencial foi potencializada, com foco em  
12 índices e no resultado de avaliações externas,  
13 aumentaram as pressões. O resultado foi uma  
14 categoria adoecida, exausta e desvalorizada e  
15 uma educação refém do neoliberalismo.

---

### 17 **Escola não é empresa!** 18 **Não ao gerencialismo.**

---

19  
20 Eduardo Leite e Raquel Teixeira  
21 submeteram as escolas gaúchas a um modelo  
22 gerencial que reduz a educação a números  
23 em uma planilha. Em nome da elevação dos  
24 índices do IDEB, o governo devasta a educação  
25 real, promovendo aprovações em massa  
25 (com a “progressão parcial”, alunos podem  
27 ser aprovados, mesmo com reprovação em  
28 4 disciplinas!) e imputando aos professores  
29 uma enorme sobrecarga de trabalho, com  
30 o preenchimento de inúmeras palhinhas  
31 e o cumprimento de uma infinidade de  
32 burocracias que em nada contribuem com a  
33 atividade pedagógica.

34 A CTB educação manifesta que a  
35 educação não cabe em uma planilha! A  
36 burocracia, e pressão para o cumprimento  
37 de metas e indicadores nos cansa, adoce e  
38 rouba o tempo em que deveríamos planejar  
39 aulas, ampliar nossa formação docente,  
40 cuidar da nossa saúde e conviver com nossa  
41 família. Defendemos uma política educacional  
42 realmente preocupada com a qualidade da  
43 educação, que acontece no dia a dia da escola,  
44 com afeto e diálogo democrático e que não  
45 é mensurável através dos gráficos da seduc.  
46 Chega de gerencialismo!

---

### 48 **Educação não é competição! Por uma** 49 **educação libertadora.**

---

50

---

As políticas de bonificação e premiação  
de Leite, Gabriele Raquel, são apresentadas sob  
o invólucro de valorização e reconhecimento,  
mas na realidade, aprofundam desigualdades  
e geram divisão, discriminação e exclusão.  
A chamada “política de reconhecimento a  
educação gaúcha” transforma em “premiação”  
o que deveria ser direito e ao condicionar o  
reconhecimento ao desempenho, ignora as  
desigualdades estruturais que atravessam a  
rede.

Ao invés de garantir o investimento  
necessário a superação das assimetrias  
econômicas, sociais e regionais, essa  
política meritocrática divide as escolas  
gaúchas entre “vencedoras” e “perdedoras”,  
individualizando a “culpa” pelo fracasso  
e responsabilizando os trabalhadores da  
educação já sobrecarregados. Somos contra  
toda e qualquer política orientada sob a lógica  
da meritocracia e afirmamos que há caminho  
para uma educação verdadeiramente de  
qualidade que não passe pela democracia e  
pela superação das injustiças.

---

### **Investimento sim! Privatização não!**

---

Eduardo Leite e Gabriel Souza não  
cumprem com o percentual mínimo de  
investimento em educação definido pela  
constituição. O acordo celebrado entre o  
Ministério Público e o governo do RS, prevê  
o descumprimento da regra constitucional  
até 2039, gerando uma perda que pode  
ultrapassar 45 bilhões. Apesar disso, segue  
mentindo ao povo gaúcho sobre a verdadeira  
realidade das nossas escolas que enfrentam  
graves problemas de infraestrutura.

Com salários defasados e escolas  
sucateadas, a educação do RS continua  
sofrendo com o subfinanciamento, enquanto  
o projeto bilionário de privatização continua a  
todo o vapor. Leite quer entregar a manutenção  
de 99 escolas gaúchas à iniciativa privada,  
colocando em risco centenas de funcionários  
e solapando o modelo de gestão democrática.

1 As PPP's são o primeiro passo para a  
2 implementação de um projeto de privatização  
3 da educação, que já está em curso em vários  
4 estados do Brasil, como Paraná e São Paulo.  
5 Dizemos NÃO à mercantilização da educação  
6 e defendemos investimento público real,  
7 contínuo e suficiente para garantir uma  
8 educação pública, gratuita, democrática e  
9 de qualidade. Lutamos por valorização dos  
10 profissionais da educação, melhora das  
11 condições de trabalho, investimento na  
12 estrutura das escolas e para assegurar que a  
13 educação permaneça como um direito, não  
14 como mercadoria.

---

### 17 **Educar não pode adoecer!**

---

19  
20 Vivemos uma verdadeira crise de  
21 saúde mental dos professores no RS. Nosso  
22 estado registra um dos maiores índices de  
23 afastamento por adoecimento psicológico,  
24 como burnout, ansiedade e depressão. Essa  
25 realidade não é fruto do acaso, o RS empurra  
26 seus professores e demais trabalhadores  
27 da educação ao limite. A sobrecarga de  
28 trabalho, turmas superlotadas, o excesso de  
29 burocracia inútil, o assédio moral e a falta de  
30 suporte real para a inclusão, transformam o  
31 cotidiano escolar em um espaço de exaustão  
32 permanente.

33 Soma-se a isso a desvalorização  
34 salarial, que evidencia o descaso com quem  
35 sustenta a educação pública todos os dias.  
36 O resultado é uma categoria adoecida, física  
37 e mentalmente, pressionada a dar cumprir  
38 metas e elevar índices, carregando nas costas  
39 todos os desafios estruturais de um sistema de  
40 educação subfinanciado.

41 Não podemos permitir que as  
42 engrenagens do gerencialismo avancem às  
43 custas da nossa saúde. Exigimos a redução  
44 da burocracia desnecessária, políticas de  
45 combate ao assédio e melhoria das condições  
46 de trabalho. Não existe educação de qualidade  
47 construída por profissionais tristes, esgotados  
48 e desmotivados. Queremos trabalhar com  
49 dignidade, sem adoecer para sustentar um  
50 sistema que nos adoeece.

---

### A educação que a gente quer

---

A educação que a gente quer, se constrói com valorização real de quem sustenta a escola pública todos os dias: salários dignos, valorização do plano de carreira e condições adequadas de trabalho, que garantam tempo para planejar, estudar e ensinar com qualidade. Defendemos a realização de concursos públicos como forma de enfrentar a precarização, assegurar vínculos estáveis e fortalecer nossa categoria. E afirmamos: não há educação de qualidade sem autonomia e gestão democrática. A educação pela qual lutamos é pública, valorizada, com direitos e construída coletivamente.

### **POLÍTICAS ESPECÍFICAS**

Políticas Específicas para Mulheres: Prevenção à Violência de Gênero e Transformação Cultural De acordo com dados do Ministério Público Eleitoral, o Brasil registrou, em 2025, 300 casos de violência política de gênero, majoritariamente ofensas perpetradas por meio de redes sociais, com o intuito de deslegitimar, silenciar e excluir mulheres do campo eleitoral.

Ademais, conforme o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, uma mulher é assassinada a cada quatro dias no Rio Grande do Sul (RS), com 10 mil casos de violência doméstica registrados entre janeiro e julho de 2025. Segundo o Instituto Pro Mundo, o estado acumula mais de 660 órfãos de feminicídios. Ainda, registra-se uma tentativa de feminicídio a cada 31 horas; dos 80 feminicídios ocorridos em 2025, 85% decorreram de relações íntimas e 77% em residências próprias.

Tal cenário alarmante demanda ações urgentes. O Governo Federal sancionou medida que incorpora conteúdos de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher nos currículos escolares brasileiros, por meio da iniciativa "Maria da Penha vai às Escolas", vinculada à Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006). Formalizada por portaria conjunta dos Ministérios da Educação e das Mulheres, a norma estabelece diretrizes

1 para abordagem contínua e etariamente  
2 adequada.

3 Essa ação integra políticas públicas  
4 amplas para redução da violência de  
5 gênero, posicionando a educação como eixo  
6 transformador cultural. Propõe-se que crianças  
7 e adolescentes internalizem conceitos de  
8 respeito, equidade e direitos humanos desde  
9 cedo. A norma exige integração de temas  
10 como prevenção à violência contra mulheres  
11 e meninas em materiais didáticos e práticas  
12 pedagógicas, abrangendo todos os níveis de  
13 ensino.

14 Na prática, escolas públicas e privadas  
15 deverão tratar:

- 16 • Igualdade de gênero;
- 17 • Prevenção à violência doméstica e política;
- 18 • Identificação de abusos e mecanismos de  
19 denúncia;
- 20 • Promoção de cultura de respeito e não  
21 discriminação.

22 O Conselho Nacional de Educação possui  
23 prazo para ajustes nas Diretrizes Curriculares  
24 Nacionais, estendendo o tema da educação  
25 infantil ao ensino médio. Cabe aos educadores  
26 fiscalizar e cobrar sua implementação.

27 A trajetória emancipatória das mulheres  
28 traçar-se-á pela educação e leitura, alterando  
29 olhares em prol da igualdade de experiências,  
30 incentivo a saberes e inserção libertadora.  
31 Como ensinou Paulo Freire (1967), em  
32 Pedagogia do Oprimido, ninguém subsiste à  
33 "sombra da opressão".

34 Para as mulheres, tal opressão decorre  
35 de um patriarcado misógino e sexista, que  
36 as relega a papéis coadjuvantes, mascarados  
37 como salvação ou amor. O Projeto de Lei nº  
38 896/2023, aprovado pelo Senado Federal  
39 em março de 2026, equipara a misoginia —  
40 definida como aversão ou ódio às mulheres  
41 — ao crime de racismo, prevendo penas de 2  
42 a 5 anos de reclusão e multa (art. 20, § 2º-A,  
43 da Lei nº 7.716/1989, com redação proposta).  
44 O texto segue para análise na Câmara dos  
45 Deputados.

46 Urge o engajamento coletivo para  
47 sua aprovação, ante a permeação de atos  
48 misóginos em escolas e ambientes laborais,  
49 ancorados na suposta supremacia masculina.  
50 A propagação desses discursos de ódio

dissemina-se com velocidade e violência nos  
celulares de nossos alunos. O combate a essa  
"terra sem lei" não pode ser postergado: a  
pressão sobre deputados deve priorizar-se  
em planos que visem equidade de gênero,  
pauta central da Agenda 2030 da ONU (ODS 5:  
Alcançar a igualdade de gênero e empoderar  
todas as mulheres e meninas).

Finalmente, impõe-se um limite.  
O que outrora era tolerado passa a ser  
responsabilizado. Mulheres devem e precisam  
exercer o direito de expressão sem ataques  
ou silenciamento. Chega de rótulos como  
"loucas", "escandalosas" ou "aproveitadoras":  
ser ouvidas e ter objetivos respeitados é  
direito garantido. A proposta da Base Nacional  
Comum Curricular (BNCC) constitui um  
processo contínuo e árduo. A capacitação  
docente deve integrar-se a essa iniciativa, seja  
pelo Programa Nacional do Livro e do Material  
Didático (PNLD) ou pela própria BNCC.

Não basta uma lei bem formulada no  
papel se os professores — frequentemente  
as primeiras vítimas de agressões como  
mulheres — permanecem desassistidos.  
Promover debates nas escolas, cursos e  
palestras, transmitindo informações de forma  
coerente e concisa, deve ser prioridade na  
proposta principal. Não se pode olvidar a  
perspectiva interseccional no enfrentamento à  
violência contra mulheres negras e indígenas,  
fundamentada na Convenção nº 190 da  
Organização Internacional do Trabalho (OIT),  
ratificada pelo Brasil em 2023.

Essa norma reforça o compromisso  
estatal com classes menos privilegiadas,  
que enfrentam maiores necessidades e  
sobreposições de discriminações (raça,  
gênero e origem). Essa abordagem amplia a  
proteção além do binômio mulher-homem,  
reconhecendo violências específicas —  
como racismo estrutural em feminicídios de  
mulheres negras (maioria estatística no RS)  
e violações territoriais contra indígenas. Sua  
integração às políticas escolares promove  
equidade real, alinhada à Lei Maria da Penha  
(Lei nº 11.340/2006) e à ODS 10 (Redução das  
Desigualdades).

Diante desse quadro, políticas específicas  
para mulheres não são mera formalidade,

1 mas imperativo ético e estratégico para a  
2 democracia. Cabe à sociedade — educadores,  
3 legisladores e cidadãos — transformar  
4 intenções em realidades concretas, fiscalizando  
5 a "Maria da Penha vai às Escolas", apoiando  
6 o PL 896/2023 e ampliando capacitações  
7 interseccionais. Somente assim construiremos  
8 um Brasil onde respeito e igualdade sejam, de  
9 fato, direitos garantidos a todas.

10

## 11 **A SAÚDE MENTAL DOS PROFESSORES NO** 12 **RIO GRANDE DO SUL**

13 O adoecimento mental dos professores  
14 gaúchos configura-se como fenômeno  
15 cotidiano e multidimensional, impulsionado  
16 por sobrecarga laboral, precarização salarial  
17 e desvalorização institucional. Transtornos  
18 como ansiedade, depressão, estresse crônico  
19 e burnout afetam diretamente a qualidade da  
20 educação pública, com dados indicando mais  
21 de 18 mil afastamentos em 2024 por motivos  
22 mentais no RS.

23 Superlotação de turmas, falta de  
24 docentes e infraestrutura precária extrapolam  
25 limites físicos e emocionais, conforme Radar  
26 CPERS (2025), que visitou 429 escolas.  
27 Pesquisa Nova Escola (2022) posiciona o Sul  
28 em segundo lugar no ranking de equilíbrio  
29 emocional ruim entre professores.

30 A Lei nº 11.738/2008 institui piso  
31 nacional, mas no RS, reajustes de 3,62%  
32 em 2024 excluem 70% dos inativos (Lei nº  
33 15.451/2020). Diferenças entre níveis caíram  
34 de 100% para 30%, congelando gratificações  
35 e motivando saídas da carreira. Censo Escolar  
36 2024: 84,4% das 122.328 vagas docentes no  
37 RS são ocupadas por mulheres, concentradas  
38 entre 30-49 anos (80%), agravando jornada  
39 dupla.

- 40 • 150 mil afastamentos nacionais em 2023  
41 (CNTE/INSS).
- 42 • RS: 18 mil em 2024 (CTB); 46.738  
43 transtornos mentais em 2025 (Previdência  
44 Social).
- 45 • Déficit projetado: 235 mil docentes até  
46 2040 (Instituto Semesp/FCC).

47 Políticas individuais falham; demandam  
48 ações coletivas: recomposição salarial,  
49 redução de jornada (2/3 sala, 1/3 extraclasse  
50 - Lei 11.738/2008), suporte psicossocial e

valorização. Sindicatos como CPERS avançam  
com coletivos, mas urge inclusão em pautas  
nucleares.

A saúde mental docente reflete a  
saúde do sistema educacional. Reconhecer  
responsabilidade estrutural — via políticas  
integradas e escola humanizada — é essencial  
para mitigar colapsos e sustentar educação  
pública equitativa no RS.

## 4. **POLÍTICAS ESPECÍFICAS PARA PCDS** **TRAZER VISIBILIDADE PARA AS PCDS** **(PESSOAS COM DEFICIÊNCIA) NUM** **MUNDO DE INVISÍVEIS.**

A Lei nº 13.146/2015, conhecida como  
**Lei Brasileira de Inclusão (LBI)** ou **Estatuto da**  
**Pessoa com Deficiência**, é o principal marco  
legal no Brasil, assegurando igualdade de  
direitos e inclusão social. Ela define deficiência  
como impedimento de longo prazo e proíbe  
qualquer tipo de discriminação, garantindo  
acessibilidade, educação, saúde e trabalho. O  
ambiente escolar, por si só já é faz suas vítimas  
e mutila servidores submetidos a condições  
precárias de trabalho com sobrecarga  
emocional inclusive.

Estamos atrasados no meio sindical  
em assumirmos mais esta bandeira. Temos  
coletivos na CNTE, na CUT, na CTB, no CPERS,  
estamos há modestos dois anos caminhando  
neste sentido. Criamos o coletivo estadual  
da Pessoa com Deficiência, realizamos um  
encontro e uma pesquisa.

É necessário avançarmos nos núcleos,  
e em incluir políticas de inclusão em nossas  
pautas, conhecer de fato a realidade e a  
presença de PCDs em nossas bases, construir  
coletivamente condições de enfrentamento às  
barreiras, as necessidades e o enfrentamento  
às adversidades laborais, de gênero e de  
preconceito e combater o capacitismo no  
ambiente de trabalho.

Estima-se que apenas 1% do toda  
a população portadora de algum tipo de  
deficiência no Brasil (45,6 milhões) esteja  
empregada. Mesmo com todas as leis de  
cotas, esse número ainda é pequeno. O Rio  
Grande do Sul possui mais de 772 mil pessoas  
com deficiência (PCDs), representando cerca  
de 7,2% a 8,1% da população gaúcha, segundo

1 dados do Censo 2022 do IBGE divulgados em  
2 2025. Além disso, o censo identificou 124 mil  
3 pessoas autistas no RS.

4 Com base nestes dados se faz necessário  
5 um levantamento preciso do quanto as escolas  
6 gaúchas têm incluído servidores e professores  
7 em seus quadros. Uma vez inclusos, quais as  
8 condições de trabalho têm sido oferecidas. Na  
9 pesquisa realizada pelo sindicato identificou-  
10 se a variedade de deficiências presente entre  
11 os sócios. Auditiva, visual, física, autismo  
12 e outras. Identificou-se a necessidade de  
13 punição por assédio moral e tratamento  
14 pejorativo e é senso comum a necessidade de  
15 enfrentar o capacitismo, gerar conhecimento  
16 sobre o assunto é o primeiro passo.

17 Precisamos estar cientes de que  
18 nossas atitudes não-intencionadas por falta  
19 de conhecimento podem ferir o colega  
20 de trabalho. Pessoas com deficiência são  
21 capazes, é necessário obedecer a lei de cotas,  
22 valorizar o potencial de todas as pessoas sem  
23 distinção, melhorando o clima no trabalho e  
24 estimulando ainda mais o potencial produtivo  
25 das pessoas com deficiência, incluindo-as  
25 como educadores efetivamente.

27 Servidores e servidoras com deficiência,  
28 mães, pais ou responsáveis por filhos ou  
29 dependentes com deficiência, enfrentam  
30 desafios adicionais como tratamentos de saúde  
31 contínuos, necessidade de acompanhamento  
32 terapêutico e demandas intensas de cuidado,  
33 portanto urge que tratemos de forma  
34 diferente quem está em condições desiguais,  
35 para garantir equidade, conforme resoluções  
36 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a Lei  
37 Brasileira de Inclusão.

38 Assim o CPERS/Sindicato fundamentado  
39 na legislação brasileira e em decisões  
40 do Supremo Tribunal Federal (STF), que  
41 reconhecem o dever do Estado de promover  
42 adaptações razoáveis no serviço público, deve  
43 assumir em suas pautas estas importantes  
44 demandas e garantir às pessoas com  
45 deficiência um espaço de luta.

#### 47 **JUVENTUDE:**

48 A juventude é hoje a principal vítima  
49 da precarização das relações de trabalho, e  
50 essa realidade se reproduz dentro da própria

educação pública: entre os trabalhadores mais  
jovens, predominam contratos temporários  
e terceirização, com menos direitos, mais  
instabilidade e maior vulnerabilidade.  
Paradoxalmente, a juventude é também a  
parcela da categoria menos engajada na vida  
sindical. Muitos jovens enxergam direitos  
conquistados historicamente como algo dado,  
natural, desconectado de décadas de luta  
coletiva.

Ao mesmo tempo, há um distanciamento  
real: estudos da OCDE mostram que a  
juventude reconhece a importância dos  
sindicatos, mas não se sente representada,  
vendo as entidades como distantes ou  
ultrapassadas. Vivemos um tempo de maior  
individualismo entre os jovens, mas também  
de forte identificação com pautas de justiça  
social e é aí que está o terreno de disputa.  
Como disse Che Guevara, “ser jovem e não ser  
revolucionário é uma contradição genética”.

Essa consciência não surge sozinha:  
precisa ser construída. Cabe ao CPERS assumir  
essa tarefa de frente, criar estratégias para  
dialogar com a juventude e trazê-la para a luta.  
Essa tarefa não deve ser apenas do coletivo de  
juventude, mas de todos e todas nós!

Valorizar as contribuições daqueles que  
nos antecederam e mobilizar a juventude é  
pavimentar o caminho para que nossa luta  
siga avançando! Vida longa ao CPERS!

#### **REFORMA ESTATUTÁRIA**

Uma avaliação correta da nossa entidade  
envolve considerar a sua instrumentalização  
a partir do que determina seu estado social,  
jurídico e político. Ao longo de décadas se  
afirmou no Cpers uma concepção radicalmente  
classista, democrática, plural e participativa.  
Suas instâncias e espaços congregam o  
diferente e até mesmo o contraditório não  
como problema ou limite, mas como potência  
e vitalidade.

No tempo atual - especialmente por  
conta da hegemonia das políticas e práticas  
neoliberais - é preciso atentar para a  
plataformização da educação e o impacto das  
IAs (revolução tecnológica 4.0), a continuidade  
e aprofundamento das concepções neoliberais  
no currículo, gestão, financiamento e

1 assalariamento de seus profissionais  
2 (equivalente à reestruturação "produtiva" das  
3 atividades laborais e pedagógicas).

4 O problema da jornada de trabalho  
5 (extensas, intnsas, múltiplas, simultâneas,  
6 alienadas e adoecedoras) e os temas ligados  
7 à prevalência dos contratados sobre os  
8 concursados em números absolutos e  
9 percentuais, o ingresso das jovens gerações  
10 de educadores no corpo da categoria, a  
11 presença e papel dos aposentados e a dística  
12 saúde x adoecimento em função das precárias  
13 condições de trabalho, entre outros pontos  
14 cruciais da nossa existência profissional e  
15 social.

16 Dito isso, a CTB postula um congresso  
17 extraordinário e exclusivo ESTATUINTE para o  
18 1º semestre de 2027 formatado para ouvir as  
19 contribuições dos educadores desde a base  
20 em etapas regionais presenciais e uma etapa  
21 estadual final para aprovação de estatuto  
22 reformulado do Cpers.

## 23 24 **POLÍTICAS ESPECÍFICAS PARA** 25 **A COMUNIDADE LGBTQIAPN+**

26 De acordo com o Plano de Lutas da  
27 entidade, a CTB atua no combate ao racismo  
28 e à LGBTfobia por meio de diversas frentes  
29 sociais, educacionais e políticas. A CTB orienta a  
30 constituição de núcleos de formação educativa  
31 com multimídias dentro do ambiente de  
32 trabalho para atuar no combate ativo contra  
33 o racismo e a homofobia, bem como contra  
34 a misoginia, a xenofobia e o extermínio de  
35 povos originários e quilombolas.

36 Inclusão no mercado de trabalho: A  
37 central luta pela implantação de políticas  
38 inclusivas efetivas no mercado de trabalho  
39 em benefício da comunidade LGBTQIA+ e da  
40 população negra, além de indígenas, pessoas  
41 com deficiência e ex-presidiários.

42 Educação antirracista e participação  
43 política: A entidade defende uma educação  
44 antirracista, democrática e popular e promove  
45 a luta pela igualdade, visando o fortalecimento  
46 da participação política de gênero, raça e  
47 etnias.

48 Como parte dessas ações, a central  
49 também apoia a realização de eventos como  
50 o primeiro congresso de afrodescendentes

promovido por entidades parceiras.

Regulamentação das redes sociais: A  
CTB exige a regulação dessas plataformas para  
impedir que elas continuem sendo utilizadas  
como canais para a difusão de racismo e  
homofobia (além de pedofilia, misoginia e  
fake news) sob o pretexto de liberdade de  
expressão.

Enfrentamento geral e estrutural: O  
documento estabelece como prioridade lutar  
contra o racismo, a homofobia e toda forma  
de discriminação e preconceito, atrelando  
essa bandeira ao combate contra o fascismo,  
o nazismo, o machismo e o feminicídio.

Lutar contra o racismo e toda forma  
de discriminação e preconceito, combater o  
machismo, o feminicídio, a violência contra as  
mulheres, o fascismo, o nazismo, a homofobia  
e a xenofobia. Lutar pela democracia com  
igualdade e fortalecimento da participação  
política de gênero, raça e etnias. Defender uma  
educação antirracista, democrática e popular;

Lutar pela erradicação do trabalho  
análogo à escravidão, que caracteriza a  
escravidão contemporânea, bem como de  
todas as formas de superexploração do  
trabalho, que em geral expressam o sentimento  
de Casa Grande que em pleno século XXI ainda  
orienta o pensamento e a prática das classes  
dominantes brasileiras.

## **BALANÇO DO CPERS** **E MOVIMENTO SINDICAL**

Um exame das condições políticas,  
organizadoras e estruturais do Cpers e do  
próprio movimento sindical estabelece como  
pano de fundo justamente os termos da crise  
capitalista, a revolução tecnológica 4.0, a  
repique e aprofundamento do neoliberalismo  
e a ascensão perigosa do fascismo.

Nesse sentido, o cômputo das lutas  
empreendidas pelo Cpers merece ser visto em  
suas múltiplas dimensões e aspectos. Longe do  
corporativismo raso ou do isolamento político,  
o sindicato tem levado adiante a resistência,  
denúncia e enfrentamento aos governos  
neoliberais no Rio Grande do Sul. Também  
propõe e constrói alternativas, valoriza a  
organização de base, seus segmentos vistos  
em conjunto e articuladamente (professores,

1 funcionários e aposentados), sem deixar de  
2 dialogar com as centrais sindicais e a CNTE,  
3 os movimentos sociais, as ações estudantis e  
4 com as entidades do serviço público.

5 Constituindo na atualidade uma gestão  
6 onde participam quatro centrais sindicais  
7 (CUT, CTB, FSP, Intersindical) e participando  
8 ativamente das campanhas, pautas e lutas  
9 nacionais da CNTE, bem como das reivindicações  
10 do funcionalismo público, o Cpers se agiganta  
11 como instrumento e eixo mobilizatório da  
12 democracia, cidadania, direitos, liberdades,  
13 soberania, desenvolvimento, sustentabilidade  
14 e inclusão social e forma classista, progressista  
15 e democrática.

16 É fundamental aprofundar laços e  
17 relações com as mais amplas, variadas e  
18 profundas lutas para derrotar o neoliberalismo  
19 e as vertentes de extrema-direita agrupadas em  
20 torno do fascismo e para tanto o sindicato deve  
21 assumir cada vez mais seu papel protagonista  
22 e reforçar a educação e os educadores como  
23 agentes políticos nesse processo.

24 A unidade na diversidade de concepções  
25 e projetos é o caminho para ampliar o escopo  
26 de atuação e atrair jovens educadores,  
27 trabalhadores em educação contratados,  
28 mulheres educadoras, educadores negros  
29 e indígenas e outros para lançar renovado  
30 trabalho sindical junto à categoria e com  
31 influência na sociedade e nas decisões  
32 políticas.

33 A Marcha da Classe Trabalhadora - dessa  
34 vez construída a muitas mãos no âmbito do  
35 Fórum das Centrais Sindicais - e a realização da  
36 CONCLAT indicam e potencializam uma ampla  
37 unidade das trabalhadoras e trabalhadores  
38 brasileiros, dando conteúdo e caráter de classe,  
39 independente, combativo às pautas não só  
40 de natureza econômica, mas de projetos de  
41 governança democrática e poder popular.

42 Reafirma-se assim a dupla mão do  
43 movimento político: reeleger Lula e derrotar  
44 Bolsonaro, Trump e a extrema-direita fascista,  
45 negacionista, fundamentalista. O Cpers têm  
46 dado mostras inequívocas de luta em defesa  
47 do Estado Nacional Soberano, Democrático  
48 de Direito e de Desenvolvimento e Bem-Estar  
49 Social.

50

## PLANO DE REINVIDICAÇÕES E PLANO DE LUTAS

- Construir uma ampla frente social e política para isolar e derrotar a extrema-direita nas eleições de 2026, garantir a continuidade do governo democrático e a luta por um novo projeto nacional de desenvolvimento fundado na valorização do trabalho, na democracia e na soberania.
- Reajuste do piso: inflação + ganho real com repercussão na carreira;
- Recuperação dos planos de carreira;
- Piso para funcionários da educação;
- Contra as parcerias público-privadas na educação;
- Taxação das Bets, bancos e bilionários com destinação para educação pública;
- Fim do desconto previdenciário
- Defender as universidades públicas estaduais, municipais, federais, e os institutos federais e escolas técnicas. Contra os cortes de investimentos que limitam cada vez mais a autonomia didático-científica, administrativa e financeira das instituições;
- Intensificar em todo o país a campanha pelo fim da escala 6x1 e redução da jornada de trabalho para 36 horas semanais.
- Intensificar a luta pela reforma agrária, o fortalecimento da agricultura familiar e o projeto de desenvolvimento sustentável e solidário do campo para interromper o êxodo rural e assegurar a permanência da juventude no campo. Lutar pelo êxito do programa de União e Reconstrução Nacional do governo Lula;
- Pela mudança da política econômica, destacando a necessidade de redução substancial das taxas reais de juros.
- Concurso público amplo, generalizado, periódico para preenchimento das vagas
- Valorizar as negociações coletivas e o movimento sindical instituindo a Contribuição Negocial, revisando a reforma trabalhista e combatendo a precarização, restringindo a terceirização e a pejetização, resgatando a ultratividade das convenções e acordos coletivos de trabalho. Salvaguardar a identidade do movimento sindical, garantindo sua

- 1 autonomia em relação a governos e  
2 partidos políticos;
- 3 • Lutar pela implantação de políticas  
4 inclusivas no mercado de trabalho, em  
5 benefício das Pessoas com Deficiência  
6 (PCD), comunidade LGBTQIAP+, negros,  
7 indígenas e ressocialização de ex-  
8 presidiários;
  - 9 • Defender o IPE SAÚDE e o aprimoramento  
10 da Política Nacional de Saúde do  
11 Trabalhador no âmbito do Sistema Único  
12 de Saúde (SUS);
  - 13 • Destacar a luta pela saúde física e mental  
14 do trabalhador e da trabalhadora,  
15 tendo em vista o adoecimento da classe  
16 trabalhadora, tanto por assédio moral e  
17 sexual, depressão, quanto pela violência  
18 do trânsito, feminicídio, óbitos maternos,  
19 assassinatos de adolescentes negros e  
20 negras das periferias. Cerca de 30% da  
21 classe padece da síndrome de burnout;
  - 22 • Lutar pela erradicação do racismo e todas  
23 as formas de discriminação e preconceito,  
24 combate ao machismo, ao feminicídio, à  
25 violência contra as mulheres, ao fascismo,  
25 ao nazismo, à homofobia e xenofobia.  
27 Lutar pela democracia com igualdade e  
28 fortalecimento da participação política de  
29 gênero, raça e etnias;

---

31  
32 **Sigamos firmes nas ruas, nas redes e**  
33 **nas urnas, com coragem, organização e**  
34 **esperança!**

---

35  
36  
37 ***NENHUM PASSO ATRÁS NA DEMOCRACIA E***  
38 ***NOS DIREITOS SOCIAIS: A LUTA SEGUE FIRME***  
39 ***NAS RUAS, NAS REDES E NAS URNAS***

40  
41 ASSINAM A TESE:

42  
43 Raimundo Oliveira – Secretário Executivo da  
44 CNTE

45 Adilson Araújo – Presidente da CTB Nacional

46 Rodrigo Callais – Presente da CTB do Rio  
47 Grande do Sul

48 Berenice Dark – Secretária de Relações de  
49 Gênero da CNTE

50 Alessandro Carvalho – Secretário de Saúde do

Trabalhador da CNTE

Francisca Seixas – Secretária Adjunta da CNTE

Iara Gutierrez – Conselho Fiscal da CNTE

João Carlos Areas – Suplente Conselho Fiscal  
CNTE

Alex Saratt - 1º vice-presidente do Cpers

Leonardo Preto Echevarria - diretor do Cpers  
estadual

Solange Carvalho - vice-diretora do 1º núcleo/  
Caxias do Sul e conselheira 1/1000

Geniza Madruga Maciel - suplente do Conselho  
1/1000 1º núcleo/Caxias do Sul

Ana Paula Santos 1º núcleo/Caxias do Sul

Rafael Ferreira - 1º núcleo/Caxias do Sul

Carlos Eduardo Neves da Silva - 1º núcleo/  
Caxias do Sul

Henrique Lima Conselho Geral 2º núcleo/  
Santa Maria

Adriana Schiefelbein - 2º núcleo/Santa Maria

Rafael Kapron 2º núcleo/Santa Maria

Dartagnan Agostini 2º núcleo/Santa Maria/  
Representante Estadual dos Aposentados

Marcelo Noriega Pires 2º núcleo/Santa Maria

Fábio Freitas 2º núcleo/Santa Maria

Lucio Juarez Dornelles Ramos 2º núcleo/Santa  
Maria

Dina Marilu Machado diretora do 4º núcleo/  
Cachoeira do Sul

Jucemar Gonçalves vice-diretor do 4º núcleo/  
Cachoeira do Sul

Nara Elisa Machado 4º núcleo/Cachoeira do  
Sul

Eduardo Da Silva Saueressig 4º núcleo/  
Cachoeira do Sul

Églia Marion Pedroso Lemos 4º núcleo/  
Cachoeira do Sul

Diego Tischeler 4º núcleo/Cachoeira do Sul

Giuliano Teixeira 4º núcleo/Cachoeira do Sul

Carlos Bernabé Rodrigues Da Paixão - 4º  
núcleo/Cachoeira do Sul

Cristiane Skolaude Correa - 4º núcleo/  
Cachoeira do Sul

Nara Elisa De Lara Machado - 4º núcleo/  
Cachoeira do Sul

Ivouny Dargelio – 4º núcleo/Cachoeira do Sul

Ivonete Pereira Amador - 4º núcleo/Cachoeira  
do Sul

Joice Eslabão de Oliveira diretora do 6º núcleo/  
suplente conselho geral 1/1000 Rio Grande

- 1 Munir Jose Lauer – 7º núcleo/Passo Fundo
- 2 Nilton Oliveira - 7º núcleo/Passo Fundo
- 3 Gabriela Viana suplente Conselho Geral
- 4 1/1000 10º núcleo/Santa Rosa
- 5 Evanda Amaral 11º núcleo/Cruz Alta
- 6 Susana Pereira Cabral 11º núcleo/Cruz Alta
- 7 Luciana Cabral 11º núcleo/Cruz Alta
- 8 Thífany Piffer 12º núcleo/Bento Gonçalves
- 9 Márcio Dejalmo suplente CNE/CNTE 13º
- 10 núcleo/Osório
- 11 Camila Ferner 13º núcleo/Osório
- 12 Luiz Etevaldo Da Silva 13º núcleo/Osório
- 13 Carla Rosangela Jacinto 13º núcleo/Osório
- 14 Paulete Terezinha Souto -14º núcleo/São
- 15 Leopoldo
- 16 Paulo Sergio Batista – diretor do 14º núcleo/
- 17 São Leopoldo
- 18 Joao Ives Doti Junior - 14º núcleo/São Leopoldo
- 19 Magda Suzana Schmitt 15º núcleo/Erechim
- 20 Roberta Teresa Manica 15º núcleo/Erechim
- 21 Lilian Bernardon 15º núcleo/Erechim
- 22 Vanessa Dos Reis Domingues 20º núcleo/
- 23 Canoas
- 24 Iara Do Prado Da Silva – 19º núcleo/Alegrete
- 25 Tânia Cecília Azevedo de Menezes – 19º
- 25 núcleo/Alegrete
- 27 Marlei De Fatima Ventura 22º núcleo/Gravataí/
- 28 Representante Estadual dos Aposentados
- 29 Silvia Maria Da Silva Teixeira 22º núcleo/
- 30 Gravataí
- 31 Jefferson Damasceno Da Rocha 22º núcleo/
- 32 Gravataí
- 33 Marione Morales Goulart Borges 24º núcleo/
- 34 Pelotas
- 35 Italo Drago 31º diretor do 31º núcleo/Ijuí
- 36 Arnildo Moscato Dos Santos 31º núcleo/Ijuí
- 37 Fernanda Goldbeck Nornberg Lanfredi –
- 38 diretora do 32º núcleo/Taquara/Conselheira
- 39 1/1000
- 40 Alfeu D’Alcantara Monteiro – 38º núcleo/Porto
- 41 Alegre Zona Norte
- 42 Fabio Dullius 39º núcleo/Porto Alegre Zona
- 43 Sul – Represente do CPERS no Conselho de
- 44 Alimentação Escolar (CAE)
- 45 Carla Simone De O Blaskowski – 42º núcleo/
- 46 Camaquã
- 47
- 48
- 49
- 50

## CPERS INDEPENDENTE E DE LUTA

### 1. CONJUNTURA INTERNACIONAL

#### TRUMP DESENCADEIA GUERRA CONTRA OS POVOS, RESISTÊNCIA CRESCE

A ordem estabelecida após a segunda guerra mundial está desmoronando. Asfixiado, o sistema da propriedade privada dos meios de produção não encontra saída senão através do ataque a direitos, conquistas dos trabalhadores, da proliferação de guerras e ataque à soberania das nações. Esta é a origem da guerra na Ucrânia, o genocídio na Palestina, na guerra contra o Irã, com o apoio de Israel e os inúmeros conflitos em curso na África e Ásia.

Os bombardeios dos EUA e Israel no Irã e no sul do Líbano já deixaram 5 mil mortos, 50 mil imóveis destruídos e forçaram o deslocamento de mais de um milhão de pessoas. O preço do barril de petróleo chegou a saltar 50% após um mês de ataques gerando o aumento dos preços dos combustíveis, fertilizantes e transportes, inclusive no Brasil. Tudo sob a impotência da ONU, mas também a passividade dos países componente do BRICS divididos a respeito, contrariando quem acreditasse que o “bloco” fosse oferecer algum contraponto ao imperialismo estadunidense.

Donald Trump busca que outros países paguem pelo gigantesco déficit estadunidense por meio de tarifas alfandegárias, supressão de barreiras à entrada de mercadorias daquele país, realocização de fábricas para os Estados Unidos ou também por meio de ameaças contra a Colômbia, a asfixia de Cuba e o sequestro do presidente da Venezuela, Nicolás Maduro e a deputada e esposa Cília Florez, presos atualmente em Nova Yorque.

A guerra também se desenvolve dentro dos próprios Estados Unidos, na perseguição aos migrantes com o ICE (serviço de imigração) - que vai ganhando contornos cada vez mais de milícia fascista - e ao próprio povo escalando medidas autoritárias contra o “inimigo interno” com o corte das verbas na saúde e o

ataque à autonomia das universidades.

Sob a cínica justificativa de combate ao “narcoterrorismo” Trump busca novamente interferir no Brasil, México e Colômbia, e seguir com a aplicação de sua “Estratégia de Segurança Nacional”, desdobrada agora em no “Escudo das Américas”. A “Estratégia” do governo estadunidense é clara em seus três objetivos: frear a “migração ilegal e desestabilizadora”, neutralizar o “narcoterrorismo” e “garantir os suplementos críticos”. Para tanto, o documento anuncia “recompensas aos governos, partidos políticos e movimentos que se alinharem amplamente” com a agenda de Trump. É neste contexto que ocorrerão as eleições de outubro no Brasil.

---

### Migrar não é crime!

---

Autorizado pela Suprema Corte para prender imigrantes que falem espanhol ou inglês com sotaque Trump planeja deportar 11 milhões de pessoas em situação irregular, destes 230 mil são brasileiros.

Trump ameaça o direito à migração. Sua política de deportações cria um problema social gravíssimo em suas nações de origem, onde a emigração foi a válvula de escape para a miséria pela ordem imperialista decadente.

Defender o direito à migração significa defender que o trabalhador, independentemente de sua origem, tenha condições de se organizar, viver com dignidade e lutar coletivamente. Esse foi o sentido da Jornada Continental pelo Direito à Migração e em defesa da Soberania Nacional realizada em mais 10 países e 22 cidades brasileiras. No RS, a jornada contou com a participação de dirigentes do CPERS/Sindicato.

**RESISTÊNCIA À TRUMP CRESCE MESMO DENTRO DOS EUA, EM MARÇO DESTE ANO**

## 1 **FORAM 8 MILHÕES ÀS RUAS**

2 Pesquisa Reuters/Ipsos realizada entre  
3 20 e 23 de março aponta que somente 35%  
4 aprovam os ataques no Oriente Médio,  
5 enquanto a maioria, 61%, reprova. Olhando  
6 outros dados do levantamento é fácil explicar  
7 a queda de popularidade de Trump, que hoje  
8 está em apenas 31%. Quanto ao tema inflação/  
9 aumento de preços, o cenário não é diferente.  
10 68% dos estadunidenses desaprovam a forma  
11 como Trump conduz enquanto somente 23%  
12 aprovam.

13 No dia 28 de março, mais de oito  
14 milhões de pessoas em mais de 3300 mil  
15 atividades foram às ruas para as manifestações  
16 convocadas pela coalisão No Kings (“Sem  
17 Reis”) nos EUA. Essa é a terceira vez em menos  
18 de um ano que manifestações são convocadas  
19 sob este movimento. Há diferenças em relação  
20 à primeira rodada ocorrida em junho de 2025:  
21 comparativamente houve um aumento de  
22 quase 40% de atos em cidades menores. Em  
23 comparação aos atos de outubro, o de março  
24 ocorreu em 500 novos locais.

25 A consigna central continua sendo “No  
26 Kings”, ou seja, uma exigência de pôr fim ao  
27 que Trump está fazendo. Mas a pauta da  
28 mobilização também incluiu a exigência da  
29 abolição do ICE além do rechaço à guerra  
30 contra o Irã e genocídio na Palestina. Agora a  
31 mobilização prossegue através da preparação  
32 do 1º de Maio convocadas pela coalizão  
33 “May Day Strong” (Primeiro de Maio Forte).  
34 Este apelo tem crescido e envolvido os  
35 sindicatos, como o sindicato dos metalúrgicos  
36 UAW, principalmente após a greve geral em  
37 Mineápolis contra o ICE.

---

40 **“O inimigo está em nosso próprio país, é o**  
41 **nosso governo”**

---

44 Itália, Argentina, Estados Unidos... a  
45 culpa não é do povo. A ascensão da direita e da  
46 extrema-direita em vários países é o resultado  
47 da falência da tentativa de “dar uma cara  
48 humana à globalização”, não foram poucos  
49 os governos de “esquerda” ou “progressistas”  
50 que aplicaram programas de austeridade,

alimentando a desilusão e abrindo caminho  
para aventureiros. Na Europa, a consigna “O  
inimigo está em nosso próprio país, é o nosso  
governo” expressa a ojeriza aos governos  
que, sob o comando da OTAN, aumentam  
os gastos militares para garantir a venda de  
armas estadunidenses para manter a máquina  
de guerra e pilhagem em funcionamento, em  
detrimento a recursos para aposentadorias,  
saúde e educação públicas.

Num mundo em crise, a ruptura com o  
imperialismo é o fio condutor para evitar um  
futuro de guerra e destruição que este sistema  
tenta impor à humanidade.

## 2. **CONJUNTURA NACIONAL** **COM ESSE CONGRESSO DE “9% DE** **CONFIANÇA” NÃO DÁ! REFORMA POLÍTICA** **E OUTRAS INSTITUIÇÕES!**

Não é possível esquecer! Na calada  
da noite de 9 de dezembro, a Câmara dos  
Deputados, aprovou a redução das penas  
de Bolsonaro, seus generais e dos demais  
golpistas de 8 de janeiro. Segundo Paulinho  
da Força, deputado articulado pelo golpista  
Temer para relatar o “PL da Dosimetria”,  
Bolsonaro poderia estar nas ruas já em 2028.

A passada de pano para a tentativa  
de assalto ao poder em 2023 veio após o  
“preço” (na época havia dúvidas se manteria)  
da candidatura de Flávio Bolsonaro ser  
apresentado à luz do dia. Hugo Motta,  
presidente do “Congresso inimigo do povo”  
pagou o “preço” e sacou o projeto da cartola,  
com apoio de Alcolumbre, e aprovou por 291  
x 148 uma lei que poderia liberar os generais  
em pouco mais de um ano!

Lula vetou integralmente o projeto. Mas  
é forçoso ver que entre os que votaram na  
redução das penas não faltaram deputados da  
frágil “base aliada” do governo. Não é surpresa,  
a porções robustas da base parlamentar  
também votaram na PEC da Blindagem e na  
urgência da anistia anteriormente. Ambos os  
projetos só não foram aprovados por conta  
da reação das ruas no dia 21 de setembro  
em todo o país. Na esteira das mobilizações a  
isenção do IR até R\$ 5 mil, promessa de Lula, foi  
aprovada. Mas isso não mudou a natureza de  
um Congresso movido à base das vergonhosas

1 e bilionárias emendas parlamentares.  
2  
3

---

#### 4 **Reformas de Temer e Bolsonaro continuam** 5 **aí, precisam ser revogadas**

---

7  
8 Medidas do governo Lula aliviaram  
9 a vida do povo, programas sociais foram  
10 reestabelecidos, mas os empregos continuam  
11 precários, milhões esperam na fila do INSS,  
12 os orçamentos das universidades continuam  
13 estrangulados (resultado do arcabouço fiscal),  
14 as chacinas e a brutalidade policial continuam  
15 e os serviços de saúde e educação estão longe  
16 do mínimo necessário. O sistema tributário  
17 injusto preserva os super-ricos e os efeitos  
18 da reforma trabalhista, previdenciária e da lei  
19 das terceirizações estão aí. Nem mesmo um  
20 projeto de lei que acabe com os produtos do  
21 golpe de 2017 e das “reformas” de Bolsonaro  
22 foi enviado ao parlamento.

23 As mudanças adiadas precisam ser  
24 retomadas e devem pautar o calendário  
25 eleitoral, se não forem durante um governo  
25 Lula, serão quando? É necessário retomar a  
27 luta pela revogação das reformas trabalhista,  
28 previdenciária e da lei das terceirizações que  
29 ameaça liquidar as conquistas e os serviços  
30 públicos. Da mesma forma, é na mobilização  
31 que será possível acabar com a histórica luta  
32 pela redução da jornada de trabalho sem  
33 redução de salários e do fim da escala 6x1,  
34 pauta principal da marcha a Brasília que ocorre  
35 dia 15 de março.

---

#### 38 **A culpa não é do povo, é do sistema político**

---

40  
41 A Polícia Federal e o Supremo  
42 Tribunal Federal investigam 40 mil emendas  
43 parlamentares indicadas entre 2020 e 2024,  
44 são emendas saindo pelo ladrão. A suspeita  
45 de desvio é acompanhada do envolvimento do  
46 crime organizado com a Faria Lima, esta, por  
47 sua vez, envolvida na fraude de combustíveis.  
48 Puxando uma pena, vem a galinha toda. A escala  
49 da fusão entre deputados, o crime organizado e  
50 a Faria Lima expõem o sistema político.

Na Faria Lima é onde todos se encontram. Uma operação do Ministério Público de São Paulo demonstrou o ingresso do crime organizado na economia formal. Fintechs – bancos desregulados – e fundos de investimentos, foram usados para ocultar a origem da movimentação financeira estimada em R\$ 140 bi. Bancos como o Santander, Master, Genial e outros, também estão sob investigação. Coincidentemente (!! ) o Master quebrou e foi palco de um escândalo que gera calafrios no Congresso e no judiciário. Esta degeneração cada vez mais exposta é produto da própria decomposição do sistema, daí a relação siamesa entre o “informal” e o “formal”, o crime e as instituições.

A culpa não é do “povo que não sabe votar” e faz parlamentos cada vez piores. A questão fica clara quando vemos que Lula foi eleito com 50,9% dos votos em 2022 e os deputados do PT, Pcdob, Psol, PSB, PDT, Rede juntos tiveram 25% da Câmara. É o sistema político apodrecido que produz esse resultado.

Não é de espantar que a pesquisa Atlas-Intel de março desse ano sobre a confiança popular nas instituições nacionais colocou no fundo do poço o Congresso Nacional. Apenas 9% dos entrevistados dizem confiar no parlamento. Na mesma pesquisa a confiança o STF declinou bruscamente entre agosto do ano passado e março de 2026 caindo de 51% para 34%. Afinal o escândalo do Banco Master e suas relações perigosas no judiciário mostraram seu preço, mesmo que alguns tenham colocado esperanças no Supremo.

Portanto é preciso mudar o sistema, a começar por uma reforma política com voto em lista, financiamento público exclusivo de campanha e proporcionalidade do voto (um cidadão um voto). A luta pela soberania nacional passa por um novo Congresso, eleito sob novas regras, na perspectiva de uma constituinte soberana que reestabeleça os direitos perdidos, acabe com a tutela militar e faça as adiadas mudanças estruturais que o povo precisa, é o debate que precisamos fazer.

#### **REESTATIZAÇÃO DO SISTEMA PETROBRÁS É QUESTÃO DE SOBERANIA**

Os brasileiros poderiam estar protegidos

1 dos efeitos da guerra de Trump contra o Irã, mas  
2 não estão. As políticas privatizantes ocorridas  
3 no sistema Petrobrás nos últimos anos – desde  
4 os governos FHC, mas sobretudo Temer e  
5 Bolsonaro - levaram ao enfraquecimento da  
6 produção petrolífera e à retração do refino dos  
7 derivados.

8 O país precisa reestatizar tudo o que foi  
9 privatizado da Petrobrás. A liderança do PT  
10 na Câmara dos Deputados está recolhendo  
11 assinaturas para criação de uma Frente  
12 Parlamentar Mista pela Reestatização da  
13 BR Distribuidora, Liquigás e de Refinarias  
14 Privatizadas. É a medida imediata correta para  
15 enfrentar a explosão dos preços no mercado  
16 de produção e distribuição de combustíveis.

17 Um grande movimento popular precisa  
18 ser impulsionado para apoiar tal iniciativa que  
19 deve ser estendida para a retomada de fortes  
20 investimentos da Petrobrás na construção de  
21 novas refinarias estatais e da expansão das  
22 existentes de modo a tornar o país totalmente  
23 autossuficiente no refino de combustíveis e  
24 demais derivados de petróleo.

25 Tudo isso, obviamente exigirá revogar as  
26 travas ao investimento público autoimpostas  
27 pelo governo com seu Novo Arcabouço Fiscal.  
28 Exigirá também a elevação de impostos  
29 aos muito ricos e especuladores. Esses são  
30 apenas os primeiros passos rumo a necessária  
31 soberania energética, que passa pela retomada  
32 do controle acionário da Petrobrás pelo Estado  
33 e da exclusividade da petroleira brasileira na  
34 operação de exploração do Pré-Sal.

### 36 **3. CONJUNTURA ESTADUAL**

#### 37 **EDUARDO LEITE E SUA BASE ALIADA** 38 **DEIXAM UM RASTRO DE DESTRUIÇÃO**

39 No RS, não foi diretamente o bolsonaris-  
40 mo que aplicou sem tréguas a política de pri-  
41 vatizações e liquidação de direitos, foi o “mo-  
42 derado” Leite e os governos do MDB, PSDB e  
43 PSD, com a participação do PDT. O acordo de  
44 Zucco (PL) com setores do agronegócio via PP,  
45 sob aplausos dos empresários, reforça o am-  
46 ambiente de polarização que deve dominar as  
47 eleições regionais e nacionais.

48 Não basta parar a política de Leite e  
49 seus aliados, é preciso reverter o rastro de  
50 destruição deixado para trás. Está na ordem do

dia a retomada da luta pela reestatização da  
Corsan e CEEE, o encerramento do programa  
de privatização da água nas 176 cidades  
não atendidas pela Corsan/Aegea, o fim dos  
pedágios privados escorchantes, a revogação  
das PPPs na educação, o fim do desconto  
dos aposentados como início da revogação  
da reforma da previdência e um ponto final  
nas emendas parlamentares estaduais. Este  
é um debate que o CPERS deve apresentar às  
candidaturas que reivindicam representar a  
luta dos trabalhadores.

### **4. EDUCACIONAL**

#### **O XII CONGRESSO PRECISA RESPONDER A QUESTÕES CONCRETAS**

Leite marcou o leilão de 98 escolas para  
o dia 26 de junho, em São Paulo. É a primeira  
leva, ele quer vender todas, como fez com as  
estradas e empresas estatais. Agora ele afirma  
que não afeta os professores, mas é seguro  
acreditarmos que o destino que ele reserva  
não é o da terceirização como fez com as  
merendeiras? Definitivamente, não.

O Congresso precisa dar respostas  
concretas para quem está em sala de  
aula e para quem já cumpriu seu dever. É  
insuportável a rotina burocrática imposta  
sobre os professores. As inúmeras planilhas  
e metas aumentam a sobrecarga de trabalho  
e servem para alimentar as ONGs com dados  
sobre a educação pública, provocando falta de  
tempo para atender as diferentes demandas  
específicas, como a inclusão, acolhimento e  
mediação de conflitos dentro do ambiente  
escolar.

É insuportável a vida sofrida dos  
nomeados que tiveram o poder de compra  
dos salários sarrupados pelo congelamento  
chamado cinicamente de parcela de  
irredutibilidade. Não é diferente com o  
cruel desconto dos aposentados. Isso tem  
que acabar, seja o STF julgando nossa ação,  
seja revogando a reforma da previdência. É  
isso que precisamos cobrar dos candidatos  
identificados com os trabalhadores nas  
próximas eleições.

Para nossos colegas contratados,  
60% dos vínculos, esse congresso precisa  
afirmar: a experiência que esses colegas

1 apresentam precisa ser mais valorizada no  
2 concurso público. É preciso que os contratos  
3 emergenciais sejam realmente emergenciais e  
4 o Estado não pode se aproveitar das relações  
5 precárias para assediar, constranger e reduzir  
6 direitos dos trabalhadores.

## 7 8 **5. BALANÇO DO CPERS** 9 **UNIR A LUTA DE NOMEADOS,** 10 **CONTRATADOS E APOSENTADOS**

11 O CPERS, em seus 80 anos, vive uma  
12 situação inédita. Hoje, segundo dados do  
13 Censo Escolar 2021-2024, apenas 39,1% dos  
14 professores da rede estadual são efetivos. Os  
15 demais, a maioria, tem um vínculo precário de  
16 trabalho, expostos ao assédio e todo tipo de  
17 pressão.

18 Esta composição deve levar o sindicato  
19 a refletir sobre seu futuro. As sucessivas  
20 “reformas” criaram categorias quase  
21 distintas, mas que sofrem juntas os efeitos da  
22 ofensiva contra a educação pública e os seus  
23 trabalhadores.

24 Os desafios não são pequenos: a venda  
25 das escolas, a terceirização de trabalhadores, o  
26 massacre das planilhas, a ingerência das ONGs  
27 e o clima de opressão e medo nas escolas. Tudo  
28 isso com a redução de dirigentes liberados,  
29 empurrando para os colegas (na sua maioria)  
30 aposentados a tarefa ocupar responsabilidade  
31 nas instâncias da entidade.

32 Não se trata de um problema local,  
33 no próprio congresso da CNTE esta questão  
34 se colocou. A aproximação e filiação dos  
35 contratados e dos novos professores e  
36 funcionários de escola são decisivos para a  
37 continuidade do CPERS e seus 80 anos de luta.

## 38 39 **6. SINDICAL** 40 **CONVENÇÃO 151: BANDEIRA HISTÓRICA** 41 **DOS SERVIDORES PÚBLICOS PRECISA** 42 **VIRAR REALIDADE**

43 Em agosto de 2023, o governo federal  
44 criou um Grupo de Trabalho Interministerial  
45 (GTI) para discutir a regulamentação  
46 da negociação coletiva no âmbito da  
47 administração pública federal, considerando  
48 o disposto na Convenção 151 da Organização  
49 Internacional do Trabalho (OIT). Esta  
50 regulamentação trará impactos tanto em

estados como municípios. Este GTI é composto  
por vinte e quatro membros, metade deles  
representando o governo, e a outra metade  
com representações dos trabalhadores via  
centrais sindicais.

A regulamentação da Convenção 151,  
aprovada em 1978, é uma bandeira histórica  
para servidores públicos das três esferas. Em  
2010, o Brasil passou a ser um dos países  
a reconhecer a Convenção e a ratificou  
por Decreto em 2013. Contudo, apesar da  
ratificação e da vigência, o Brasil não aplica a  
norma, sob o argumento de que, para isso é  
necessária uma lei específica que regulamente  
a negociação coletiva dos servidores públicos  
no ordenamento jurídico interno.

A ausência de uma legislação que garanta  
o direito de greve e a negociação coletiva  
tem servido para que os governos utilizem o  
judiciário para proibir greves, manifestações  
e impor pesadas multas às entidades. Muitas  
vezes estes movimentos buscam impedir  
privatizações e ataques aos serviços públicos,  
além de melhores remunerações e condições  
de trabalho.

Sem que sejam obrigados sequer a  
ouvir as representações sindicais não são  
poucos os governos que tentam cassar  
liberações de diretores ou impedir que as  
contribuições sejam descontadas em folha de  
pagamento. É por isso que a regulamentação  
nacional da Convenção 151 interessa a todos  
os trabalhadores.

É preciso que o governo Lula envie o  
quanto antes um projeto de lei que transforme  
a Convenção 151 em realidade para mais de  
10 milhões de servidores públicos.

## **7. REFORMA ESTATUTÁRIA** **EM DEFESA DA MAJORITYIEDADE** **NA DIREÇÃO CENTRAL E** **PROPORCIONALIDADE NO CONSELHO** **GERAL**

A escolha da forma de representatividade  
na composição da direção do CPERS Sindicato  
tem se mostrado a mais adequada ao longo  
do tempo. Sendo a chapa concorrente que  
fizer maior número de votos assume a direção  
e a composição do conselho geral observa a  
proporcionalidade.

1 Por vezes surgem propostas visando  
2 a proporcionalidade especificamente para  
3 a direção, alegando que seria algo mais  
4 representativo. Mas a vida prática do  
5 movimento sindical mostra as limitações e  
6 riscos desta forma de gestão. Entre elas, as  
7 dificuldades de conciliar as diferentes visões  
8 e um contraditório rumo das ações, por parte  
9 das forças políticas, levando a paralisia da  
10 entidade e sua transformação num deformado  
11 “parlamento sindical”.

12

### 13 **8. PAUTA DE REIVINDICAÇÕES**

14 O XII Congresso do Cpers/Sindicato  
15 deve priorizar a organização da nossa base  
16 que está na ativa, como também daqueles que  
17 já cumpriram com o seu dever, na construção  
18 de um plano de lutas em defesa da Escola  
19 Pública, tanto na sua estrutura física quanto  
20 no seu quadro funcional. Essa urgência deve  
21 mover este congresso.

22 As nossas principais pautas são a luta  
23 pela revogação das PPPs através do leilão de  
24 98 escolas públicas, bem como a manutenção  
25 de um quadro estável de professores e  
25 funcionários de escola. Não à privatização  
27 da estrutura física e não à terceirização dos  
28 serviços educacionais e administrativos. Neste  
29 congresso, devemos marcar e organizar um  
30 dia estadual de paralisação contra o leilão das  
31 escolas.

32 Além de outras reivindicações, tais  
33 como:

- 34 • Criação de uma regra efetiva para o índice
- 35 da Lei do Piso que equipare salários de
- 36 ativos e aposentados;
- 37 • Recuperação salarial de aposentados e
- 38 funcionários de escola, fim da parcela de
- 39 irredutibilidade;
- 40 • Realização de concursos públicos de fato
- 41 para o quadro geral da escola, com maior
- 42 valorização da experiência apresentada na
- 43 função enquanto atividade de contratado;
- 44 • Desburocratização da atividade educativa,
- 45 sem preenchimento de planilhas, para
- 46 a melhoria da atividade pedagógica
- 47 incluindo a priorização do atendimento
- 48 das demandas específicas, tais como
- 49 a inclusão, acolhimento, mediação de
- 50 conflitos no ambiente escolar;

- Não às relações precárias de contratos terceirizados, concurso público.

## DEFENDER A DEMOCRACIA, A SOBERANIA DOS POVOS E A EDUCAÇÃO PÚBLICA!

### **CONJUNTURA INTERNACIONAL – CSD**

A campanha nacional contemporânea é marcada por uma profunda reconfiguração da ordem mundial. A hegemonia liberal consolidada após a Segunda Guerra Mundial e celebrada com “fim da história” na virada dos anos 1990 encontra-se em processo acelerado de desgaste. O ciclo da globalização neoliberal sustentado pela financeirização, pela desindustrialização de economias ocidentais e pela centralização das grandes corporações e plataformas digitais combinou concentração de riqueza, precarização do trabalho e fragilização dos Estados nacionais. Esse processo produziu tensões que hoje se expressam na disputa estratégica entre as grandes potências, especialmente Estados Unidos e China, elemento central da transição em curso.

A China consolidou-se como potência econômica e tecnológica de alcance global. A combinação de planejamento estatal, controle de setores estratégicos como o financeiro, expansão de infraestrutura e inovação expressa na Nova Rota da Seda, nos investimentos na África e na América Latina e no avanço em áreas como SG, chips e energias renováveis elevou o país ao posto de principal concorrente à hegemonia norte-americana. Em resposta, os Estados Unidos passaram a reinterpretar sua política externa e de defesa com base na lógica da competição entre grandes potências, substituindo a retórica antiterrorista que dominou os anos 2001-2020 por uma doutrina de contenção político-econômica, tecnológica e militar contra a China.

É nesse contexto que, em 2025, o governo Trump lança a nova Estratégia de Segurança Nacional (NESN 2025), documento que redefine oficialmente os interesses, prioridades e instrumentos de atuação global dos EUA. No capítulo dedicado ao Hemisfério Ocidental, a estratégia anuncia um “reajuste da presença militar global” com deslocamento

de forças e atenção diplomática para a América Latina, entendida como área vital para proteger fronteiras, conter fluxos migratórios e impedir a influência externa de “potências hostis” A NESN afirma explicitamente que os EUA devem assegurar um hemisfério “livre de incursão estrangeira” e de “propriedade de ativos estratégicos por países como China e Rússia, um recado direto a governos latino-americanos que diversificam parcerias e projetam autonomia.

O documento vai além determina que os países da região devem cooperar com Washington no “combate a narcoterroristas, cartéis e organizações criminosas transnacionais, equiparando crime organizado e terrorismo como ameaças equivalentes à segurança nacional norte-americana. Essa formulação abre caminho para militarização da política externa e intervenções extraterritoriais, atualizando o velho Corolário Roosevelt, a política do Big Stick, para o século XXI. Não por acaso, analistas e veículos de comunicação registram que a NESN 2025 assume explicitamente um “Corolário Trump à Doutrina Monroe”, reposicionando a América Latina como área de tutela estratégica dos EUA frente à disputa com a China.

Nesse quadro, a Venezuela se converte no principal alvo da ofensiva política, militar e comunicacional norte-americana. A administração Trump designou o chamado Cartel de Los Soles que Washington afirma envolver setores das Forças Armadas venezuelanas como organização terrorista, acusando o governo Maduro de liderar uma rede internacional de tráfico de drogas. A Casa Branca vinculou o país ao grupo criminoso “Trem de Aragua”, elevou para 50 milhões de dólares a recompensa pela captura de Nicolás Maduro e lançou operações navais no Caribe e no Pacífico sob o argumento de combater o narcotráfico. Em declarações públicas, Trump chegou a afirmar que ações “por terra” contra

1 estruturas venezuelanas poderiam ocorrer  
2 “muito em breve”, enquanto deslocava navios  
3 de guerra, inclusive porta-aviões nucleares  
4 para a região.

5 Assim, a Venezuela passa a ser  
6 enquadrada como “Estado narcoterrorista”,  
7 categoria que combina criminalidade,  
8 terrorismo e ameaça à segurança dos  
9 EUA, fornecendo um arcabouço jurídico-  
10 político que legitima sanções, bloqueios e  
11 a preparação de uma intervenção militar  
12 Impõe-se uma nova ofensiva sobre a América  
13 Latina segundo os interesses geopolíticos de  
14 Washington, impedindo o avanço da China  
15 e sufocando projetos de soberania regional.  
16 A política do Big Stick retorna assim não  
17 apenas como metáfora histórica, mas como  
18 diretriz operacional explícita na estratégia de  
19 segurança norte-americana.

20 Outra guerra financiada e autorizada  
21 pelos Estados Unidos é o genocídio contra  
22 o povo Palestino, iniciada em outubro de  
23 2023. O conflito é marcado pela tentativa de  
24 extermínio do povo palestino, que, segundo  
25 relatos de novembro de 2025, já ultrapassa  
26 as 70 mil mortes, com dezenas de milhares  
27 de feridos. Desse total, uma proporção  
28 significativa são mulheres e crianças, com  
29 fontes da ONU e outras organizações indicando  
30 que a população civil é a principal vítima.

31 Esse movimento ocorre num ambiente  
32 internacional mais amplo de instabilidade  
33 política, crise climática, aumento das  
34 desigualdades e avanço de forças autoritárias  
35 em diversas regiões. O neoliberalismo, embora  
36 questionado, permanece como racionalidade  
37 dominante: privatizações, austeridade fiscal,  
38 desmonte de serviços públicos e fortalecimento  
39 das corporações transnacionais. A crescente  
40 influência das big techs que controlam  
41 plataformas, dados, fluxos comunicacionais  
42 e cadeias econômicas inteiras, aprofunda a  
43 assimetria entre as grandes potências e os  
44 países periféricos. A América Latina, inserida  
45 de modo dependente nas cadeias globais de  
46 valor e marcada por fragilidade institucional,  
47 transforma-se em terreno privilegiado para  
48 disputas híbridas, operações de inteligência,  
49 guerra informacional e pressão diplomática.

50 O ano de 2026 se desenha como um dos

períodos mais instáveis e transformadores do  
século XXI. O sequestro do Presidente Nicolás  
Maduro na Venezuela e a tensão por possível  
intervenção do governo norte-americano  
em países na América latina, justificada pela  
ação contra ao narcotráfico, classificando-as  
como “narcoterrorismo”, coloca sob alerta e  
dividindo países na América.

O conflito direto envolvendo Irã, Israel  
e EUA em 2026 destruiu o equilíbrio precário  
das décadas anteriores. A guerra não é apenas  
terrestre, mas cibernética e marítima, focada  
no estrangulamento de infraestruturas. O  
temperamento belicoso e tresloucado do  
Presidente Donald Trump (EUA) e a saga de  
Israel em destruir seus adversários no Oriente  
Médio, liderados pelo Primeiro Ministro  
Benjamin Netanyahu coloca em suspense e  
preocupação o mundo inteiro. Os ataques  
diretos ao Irã, sofreram respostas imediatas  
por parte do governo iraniano, talvez os EUA e  
Israel não esperassem uma resistência e reação  
ativa do Irã, com ataques a bases militares  
norte-americanas no Oriente Médio e de  
mísseis e drones diretos a Israel. Portanto, o  
impasse desse conflito, do qual não se têm uma  
previsão do fim, e, quanto mais se prolonga,  
mais instabilidades e tensões geopolíticas  
entre as grandes potências econômicas e os  
países coadjuvantes.

A guerra na Ucrânia, em 2026, entra  
em seu quarto ano num estado de “atrofia  
violenta”. O uso de mísseis balísticos de médio  
alcance (como o Oreshnik) pela Rússia em  
alvos perto da fronteira com a Polônia elevou  
o risco de um conflito direto com a OTAN ao  
nível máximo. A Ucrânia recuperou alguns  
territórios no início de 2026, mas a economia  
russa, embora isolada, mantém-se em pé  
através de sua economia de resistência.

Na Palestina e Faixa de Gaza apesar de  
cessar-fogo frágeis, o território permanece  
sob controle fragmentado. O plano de paz  
de 2025 falhou em encontrar uma liderança  
técnica aceitável, mantendo o Hamas com  
controle residual e Israel mantendo ocupações  
de segurança. A crise humanitária é a pior  
da década, território destruído, milhares  
de crianças, idosos, civis em situação de  
desnutrição, mas agora também com o foco

1 internacional dividido com a guerra no Irã.

2 O cenário econômico é ainda mais  
3 preocupante. A combinação do fechamento  
4 de Hormuz (Irã) e o controle dos EUA do  
5 petróleo na Venezuela (maior reserva de  
6 petróleo do mundo) criou um “choque de  
7 oferta” que impede a queda da inflação  
8 global. O Brasil, embora produtor de petróleo,  
9 sofre com a volatilidade dos preços internos e  
10 a instabilidade política na fronteira norte e da  
11 alta do preço do barril de petróleo no mundo.

12 Diante desses aspectos, países como  
13 o Brasil encontram-se numa encruzilhada  
14 estratégica. Os conflitos em curso ainda em  
15 2026, principalmente no Oriente Médio, que  
16 de modo direto e indireto atinge a economia,  
17 as relações geopolíticas e diplomáticas de  
18 todos países do mundo e o declínio da ONU,  
19 organização que se tornou meramente  
20 consultiva, sem poder frear grandes potências.

21 O cenário político latino-americano,  
22 para 2026, acena uma forte uma pressão do  
23 governo Trump, para que se alinhem aos EUA,  
24 revigorando a chamada “Doutrina Monroe”.  
25 Países como a Argentina, sob governo Javier  
26 Milei, se declarando aliado incondicional dos  
27 EUA, o governo de Daniel Noboa do Equador  
28 o qual mantém uma cooperação militar com  
29 os EUA, assim como o Paraguai, inclusive com  
30 a presença de militares norte-americanos no  
31 país.

32 Quanto ao México, no contexto de  
33 2026, a relação entre o México e os Estados  
34 Unidos vive um dos seus períodos mais tensos  
35 e complexos das últimas décadas. A ação  
36 de Trump, em impor intervenções diretas  
37 na região, colocou o México numa posição  
38 defensiva, tentando equilibrar a dependência  
39 econômica com a preservação da sua  
40 soberania nacional. Os EUA anunciou planos  
41 para realizar operações militares diretas em  
42 solo mexicano contra cartéis, justificando que  
43 estes são “organizações terroristas”. O México,  
44 sob a presidência de Claudia Sheinbaum,  
45 rejeita veementemente qualquer intervenção,  
46 classificando-a como uma violação inaceitável  
47 da soberania.

48 Por outro lado, Cuba sofre embargo  
49 econômico imposto pelos EUA, desde a  
50 década de 1960. No atual contexto de 2026,

Cuba atravessa o que muitos analistas e a  
própria população classificam como o pior  
momento de sua história recente, superando  
em severidade o “Período Especial” da década  
de 1990. A ilha tornou-se um ponto de pressão  
crítica na geopolítica das Américas, espremida  
entre um colapso infraestrutural interno e um  
cerco externo implacável. Com a instabilidade  
total na Venezuela (pós-sequestro de Maduro),  
Cuba perdeu seu porto seguro ideológico e  
energético na região, ficando mais isolada  
do que nunca no Caribe. O sistema elétrico  
cubano entrou em um estado de colapso  
semipermanente em 2026. Apagões Crônicos:  
Em diversas províncias, especialmente no  
leste, os cortes de energia superam 15 a 20  
horas por dia. A usina Antonio Guiteras (a  
principal do país) opera no limite, com falhas  
técnicas recorrentes por falta de peças de  
reposição. O sistema de saúde está próximo do  
colapso funcional. Medicamentos básicos e até  
suprimentos hospitalares rudimentares estão  
em falta, exacerbando a crise humanitária.  
Essa situação se deve, principalmente,  
ao endurecimento das medidas dos EUA,  
incluindo um bloqueio naval e restrições  
severas à compra de petróleo — impediu a  
chegada regular de combustível, paralisando o  
transporte público e a produção de alimentos.

A pressão dos EUA para enquadramento  
geopolítico seja por meio de tarifas, como  
no caso do aço e alumínio, o interesse pelas  
nossas terras raras, seja pela narrativa  
antidrogas e antiterrorismo, combina-se com a  
necessidade de ampliar relações com a China,  
hoje principal parceiro comercial brasileiro. A  
disputa entre as potências coloca riscos, mas  
também abre oportunidades para a América  
do Sul aprofundar mecanismos de integração  
regional, fortalecer instituições multilaterais  
e construir alternativas de desenvolvimento  
soberano.

A defesa da soberania exige o  
fortalecimento do Estado, da democracia  
e dos serviços públicos. Um país sem  
capacidade estatal robusta incapaz de planejar  
seu desenvolvimento, proteger setores  
estratégicos, regular plataformas digitais ou  
garantir direitos sociais toma-se refém de  
interesses externos, de lógicas de mercado e de

1 pressões geopolíticas. A democracia também  
2 é condição essencial: quanto mais ampla for a  
3 participação popular e maior o controle social  
4 sobre as decisões de Estado, menor será o  
5 espaço para intervenções, golpes híbridos e  
6 manipulações externas.

7 Da mesma forma, os serviços públicos,  
8 educação, saúde, ciência, assistência,  
9 infraestrutura, cultura são pilares para que  
10 um povo se torne sujeito de seu destino  
11 histórico. Uma sociedade precarizada  
12 não tem condições de resistir a pressões  
13 imperiais nem de formular um projeto  
14 próprio de desenvolvimento. Por isso, a  
15 luta pela soberania nacional e popular está  
16 intrinsecamente ligada ao fortalecimento das  
17 políticas sociais, à valorização dos servidores e  
18 à afirmação de um Estado democrático capaz  
19 de articular indústria, ciência, tecnologia e  
20 proteção ambiental.

21 Em síntese, a conjuntura internacional  
22 revela um mundo em transição, marcado por  
23 confrontos hegemônicos, pelo retorno da  
24 política de força e pela escalada de disputas  
25 estratégicas na América Latina. A resposta  
26 a esse cenário não pode ser o alinhamento  
27 automático a qualquer bloco, mas a construção  
28 ativa de um projeto nacional soberano,  
29 sustentado por democracia, Estado forte,  
30 integração regional e defesa intransigente  
31 dos interesses do povo brasileiro. Somente  
32 assim o Brasil poderá navegar neste século de  
33 instabilidade sem ser arrastado por agendas  
34 alheias e poderá afirmar sua soberania de  
35 forma plena, política, econômica, tecnológica  
36 e popular.

37  
38 *“O velho mundo está morrendo e o novo*  
39 *mundo luta para nascer;*  
40 *nesse interregno, surgem os monstros.”*  
41 (Antonio Gramsci)

42  
43 **CONJUNTURA NACIONAL:**  
44 **CONSTRUIR A VITÓRIA SOBRE A EXTREMA**  
45 **DIREITA: POR UM BRASIL DEMOCRÁTICO**  
46 **ANTINEOLIBERAL!**

47 O legado de destruição e a vitória  
48 necessária: o período histórico marcado pelas  
49 presidências de Michel Temer e Jair Bolsonaro  
50 representou não apenas um retrocesso, mas

uma aceleração brutal de mudanças de caráter  
neoliberal e ultraliberal na estrutura do Estado  
brasileiro. O desmonte de políticas públicas  
e o ataque sistemático aos direitos sociais  
foram a tônica dessa conjuntura sombria.  
Nesse cenário, a vitória do presidente Lula no  
ano de 2022, eleito com muita luta, suor e a  
indispensável unidade da classe trabalhadora,  
foi o freio de emergência que interrompeu o  
projeto de destruição nacional que estava em  
curso.

Essa vitória, contudo, precisa ser  
celebrada com a consciência das imensas  
dificuldades que permeiam o ato de governar  
num cenário tão adverso. Foi necessária  
a construção de uma frente ampla para  
garantir o retorno da democracia, uma  
composição tática entre setores progressistas  
e segmentos do centro capitalista. Essa união  
fez-se imperativa para evitar a catástrofe  
de uma vitória dos setores ultra direitistas  
e conservadores reacionários, de caráter  
abertamente neofascista.

As contradições da Frente Ampla e  
o Congresso: estes setores do centro e da  
direita tradicional, embora aliados pontuais  
na defesa da democracia, detêm maioria  
no Congresso Nacional e ocupam espaços  
estratégicos dentro do próprio governo.  
Diante dessa realidade exposta e complexa,  
torna-se imperativo que as trabalhadoras e  
os trabalhadores da educação, bem como  
todo o movimento social, atuem não apenas  
na defesa do governo, mas na disputa de seus  
rumos, visando a reeleição do Presidente Lula  
e a eleição de parlamentares verdadeiramente  
comprometidos com o combate às  
desigualdades e ao avanço da extrema direita  
no país.

O equívoco da despolarização inicial: nos  
dois primeiros anos do terceiro governo Lula,  
operou-se sob o pressuposto da inelegibilidade  
de Bolsonaro após sua condenação. A estratégia  
predominante propunha um caminho de  
“despolarização” com o bolsonarismo,  
apostando equivocadamente na disputa de  
suas bases sociais e políticas representadas no  
chamado “Centrão”. Acreditava-se que esse  
seria o caminho para construir uma maioria  
eleitoral e legislativa estável. Contudo, esse

1 quadro mostrou-se falho, fortemente marcado  
2 por uma conjuntura internacional e nacional  
3 adversas. O terceiro governo Lula encontrou  
4 severas dificuldades em colocar em prática  
5 o programa vitorioso nas urnas em 2022. A  
6 pressão da extrema direita neoliberal, agora  
7 consolidada com uma maioria conservadora  
8 na Câmara Federal, formou uma barreira quase  
9 intransponível para as pautas progressistas.

10 As amarras econômicas do Banco  
11 Central e Arcabouço Fiscal: a essa correlação  
12 de forças desfavorável no parlamento,  
13 somou-se a gestão abertamente neoliberal  
14 do Banco Central — com sua política de juros  
15 altos que sabotam o crescimento — e os  
16 limites orçamentários rígidos estabelecidos  
17 pelo Novo Arcabouço Fiscal. Este impasse  
18 no sentido e no ritmo da aplicação do  
19 programa eleito gerou uma perigosa queda da  
20 popularidade do governo e abalou a confiança  
21 na liderança histórica do presidente, gerando  
22 críticas justas e generalizadas dos movimentos  
23 sociais. Com a popularidade em queda e sem  
24 conseguir mobilizar sua base social potencial,  
25 o governo estava se tornando cada vez mais  
25 prisioneiro de negociações intermináveis  
27 e concessões ao “Centrão”, que, por sua  
28 vez, mantinha articulações orgânicas com a  
29 extrema direita. Frente a este diagnóstico  
30 crítico, a militância lutou para retomar o  
31 rumo, vinculando a polarização democrática  
32 contra o bolsonarismo à defesa de medidas  
33 anti- neoliberais concretas que ativassem a  
34 mobilização popular.

35 A defesa da soberania e enfrentamento  
36 ao Golpismo: não há dúvida de que a crescente  
37 pressão da conjuntura exigia mudanças. A  
38 ofensiva internacional, exemplificada pela  
39 influência de Trump e sua conexão com o  
40 bolsonarismo, somada à dinâmica da extrema  
41 direita no Congresso para impor derrotas  
42 ao governo, exigiu uma reação. Prevaleceu,  
43 felizmente, a necessidade de mudar os rumos  
44 com apoio popular. A tentativa de anistia  
45 aos golpistas de 8 de janeiro serviu como  
46 catalisador. A firmeza do STF e a postura  
47 do governo consolidaram uma importante  
48 maioria de opinião pública contra o golpismo.  
49 É um fato de dimensão histórica: pela  
50 primeira vez, golpistas e militares de alto

escalão estão sendo condenados e presos.  
Isso tem dimensão internacional, pois atinge  
uma das principais lideranças da rede de  
extrema direita mundial. Soberania Nacional  
e isolamento do Bolsonarismo: destacamos  
também a firme posição do governo Lula  
em defesa da soberania nacional. Ao mesmo  
tempo que buscou o caminho da negociação  
diplomática pragmática, o governo formou  
uma forte maioria de apoio nacional contra  
o bolsonarismo, que ficou isolado na defesa  
mesquinha de interesses estrangeiros e  
tarifas às exportações brasileiras, sendo  
desmascarado em sua farsa nacionalista. Além  
disso, a aliança da extrema direita fisiológica  
na Câmara com o bolsonarismo sofreu uma  
derrota decisiva nas ruas. As magníficas  
manifestações do dia 21 de setembro contra  
a “PEC da Bandidagem” e contra a anistia  
mostraram que o jogo não é jogado apenas nos  
gabinetes. Pela primeira vez, o governo se viu  
amparado por um apoio majoritário nas ruas e  
nas redes, rompendo a dependência exclusiva  
de acordos de cúpula e repudiando a agenda  
neoliberal da Câmara. Estava ali desenhado  
um novo caminho de governabilidade.

Medidas populares e a inversão da  
popularidade: virada se consolidou com  
medidas econômicas diretas. A isenção do  
Imposto de Renda para quem ganha até cinco  
mil reais e a redução da alíquota para quem  
recebe até 7 mil foi aprovada praticamente  
por consenso, tamanha a pressão popular.  
Inclusive a direita bolsonarista teve que  
votar a favor. Ao defender a recomposição  
de receitas taxando, ainda que timidamente,  
os rendimentos financeiros e as “Bets”, o  
governo Lula adotou publicamente o discurso  
da distribuição de renda e do enfrentamento  
à desigualdade. Essas propostas precisam  
ser o centro do debate público e da próxima  
campanha eleitoral. Ao assumir também a  
defesa do fim da escala 6x1 sem redução  
salarial, propor subsídios ao gás de cozinha  
e lançar programas de crédito habitacional,  
o governo acumula razões para reconquistar  
a classe trabalhadora, não apenas os mais  
pauperizados, mas também a classe média  
assalariada.

O novo cenário político e a desarticulação

1 da direita: estas vitórias políticas inverteram a  
2 tendência de queda da popularidade de Lula.  
3 Mais do que isso: ativaram a base social. No  
4 campo oposto, vê-se o movimento inverso:  
5 queda de popularidade do bolsonarismo,  
6 dificuldade de unificar uma candidatura  
7 para 2026 e a deslegitimação da maioria  
8 conservadora no Congresso. Houve, em  
9 síntese, uma inversão do sentido político da  
10 conjuntura, rompendo o cerco que se formava  
11 nos dois primeiros anos.

12 A estratégia da extrema direita de  
13 retomar a iniciativa através da barbárie na  
14 segurança pública — como visto nas ações  
15 do governo do Rio de Janeiro — não tem  
16 capacidade, por si só, de reverter esse novo  
17 quadro. Embora haja apelo em setores  
18 populares por segurança, a maioria da  
19 população se sente insegura com a letalidade  
20 policial desenfreada e apoia políticas de  
21 inteligência integradas com o governo federal.  
22 O desafio da esquerda é apresentar uma  
23 política de segurança cidadã eficaz, focada em  
24 descapitalizar o crime organizado e expor suas  
25 relações com o sistema financeiro, como tem  
25 feito a Polícia Federal ao investigar os laços  
27 entre facções e a Faria Lima.

28 O Rumo Estratégico e a base social:  
29 essas vitórias apontam para um novo rumo  
30 estratégico que deve ser aprofundado: a  
31 vitória democrática exige o enfrentamento  
32 das amarras neoliberais. A governabilidade  
33 deve ser construída com o apoio ativo das  
34 classes trabalhadoras, em seu sentido amplo,  
35 antirracista, feminista e diverso. Nesse  
36 contexto, a indicação de Guilherme Boulos  
37 para a articulação política ou áreas estratégicas  
38 do governo sinaliza a intenção de tornar mais  
39 nítido o relacionamento com os movimentos  
40 sociais. Isso cria uma “ponte” para ancorar a  
41 governabilidade nas lutas populares, e não  
42 apenas nas negociações com um Congresso  
43 hostil.

44 Os limites estruturais e a disputa de  
45 2026: ainda há limites nítidos, a direção  
46 neoliberal do Banco Central e a austeridade  
47 fiscal impedem um novo ciclo vigoroso de  
48 investimentos. Essas políticas concentram  
49 renda e elevam a dívida pública. Por isso, a  
50 vitória atual não é definitiva. É um processo.

Para 2026, a meta deve conter 4  
elementos centrais:

1. uma vitória eleitoral expressiva sobre a candidatura da extrema direita;
2. uma alteração qualitativa na correlação de forças no Congresso Nacional, diminuindo o controle da direita;
3. um novo protagonismo político de mobilização das massas;
4. um Estado forte em políticas públicas, principalmente a educacional, com desenvolvimento sustentável. Essas quatro condições são possíveis, mas depende do aprofundamento do rumo antineoliberal.

A necessidade da Reforma Política: historicamente, as forças de esquerda nunca tiveram maioria no Congresso para alterar o sistema político legado pela ditadura. Sem reforma política, fomos nos conformando às dinâmicas distorcidas de formação de maioria, marcadas pelo poder econômico e pelo fisiologismo. O programa neoliberal agravou isso capturando o orçamento público via emendas parlamentares e “currais eleitorais”. A luta contra a anistia aos golpistas revelou a defesa da democracia pelo povo; a luta contra a proteção parlamentar revelou o repúdio aos privilégios. Há um sentimento antissistema que, se não for disputado pela esquerda com um programa democrático radical, continuará sendo capturado pela extrema direita farsesca.

O fortalecimento estatal só alcançará seu pleno potencial quando articulada a uma política educacional transformadora, fundamentada em recursos econômicos advindos de fontes públicas, como impostos, lucros da venda do pré-sal e royalties do petróleo. A educação cumpre papel importante para a transformação tecnológica e o fortalecimento da soberania nacional. Nesse sentido, é fundamental uma política nacional de fortalecimento do serviço público em todas as áreas, contrapondo a terceirização e a privatização que se fortaleceram como mais eficientes.

Considerar a relação com a natureza, a preservação dos territórios das comunidades e povos tradicionais e seus modos de vida defendendo o modelo de transição justa, de desenvolvimento sustentável, visando uma

1 sociedade ecológica, baseado na produção de  
2 baixo carbono, baixa emissão de gases de efeito  
3 estufa e na democratização da energia onde a  
4 classe trabalhadora tenha garantido condições  
5 de vida e trabalho dignas. As emergências  
6 climáticas tornam inadiáveis essas mudanças,  
7 necessárias para que o planeta possa se  
8 recuperar do desastre ambiental provocado  
9 pelo sistema capitalista e aprofundado pelo  
10 neoliberalismo.

11 Frente Única Antineoliberal: o caminho  
12 para 2026 exige a construção de uma Frente  
13 Única das classes trabalhadoras. Um programa  
14 democrático antineoliberal capaz de unir  
15 a mudança do sistema político, a defesa  
16 dos direitos sociais e o enfrentamento da  
17 macroeconomia rentista. Essa frente não se  
18 opõe a alianças pontuais com setores contra  
19 o fascismo, mas deve hegemonizá-las. A  
20 unidade das esquerdas é um imperativo de  
21 sobrevivência e vitória. A extrema direita  
22 opera como um partido digital unificado. A  
23 fragmentação do nosso campo é um erro  
24 fatal. A eleição de um presidente deve  
25 estar organicamente ligada a uma frente de  
25 candidaturas ao legislativo com coerência  
27 programática. É hora de desmascarar o  
28 bolsonarismo em suas três falsas identidades:  
29 a de antissistema, a de patriota e a de defensor  
30 do povo. Se a esquerda se apresentar unida,  
31 classista e propositiva, não haverá espaço para  
32 a reciclagem do neofascismo.

### 33 34 **CONJUNTURA ESTADUAL:**

35 O segundo mandato do atual governador  
36 Eduardo Leite (2023-2026), não foi diferente  
37 do primeiro, ou seja, a continuidade de um  
38 governo cruel, que maltrata o funcionalismo  
39 público, utilizando-se do conceito de que  
40 “os salários do funcionalismo (mesmo os  
41 pequenos salários) quebram o Estado, e o  
42 patrimônio público é obsoleto”. Eduardo Leite  
43 inicia seu governo continuando a utilizar-se  
44 das mesmas farpas utilizadas no mandato  
45 anterior. A composição da Assembleia  
46 Legislativa renovou-se parcialmente, com  
47 importante presença de parlamentares negros  
48 e mulheres, mas com ainda maioria dos  
49 deputados e deputadas da base do governo e,  
50 essa situação ainda, de maioria na Assembleia,

se reforça com a inclusão dos parlamentares  
do PDT integrando a base do governo, quando  
são cooptados através de cargos públicos no  
governo.

Os trabalhadores da Educação são vistos  
como inimigos do Governo, sendo levados  
a uma situação de quase miserabilidade e  
tendo seus direitos “roubados” dia após dia,  
amargam falsos Índices de reposição salarial  
que saem de seus próprios contracheques,  
numa clara intenção do Governo Leite (PSDB)  
de fazer com que o piso vire teto salarial.  
Pois a parcela de irredutibilidade, que  
ainda persiste em boa parte da categoria,  
continua a reduzir os salários, apresentando  
falsos índices de reajuste. Funcionários e  
funcionárias de escolas, aposentados/as sem  
paridade, assim como muitos professores/as,  
e aposentados/as de carreira receberam nada  
ou praticamente nada de reposição. O que se  
obteve de reposição foi fruto de muita luta  
e pressão, organizada pelo CPERS - Sindicato  
junto aos trabalhadores/as, deputados/as e  
sociedade. Sociedade esta que tem sentido  
diariamente os reflexos desta desvalorização,  
pois o poder de compra segue diminuindo  
desde janeiro de 2015.

Durante este período não houve a  
pandemia, como ocorreu entre 2020 e 2021,  
mas tivemos um grande desastre natural  
provocado pelas chuvas de maio do ano de  
2024, que inundaram metade do Estado,  
onde cidades foram destruídas, centenas  
de escolas atingidas e milhares de alunos e  
alunas sem aula. Inúmeras escolas estaduais  
ainda não se restabeleceram integralmente,  
muitas por ineficiência do governo em agilizar  
a reconstrução ou reforma e outras por  
desinteresse do próprio governo em retomar  
o perfeito funcionamento das escolas.

Há de se acrescentar o descaso, o  
desinteresse e a sensibilidade do governo  
Eduardo Leite com a situação de muitas  
escolas, com salas de aula sem ventiladores,  
ar-condicionado, deixando estudantes,  
professores, funcionários em situação de  
insalubridade, devido, principalmente,  
a incidência de altas temperaturas nas  
salas de aula. Evidentemente, que temos  
mudanças climáticas, que vem aumentando a

1 temperatura no Planeta, mas isso não justifica,  
2 a falta de ação e agilidade do governo em  
3 melhorar o ambiente escolar.

4 Sobre a destruição e sucateamento das  
5 escolas, frequentemente o CPERS - Sindicato,  
6 através das visitas às escolas e denúncias de  
7 direções e trabalhadores da educação, vêm  
8 sistematicamente cobrando do governo e da  
9 SEDUC o período de abandono que resultou  
10 em escolas com tetos desabando e fiação  
11 exposta. As reformas que o governo realiza  
12 são apenas “maquiagens” ou chegam com  
13 atraso de décadas, enquanto muitas escolas  
14 ainda enfrentam problemas estruturais graves  
15 que impedem o pleno funcionamento.

16 A falta de trabalhadores na educação,  
17 já é um caso eterno, principalmente nos  
18 últimos 12 anos, e, a maior carência e na área  
19 da merenda escolar e limpeza das escolas,  
20 onde o governo não faz concurso público,  
21 esporadicamente algum contrato temporário,  
22 mas dá ênfase a contratação de empresas  
23 terceirizadas para realização desses trabalhos  
24 nas escolas, o que se torna um problema,  
25 pois muitas dessas empresas não cumprem  
26 com os compromissos salariais com seus  
27 funcionários, na maioria das vezes acaba o  
28 governo rescindindo o contrato e as escolas  
29 sem os serviços de merenda e limpeza.

30 O governo Eduardo Leite, depois de  
31 incansável pressão do sindicato, realizou dois  
32 concursos públicos para professores/as. Em  
33 2023 depois de inúmeros erros da empresa  
34 contratada para a realização do concurso,  
35 foram nomeados mais de 1500 trabalhadores.  
36 Em 2026 o concurso realizado, com 6 mil vagas,  
37 ainda não foi encerrado devido, mais uma vez,  
38 a problemas com a empresa contratada para  
39 a realização do certame. Evidentemente, que  
40 essas nomeações não são o suficiente para  
41 suprir os mais de 26 mil contratos temporários  
42 que hoje significam 60% das/os professores  
43 em sala de aula. Também é importante frisar  
44 que esses concursos não contemplaram  
45 todas as áreas de conhecimento, e tão pouco  
46 contemplou os professores das séries iniciais.  
47 Todas essas situações reforçam ainda mais  
48 a forma como o governo Leite tem nas suas  
49 prioridades apenas a precarização do/a  
50 trabalhador/ar, priorizando a contratação

temporária.

O modelo de educação implantado no governo do RS nos últimos anos, com as plataformas, a meritocracia, burocracia e as planilhas vêm sobrecarregando professores/as, funcionários/ e direções de escolas de atividades e trabalhos, que muitas vezes levam os trabalhadores a exaustão, ocasionando muitos problemas de saúde na categoria. O governo Eduardo Leite lançou em 2025, o programa de bônus por desempenho e frequência (para direções, professores e alunos), com o intuito de incentivar a aprovação e aumentar o número no IDEB. No entanto, esse incentivo acirra a competitividade e aumenta a divisão da categoria.

A discussão salarial sempre foi um problema para o com governo Eduardo Leite, pois nunca sentou e discutiu com CPERS - Sindicato uma negociação salarial justa para os trabalhadores da Educação, sempre buscou a retirada de direitos, além de deixar parte da categoria de fora dos reajustes do piso salarial do magistério. Sempre que o Sindicato solicitava a inclusão de funcionários/as, aposentados/as sem paridade e aqueles que ainda tinham parcela de irredutibilidade no reajuste, Eduardo Leite apresentou projeto negando a inclusão destes, evidenciando descaso e ratificado por sua maioria na Assembleia Legislativa. Caso recente, do reajuste do PISO Nacional do magistério de 5,4%, onde o governo somente reajustou os professores/as e os aposentados/as que não tinham mais sobra da parcela de irredutibilidade.

Cabe ressaltar que, quando se discute reajuste salarial dos servidores públicos, principalmente, da educação, a justificativa, ou melhor, a desculpa é a mesma do governo, falta de recursos, Lei de Responsabilidade Fiscal, Limite de gastos, que ultrapassa a margem prudencial, etc., no entanto, são bilhões de reais em s fiscais e incentivos para empresas. A defasagem salarial em termos de inflação chega a 82 %, desde de 2014, e segundo dados apresentados pelo DIEESE, haveria margem para uma revisão geral de 5,4%, sem comprometer a lei de responsabilidade fiscal, porém não existe vontade política do governo.

1 A falta de investimentos na educação  
2 pública na educação do RS, a precarização  
3 das condições de trabalho dos educadores  
4 e educadoras e a defasagem salarial de  
5 professores/as, funcionários/as, demonstra a  
6 necessidade de intensificar a luta e a pressão  
7 ao governo atual e ao próximo governo que  
8 virá a partir de 2027. Assim como um diálogo  
9 forte com a sociedade em defesa da escola  
10 pública de qualidade.

11 As eleições que se aproximam serão  
12 decisivas, não apenas para a categoria, mas  
13 para toda a sociedade. A disputa se dará entre  
14 o campo democrático e a extrema direita,  
15 que se fortalece no estado, e isso exigirá do  
16 CPERS, um posicionamento forte, na defesa  
17 não apenas das carreiras, salários, concursos  
18 e respeito ao serviço público, mas na defesa  
19 intransigente da democracia.

20

21 *“Não há educação fora das sociedades*  
22 *humanas e não há homem no vazio.”*  
23 *(Paulo Freire)*

24

## 25 **EDUCACIONAL**

25 A análise da conjuntura educacional exige  
26 recuperar o acúmulo histórico produzido  
27 pelas entidades educacionais, pelos movimen-  
28 tos sociais e pelas resoluções de congressos  
29 e encontros nacionais que, ao longo do últi-  
30 mo período, construíram uma compreensão  
31 crítica sobre os rumos da educação pública.  
32 Viemos denunciando o avanço das políticas  
33 neoliberais, a financeirização dos serviços pú-  
34 blicos, a padronização curricular e a tentativa  
35 de subordinar a escola pública aos interesses  
36 do mercado. Esse acúmulo se materializa em  
37 resoluções estruturantes que apontam, de for-  
38 ma consistente, a defesa da educação como  
39 direito social, a rejeição às privatizações, a va-  
40 lorização profissional e a centralidade da ges-  
41 tão democrática.

42 A ofensiva neoliberal contra a escola  
43 pública não é episódica, mas um projeto  
44 coerente que articula austeridade fiscal,  
45 controle tecnocrático, gestão empresarial do  
46 ensino, militarização das escolas e ataques  
47 à liberdade de ensinar. A educação pública,  
48 gratuita e socialmente referenciada somente  
49 pode se consolidar mediante políticas de

financiamento robustas, superação do  
subfinanciamento histórico, implantação  
plena do Custo Aluno-Qualidade (CAQ) e  
fortalecimento das instituições públicas, desde  
o MEC e suas autarquias até as redes estaduais  
e municipais.

A crescente presença de atores  
empresariais na formulação de políticas  
educacionais, muitas vezes orientadas por  
organismos multilaterais e fundações privadas  
que estimulam modelos gerencialistas,  
padronização curricular, ranqueamento  
de escolas e formas de avaliação baseadas  
exclusivamente em desempenho. Estes  
modelos, difundidos como modernizadores,  
aprofundam desigualdades, precarizam o  
trabalho e reduzem a educação a um conjunto  
de indicadores, esvaziando seu caráter crítico,  
emancipador e democrático.

Acompanha-se um ataque contínuo  
à gestão democrática, seja por meio da  
militarização de escolas, seja pela implantação  
de modelos de governança privada, como as  
parcerias público-privadas, as organizações  
sociais e a entrega da administração escolar  
para empresas, a exemplo do programa das  
PPPs.

A análise acumulada nos documentos  
precedentes apontava que a austeridade  
fiscal intensificada a partir da Emenda  
Constitucional 95 e agora reconfigurada pelo  
Arcabouço Fiscal constitui eixo estruturante do  
desmonte da educação pública. A compressão  
do gasto social, a limitação orçamentária e  
a subordinação das políticas educacionais  
às metas fiscais consolidam um cenário no  
qual os direitos sociais são convertidos em  
despesas ajustáveis e não em obrigações  
do Estado. Essa crítica, presente de forma  
contundente, permanece atual e necessária  
para compreender a conjuntura presente.

Assim, entende-se que a conjuntura  
educacional se ancora na continuidade de  
análises e resoluções anteriores, reafirmando  
que o que se vive hoje não é um processo  
isolado, mas parte de uma trajetória de  
disputas profundas sobre o sentido da escola  
pública. Retomar esse acúmulo é fundamental  
para compreender a gravidade do momento  
atual, suas raízes políticas e econômicas, e

1 os desafios que se colocam para a defesa da  
2 educação pública, gratuita, laica, inclusiva,  
3 democrática e de qualidade social.

4 A conjuntura educacional atravessa  
5 um dos períodos mais intensos de disputa,  
6 desestruturação e redefinição de rumos desde  
7 a Constituição de 1988. A educação pública,  
8 historicamente marcada por desigualdades  
9 estruturais, insuficiência de financiamento e  
10 exclusão das classes populares, converteu-se  
11 no epicentro de um projeto de reconfiguração  
12 do Estado brasileiro e de reorganização  
13 do espaço escolar segundo princípios  
14 empresariais, conservadores e tecnocráticos.

15 Desde o golpe de 2016, esse processo  
16 se intensificou por meio de políticas de  
17 austeridade, privatização, centralização  
18 gerencial e ataques à função pública da escola,  
19 às ciências humanas, à pluralidade pedagógica  
20 e à própria noção de educação como direito  
21 social. Ao mesmo tempo, a educação tornou-  
22 se alvo de uma disputa ideológica que procura  
23 restringir sua função crítica, deslegitimar  
24 o papel do professor e redefinir o sentido  
25 político da formação escolar.

26 O primeiro eixo estruturante dessa  
27 conjuntura é o desmonte sistemático do  
28 financiamento educacional, inaugurado com  
29 a Emenda Constitucional 95, que congelou  
30 os gastos sociais por vinte anos. Essa medida,  
31 combinada a uma política permanente de  
32 ajuste fiscal, atingiu diretamente a capacidade  
33 do Estado de garantir educação pública com  
34 padrões mínimos de qualidade. Entre 2014 e  
35 2021, o orçamento do Ministério da Educação  
36 teve perdas superiores a R\$ 37 bilhões,  
37 afetando profundamente universidades,  
38 institutos federais, programas de permanência  
39 estudantil, pesquisa, formação docente  
40 e políticas estruturantes implementadas  
41 pelo FNDE, que perdeu mais de R\$ 25  
42 bilhões no período. Essa retração ocorreu  
43 simultaneamente ao aumento da pobreza, da  
44 insegurança alimentar, da crise habitacional  
45 e do desemprego, produzindo um contexto  
46 onde a precarização educacional se soma às  
47 vulnerabilidades sociais que atravessam o  
48 cotidiano das escolas.

49 A aprovação do novo Arcabouço Fiscal  
50 não rompe com a lógica da austeridade; ao

contrário, a reconfigura e a torna ainda mais  
duradoura, ao subordinar os investimentos  
sociais ao equilíbrio fiscal e às projeções de  
superávit. O Arcabouço limita a expansão  
das despesas educacionais em patamares  
insuficientes para reparar o desfinanciamento  
acumulado, inviabilizando o cumprimento  
das metas do Plano Nacional de Educação  
e distanciando o país da implementação do  
Custo Aluno-Qualidade (CAQ). Esse mecanismo  
fiscal institucionaliza a disputa desigual entre  
direitos sociais e restrições orçamentárias,  
inviabilizando políticas de expansão, equidade  
e infraestrutura e convertendo a educação em  
variável de ajuste, sobretudo em períodos de  
queda da arrecadação.

Nesse ambiente de restrição fiscal,  
avançam iniciativas de privatização da  
educação pública. A austeridade produz a  
justificativa segundo a qual o Estado seria  
incapaz de gerir suas próprias escolas, criando  
ambiente favorável à entrada de empresas  
privadas que passam a controlar dimensões  
administrativas, pedagógicas e tecnológicas do  
cotidiano escolar. Em São Paulo, sob influência  
das políticas implementadas por Renato  
Feder, consolidou-se um modelo de gestão  
que articula plataformas digitais privadas,  
padronização curricular, centralização  
gerencial e metas de desempenho,  
convertendo o trabalho docente em execução  
técnica de procedimentos prescritos por  
algoritmos e consultorias externas.

Essas iniciativas são parte de um  
movimento mais amplo de reorganização  
neoliberal da educação, observado em  
vários países e presente nas diretrizes de  
organismos internacionais, que defendem  
a introdução de mecanismos de mercado,  
remuneração variável, responsabilização  
individual e avaliação padronizada como  
motores de “eficiência”. No Brasil, esse  
movimento se expressa de forma acelerada  
pela plataforma digital da educação,  
intensificada durante a pandemia. Nesse  
processo, empresas de tecnologia passaram  
a controlar ambientes virtuais de ensino,  
trilhas pedagógicas, sistemas de registro  
e acompanhamento e ferramentas de  
monitoramento do desempenho estudantil. O

1 uso de plataformas privadas cria dependência  
2 tecnológica, reordena práticas pedagógicas  
3 segundo lógicas algorítmicas, reduz a  
4 pluralidade das metodologias de ensino e  
5 subordina dados sensíveis de milhões de  
6 estudantes a interesses comerciais. A promessa  
7 de modernização esconde uma profunda  
8 redução do papel docente, a padronização  
9 curricular, a vigilância pedagógica e a ampliação  
10 das desigualdades digitais e territoriais.

11 Paralelamente, as avaliações de larga  
12 escala consolidam um modelo tecnocrático  
13 de gestão que redefine a noção de “qualidade  
14 educacional”. O IDEB e outros sistemas  
15 avaliativos deixaram de cumprir função  
16 diagnóstica e passaram a ser utilizados como  
17 instrumentos de ranqueamento, punição e  
18 indução de políticas que reforçam a lógica da  
19 padronização e dos resultados quantificáveis.  
20 A qualidade, reduzida a indicadores  
21 numéricos, ignora a complexidade dos  
22 processos de aprendizagem, a diversidade  
23 sociocultural das comunidades escolares,  
24 as condições materiais das instituições e os  
25 contextos de vulnerabilidade que determinam  
26 desigualdades profundas no sistema  
27 educacional. Esse modelo penaliza escolas que  
28 atendem populações mais pobres, reforçando  
29 estigmas e legitimando intervenções  
30 externas muitas vezes associadas a contratos  
31 privados, pacotes pedagógicos padronizados  
32 e modelos de gestão empresarial. A função  
33 social da avaliação, prevista na Constituição  
34 e na LDB, é substituída por uma lógica de  
35 controle e responsabilização que intensifica a  
36 desigualdade e fragiliza a autonomia docente.

37 As políticas de militarização escolar,  
38 implementadas em diversos estados,  
39 substituem a gestão democrática por  
40 estruturas hierárquicas que reforçam a  
41 disciplina rígida, o controle comportamental,  
42 a redução curricular e a vigilância sobre  
43 estudantes e professores. As escolas cívico-  
44 militares operam segundo princípios  
45 incompatíveis com a pluralidade pedagógica,  
46 a liberdade de cátedra e o papel formativo  
47 da escola pública, impondo rotinas punitivas  
48 e silenciando debates fundamentais sobre  
49 direitos humanos, diversidade e democracia.  
50 Segue a luta contra a educação domiciliar,

que retira das crianças e adolescentes a  
convivência escolar e transforma a formação  
em prática privada, sem controle público e  
sem compromisso com a diversidade cultural  
e social do país.

O avanço conservador se expressa  
também na tentativa de censura e perseguição  
ideológica de educadores, por meio de  
iniciativas que buscam criminalizar debates  
sobre gênero, raça, meio ambiente e direitos  
humanos, produzindo ambiente de medo e  
autocensura. A escola, que deveria ser espaço  
de reflexão crítica, passa a ser alvo de ataques  
que restringem a liberdade intelectual e  
deslegitimam sua função social.

Nesse cenário, a aprovação do FUNDEB  
permanente representa um contraponto  
importante ao desmonte educacional,  
reafirmando o compromisso constitucional  
com o financiamento público da educação  
básica. O aumento da complementação da  
União e os novos mecanismos redistributivos  
ampliam a capacidade de redução das  
desigualdades educacionais entre estados e  
municípios. No entanto, a regulamentação  
recente do fundo incluiu brechas para  
repasses ao setor privado, como ao Sistema  
S, o que exige aperfeiçoamento normativo e  
fortalecimento de mecanismos de controle  
social para assegurar que os recursos cumpram  
sua função pública. O Custo Aluno-Qualidade  
(CAQ), previsto no Plano Nacional de Educação,  
constitui instrumento central para garantir  
condições adequadas de infraestrutura,  
jornada, materiais didáticos, tecnologia  
pública, formação das/os educadoras/ es e  
número adequado de profissionais por escola.  
Sua implementação efetiva representa ruptura  
com a lógica da austeridade e compromisso  
real com a equidade e a qualidade social da  
educação.

A valorização das profissionais e  
dos profissionais da educação é dimensão  
indissociável dessa conjuntura. A precarização  
crescente, expressa na expansão de contratos  
temporários, terceirização de funções de  
apoio, baixos salários, aumento da carga de  
trabalho e ausência de políticas consistentes  
de formação e carreira, compromete não  
apenas o bem-estar do trabalhador, mas a

1 qualidade da educação oferecida. A efetivação  
2 plena do Piso Salarial Nacional para todas/  
3 os/as/os Profissionais da Educação, com  
4 carreira sólida e jornada que assegure  
5 condições de planejamento e formação, é  
6 componente indispensável para qualquer  
7 projeto educacional que aspire à equidade e  
8 qualidade.

9 A saúde das/os educadoras/es é um  
10 pilar fundamental para a qualidade do  
11 sistema de ensino como um todo, pois o bem-  
12 estar mental e físico das/os profissionais da  
13 educação impacta diretamente sua capacidade  
14 de ensinar, interagir com os alunos e manter  
15 um ambiente de aprendizado positivo. No  
16 entanto, essas/es profissionais enfrentam  
17 desafios significativos, como altas demandas  
18 de trabalho, estresse crônico, sobrecarga de  
19 tarefas, assédio institucional e, muitas vezes,  
20 condições de trabalho inadequadas, o que  
21 pode levar à síndrome de burnout, ansiedade  
22 e outros problemas de saúde relacionados  
23 ao trabalho. O investimento em programas  
24 de apoio à saúde mental, a diminuição da  
25 carga de trabalho e um ambiente escolar  
25 que valorize o equilíbrio entre vida pessoal  
27 e profissional são passos essenciais e, por  
28 consequência, asseguram um futuro melhor  
29 para as/os estudantes.

30 Reconstruir a educação pública implica  
31 reconstruir o próprio Estado e seu papel na  
32 garantia de direitos sociais. Os ataques à  
33 autonomia pedagógica, à gestão democrática,  
34 à liberdade de ensinar e à produção científica  
35 integram um projeto que busca reconfigurar a  
36 escola como instrumento de controle social,  
37 adestramento comportamental e reprodução  
38 de desigualdades. O enfrentamento desse  
39 projeto exige reverter a lógica da austeridade,  
40 retomar investimentos públicos.

41 O Brasil só superará suas desigualdades  
42 se reconhecer a educação pública como  
43 eixo estratégico de desenvolvimento social,  
44 científico, cultural e econômico. A escola  
45 pública é o lugar onde se formam sujeitos  
46 críticos, se produz conhecimento, se constrói  
47 cidadania e se garante o direito à diversidade  
48 e à democracia. Proteger sua função social  
49 significa proteger o futuro do país. A conjuntura  
50 educacional expõe com clareza que não há

projeto nacional soberano, democrático  
e justo sem compromisso integral com a  
educação pública, gratuita, laica, inclusiva e de  
qualidade social.

### **POLÍTICA SINDICAL:**

Precarização Estrutural e Desigualdade no  
Trabalho: o cenário atual do mundo do trabalho  
é marcado pela persistência de empregos  
precários e altas taxas de informalidade, um  
fenômeno histórico-estrutural impulsionado  
pelo neoliberalismo, avanços tecnológicos e a  
estruturação em cadeias globais de produção.  
Essas cadeias replicam modelos de redução de  
custos, precarização e vulnerabilidade social,  
acelerando a concentração de renda global e  
gerando um círculo vicioso de desigualdade.

Precarização no Setor Público e Novas  
Formas de Trabalho: o serviço público  
também sofre precarização: redução de  
concursos, salários defasados, gestão por  
metas, flexibilização e desregulamentação  
desvalorizam as carreiras. A terceirização e  
privatização crescente de serviços essenciais,  
transferindo-os para empresas, substituem a  
estabilidade e as condições dignas por relações  
de trabalho mais vulneráveis, transformando  
o que era um direito da população em  
mercadoria e lucro privado.

A Centralidade da Redução da Jornada e  
o Fim da Superexploração: o debate sobre a  
jornada de trabalho é crucial, pois envolve a  
distribuição do tempo entre as esferas produ-  
tiva (remunerada) e reprodutiva (doméstico/  
cuidados). A superexploração, jornadas ex-  
cessivas e a hiperconexão aumentam as vio-  
lências no trabalho e impactam gravemente a  
saúde da classe trabalhadora, especialmente  
a saúde mental. A defesa da redução da jorna-  
da sem redução de salário é uma ferramenta  
política e ideológica central para gerar e distri-  
buir empregos. Combater a superexploração  
na defesa do fim da escala 6x1 e do direito à  
desconexão. A implementação da escala 5x2  
é vista como estratégica rumo à conquista da  
4x3 para todos. A redução da jornada tem o  
potencial de impactar positivamente as mu-  
lheres ao promover uma melhor socialização  
do trabalho doméstico e de cuidados, redistri-  
buindo responsabilidades e liberando tempo

1 feminino para desenvolvimento pessoal, lazer  
2 e participação política. A Educação é uma profi-  
3issão majoritariamente de mulheres, a neces-  
4sidade de mais horas de atividade é imperiosa.

5 Abertura de Possibilidades e Desafios  
6 (2023-2025): mesmo com o Congresso  
7 Nacional, a todo momento emplacando  
8 pautas bombas contra a classe trabalhadora,  
9 a resistência através da unidade das centrais  
10 sindicais, as marchas da classe trabalhadora,  
11 as possibilidades de greves para melhoria de  
12 direitos tiveram centralidade. Importantes  
13 políticas foram retomadas: a Política de  
14 Valorização do Salário Mínimo foi retomada  
15 por lei, garantindo reajustes acima da inflação  
16 e recuperação gradual do poder de compra,  
17 uma vitória essencial do movimento. A  
18 isenção do imposto de renda até R\$5000,00 e  
19 redução até R\$7350,00, a abertura do debate  
20 nacional sobre a taxaço dos mais ricos. A  
21 Igualdade Salarial instituída pela Lei nº 14.611,  
22 de 3 de julho de 2023, e regula-  
23 mentada pelo Decreto nº 11.795/2023 e pela Portaria MTE  
24 nº 3.714/2023 que visa garantir a igualdade  
25 salarial e de critérios remuneratórios entre  
26 mulheres e homens que exerçam trabalho de  
27 igual valor ou a mesma função. A valorização  
28 da Negociação Coletiva, inclusive no setor  
29 público, permanece como uma pauta central  
30 é o maior gargalo. Embora a ratificação da  
31 Convenção 151 da OIT (2010) seja um fato, a  
32 sua regulamentação por legislação ordinária  
33 para incorporar o direito à negociação coletiva  
34 dos servidores públicos, essencial para a  
35 categoria, segue emperrada, dependendo de  
36 articulação política intensa.

37 A grande luta a se enfrentar está na  
38 proposta de Reforma Administrativa (que  
39 antes tramitou como PEC 32/2020) voltou  
40 ao debate e atualmente tramita na Câmara  
41 como PEC 38/2025. Embora o discurso seja  
42 de “aperfeiçoar a governança”, “promover a  
43 transformação digital” e “extinguir privilégios”,  
44 a proposta é a destruição do serviço público e  
45 os direitos das/os trabalhadoras/es.

46 Reconstruir o Brasil com as Educadoras e  
47 Educadores da Educação Pública: no campo da  
48 educação, a luta sindical tem se concentrado  
49 na garantia das atualizações anuais do Piso do  
50 Magistério, as carreiras, o concurso público, que

continuam sendo recorrentemente atacados  
por gestores estaduais e municipais, exigindo  
intervenção judicial e greves. A vinculação  
do piso às carreiras, sem achatamentos, e  
a valorização dos funcionários da educação  
permanecem no centro da mobilização. A  
luta contra as terceirizações e privatizações,  
contra a militarização das escolas tornaram-se  
campanhas nacionais.

No âmbito do estado do Rio Grande do  
Sul, o CPERS segue alinhado a todas as pautas  
da classe trabalhadora, juntamente com a  
CUT e a CNTE. Destacando a necessidade da  
resistência às terceirizações de funcionários/  
as de escola, as PPPs, que visam a entrega  
de 98 escolas estaduais e a infundável política  
de precarização do trabalho através da  
contratação temporária.

### ***POLÍTICAS ESPECÍFICAS:***

#### **1- MULHERES:**

Em 2026, o Rio Grande do Sul enfrenta  
um cenário alarmante de feminicídios, com  
crescimento significativo dos casos logo nos  
primeiros meses do ano. Dados apontam que,  
até meados de março, o estado já registrava  
cerca de 23 mulheres assassinadas por razões  
de gênero, representando um aumento  
expressivo em comparação ao mesmo  
período de 2025. Em alguns momentos, a  
média chegou a um feminicídio a cada três  
dias, evidenciando a gravidade da situação  
e caracterizando uma verdadeira crise de  
violência contra as mulheres. Esses números  
mostram que, apesar de avanços legais, o  
problema permanece estrutural e crescente.

Esse cenário está diretamente  
relacionado à fragilidade e insuficiência das  
políticas públicas de proteção às mulheres.  
Embora existam leis como a Lei Maria da Penha  
e mecanismos como medidas protetivas,  
na prática muitas vítimas não conseguem  
acesso efetivo a essas garantias. A falta de  
investimentos em abrigos, atendimento  
especializado, monitoramento de agressores e  
ações preventivas contribui para que a violência  
evolua até o feminicídio, sem intervenção  
do Estado em tempo adequado. Além disso,  
a ausência de políticas públicas eficazes de

1 longo prazo reforça a vulnerabilidade das  
2 mulheres, especialmente em contextos de  
3 violência doméstica.

4 Nesse contexto, a educação desempe-  
5 nha um papel fundamental para modificar  
6 esse cenário. Investir em uma educação vol-  
7 tada para a igualdade de gênero, o respeito  
8 e a resolução pacífica de conflitos desde as  
9 primeiras etapas da formação escolar podem  
10 contribuir para desconstruir padrões culturais  
11 machistas que sustentam a violência. Comba-  
12 ter o feminicídio exige não apenas ações de  
13 segurança e proteção, mas também um com-  
14 promisso contínuo com a educação como fer-  
15 ramenta de transformação social e prevenção  
16 da violência.

17 Lutar pelo fim da violência, da  
18 criminalização das mulheres e pelo fim do  
19 controle de seus corpos é papel da Educação  
20 e o CPERS Sindicato tem a importante tarefa  
21 de organizar e promover esse debate, além de  
22 incentivar que todos os núcleos criem Coletivos  
23 Feministas promovendo o enfrentamento ao  
24 preconceito e às discriminações.

#### 25 **Propomos:**

- 25 1. Fortalecer as políticas de formação em  
27 Gênero e Educação;
- 28 2. Promover cada vez mais as parcerias com  
29 os movimentos sociais feministas e de  
30 mulheres;
- 31 3. Encampar campanhas públicas contra  
32 a violência e o machismo na educação,  
33 somar à sua agenda política também a  
34 agenda feminista;
- 35 4. Potencializar que cada vez mais mulheres  
36 se filiem ao sindicato e integrem as  
37 Direções. E, com estas ações, favorecer  
38 a permanente construção de ambientes  
39 políticos permanentes de respeito e  
40 empoderamento das mulheres do CPERS  
41 Sindicato.

#### 43 **2- POLÍTICA ANTIRRACISTA:**

44 Investir na educação antirracista é parte  
45 estrutural para o sucesso da Educação Pública,  
46 pois a maioria das/os estudantes das escolas  
47 públicas são pretos e pardos. Desconstruir  
48 estereótipos, promover políticas de equidade  
49 nas escolas e banir comportamentos  
50 racistas nos ambientes escolares é uma das

principais tarefas de professores/as e agentes  
educacionais (funcionários/as) que realmente  
desejam provocar mudanças e acabar com o  
racismo nas Escolas. Abordagens que muitas  
vezes silenciam ou minimizam as questões  
raciais não somam em um processo de  
transformação.

A Educação antirracista deve buscar  
transformar práticas, pensamentos e estruturas  
que fazem perpetuar as desigualdades. Ter este  
compromisso parte do entendimento de que  
todos/as são influenciados/as por contextos  
sociais e culturais que moldam a visão sobre  
o outro/a. Dados apresentados entre 2019  
e 2023 revelaram desigualdades raciais na  
educação. Foi constatado que estudantes  
negros/as enfrentam maiores dificuldades  
de acesso e permanência na escola. Quem  
dirá de conclusão. Segundo o IBGE, a taxa  
de analfabetismo entre pretos e pardos de  
15 anos ou mais foi de 7,1% em 2023. Isto  
representa mais que o dobro da taxa que  
envolve a população branca, que representa  
3,2%. A evasão escolar também atinge índices  
desproporcionais. Em 2023, entre a juventude  
que não concluiu o ensino médio, 71,6% eram  
negros e pardos. A desigualdade se reflete,  
também, na renda: o percentual de pessoas  
negras na linha da pobreza chega a 70,3%. No  
Ensino superior 1 em cada 11 pessoas negras  
concluem a graduação. Estes dados estão  
diretamente associados ao racismo estrutural.

A Escola tem papel central no  
enfrentamento a este tipo de racismo.  
Investimentos em políticas educacionais  
precisam garantir a implementação das Leis  
10.639 e 11.645, formação continuada para  
trabalhadoras/es em educação, incentivo para  
práticas pedagógicas inclusivas e promoção de  
atividades de letramento racial.

A educação para as relações étnico-  
raciais não só é um dever, como o direito  
enquanto instrumento fundamental para a  
construção de uma sociedade mais justa e  
igualitária. Hoje em dia a luta antirracista  
esta alicerçada em uma palavra: Reparação.  
As cotas representam exemplos reais de  
reparação, no entanto vivemos dias de muita  
luta e resistência em torno desta manutenção,  
pois infelizmente muitos fatores, dentre os

1 quais destaca-se o egoísmo e a ignorância  
2 histórica, fazem com que muitas pessoas  
3 não cogitem abrir mão de seus privilégios. A  
4 educação tem a missão provocar estes debates  
5 e reduzir a dor imposta a gerações de crianças,  
6 adolescentes e adultos afrodescendentes.

### 7 8 **3 - VISIBILIDADE E INCORPORAÇÃO DA** 9 **LUTA DAS/OS TRABALHADORAS/ES** 10 **LGBTQIAPN+**

11 Em um país marcado pelo machismo e  
12 pela LGBTfobia, pessoas LGBTQIAPN+ ainda  
13 enfrentam muitos obstáculos para acessar  
14 direitos e políticas públicas. A Constituição  
15 de 1988 proíbe discriminação e, em 2019,  
16 o STF equiparou homofobia e transfobia  
17 ao crime de racismo. Ainda assim, com o  
18 avanço da extrema-direita após 2016, houve  
19 desmonte de políticas, aumento da violência  
20 e legitimação do discurso de ódio, mantendo  
21 o Brasil entre os países mais letais para essa  
22 população.

23 O CPERS já possui um departamento que  
24 debate sobre esse tema, o qual deve seguir e  
25 fortalecer ações de autonomia, participação  
26 política e proteção às pessoas LGBTQIAPN+,  
27 criando mecanismos de enfrentamento à  
28 LGBTQIAPN+fobia e defendendo a liberdade  
29 sexual e de gênero, com apoio de educadoras/  
30 es comprometidas/os com uma escola  
31 inclusiva e democrática.

### 32 33 **4- JUVENTUDE SINDICAL**

34 As organizações sindicais no Brasil,  
35 considera como jovens dentro do movimento  
36 sindical, as pessoas até seus 35 anos. Visto que  
37 se trata de uma faixa etária em que os jovens  
38 ainda estão em busca de colocação no mundo  
39 do trabalho, estabilidade financeira, e em  
40 busca de mais formação. Também é possível  
41 identificar que é uma faixa etária muito pouco  
42 sindicalizada, o que leva ao surgimento de  
43 várias questões.

44 Se é um momento da vida, onde é  
45 necessária tanta organização e luta por  
46 novas conquistas, porque é justamente nesse  
47 momento que os jovens não procuram os  
48 sindicatos. O que leva a esse afastamento?

49 As respostas encontradas são inúmeras,  
50 como a ausência de concursos públicos,

a despolitização, o sentimento de falta  
de representatividade, a precarização das  
relações de trabalho, representados aqui no  
estado com um quadro de mais de 26 mil  
contratos temporários.

Devido a todos as questões aqui citadas,  
se faz necessário refletir também como o  
sindicato é visto por essa parcela da categoria,  
que não tem a compreensão da importância  
da luta na conquista de direitos, que quando  
ingressou no magistério, já tinha a garantia  
de férias, décimo terceiro, piso salarial, entre  
tantos outros direitos trabalhistas garantidos  
pelo sindicato. Uma parcela da categoria que  
também enfrenta dificuldades, mas muito  
diferentes daquelas que fizeram a necessidade  
da luta sindical.

Uma categoria que hoje se encontra  
sobrecarregada nas escolas, com uma  
aparente boa condição salarial, que vê nos  
seus problemas diários de sala de aula, as  
únicas preocupações necessárias, e que não se  
vê representada pela linguagem e pela forma  
como o sindicato está organizado.

É necessário repensar a forma com a qual  
nos apresentamos a esses jovens educadores,  
é necessário que primeiramente eles se  
vejam dentro do espaço sindical, para que  
aos poucos compreendem a real necessidade  
dessa organização, e o perigo que corremos  
não estando fortemente organizados e  
representados perante os constantes ataques  
dos governos neoliberais, que querem tornar  
a educação pública cada vez mais fraca e  
desvalorizada.

Eis uma tarefa bastante inglória e que  
exigirá muita discussão, formação e mente  
aberta a novas formas de enxergar e de fazer  
sindicalismo.

### 5- AS/OS TRABALHADORAS/ES APOSENTADAS/OS DA EDUCAÇÃO

Os Aposentados são parte essencial  
da categoria. Após décadas de dedicação ao  
serviço público, seguem enfrentando desafios  
que exigem atuação sindical permanente.  
Defender seus direitos é também valorizar  
a memória, a experiência e a história da  
educação pública brasileira.

Mesmo fora da atividade laboral,

1 aposentadas/os continuam afetados por  
2 políticas previdenciárias, reformas estruturais  
3 e pelas condições sociais e econômicas do  
4 país. A retirada de direitos intensificada após o  
5 golpe de 2016, especialmente com a reforma  
6 da previdência, impactou profundamente  
7 esses profissionais, com redução de  
8 benefícios, aumento de contribuições e maior  
9 precarização da seguridade social. A luta  
10 permanente da categoria deve incluir:

11 Revisão e redução do desconto  
12 previdenciário de aposentadas/os: É  
13 inaceitável que os aposentados sigam sendo  
14 penalizados com o desconto previdenciário  
15 que o governo Leite impôs de forma tão cruel.  
16 O sindicato deve seguir lutando pelo fim do  
17 desconto e para que os valores descontados  
18 sejam devolvidos a essa parcela tão importante  
19 da categoria.

20 Combate à invisibilidade política e social:  
21 Os governos frequentemente ignoram as  
22 demandas dessa parcela da categoria, que se  
23 torna invisibilizada nas políticas educacionais  
24 e previdenciárias. É papel da entidade garantir  
25 que as/os aposentadas/os permaneçam como  
26 sujeitos políticos, com direitos e voz ativa.

27 Valorização histórica e simbólica: A  
28 defesa da memória das/os educadoras/es  
29 aposentadas/os reafirma a importância do  
30 legado deixado por gerações que construíram a  
31 escola pública. Reconhecimento, homenagens,  
32 eventos e ações de memória são essenciais  
33 para fortalecer identidade e pertencimento.

34  
35 6- Política para Funcionárias/os  
36 Agentes educacionais são muito  
37 importantes para o crescimento e valorização  
38 da Educação pública. A Lei n 12.014/09 alterou  
39 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB),  
40 reconhecendo os funcionários e funcionárias  
41 de escola como profissionais de educação.  
42 A mudança da Lei Nacional da Educação  
43 inseriu estes trabalhadores/as habilitados na  
44 categoria de profissionais da educação escolar  
45 básica, juntamente com os professores e  
46 especialistas. Na ocasião foram beneficiados  
47 cerca de um milhão de trabalhadores/as que  
48 atuavam nas escolas do Rio Grande do Sul.  
49 O Governo do RS descumpriu a promessa de  
50 valorização aos funcionários/as, no momento

em que retirou o benefício da insalubridade e  
apresentou um projeto de reenquadramento,  
cujo o pagamento de um valor relativo a  
aposentadoria não acompanha o valor de  
aposentadoria e tampouco é concedido  
a todas/os as/os trabalhadoras/es. Além  
disso não realiza concurso público para estas  
carreiras, além de não oferecer uma reposição  
real a mais de 10 anos.

A capacitação é uma oportunidade para  
que os funcionários/as se qualifiquem e sejam  
recompensados financeiramente. Além de  
contribuírem com ainda mais qualidade no  
processo educacional, que abrange todos os  
ambientes da escola. Assim fortalece-se as  
relações sociais e possibilita-se a ascensão  
profissional e salarial. Porém, para que isto  
aconteça de fato deve haver respeito por  
parte do Governo do Estado, gestões escolares  
e colegas professores/as. A luta atual é pelo  
cumprimento da legislação que envolve a  
aprovação do PL 2531, fortalecendo a luta  
coletiva já iniciada pela CNTE e garantindo o  
pagamento (na carreira) de um piso salarial  
para todas/os as/os funcionárias/os de escola.

É com investimento público que toma  
corpo a luta pelos direitos educacionais e a  
defesa da escola pública de qualidade. Neste  
sentido, reafirmamos:

1. Piso Salarial Nacional do Magistério como básico da Carreira e a conquista futura do Piso para os/as funcionários/as;
2. Manutenção dos planos de carreira e seus devidos cumprimentos;
3. Viabilização do patamar de investimento equivalente a 10% do PIB em educação pública;
4. Cumprimento do Plano Estadual de Educação;
5. Luta pela realização de Concurso Público para Professores/as e Funcionários/as;
6. Manutenção da autonomia das escolas;
7. Manutenção e cumprimento da Lei da Gestão Democrática;
8. Investimento de 35% em educação como previsto na Constituição Estadual;
9. Continuar a luta pela não-aprovação da privatização da educação; outros.

## 1 **PLANO DE LUTAS**

- 2 1. Defender o socialismo: a construção de
- 3 uma sociedade em que a emancipação
- 4 humana seja o princípio fundante como
- 5 alternativa e combate ao capitalismo;
- 6 2. Buscar a solidariedade nacional e
- 7 internacional, estreitando relações no
- 8 campo da luta de classe;
- 9 3. Defender o princípio da autodeterminação
- 10 dos povos e afirmação de sua soberania;
- 11 4. Defender as riquezas como patrimônio
- 12 nacional estratégico e lutar contra toda
- 13 tentativa de fragmentação ou privatização
- 14 deste patrimônio;
- 15 5. Buscar as unificações das lutas,
- 16 participando de forma concreta e efetiva
- 17 das campanhas e mobilizações definidas e
- 18 encaminhadas pelas centrais sindicais que
- 19 formam a Frente Brasil Popular;
- 20 6. Unificações das lutas, participando de
- 21 forma concreta e efetiva das campanhas
- 22 e mobilizações contra golpes e pela
- 23 democracia;
- 24 7. Lutar pela ampliação do orçamento
- 25 estadual para a educação;
- 26 8. Garantir o direito irrestrito de greve
- 27 e respeito total à organização dos
- 28 trabalhadores (as);
- 29 9. Exigir a aplicação de 10% do PIB, exclusiva
- 30 mente para educação pública;
- 31 10. 10- Lutar pelo cumprimento do artigo 69
- 32 da LDB;
- 33 11. Lutar pela instituição, fortalecimento
- 34 e afirmação dos Conselhos Escolares
- 35 autônomos e democráticos;
- 36 12. Denunciar as renúncias fiscais
- 37 indiscriminadas e combate à sonegação;
- 38 13. Defender irrestritamente a aplicabilidade
- 39 da Lei nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha)
- 40 como instrumento vital para a contenção da
- 41 violência contra mulheres e a impunidade;
- 42 14. Realizar cursos e debates para
- 43 trabalhadores/as em educação
- 44 aposentados/as sobre saúde, sexualidade,
- 45 envelhecimento, aposentadoria,
- 46 previdência pública;
- 47 15. Repudiar todas as formas de discriminação
- 48 e opressão de gênero, etnia, geração,
- 49 crença religiosa ou orientação sexual e
- 50 inserir-se em suas lutas;

16. Ampliar a política de cotas para ingresso
- no serviço público;
17. Repudiar as práticas antidemocráticas dos
- Governos e Administrações;
18. Buscar uma política efetiva de saúde,
- atacando as causas do adoecimento dos
- professores/as e funcionários/as de Escola;
19. Combater o assédio moral nas escolas;
20. Garantir a plena acessibilidade às pessoas
- com deficiência nos prédios públicos e em
- todas as Escolas;
21. Defender a aposentadoria e garantir os
- direitos dos/as aposentados/as;
22. Garantir os investimentos públicos da
- União em educação (10% do PIB);
23. Lutar contra a exploração sexual infantil;
24. Defender a melhoria das políticas de
- alimentação escolar em especial com
- a aquisição de produtos da produção
- agroecológica e Agricultura Familiar.

### **ASSINAM ESTA TESE:**

Edson Garcia, Suzana Cecilia Lauermann, Amauri da Rosa, Juliana Kussler, David Ipê Carnizella, Marisa Marques, Rita Sanco, Rita Sanco, Valdemira Carpenedo, Rita Jung, Rosa Mosna, Sergio, Mariet, Inês Franz Willers, Giselda Diesel, Rose Freitas, Dado Soares da Silva (Dado), Alessandra Lazzari, Vera Regina Santos, Luiza Horn Iotti, José Fernando Orsi, Higor Edmundo Campos, Cleudete Picolli, Dinara da Rosa Fogaça, Lourdes Mary de Almeida(Lurdinha), Vladimir Triches, Carmen Vera Valente, Tarcila Casagrande, Loris dos Santos, Sueli da Trindade Fernandez.

## **EM DEFESA DA DEMOCRACIA, DA SOBERANIA, DA EDUCAÇÃO PÚBLICA E DAS(OS) EDUCADORAS(ES)**

### **1. CONJUNTURA**

#### **1.1 INTERNACIONAL**

Presidente dos Estados Unidos da América, Donald Trump, o novo Hitler do mundo, passou a ocupar posição central no cenário político mundial, promovendo ampla chantagem comercial e ataques bélicos. Trump incendeia o planeta.

Com o lema “Fazer a América grande de novo”, o presidente americano resgatou antigos métodos de dominação: ameaças a países que se negam a seguir a cartilha de Washington, invadindo esses países como na Venezuela, sob o pretexto de combater o narcotráfico, sequestrou o presidente, para roubar petróleo.

A intromissão norte-americana na América Latina e Caribe se estende a diversas áreas. Além de criticar o protagonismo brasileiro nos BRICS, Trump exigia que o ex-presidente Bolsonaro fosse libertado imediatamente, por considerar infundada sua prisão. Diante da negativa, impôs tarifas exorbitantes às exportações brasileiras e sancionou ministros do STF e o ministro da Saúde, atacando diretamente a autonomia e a soberania do Brasil.

A reação de Lula foi firme e imediata. Defensor do multilateralismo, da integração regional e da valorização do Sul Global, ele sempre afirmou estar disposto a negociar, mas sem abrir mão da soberania nacional. O Brasil é dos brasileiros!

A postura segura do presidente, somada ao trabalho do Itamaraty, tornou possível o encontro com o líder americano na Malásia. Após esse encontro, aliada à pressão inflacionária em seu país, Trump autorizou reduzir as tarifas dos produtos brasileiros.

Um dos grandes temores americanos e que suscitou o tarifaço Trumpista refere-se ao avanço da China na economia mundial, sendo que o país asiático busca negociar acordos com os países de várias regiões do

planeta, ofertando condições comerciais mais favoráveis ao Sul global.

A Europa, hoje majoritariamente governada por partidos de direita, encontra-se submissa à política americana. Foi compelida a aumentar seus gastos militares para aliviar as despesas dos EUA com a OTAN, financiar a guerra na Ucrânia e fortalecer a lucrativa indústria bélica americana. Soma-se a isso o vergonhoso apoio europeu ao genocídio praticado pelo governo de Israel na Faixa de Gaza, desde o dia 7 de outubro de 2023, que já resultou em mais de 70 mil mortos e 170 mil feridos.

Embora a região esteja em processo de negociação, muitos palestinos continuam sendo mortos pelo exército israelense, que também promove avanços sobre diversas áreas palestinas em Gaza e na Cisjordânia, dando sequência à política de extermínio promovida pelo primeiro-ministro Benjamin Netanyahu.

Uma guerra ainda sem final e já Israel e Estados Unidos ameaçam Cuba e atacam o Irã. Uma guerra que se estende por semanas com bombardeios incessantes sobre este país, que não se curva ao Império. Mas quem sofre as consequências é seu povo e o mundo todo!

Esse quadro se insere na crise do sistema ONU. Os organismos criados no pós-Segunda Guerra Mundial e os acordos destinados a equilibrar as relações internacionais estão se deteriorando rapidamente — política e financeiramente. Os Estados Unidos se retiraram do Acordo de Paris sobre o clima, deixaram a OMS e vêm esvaziando a OMC ao impor tarifas que desorganizam o comércio mundial, provocam inflação, desemprego e ameaçam políticas sociais essenciais para populações vulneráveis.

Hoje, 8,5% da população global — cerca de 692 milhões de pessoas — vivem com apenas US\$ 2,15 por dia, segundo Banco Mundial. A OIT, fundada em 1919 e transformada em

1 agência da ONU em 1946, é a única organização  
2 tripartite do sistema, mas também enfrenta  
3 grave crise. Enfraquecida, precisa fazer ajustes  
4 profundos para sobreviver, já que Estados  
5 Unidos, Rússia e China deixaram de contribuir,  
6 o que representa 50% do orçamento total.

7 O governo americano busca controlar a  
8 instituição para impor interesses privados sobre  
9 os direitos dos trabalhadores, dificultando  
10 avanços normativos, como na regulamentação  
11 das plataformas digitais. Nem Estados Unidos  
12 nem Europa demonstram alinhamento às  
13 demandas dos países do Sul Global. Por isso,  
14 é urgente fortalecer o diálogo Sul-Sul, tanto  
15 entre governos quanto entre trabalhadores.  
16 A classe operária é internacional, e essa  
17 consciência é essencial quando observamos os  
18 BRICS como alternativa ao eixo EUA–Europa.

19 Os acordos entre seus membros não  
20 podem se restringir ao comércio; devem  
21 priorizar as relações de trabalho e o direito à  
22 livre organização da classe trabalhadora. Hoje,  
23 organizações sindicais enfrentam ataques em  
24 quase todo o mundo, submetidas a legislações  
25 autoritárias que servem ao grande capital.  
26 Ninguém está imune: a NEA e a AFT, poderosas  
27 entidades dos trabalhadores da educação nos  
28 EUA foram atacadas e enfrentam dificuldades  
29 — algo impensável até a era Trump.

30 Essa articulação global de governos  
31 e forças políticas autoritárias, que atacam  
32 movimentos populares, identitários e todos  
33 que defendem direitos, pode ser caracterizada  
34 como neofascista. Seu poder de mobilização nas  
35 redes sociais é grande e atinge especialmente  
36 os jovens desempregados e desesperançados.  
37 Não é simples: muitos interesses alimentam  
38 o fascismo. Mas, se quisermos construir  
39 um mundo justo e igualitário, precisamos  
40 compreender o momento histórico. Vale  
41 lembrar: Milei venceu novamente na  
42 Argentina, as eleições legislativas, ampliando  
43 seu poder de mudanças estruturais no país. A  
44 América Latina atravessa mais um momento  
45 conturbado. A invasão americana na  
46 Venezuela — em mais um escandaloso saque  
47 ianque às riquezas petrolíferas estrangeiras  
48 —; a tensão com a Colômbia sob o argumento  
49 de combate ao tráfico de drogas, a ameaça  
50 de incluir o narco-tráfico do Brasil como

movimento terrorista é uma ameaça grave que  
visa enfraquecer o governos de esquerda em  
toda a região; o avanço da direita e da extrema  
direita na Bolívia, Equador, Peru, Honduras,  
Costa Rica e, mais recentemente, no Chile,  
denota a importância do Brasil num cenário  
tenso e de ataque das elites econômicas da  
região aliadas aos EUA.

Ao mesmo tempo em que negocia tarifas  
e outras demandas domésticas com Trump, o  
presidente Lula sabe que precisa negociar a paz  
e a estabilidade econômica e social, sobretudo  
no Sul do continente, caso contrário tornar-  
se-á difícil manter a própria governabilidade  
local. Lembremos que os sucessivos golpes  
jurídicos e parlamentares na Região tiveram  
início em Honduras, passando por Paraguai  
e outros países até atingir a presidenta Dilma  
Rousseff, destituída em 2016. Portanto, não  
basta cuidar só do nosso quintal. É preciso  
ter olhares cuidadosos para o mundo, pois  
a extrema direita continua avançando em  
diversos países, com mentiras, violência para  
impor o medo aos povos.

## 1.2 CONJUNTURA NACIONAL

Nos últimos anos, a democracia  
brasileira enfrentou testes extremos em  
diversos momentos. A história nos revela que  
temos alternado entre lutas por direitos e  
retrocessos, entre esperanças de reconquista  
e os atuais desafios do governo Lula, que, após  
as Eleições Gerais de 2022, reassumiu a defesa  
da nossa democracia. A conjuntura política no  
Brasil, nos últimos dez anos, foi marcada por  
intensas disputas institucionais, retrocessos  
sociais e tentativas de ruptura democrática.  
O país sofreu um golpe jurídico-parlamentar  
e midiático em 2016, quando a presidenta  
Dilma Rousseff foi destituída sem provas de  
crime. Desde então, o país entrou em uma  
fase de retirada sem precedentes de direitos  
sociais e trabalhistas.

O governo de Michel Temer  
implementou medidas como o congelamento  
de investimentos públicos por 20 anos (PEC  
do Teto de Gastos), promovendo ataques  
sistemáticos aos direitos dos brasileiros,  
especialmente da classe trabalhadora.

Durante o governo de Jair Bolsonaro

1 (2019–2022), essa onda de ataques aos  
2 direitos se intensificou, caracterizando-se por  
3 um desmonte estatal, ataques às instituições  
4 democráticas, à cultura, à educação e à ciência,  
5 além da negligência na gestão da pandemia de  
6 COVID-19, que provocou centenas de milhares  
7 de mortes evitáveis. Na gestão de Bolsonaro,  
8 o enfraquecimento dos direitos e cortes em  
9 áreas sociais como saúde, educação e meio  
10 ambiente alcançaram níveis alarmantes. Seu  
11 governo foi marcado por discursos de ódio e  
12 desinformação e corrupção.

13 A eleição de Lula em 2022 simbolizou  
14 a retomada da democracia e a esperança de  
15 uma reconstrução nacional. Contudo, o início  
16 do terceiro mandato foi ofuscado por uma  
17 tentativa de golpe de Estado em 8 de janeiro  
18 de 2023, quando grupos bolsonaristas e de  
19 extrema- -direita invadiram e depredaram  
20 as sedes dos Três Poderes em Brasília. Esses  
21 atos violentos resultaram de uma campanha  
22 sistemática de desinformação e incitação  
23 ao ódio promovida por setores da extrema  
24 direita e exigiram uma resposta firme das  
25 instituições, além da responsabilização judicial  
26 dos envolvidos.

27 Aquela data também expôs uma  
28 articulação entre forças empresariais e  
29 políticas que financiaram os extremistas. A  
30 reação das autoridades públicas foi marcada  
31 por um misto de ceticismo e fortalecimento  
32 democrático, iniciando o ano com a certeza de  
33 que a democracia, tão agredida, precisava ser  
34 reconstruída.

35 O novo governo Lula iniciou a recriação  
36 de programas sociais fundamentais, como  
37 o Bolsa Família e o Minha Casa Minha Vida,  
38 além de retomar investimentos em educação,  
39 saúde e cultura, colocando o povo novamente  
40 no centro das decisões orçamentárias. No  
41 entanto, enfrenta resistência organizada por  
42 setores da elite brasileira, especialmente  
43 aqueles alinhados à extrema direita. Apesar  
44 dos avanços, o governo lida com grandes  
45 dificuldades. O Congresso Nacional tem uma  
46 maioria conservadora e controla grande parte  
47 do orçamento público através de emendas.

48 Em 2024 e 2025 as emendas  
49 parlamentares concentraram mais de R\$ 50  
50 bilhões a cada ano, capturando as prerrogativas

do Poder Executivo e fortalecendo os conluios  
parlamentares, sobretudo em alas do Centrão.  
Essa dinâmica reflete tentativas constantes  
de minar o governo Lula, dificultando a  
expansão das políticas públicas estruturantes.  
Mesmo com fortes contingências e minoria  
no parlamento, o governo conseguiu avançar  
em pautas que representam mais justiça  
tributária. A isenção do Imposto de Renda para  
quem ganha até cinco mil reais – promessa  
de campanha de Lula – foi aprovada com a  
simultânea tributação de lucros e dividendos  
dos super ricos, pauta histórica da sociedade  
brasileira. Mas ainda é preciso avançar em  
mais tributação para os ricos e rever a tabela  
do Imposto de Renda que castiga a classe  
média.

Em uma ação intempestiva, a Câmara  
dos Deputados aprovou – e o Senado  
rejeitou – a PEC da Blindagem (PEC 3/2021),  
que visava dificultar as investigações  
contra parlamentares e autoridades no  
Brasil, representando mais um obstáculo à  
transparência e ao combate à corrupção,  
aprofundando a crise de representatividade  
e aumentando a desconfiança popular. A  
mobilização popular foi fundamental para  
derrotar esse projeto antidemocrático, fez  
suscitar as lutas do campo progressista nas  
ruas e fortaleceu o governo frente à maioria da  
direita que domina os governos nos Estados e  
as cadeiras no Congresso Nacional.

O Brasil vive um momento decisivo em  
sua história política recente. A democracia,  
profundamente atacada no início deste  
terceiro mandato, está sendo lentamente  
reconstruída, embora ainda esteja sob a  
vigilância constante daqueles que desejam  
miná-la. É essencial fortalecer as instituições,  
garantir os direitos do povo e enfrentar os  
obstáculos com coragem e união. O governo  
tem a missão de reconfigurar o país, algo  
evidenciado pelos indicadores sociais e  
econômicos. Contudo, precisa cada vez mais  
do apoio decisivo da sociedade para superar os  
bloqueios impostos por setores conservadores  
e pela extrema direita, assegurando um futuro  
mais justo e igualitário para os mais pobres.  
A conjuntura brasileira demanda vigilância  
democrática, articulação política e uma firme

1 defesa dos direitos sociais. Superar o legado  
2 autoritário e neoliberal dos últimos anos  
3 passa pela reconstrução das instituições, pela  
4 ampliação da participação popular e pela  
5 defesa intransigente da democracia.

6 As próximas eleições para a Presidência  
7 da República, assim como para a renovação da  
8 Câmara Federal e de dois terços do Senado,  
9 devem fundamentar-se em um programa  
10 político que alerte a sociedade para a  
11 fragilidade da democracia e a necessidade  
12 de avançar nos direitos sociais e trabalhistas.  
13 É necessário apontar para um cenário com  
14 a persistência da polarização ideológica e da  
15 instrumentalização religiosa.

16 Precisamos defender uma política  
17 voltada ao bem comum, com participação  
18 cidadã e respeito aos direitos humanos. A crise  
19 climática, que afeta o Brasil, especialmente na  
20 Amazônia, no Cerrado e no Semiárido, deve  
21 estar no centro da plataforma eleitoral do  
22 campo democrático e popular. A Amazônia  
23 Legal enfrenta desmatamento, grilagem,  
24 mineração ilegal e violência contra os povos  
25 indígenas e comunidades tradicionais.

26 A realização da COP 30 em Belém, no final  
27 de 2025, foi um marco simbólico e estratégico  
28 no debate climático global. Precisamos  
29 superar a falta de compromissos e o modelo  
30 predatório atual, fortalecendo a participação  
31 da sociedade civil e o protagonismo dos povos  
32 da floresta.

33 O movimento educacional brasileiro  
34 deve se envolver nas próximas eleições de  
35 forma firme, especialmente seu movimento  
36 sindical. A reeleição de Lula é vista como  
37 a única saída para a classe trabalhadora  
38 alcançar um futuro de emancipação política e  
39 social. Devemos nos engajar fortemente nas  
40 eleições proporcionais ao Congresso Nacional,  
41 especialmente no Senado, que é um alvo da  
42 extrema direita. A recondução de Lula ao  
43 poder deve ser acompanhada pela eleição  
44 de uma base parlamentar que sustente um  
45 projeto aliado da classe trabalhadora e dos  
46 mais pobres e vulneráveis.

47

### 48 **1.3 CONJUNTURA ESTADUAL**

49 Eduardo Leite está no segundo mandato,  
50 de olho em algo maior. Dá sequência a um

projeto privatista, conservador, que segue  
à risca a cartilha neoliberal. O fato de contar  
com ampla base de apoio na Assembleia  
Legislativa, possibilitou a efetivação de  
muitas maldades. Construiu uma narrativa  
de que mudou o Estado, mas no cotidiano,  
essa narrativa não se sustenta. Com a terrível  
enchente de 2024, que afetou o Estado de  
forma trágica, Eduardo Leite teve uma postura  
lamentável: negou o evento até que isso não  
fosse mais possível sustentar; não buscou  
ajuda do Governo Federal, até que o mesmo  
começasse a agir, de forma independente;  
manteve uma fala de negação da ajuda do  
Governo Federal e não aplica os recursos de  
forma transparente. Enquanto o Brasil teve  
crescimento econômico, o Estado amargou  
um crescimento pífio. Estamos perdendo  
a oportunidade de construir políticas que  
garantam o desenvolvimento sustentável,  
apesar da ajuda que tivemos do Governo  
Federal, com a suspensão do pagamento da  
dívida, que impacta fortemente as finanças do  
Estado.

Na segurança pública, obteve êxito  
em alguns indicadores da violência, porém  
o Estado nunca foi tão inseguro para as  
mulheres, basta conferir o número elevado de  
feminicídios nos últimos anos.

Na saúde, retirou recursos de pequenos  
hospitais e fortaleceu(ampliou) os recursos  
para alguns centros de saúde, fragilizando  
e precarizando a saúde nos municípios.  
O IPE Saúde passou por um processo de  
reestruturação, e acabou perdendo muitos  
segurados e médicos credenciados. E quem  
está pagando a conta, são os servidores do  
estado, que apesar de terem aumentado  
o valor da contribuição, estão à deriva em  
diversas regiões do estado, sem a atenção à  
saúde, que é dever constitucional do estado.

No saneamento, a privatização da  
CORSAN, começa a mostrar seus resultados,  
com a forte precarização dos serviços e  
os aumentos abusivos. Nosso desafio será  
continuarmos nossa luta em defesa de serviço  
público de qualidade.

E na Educação Pública, mesmos com  
nossas lutas, e de termos impedido por mais  
de 2 anos, a privatização de escolas estaduais

1 avança, seguindo modelo já implantado em  
2 outros estados. E nessa lógica privatista,  
3 terceirizou serviços de merenda e limpeza,  
4 plataformizou e engessou o trabalho  
5 pedagógico, causando evidente sobrecarga  
6 de trabalho e adoecimento da categoria... Seu  
7 governo não demonstra comprometimento  
8 com a qualidade da educação. E isso vem  
9 aparecendo nos dados das avaliações  
10 institucionais. Não há compromisso com  
11 a saúde e segurança dos educandos e dos  
12 trabalhadores, como ficou evidente no início  
13 do ano letivo de 2025, por ocasião do episódio  
14 das temperaturas extremas. Apesar de pagar o  
15 Piso Salarial Nacional aos professores, retirou  
16 conquistas históricas do Plano da Carreira,  
17 obriga parte da categoria a seguir financiando  
18 a reposição do Piso, impõe um arrocho salarial  
19 extremo aos funcionários que estão nos  
20 quadros em extinção e o reenquadramento  
21 dos funcionários ficou longe de significar  
22 avanço e valorização aos funcionários. O  
23 governo Leite(PSD) e Gabriel(MDB), não  
24 valoriza os trabalhadores da Educação!

25 É necessário mudarmos o projeto  
26 político que hoje governa o nosso estado,  
27 para que possamos evitar o desmonte total  
28 da educação e dos serviços públicos como  
29 um todo. É necessário reforçarmos o diálogo  
30 com a nossa categoria, como o que aconteceu  
31 durante a Caravana e construirmos uma  
32 vitória do campo popular, democrático e de  
33 esquerda.

## 34 35 **2. EDUCACIONAL**

### 36 **EDUCAÇÃO COMO DIREITO INALIENÁVEL E** 37 **EM DEFESA DA DEMOCRACIA**

38 O CPERS/SINDICATO, historicamente,  
39 protagoniza a defesa da escola pública,  
40 gratuita, laica e de qualidade para os filhos da  
41 classe trabalhadora. A luta pela manutenção  
42 ou construção da democracia nas escolas  
43 públicas estaduais gaúchas tem sido uma  
44 luta árdua e permanente. O grande embate,  
45 na atualidade, tem se dado com os setores  
46 privados, responsáveis pela privatização da  
47 educação e pelo fim da gestão democrática  
48 nas escolas estaduais.

49 No Rio Grande do Sul, a secretária  
50 de educação desde o primeiro mandato

de Eduardo Leite, Raquel Teixeira, é peça  
fundamental para que possamos entender o  
avanço das privatizações do Rio Grande do Sul.  
Raquel Teixeira foi deputada estadual por dois  
mandatos no estado de Goiás pelo PSDB. De  
2015 a 2018 foi Secretária de Educação de Goiás  
no governo de Marconi Perillo (PSDB). Além  
disso, é membro fundadora e foi integrante  
do Comitê Técnico do Todos pela Educação,  
encontrando-se atualmente, como membro-  
licenciado. A secretária ainda é integrante do  
Conselho Consultivo do EduLab21 pertencente  
ao Instituto Ayrton Senna. Durante esse  
período à frente da Secretaria de Educação,  
a privatização da educação no estado deu  
longos passos, avançando como nunca antes.  
E, em parte, isso deve-se à estreita relação da  
secretária com essas empresas de educação.

As escolas no RS contam com a atuação  
do Programa Alfabetiza Tchê. Programa  
desenvolvido através de uma parceria pela  
alfabetização em Regime de Colaboração  
(PARC), iniciativa da aliança formada pela  
Associação Bem Comum (ABC), Fundação  
Lemann e Instituto Natura. O programa atua em  
cinco eixos: fortalecimento da aprendizagem;  
fortalecimento da gestão municipal e escolar;  
formação de professoras(es); avaliação  
externa, acompanhamento e monitoramento  
dos indicadores; e cooperação, articulação  
e incentivo. É direcionado aos estudantes da  
educação infantil (de quatro a cinco anos) e  
do primeiro e segundo ano dos anos iniciais  
do ensino fundamental das redes municipais  
e estadual.

Atuam ainda, diretamente dentro das  
escolas, junto a gestão, o Programa Jovem de  
Futuro desenvolvido pelo Instituto Unibanco.  
Esse programa, lançado em 2007 em parceria  
com as secretarias estaduais de educação,  
se estrutura em cinco eixos: governança,  
assessoria técnica, formação, mobilização e  
gestão do conhecimento. Atualmente atua  
nos seguintes estados: Rio Grande do Sul,  
São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo,  
Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Rio Grande  
do Norte, Ceará, Piauí e Pará. O Programa  
Jovem de Futuro opera junto às secretarias  
estaduais de educação pactuando metas que  
são repassadas às coordenadorias regionais

1 de educação e, conseqüentemente, às  
2 escolas. As metas pactuadas, de cima para  
3 baixo, arbitrariamente, estão relacionadas aos  
4 índices de aprovação das escolas, objetivando  
5 aumentá-las, tendo em vista, que o número  
6 de aprovação compõe um dos indicadores  
7 da nota do Índice de Desenvolvimento da  
8 Educação Básica (IDEB).

9 Em 2024, o estado do RS “pactuou” com  
10 as escolas, através do Programa Jovem de  
11 Futuro, a aprovação de 90% dos estudantes.  
12 Mas não houve melhorias estruturais nas  
13 escolas e não foram adotadas medidas que  
14 reverberassem na melhoria da qualidade de  
15 ensino para que se alcançasse o resultado  
16 de 90% dos estudantes aprovados. O que  
17 ocorreu de fato foi uma pressão exercida pelas  
18 coordenadorias regionais de educação para  
19 que os professores aprovassem os estudantes.  
20 O aumento do número de planilhas a serem  
21 preenchidas com planejamentos intermináveis  
22 e repetitivos; e, com a elaboração de atas  
23 através das quais o professor e a escola precisam  
24 justificar a reprovação dos educandos, tem  
25 se tornado um dos fatores que contribuem  
26 para a sobrecarga do trabalho docente na  
27 atualidade. Isto oriundo do Circuito de Gestão  
28 pensado pelo Programa Jovem de Futuro.  
29 Esse circuito prevê a pactuação de metas  
30 com as secretarias estaduais de educação,  
31 coordenadorias regionais de educação e  
32 escolas; planejamento; compartilhamento  
33 de práticas; correção da rota; avaliação e  
34 execução. Esses planejamentos são inseridos  
35 na plataforma SIGAE (Sistema de Gestão  
36 para o Avanço Contínuo da Educação). Uma  
37 plataforma de monitoramento das etapas  
38 do circuito de gestão. Segundo informação  
39 presente no site do Instituto Unibanco,  
40 essa ferramenta permite o planejamento,  
41 acompanhamento e avaliação da gestão da  
42 educação pública em tempo real, de maneira  
43 simples e rápida.

44 No que diz respeito a Educação em  
45 Tempo Integral, o estado do Rio Grande do  
46 Sul está muito aquém na Meta 6 do Plano  
47 Nacional de Educação (2014 - 2024) que  
48 estabelecia o mínimo de 50% das escolas  
49 de educação básica deveriam ofertar esta  
50 modalidade de ensino. Segundo dados do

Censo Escolar de 2025, analisados pelo DIEESE (2025), apenas 12,1% dos estudantes da rede estadual estão matriculados no ensino em Tempo Integral. Para além disso, ainda temos a privatização das escolas de ensino médio em tempo integral, ocorrendo por meio da implementação do modelo Escola da Escola através da parceria público-privada com o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE). O ICE, começou sua atuação em 2003, no estado de Pernambuco, e, desde então vem ampliando os seus laços com diversas secretarias estaduais e municipais de educação pelo Brasil. Atua junto a gestão das escolas de ensino médio em tempo integral e modifica os currículos escolares ao implantar novos componentes curriculares nas escolas, além disso, realiza visita às escolas semestralmente, visando monitorar o processo e a efetivação da aplicação da metodologia da Escola da Escolha. Uma escola pensando a partir dos interesses do empresariado, haja vista, o presidente fundador desse instituto também ser um dos fundadores do Todos pela Educação.

Diante deste cenário, a Articulação Sindical se coloca contrária a gestão por resultados e à meritocracia como mecanismos de eficiência alocados dos setores privados para a educação gaúcha. Reforça a defesa da democracia nas escolas, uma vez que a privatização caminha na contramão da prática democrática no cotidiano escolar, uma vez que as decisões acerca das políticas educacionais que serão adotadas pelos educandários gaúchos não são discutidas com a comunidade escolar e, sim, dentro de gabinetes, às portas fechadas. Portanto, a Articulação Sindical também se coloca contra a política privatista da educação do governo Leite (PSD) e Gabriel (MDB).

O DIEESE (2025) ao analisar os dados do Censo Escolar de 2025, traz ainda o desmonte da Educação de Jovens e Adultos (EJA) ocorrida durante a gestão de Eduardo Leite. Com a queda de 64,1% de estudantes matriculados nessa modalidade de ensino. Nesse sentido, a Articulação Sindical defende a permanência da EJA, a reabertura de turmas e valorização dos educadores. Ainda, de acordo com os

1 dados do Censo Escolar, em comparativo  
2 com o ano de 2019, houve uma redução do  
3 número de estabelecimentos educacionais na  
4 rede estadual de ensino, passando de 2471  
5 em 2019 para 2302 em 2025; houve também  
6 uma redução de 3152 turmas em comparativo  
7 ao ano de 2019. Temos ainda quarenta e dois  
8 mil estudantes gaúchos sem concluir o ensino  
9 médio. Sendo a educação pública dever do  
10 Estado e direito inalienável de cada cidadão  
11 e cidadã, a Articulação Sindical se coloca na  
12 defesa da escola pública, da educação pública  
13 de qualidade e reforça a necessidade de  
14 políticas públicas que garantam a permanência  
15 escolar.

16 A política privatista da educação adotada  
17 pelo governo Leite (PSD), Gabriel (MDB) e sua  
18 secretária de educação, Raquel Teixeira (PSDB),  
19 tem consequências diretas sobre o trabalho  
20 docente e adoecimento dos trabalhadores  
21 em educação. A privatização é diretamente  
22 responsável pela sobrecarga de trabalho, perda  
23 da identidade docente e, conseqüentemente,  
24 no adoecimento mental desses trabalhadores.  
25 Combater a privatização e defender a gestão  
26 democrática das escolas estaduais é também  
27 uma estratégia para mitigar o adoecimento  
28 mental dos trabalhadores em educação e  
29 reverbera em uma política de enfrentamento  
30 à sobrecarga de trabalho.

31 Não obstante a isso, ainda temos  
32 desvalorização da profissão docente, o estado  
33 do Rio Grande do Sul atualmente possui  
34 64,7% do seu quadro de professores em  
35 regime de trabalho estabelecido por meio  
36 de contratos temporários e emergências.  
37 Apenas 35,3% dos docentes são efetivos,  
38 segundo dados do DIEESE (2025). O que  
39 reforça a urgência da realização de concursos  
40 públicos com número de vagas que supra  
41 as reais necessidades das escolas. Aliado a  
42 esse cenário desastroso, temos escolas com  
43 problemas de infraestrutura, falta de recursos  
44 pedagógicos, escolas sem bibliotecas, sem  
45 sala de atendimento adequada para alunos  
46 neuroatípicos, escolas com problemas na  
47 rede elétrica, na rede hidráulica, escolas sem  
48 internet. Portanto, a defesa da escola pública,  
49 inclusiva e democrática também perpassa  
50 pela luta pela valorização profissional e

investimento em educação.

### 3. BALANÇO DA GESTÃO (2024/2027)

O ano de 2025 foi marcado pela celebração dos 80 anos do CPERS/Sindicato — uma trajetória construída com protagonismo na resistência democrática e na defesa da educação pública no Rio Grande do Sul. Ao longo de sua história, a entidade se consolidou como voz ativa na reconstrução das políticas educacionais, liderando mobilizações nas ruas, formando consciência crítica e unindo professoras(es), especialistas e funcionárias(os) de escola em torno de pautas coletivas.

Durante o governo Leite (PSD) e Gabriel (MDB), o Sindicato manteve uma atuação firme de denúncia às políticas de desmonte da educação pública, evidenciando os retrocessos nos investimentos e os impactos diretos nas condições de ensino e trabalho. Um dos marcos desse período foi a luta pela melhoria da infraestrutura das escolas estaduais diante do calor extremo no início do ano letivo de 2025. A mobilização expôs a realidade de mais de 2.300 instituições sem condições adequadas de funcionamento, pressionando o governo e dando visibilidade a um problema histórico negligenciado.

A gestão 2024–2027 também se destacou pela atuação permanente em defesa da valorização profissional, com a luta pela aplicação do reajuste do Piso Nacional do Magistério (de acordo com a MP de 5,4% do governo Lula), e pelo Piso das(os) Funcionárias(os) de escola (PL 2531), em parceria com a CNTE, reafirmando o compromisso com a garantia de direitos e com o cumprimento da legislação. Paralelamente, o CPERS esteve presente em diversas frentes de mobilização, fortalecendo a unidade com o conjunto do funcionalismo público estadual na defesa dos serviços públicos e contra medidas de retirada de direitos.

Uma dessas frentes foi a luta contra às Parcerias Público Privada (PPPs) do governo Leite(PSD)/Gabriel(MDB), que consiste na entrega da gestão de 98 (inicialmente 99) escolas estaduais em sistema de leilão e concessão por 25 anos. As denúncias

1 incessantes do CPERS/Sindicato, através de  
2 muita mobilização e a campanha “NÃO VENDA  
3 A MINHA ESCOLA” da CNTE, foram cruciais  
4 para que conseguíssemos barrar, através de  
5 uma medida cautelar no TCE, por mais de 01  
6 ano, um gasto de mais 432 milhões anuais de  
7 recursos da educação pública.

8 É importante considerar como uma  
9 conquista o concurso público para 6.000 vagas.  
10 Embora não atenda à totalidade da demanda  
11 por profissionais efetivos na rede estadual,  
12 reforça nossa luta histórica pelo concurso  
13 público — a única forma legítima de ingresso  
14 no serviço público conforme a Constituição de  
15 1988 e o direito à educação pública. Além disso,  
16 as promoções por antiguidade e merecimento  
17 do magistério, fruto da pressão e mobilização  
18 da categoria, foram vitórias cruciais que não  
19 ocorreram por mera vontade política, mas por  
20 força da nossa organização.

21 Outro destaque importante foi a  
22 intensificação do diálogo com a base por meio  
23 da Caravana em Defesa da Escola Pública e  
24 da Democracia, que percorreu diferentes  
25 regiões do estado ouvindo educadoras(es),  
25 identificando demandas locais e construindo  
27 coletivamente estratégias de luta. A Caravana  
28 tem cumprido papel fundamental ao aproximar  
29 a direção da realidade das escolas e fortalecer  
30 a organização da categoria nos núcleos.

31 Além disso, o Sindicato teve presença  
32 ativa em espaços de debate político e  
33 social, como conferências, atos públicos e  
34 mobilizações antifascistas, reafirmando seu  
35 compromisso histórico com a democracia, a  
36 soberania dos povos e o enfrentamento ao  
37 avanço da extrema-direita no Brasil.

38 A gestão também avançou na produção  
39 de campanhas de conscientização e materiais  
40 formativos, abordando temas como assédio  
41 moral, condições de trabalho e defesa da  
42 escola pública, ampliando o alcance da  
43 comunicação com a categoria e a sociedade.

44 Com uma direção composta por  
45 diferentes forças políticas, o CPERS reafirma a  
46 unidade como estratégia central neste período  
47 desafiador. Mais do que nunca, a construção  
48 coletiva tem sido essencial para enfrentar  
49 os ataques à educação pública e garantir a  
50 manutenção e ampliação de direitos.

#### 4. SINDICAL

O mundo do trabalho vive hoje uma transformação histórica. A chamada reestruturação do capital, impulsionada pelas tecnologias digitais e pela transição energética, tem servido de pretexto para o aumento da exploração. O que vemos na prática é a flexibilização de direitos, com o avanço do trabalho por plataformas e a perda de garantias básicas. Essa realidade castiga ainda mais as regiões periféricas e as(os) trabalhadoras(es) mais vulneráveis.

Desde a Reforma Trabalhista de 2017, as entidades sindicais enfrentam um ataque coordenado em três frentes - **Crise Financeira:** Com o fim do imposto sindical obrigatório, muitas entidades viram suas receitas despencarem mais de 80%; **Esvaziamento da Base:** A taxa de sindicalização no país caiu drasticamente, de 16% em 2012 para menos de 10% em 2022. O patrão tem usado o direito a oposição para “estimularem” os trabalhadores a não contribuir com a taxa negocial, fonte de arrecadação importante dos sindicatos privados; **Fragmentação:** A “pejotização”, a terceirização e o crescimento desenfreado do MEI dificultam a união das categorias e a representação coletiva.

No serviço público, a situação é igualmente grave. Além de ameaças constantes às consignações em folha, decisões recentes do STF (como na ADI 2135) flexibilizam o Regime Jurídico Único (RJU), abrindo as portas para contratos precários, importante causa do enfraquecimento do IPE Previdência, terceirização ilimitada e a privatização das nossas escolas.

O CPERS/Sindicato segue firme na linha de frente. Nossa atuação vai além da defesa dos educadores; lutamos pela educação pública e pela unidade com toda a classe trabalhadora.

A CONCLAT, em Brasília, referendou a importância dessa unidade na luta pela redução da jornada de trabalho sem redução de salário, combate à precarização (pejotização), valorização do salário mínimo e regulamentação do trabalho por plataformas digitais.

Nossa volta à **CUT**, fortalece nossa luta

1 na conscientização dos trabalhadores, que  
2 têm seus filhos na escola pública, a cerrar  
3 fileiras na defesa da escola de seus filhos e pela  
4 valorização dos trabalhadores em educação,  
5 articulando a luta nacional em parceria com a  
6 **CNTE** nos demais Estados e, no RS, também a  
7 atuação no Fórum dos Servidores Públicos, são  
8 pilares dessa resistência. Em Brasília, lutamos  
9 pelo Piso Nacional dos Funcionários de Escola  
10 (PL 2531), por um índice de correção do Piso  
11 do Magistério que garanta ganho real, pelo  
12 fim do confisco (desconto da previdência) dos  
13 aposentados, contra a Reforma Administrativa;  
14 enquanto aqui no RS, denunciemos a manobra  
15 do governo Leite9PSD)/Gabriel(MDB), que  
16 alterou nosso Plano de Carreira para "pagar"  
17 o piso, condenando aposentados a mais de  
18 uma década sem reajuste, a reestruturação  
19 da carreira das(os) funcionárias(os) de escola,  
20 deixando um grande número excluídos e  
21 também amargando o congelamento de seus  
22 salários.

23 Não há vitória sem organização e para  
24 transformar nosso potencial em resultados,  
25 nosso foco está em fortalecer a base,  
25 aprimorar ainda mais a nossa comunicação  
27 com a categoria.

28 Reduzir a precariedade e tornar  
29 a profissão da educação atrativa exige  
30 estabilidade e salários dignos — algo que  
31 governos neoliberais e de extrema-direita  
32 jamais darão de bom grado.

33 Por isso, o desafio é duplo: precisamos  
34 lutar nas ruas e nas urnas. É fundamental  
35 garantirmos a continuidade de um projeto  
36 progressista no governo federal, reelegendo  
37 Lula presidente, e mudar os rumos do  
38 Rio Grande do Sul, elegendo também um  
39 Legislativo alinhado com um projeto político  
40 que defenda quem realmente produz a riqueza  
41 e educa este país: a classe trabalhadora.  
42 **Sindicato forte, categoria valorizada! Junte-**  
43 **se à luta!**

44

## 45 **5. POLÍTICAS ESPECÍFICAS:**

### 46 **5.1 APOSENTADAS(OS)**

#### 47 **O CORAÇÃO DA NOSSA LUTA: A FORÇA** 48 **DAS(OS) APOSENTADAS(OS)**

49 Hoje, o nosso sindicato se orgulha de  
50 ter mais de 50% do seu quadro social formado

por professoras(es) e funcionárias(os)  
aposentadas(os). Mais do que números, vocês  
são a memória viva da nossa categoria e a  
base que sustenta cada conquista alcançada.

Nós não esquecemos de onde viemos. E,  
principalmente, não esquecemos das batalhas  
duríssimas enfrentadas nos últimos anos.

Vivemos um período marcado  
por ataques profundos e sistemáticos:  
O parcelamento de salários, que feriu a  
dignidade e desorganizou a vida de milhares  
de famílias; os ataques ao Plano de Carreira,  
tentando desmontar direitos construídos  
com décadas de luta; A reestruturação do IPE  
Saúde aprovada pela Assembleia Legislativa  
do Rio Grande do Sul e em vigor desde o final  
de 2023, trouxe mudanças significativas; a  
retirada de vantagens históricas, que deveriam  
ter sido protegidas; e o mais cruel de todos -  
o confisco previdenciário - uma medida que  
atingiu diretamente quem já havia cumprido  
sua jornada de trabalho, retirando parte de  
uma renda que já era limitada.

O confisco dos aposentados foi  
autorizado pelo governo Bolsonaro através  
da PEC103 em 2019 e logo implantada pelo  
governo Eduardo Leite e sua base aliada. Esse  
foi, sem dúvida, um dos golpes mais dolorosos  
para os aposentados gaúchos.

### **De invisíveis a protagonistas**

A partir de 2014, com a atual direção do  
CPERS, houve uma mudança importante: a(o)  
aposentada(o) deixou de ser vista(o) como  
alguém fora da luta e passou a ocupar o seu  
verdadeiro lugar — o de protagonista.

Hoje, são vocês, com mais de 60 anos,  
que estão nas vigílias, nas marchas, nas ruas,  
mostrando à sociedade que experiência não  
se cala diante da injustiça. Essa presença não  
é favor. É reconhecimento. É justiça histórica.  
Porque a aposentadoria é um direito ao  
descanso — mas nunca será uma renúncia à  
voz e à dignidade.

### **OS ATAQUES CONTINUAM. E SÃO IMENSURÁVEIS.**

As(os) aposentadas(os) vêm sendo  
duramente atingidos por políticas que retiram  
direitos, reduzem ganhos e criam mecanismos

1 que impedem qualquer avanço real. A  
2 chamada “matemática excludente” — com  
3 parcelas como a de irreducibilidade e a parcela  
4 autônoma — tem, na prática, impedido  
5 reajustes ao longo dos anos.

6 Além disso, enfrentamos o sucateamento  
7 de serviços essenciais, como o IPE Saúde,  
8 que hoje apresenta graves dificuldades,  
9 especialmente no interior do Estado: falta de  
10 médicos, clínicas e atendimentos adequados.

11 Mesmo diante de tantas medidas que  
12 aumentaram a arrecadação, o retorno em  
13 qualidade de vida e atendimento não chegou  
14 para quem mais precisa.

15 É inadmissível que um Estado  
16 historicamente rico trate seus servidores  
17 como responsáveis por problemas de gestão.

18 Mas, apesar de tudo isso, a nossa  
19 categoria segue de pé. Unida! Consciente!  
20 Forte! Reconhecendo o papel do sindicato e  
21 mantendo viva a luta por justiça, respeito e  
22 dignidade.

23

24

25 **Parabéns a todas(os) as(os) aposentadas(os)!**  
26 **Vocês são exemplo, inspiração e a força que**  
27 **mantém essa luta viva. A luta não parou! E**  
28 **não vai parar! Ela continua — firme, forte e**  
29 **com vocês na linha de frente.**

30

31

## 32 **5.2 FUNCIONÁRIAS(OS) DE ESCOLA**

33 O CPERS Sindicato conta com  
34 a participação efetiva de milhares de  
35 funcionárias(os), no seu quadro de  
36 sindicalizadas(os), presentes em todas as  
37 instâncias do sindicato, desde a representação  
38 de escolas até a direção central da entidade.

39 Não diferente do que aconteceu com  
40 os professores, em 2020, funcionárias(os)  
41 da educação também tiveram sua carreira  
42 atacada de forma covarde, em 2024, o projeto  
43 de reenquadramento, enviado pelo governo,  
44 foi aprovado pelos deputados da base aliada  
45 de Eduardo Leite PSD, destruiu a carreira  
46 causando divisão da categoria e desvalorização  
47 salarial de grande parte de funcionários, cujos  
48 cargos não foram contemplados. Leite contou  
49 com a parceria do Vice governador Gabriel  
50 Souza/MDB e todas as bancadas da Assembleia

Legislativa que historicamente atacam o  
serviço público, sendo suporte aos governos  
privatistas, neoliberais, meritocráticos que se  
instalam no Piratini.

O CPERS Sindicato denunciou e cobrou  
por muitos anos a desvalorização presente  
no pagamento do salário de milhares  
de funcionárias(os), nomeadas(os) ou  
contratadas(os), da ativa e aposentadas(os),  
cujo salário necessitava de um completo para  
atingir o valor do salário mínimo regional. A  
nova carreira trouxe pequena valorização para  
uma parte das(os) funcionárias(os), mas como  
em todas as suas políticas o Governo Leite  
fragmenta a categoria e vende a ilusão de plena  
valorização, que na realidade não aconteceu,  
pois a grande maioria das(os) funcionárias(os),  
teve seus ganhos temporais da carreira,  
usados pelo governo, para compor um falso  
"reajuste". Durante a tramitação do projeto e  
após aprovado, CPERS realizou plenárias nos  
42 núcleos, para expor o que significava a  
maldade de um governo, cuja grande façanha  
é o desmontar, dividir e excluir, encontros estes  
que culminaram com um encontro estadual,  
onde o Projeto foi apresentado pelo jurídico  
do Sindicato e debatido, com centenas de  
funcionárias(os), que decidiram continuar a  
luta pelo reenquadramento, porém o governo  
Leite fecha as portas para essa possibilidade,  
com sua má vontade e teimosia, atitudes já  
conhecidas pelos educadores do RS, por isso  
que urge a necessidade de uma virada nos  
rumos da política do RS, para que possamos  
eleger um governo democrático, que olhe  
para os servidores públicos com respeito,  
humanidade e valorizações.

Já tem mais de 20 anos nossa luta,  
CPERS e CNTE, pelo PISO SALARIAL NACIONAL  
PROFISSIONAL para funcionárias(os). Os  
primeiros debates sobre o assunto, eram pauta  
de reuniões com MEC, plenárias seminários e  
congressos da CNTE. Fazia-se necessário, em  
primeiro lugar, a base legal e formação.

Em 2008, segundo mandato do  
presidente Lula, a então Senadora Fátima Cleide  
(PT -RO) aprovou projeto de lei, que alterou  
artigos na LDB, reconhecendo funcionárias(os)  
da educação como Profissionais da Educação,  
com direito a formação técnica, condição sem

1 a qual não poderíamos dar seguimento ao  
2 Piso Salarial Profissional Nacional. Em 2024 o  
3 CNE Conselho Nacional de Educação aprova  
4 o curso técnico em nível superior, reforçando  
5 ainda mais a base legal para a conquista do  
6 Piso Nacional. Em 2021, na Câmara Federal,  
7 surge o projeto 2531, porém com algumas  
8 condições de inconstitucionalidades. A CNTE  
9 após várias negociações com MEC e um grande  
10 ato, em agosto de 2025, conseguiu a criação  
11 de GT, para discutir emendas ao projeto que  
12 davam condição de inconstitucionalidade.

13 Atualmente o PL do Piso encontra-se  
14 no Senado Federal, onde precisa passar por  
15 ajustes, para que possa cumprir o seu papel  
16 para que todas(os) as(os) funcionárias(os),  
17 da educação, tenham valorização profissional  
18 e salarial. São fundamentais para o sucesso  
19 da educação pública no Rio Grande do Sul,  
20 trabalham para garantir que a escola funcione  
21 de forma eficiente e segura, permitindo que  
22 os estudantes se concentrem em aprender  
23 e crescer. No entanto, apesar de serem  
24 reconhecidos como educadores pela Lei de  
25 Diretrizes e Bases da Educação (LDB), são  
26 frequentemente esquecidos e subvalorizados  
27 pelo Governo Leite/Gabriel, dentre uma  
28 série de questões que envolvem a luta desta  
29 categoria podemos destacar algumas: as(os)  
30 funcionários de escola enfrentam condições  
31 de trabalho precárias e salários baixos;  
32 a falta de reconhecimento e valorização  
33 afeta a motivação e o desempenho das(os)  
34 funcionárias(os); a educação pública sofre  
35 com a falta de investimento e a desvalorização  
36 dos profissionais da educação; a valorização  
37 é fundamental para garantir uma educação  
38 de qualidade para todas(os); é preciso  
39 reconhecer o papel fundamental que eles  
40 desempenham na educação e garantir que  
41 suas condições de trabalho sejam adequadas  
42 para que possam desempenhar seu papel  
43 de educadores com dignidade e eficácia;  
44 reconhecimento e valorização das(os)  
45 funcionárias(os) de escola, contratadas(os)  
46 ou nomeadas(os); melhoria das condições de  
47 trabalho e salários justos; carreiras valorizadas;  
48 Piso Profissional Salarial Nacional, Concurso  
49 Público e não a terceirização; investimento na  
50 educação pública, formação continuada dos

profissionais da educação e promoções aos  
agentes educacionais do RS; rever e ajustar  
os requisitos indignos para a distribuição do  
número de funcionárias(os), em todos os  
espaços das escolas; reconhecer que todos  
os trabalhadores tem direitos constitucionais,  
que a política de desrespeito do Governo Leite,  
limita essa conquista a milhares de agentes  
educacionais gaúchos,

---

**O CPERS Sindicato tem um papel fundamental na luta pela valorização das(os) funcionárias(os) de escola. É preciso continuar a mobilizar as(os) funcionárias(os), conscientizar a sociedade e pressionar os governantes para que tomem medidas concretas para valorizar esses profissionais que tem papel importante para a construção de um governo progressista para o RS.**

---

### 5.3 MULHERES

Ser mulher é uma REVOLUÇÃO. O Feminismo é uma jornada coletiva e transformadora pela igualdade de direitos. Representa a força de vozes que desafiam padrões, rompem barreiras e constroem novos caminhos.

Por muito tempo, as mulheres ficaram invisíveis no sistema patriarcal machista onde a mulher era objeto de acordos financeiros, casamentos arranjados. Cumpria um papel de progenitora com a responsabilidade, de gerir herdeiros homens para futuramente ocupar um posto de relevância na sociedade que, historicamente mantiveram privilégios sociais, culturais, econômicos e políticos.

Enquanto algumas mulheres brancas eram úteis para cumprir acordos e gerar herdeiros, mulheres negras eram escravizadas. Contudo, no Séc. XVI a luta de uma mulher negra marcou o sistema escravocrata. Dandara, mulher negra que transformou a luta em história, liderou e organizou o Quilombo dos Palmares, comunidade de pessoas fugitivas da escravidão na luta pela sobrevivência, um marco de resistência contra um regime escravocrata que durou cem anos.

No início do Séc XX mulheres operárias

1 reivindicaram condições de trabalho e direitos  
2 trabalhistas, discutindo a questão de gênero  
3 e, como repressão às greves, foram mortas  
4 em 8/03/1857, num incêndio criminoso que  
5 marcou o 8M na luta feminista classista, dia de  
6 lembrar que é preciso lutar para abrir caminhos.

7 Nos últimos anos, a duras penas,  
8 tivemos avanços positivos em relação a  
9 pauta das mulheres como nas conquistas  
10 de alguns direitos. A lei Maria da Penha  
11 11.340, sancionada pelo Presidente Lula em  
12 07/08/2006 cria mecanismos para coibir  
13 a violência doméstica e familiar, física,  
14 psicológica, moral, sexual e patrimonial.

15 Em março de 2026 o PL 3880/2024 altera  
16 a lei Maria da Penha (Lei 11.340/2026) para  
17 incluir a Lei vicária como forma de violência  
18 doméstica e familiar. Violência vicária é  
19 quando o agressor atinge uma pessoa, filho,  
20 parente, alguém próximo da vítima ou mata,  
21 caracterizando homicídio vicária.

22 Após a violência, o sofrimento não pode  
23 ser uma sentença, tem mulheres que ficam com  
24 sequelas permanentes, físicas e psicológicas,  
25 muitas vezes sem renda e sem apoio. O projeto  
26 de lei 1.107/2026 que está em discussão cria  
27 pensão especial para mulheres que foram  
28 vítimas de violência doméstica e familiar e  
29 ficaram com deficiências permanentes.

30 Ainda assim, temos retrocessos que vem  
31 tanto por conta do avanço ultraliberal com  
32 pautas conservadoras, quanto no desmonte  
33 de espaços organizados para pensar e executar  
34 políticas públicas para mulheres, contribuindo  
35 assim para o avanço de feminicídios, de  
36 mulheres cis ou trans, negras ou brancas. A  
37 cada momento o ódio encontra novas formas  
38 de circular, invadir a vida, desqualificar para  
39 dizer que não pertencemos.

40 A cultura da misoginia e do ódio é rentável  
41 nas redes sociais e eleva o nível de violência  
42 contra as mulheres. Atualmente, no Brasil,  
43 os canais misóginos reúnem cerca de 130 mil  
44 vídeos. Comunidades como “MACHOSFERA”,  
45 “CHANS”, “INCELS”, “REDPILL”, MGTOW,  
46 entre outros no YouTube, seguem ativas  
47 em crescimento nas redes sociais tanto em  
48 audiência como em produção de conteúdo.

49 Os vídeos realizados por influenciadores  
50 digitais misóginos somam 4 bilhões de

visualizações e 23 milhões de comentários  
destinado a meninos com idade entre 12 a 17  
anos. Os vídeos misóginos contribuem para  
naturalizar comportamentos como o ódio, o  
desprezo, a aversão e o controle das mulheres.

Os conteúdos perpetuam perspectivas  
discriminatórias e, muitas vezes incentivam  
técnicas de tratamento às mulheres baseadas  
na violência psicológica e na manipulação  
emocional. Reforçam estereótipos prejudiciais  
às mulheres, como desumanização baseada  
na aparência e no intelecto. As mais atacadas  
são as feministas, mães solteiras e mulheres  
com mais de 30 anos.

Tudo isto tem consequências, no Rio  
Grande do Sul em 2025 foram registrados 80  
feminicídios além de 52.631 casos de tentativas  
ou ameaça de violência contra mulher. Nos  
primeiros meses de 2026 o estado já registra  
24 mulheres assassinadas colocando o Rio  
Grande do Sul atrás apenas de São Paulo.

A lei do Eca Digital, sancionada pelo  
presidente Lula que entrou em vigor dia  
17/03/2026 é uma forma de coibir nas redes  
sociais conteúdos de ódio e violência, punir  
responsáveis assim como impedir o acesso a  
menores de 18 anos, misoginia é crime.

Contudo, temos um alto número  
de feminicídios onde as mulheres negras  
representam 64% das vítimas. Quando uma  
mulher é morta, matam também a perspectiva  
de vida dos filhos e filhas órfãos. Temos que  
lutar por políticas públicas para mulheres  
sobreviventes da violência e dos feminicídios  
tentados, que precisam de atendimento físico,  
emocional e social para construir a autoestima,  
a dignidade e o direito de viver sem medo.

É preciso uma educação para construir  
uma sociedade diversa. Meninos não nascem  
machistas aprendem a ser, se constroem.  
Combater a violência contra a mulher é  
combater o machismo desde pequeno. Na  
nossa cultura os meninos são ensinados  
a rejeitar o que é feminino como se fosse  
vergonha, os homens não são ensinados a  
admirar as mulheres.

Quando ensinamos a um menino o  
universo de uma menina, o que ela vive, o que  
ela sente, sobre o corpo dela, damos um passo  
real como respeito às mulheres.

1 A escola deve ser o lugar de educar  
2 para igualdade e justiça social, uma escola  
3 plural que permita a reflexão sobre o  
4 sistema patriarcal, letramento de gênero,  
5 desenvolvendo atitudes, saberes, práticas e  
6 habilidades que previnam e quebrem ciclos de  
7 violências contra a mulher.

8 Discutir a questão de gênero,  
9 questionando estereótipos presente em todas  
10 as expressões, entender a sexualidade como  
11 uma dimensão da vida ligada a outros aspectos  
12 das pessoas como a identidade, diversidade e  
13 as formas de relacionarmos o conhecimento  
14 do corpo à saúde, respeito e igualdade. As  
15 pautas feministas devem ser discutidas nas  
16 escolas não como temas transversais e sim  
17 como disciplinas que questionem as estruturas  
18 do sistema patriarcal.

19 Na política, mulheres, cis ou trans,  
20 brancas ou negras, sofrem ataques como:  
21 desqualificar a fala, espalhar mentiras,  
22 sexualizar, ridicularizar, não por terem  
23 feito algo, mas pelo fato de existir naquele  
24 espaço. A presença das mulheres gera  
25 respostas violentas a exemplo de Mariele  
26 Franco, vereadora do Rio de Janeiro, foi  
27 brutalmente assassinada porque era uma  
28 grande liderança representando uma  
29 ameaça no espaço político.

30 Quando esta mulher é negra, LGBTQ+,  
31 periférica, indígena, quando rompe mais  
32 barreiras é alvo de violência. Quando o estado  
33 falha em proteger as mulheres da violência ele  
34 também tem que assumir responsabilidades.

35 Somos uma categoria onde a maioria  
36 são mulheres, que sofrem uma política de  
37 desvalorização profissional, por ser mulher os  
38 governos tratam como renda complementar  
39 o que deveria ser tratado como remuneração  
40 digna profissional. Entre as mulheres o trabalho  
41 não remunerado, soma à sua jornada, 21h  
42 semanais impactando de forma significativa  
43 sua saúde e qualidade de vida.

44 A escala 6x1, comum em trabalhos  
45 que predominam mulheres, reforça essas  
46 desigualdades, dificultando a conciliação  
47 profissional e pessoal. Portanto, a redução  
48 da jornada pode gerar benefícios econômicos  
49 e sociais como maior geração de empregos,  
50 inclusão das mulheres no mercado formal e

melhoria da sustentabilidade previdenciária.  
Deve ser vista como um instrumento político  
para enfrentar problemas estruturais de  
emprego, pobreza e desigualdades da classe  
trabalhadora predominantemente feminina.

Nossos desafios consistem na construção  
de políticas públicas, de gênero, mudanças  
com vistas a contemplar a condição  
emancipatória e a dimensão da autonomia  
das mulheres que, garantam ocuparem cargos  
de liderança em espaços de decisões, política  
econômica, social e cultural reconhecendo  
as desigualdades sociais históricas e dando  
visibilidade a trajetória liderada por mulheres.

---

**Ser mulher é resistir cada dia, é reinventar a  
vida, é não ceder ao silêncio.**

---

#### **5.4 COMBATE AO RACISMO A LUTA ANTIRRACISTA COMO PILAR DA DEMOCRACIA NO ESPAÇO SINDICAL E ESCOLAR**

A luta contra o racismo não é uma pauta  
acessória; ela é o alicerce para qualquer projeto  
de sociedade que se pretenda democrático. No  
contexto sindical e educacional, essa discussão  
ganha contornos de urgência. Precisamos  
olhar para as estruturas que moldam o nosso  
cotidiano e questionar: quantos de nós  
ocupamos, de fato, os espaços representativos  
de decisão?

realidade das instituições de ensino ainda  
reflete um abismo racial profundo. Negros e  
negras presentes nos espaços educacionais  
estão, em sua grande maioria, alocados nas  
funções de manutenção e alimentação. Essa  
segregação ocupacional é o sintoma de um  
sistema que, por décadas, normalizou a falta  
de oportunidades.

Embora as políticas de cotas tenham  
surgido como um divisor de águas,  
enfrentamos hoje a resistência de modelos  
neoliberais. Ao tratarmos a educação como  
mercadoria e o servidor como descartável,  
esses modelos invisibilizam a parcela negra  
da categoria. Além disso, a atual "ditadura das  
planilhas" prioriza dados em detrimento de  
uma escola mais humana e plural.

## 1 **A Falha no Acolhimento e o Silenciamento**

2 Um dos pontos mais sensíveis é a  
3 forma negligente com que denúncias de  
4 racismo são tratadas. A falta de letramento  
5 racial de gestores faz com que estudantes e  
6 trabalhadores sejam agredidos duas vezes:  
7 pelo ato racista e pela ausência de justiça.

8 O descumprimento da Lei 10.639/2003  
9 é outra face dessa negligência. Sem formação  
10 continuada para o corpo docente, a escola  
11 falha em sua missão de combater preconceitos  
12 e reconhecer a potência da presença negra na  
13 história.

## 15 **Dez Anos de Resistência: O Papel do Coletivo**

16 Nesse cenário, o Coletivo de Igualdade  
17 Racial e Combate ao Racismo completa  
18 uma década como ferramenta vital de  
19 transformação. Sua atuação vai além da  
20 denúncia; é um espaço de resgate da  
21 ancestralidade e reafirmação de identidades,  
22 acolhendo negros e não negros que  
23 compreendem que, sem igualdade racial, não  
24 há democracia real.

25 É imperativo que esse marco sirva de  
26 referência para novas estratégias, tornando  
27 o combate ao racismo uma prática política  
28 cotidiana, e não apenas uma nota de rodapé.

29 Para operacionalizar essa transformação,  
30 o sindicato deve seguir cinco etapas  
31 fundamentais: mapear a representatividade  
32 e realizar pesquisas sobre exclusão;  
33 promover cursos sobre racismo estrutural e  
34 interseccionalidade; promover cursos sobre  
35 racismo estrutural e interseccionalidade;  
36 instituir núcleo de Igualdade Racial e canais de  
37 denúncia seguros; realizar rodas de conversa e  
38 fortalecer parcerias com movimentos negros;  
39 e publicar relatórios anuais com indicadores  
40 de progresso.

## 42 **Um Chamado à Aliança**

43 A luta antirracista deve ser um  
44 compromisso de todos os que se aliam à justiça  
45 social. Participar de oficinas, seminários e  
46 formações é o passo inicial para construirmos  
47 um Sindicato e uma Escola onde a cor da pele  
48 não determine dignidade.

49 Precisamos ser vistos como seres  
50 humanos em nossas particularidades.

Que nossa existência seja celebrada e que  
tenhamos, finalmente, o direito pleno de  
contribuir e viver em uma sociedade que não  
nos interrompa pelo simples fato de sermos  
quem somos.

## 5.5 **LGBTQIAPN+**

A luta da população LGBTQIAPN+,  
apoiada pelos movimentos sociais, no Brasil  
registrou avanços significativos, em especial,  
na última década, especialmente no que  
tange aos direitos civis, na questão identitária  
e na criminalização da violência. Esses avanços  
são frutos de muita luta e pressão social, que  
seguem sendo necessárias, porque é comum,  
grupos conservadores e religiosos fazerem  
o movimento inverso, ou seja, buscam o  
retrocesso das políticas públicas e sociais já  
garantidas.

Entre os avanços garantidos, podemos  
citar:

1. Em 2013, a resolução número 175/2013 do Conselho Nacional da Justiça garantiu no território nacional o casamento homoafetivo,
2. Desde 2015, é legal a adoção por casais homoafetivos, no Brasil e reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal. A adoção é embasada levando em consideração o interesse da criança e não a discriminação.
3. A criminalização da Homofobia e da Transfobia, de acordo com o STF equivalem à Lei do Racismo – 7.716/1989, punindo atos de discriminação contra a população LGBTQIAPN+, desde 2019.
4. Reconhecimento do nome social e o direito ao documento retificatório de prenome e gênero, sem autorização judicial ou realização de cirurgia de redesignação, o que vem facilitando a cidadania de pessoas trans.
5. Representação política tem garantido uma elevação significativa de parlamentares e executivos LGBTQIAPN+, podendo assim, expandirem políticas públicas necessárias à esse segmento.
6. Aumento de programas no mercado de trabalho com garantias de vagas à diversidade e, em especial para as pessoas trans.

1 Embora muitos avanços tenham  
2 acontecido, a população LGBTQIAPN+  
3 enfrenta inúmeros problemas que os desafiam  
4 e, nós, enquanto educadoras e educadores,  
5 precisamos apoiar e reforçar essas lutas ou  
6 pautas, no chão das escolas e nos nossos  
7 movimentos, ajudando a transformar as leis  
8 em direitos de fato, em relação a segurança, a  
9 igualdade e no combate ao preconceito, que é  
10 muito presente na nossa sociedade.

11 Precisamos cumprir esta tarefa, porque  
12 o Brasil é um dos países que, mundialmente,  
13 mais mata ou assassina pessoas LGBTQIAPN+,  
14 principalmente travestis e mulheres trans.  
15 Além disso, estamos constantemente sofrendo  
16 ameaças, por parte do Congresso Nacional  
17 conservador e alinhado à algumas tendências  
18 religiosas, em reduzir direitos, já garantidos  
19 em Lei, limitando a inclusão destas pessoas.

20 Se faz necessário e urgente, que dentro  
21 das escolas, sejam incluídos temas ligados à  
22 diversidade sexual e a identidade de gênero,  
23 ressaltando sempre a importância de incluir,  
24 acolher e respeitar crianças, adolescentes  
25 e a população LGBTQIAPN+, em geral. Para  
26 além disso, é importante, que os movimentos  
27 sociais sigam na luta para ampliar e garantir a  
28 efetivação dos direitos legais pra todas, todos  
29 e todes.

## 31 **5.6 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

32 As pessoas com deficiência, ao longo  
33 da história, foram consideradas de diversas  
34 formas, e o conceito de deficiência passou por  
35 inúmeras mudanças, determinado pela cultura  
36 e grau de desenvolvimento das sociedades.  
37 Geralmente, foram vítimas de preconceitos  
38 e discriminação, sendo que diversas vezes,  
39 foram adotados conceitos e definições  
40 inadequadas que caracterizaram a situação de  
41 exclusão social das pessoas com deficiência na  
42 evolução histórica e social da humanidade.

43 No território Nacional, tivemos  
44 importantes conquistas a partir da  
45 Constituição Federal de 1988 que passou a  
46 reconhecer a diversidade social e o respeito às  
47 desigualdades que vieram para romper com o  
48 assistencialismo e a caridade que considerava  
49 pessoas com deficiência como dependentes  
50 da caridade de instituições assistenciais,

religiosas ou mesmo do Estado.

As Pessoas com Deficiência se organizaram em movimentos ou associações e passaram a lutar por um processo de condições necessárias para que pudessem participar efetivamente da sociedade brasileira. Podemos destacar a conquista de várias legislações, sendo que a mais importante delas, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, que foi aprovada pelo Congresso Nacional, em 25 de agosto de 2009, com quórum qualificado, tendo o caráter de Emenda Constitucional.

Ainda em 2015 foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pela Presidenta Dilma a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei número 13.146, de 06 de julho de 2015 que veio para garantir e ampliar direitos às pessoas com deficiência. Esta lei, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência traz a definição de terminologias e conceitos importantes e que visam à valorização, o respeito, a acolhida e a inclusão destas pessoas de forma a terem acesso ao mercado de trabalho, à vida social e que sejam incluídas de forma respeitosa nos meios e espaços sociais e comunitário.

Conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada em 10 de dezembro de 1948, “Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade”. Enquanto organização sindical, sabemos que precisamos fazer muita luta para que Pessoas com Deficiência sejam de fato incluídas no mercado de trabalho, tenham qualidade de vida e direitos garantidos.

## 5.7 SAÚDE DAS(OS) TRABALHADORAS(ES) EM EDUCAÇÃO

A Organização Mundial de Saúde (OMS), em 1946, estabeleceu que Saúde é um estado completo de bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença ou enfermidade. Portanto, no sentido amplo desta definição, a saúde integral das pessoas, compreende os fatores biológicos, psíquicos e sociais, com ênfase para a qualidade de vida.

1 Faland o especificamente da saúde  
2 das(os) trabalhadoras(es) em educação,  
3 sabemos que enfrentamos desafios enormes  
4 na questão da prevenção de doenças mentais  
5 ou psíquicas e físicas, acentuadas pelas longas  
6 jornadas de trabalho que sobrecarregam as  
7 nossas categorias, bem como pela organização  
8 do trabalho escolar.

9 No estado do Rio Grande do Sul, temos  
10 vividos tempos sombrios em relação à nossa  
11 saúde, devido à jornadas exaustivas de  
12 trabalho, advindas da burocratização excessiva  
13 da função de Professores, da sobrecarga  
14 de trabalho imposta às Funcionárias e  
15 Funcionários de Escolas que se encontram  
16 com o quadro de recursos humanos reduzidos  
17 nas escolas, da precarização das relações de  
18 trabalho, através da contratação emergencial,  
19 das terceirizações e das privatizações que tem  
20 avançado grandemente no serviço público.  
21 Tudo isso leva à uma tensão emocional,  
22 gerando um nível de estresse elevado o que faz  
23 com que educadoras e educadores adoçam  
24 mentalmente.

25 Segundo dados do Ministério da  
26 Previdência Social, no RS, em 2024, houveram  
27 37 mil licenças médicas concedidas para  
28 trabalhadores do Estado. Destas, 18  
29 mil afastamentos foram por ansiedade  
30 e depressão, números assustadores e  
31 preocupantes em relação à saúde mental das  
32 servidoras públicas.

33 Em 2025 entrou em vigor a Nova  
34 Redação da NR-01 (Norma Regulamentadora  
35 da Saúde e Segurança do Trabalho) que traz  
36 uma mudança importante a obrigatoriedade  
37 de incluir os riscos psicossociais no  
38 Gerenciamento de Riscos Ocupacionais. Isso  
39 significa que não basta mais apenas identificar  
40 riscos físicos, químicos ou biológicos. Agora  
41 fatores como estresse, assédio e sobrecarga  
42 mental passam a ser considerados e exigem  
43 atenção. Entre os principais fatores que não  
44 apenas afetam a produtividade, mas também  
45 podem levar a problemas graves como  
46 estresse crônico, ansiedade e depressão estão:  
47 metas excessivas e prazos irreais, jornadas  
48 prolongadas e sobrecarga de trabalho, falta  
49 de suporte organizacional, assédio moral e  
50 conflitos interpessoais, ausência de autonomia

e reconhecimento.

Diante do exposto, faz-se necessário que sigamos na luta, cobrando do executivo a ampliação do campo de atuação voltado para a nossa categoria (Professores, Funcionárias e Funcionários de Escola) o investimento de recursos no desenvolvimento de ações de prevenção. Junto ao Legislativo, precisamos incidir na criação de frentes parlamentares e comissões da área de saúde para que emitam pareceres propositivos em projetos de lei voltados à garantia e prevenção da saúde mental.

## **5.8 JUVENTUDE RENOVAÇÃO GERACIONAL E DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA**

A atual conjuntura educacional evidencia a urgência de fortalecer a organização da juventude no movimento sindical, fortalecendo o Departamento e Coletivo da Juventude do CPERS. Estudos recentes do DIEESE (2023–2024) apontam o envelhecimento da categoria docente, com redução significativa da entrada de novos profissionais na carreira. Dados do INEP (2024) também indicam a falta de professoras(es) com formação específica em diversas áreas, sinalizando a possibilidade de um apagão docente nos próximos anos. No Rio Grande do Sul, estudos divulgados em 2023 já apontam déficit potencial de milhares de docentes até 2040.

Esse cenário é resultado direto da desvalorização da carreira docente, intensificada nos últimos anos no Rio Grande do Sul, com a reestruturação do plano de carreira (2020), o não cumprimento integral do Piso Nacional do Magistério, a ampliação da sobrecarga de trabalho, a crescente burocratização das atividades pedagógicas, a precarização dos vínculos, a falta de estrutura física adequada nas escolas e o déficit de recursos humanos.

Esses fatores impactam diretamente a atratividade da profissão, afastando a juventude da carreira docente e agravando o envelhecimento da categoria. Diante desse contexto, torna-se estratégico fortalecer a participação da juventude no sindicato, garantindo renovação geracional e continuidade da luta histórica

1 em defesa da Educação Pública.

2 A juventude não é apenas o futuro do  
3 sindicato, mas o presente da organização cole-  
4 tiva. Investir na formação política, no protago-  
5 nismo juvenil e na ampliação da participação  
6 da juventude nas decisões sindicais é funda-  
7 mental para enfrentar os desafios colocados à  
8 Educação Pública.

9 Dentre os pontos que necessitam de  
10 construção coletiva e plural destacam-se:  
11 Construção de Plano Estadual de Formação  
12 Política da Juventude do CPERS; Realizar en-  
13 contros regionais e retomar encontros esta-  
14 duais da juventude com periodicidade anual;  
15 Fortalecer a inserção da juventude nas dire-  
16 ções locais e regionais; Desenvolver campanha  
17 permanente de sindicalização de jovens traba-  
18 lhadoras(es) em educação; Promover ações de  
19 aproximação com universidades e cursos de  
20 licenciatura; Criação de materiais formativos  
21 específicos sobre carreira docente e direitos  
22 trabalhistas, promovendo ações culturais e es-  
23 paços de escuta voltados à juventude; Forta-  
24 lecer a comunicação digital voltada aos jovens  
25 trabalhadoras(es) em educação.

26 Diante da maturidade etária da categori-  
27 a e dos ataques à Educação Pública, o for-  
28 talecimento da juventude no CPERS torna-se  
29 uma tarefa estratégica. A renovação geracio-  
30 nal, aliada à formação política e ao protago-  
31 nismo juvenil, é fundamental para fortalecer a  
32 luta em defesa da Educação Pública, da valori-  
33 zação profissional e da democracia.

34 A construção de uma nova geração ati-  
35 va nos campos sindicais passa pela formação  
36 política, pela organização coletiva e pelo pro-  
37 tagonismo da juventude, fortalecendo a luta  
38 histórica da categoria em defesa da Educação  
39 Pública, da valorização profissional e da demo-  
40 cracia.

41 A juventude não é apenas herdeira da  
42 luta histórica do CPERS, mas protagonista da  
43 construção do presente e do futuro da Educa-  
44 ção Pública.

45

## 46 **6. PLANO DE LUTAS**

- 47 1. Lutar por reajuste linear para toda a
- 48 categoria.
- 49 2. Lutar contra a privatização da Educação
- 50 Pública.

3. Defender o IPE Saúde e o IPE Previdência.
4. Promover a importância da participação sindical e a história de lutas do CPERS, incentivando a filiação e a ampliação da sindicalização.
5. Seguir lutando por concursos públicos para docentes, funcionárias(os) e especialistas para suprir a demanda das escolas em todos os setores.
6. Lutar, junto à CNTE, pelo Piso Nacional das(os) Funcionárias(os) de Escola.
7. Exigir a continuidade das avaliações e promoções no plano de carreira docente.
8. Exigir a retomada dos processos de avaliações e promoções no plano de carreira das(os) funcionárias(os) de escolas.
9. Cobrar respeito às atribuições dos monitores e de todas as áreas de atuação das(os) funcionárias(os) da educação.
10. Lutar por valorização e formação condizente com o trabalho exercido por monitoras(es).
11. Combater o assédio moral e a violência contra educadoras(es).
12. Exigir do governo o aumento do número de funcionárias(os) por escola, atendendo à demanda sem sobrecarregar e adoecer as(os) trabalhadoras(es) da educação.
13. Continuar a MOSTRA PEDAGÓGICA como valorização da Escola Pública.
14. Fomentar as comissões de educação nos núcleos para debater a escola que precisamos, que atenda a necessidade da classe trabalhadora, valorizando e respeitando educadoras(es).
15. Lutar contra a militarização da educação, escola sem partido, ensino domiciliar. Defender a autonomia da escola para decidir seu projeto político-Pedagógico;
16. Lutar pela manutenção e qualificação da EJA, Educação do Campo, Educação Indígena e Quilombola.
17. Defender a Gestão Democrática e a liberdade de cátedra.
18. Lutar contra a perseguição do Governo aos sindicalistas e educadores(as), principalmente contratados(as), nas Escolas;
19. Participar e fortalecer todas as ações que

- 1 visam barrar a Reforma Administrativa;  
2 20. Participar ativamente da luta contra a  
3 misoginia, contra o racismo, contra a  
4 LGBTQIAfobia.  
5 21. Combater o etarismo, promovendo a  
6 participação sindical tanto da juventude  
7 quanto das pessoas aposentadas.  
8 22. Lutar pelo fim da contribuição  
9 previdenciária das pessoas aposentadas.  
10 23. Lutar, junto à classe trabalhadora, em  
11 defesa da Soberania de nosso país.  
12

13 **ASSINAM: Articulação Sindical (Art Sind) e**  
14 **Movimento Pó de Giz**

15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
25  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50

## **UMA ESCOLA DO POVO PARA CONSTRUIR UMA EDUCAÇÃO ANTIFASCISTA**

### **1. INTRODUÇÃO QUEM SOMOS?**

Somos a Escola do Povo, um coletivo político-pedagógico que, tendo por eixo a atuação político-sindical, procura resgatar, em primeiro lugar, a dimensão pedagógica de nossa ação, incorporando à luta corporativa a disputa ideológica e a construção de uma práxis transformadora da realidade. Desta forma, lutamos por uma Escola Pública de qualidade, laica, democrática, popular e participativa.

### **O QUE É UMA ESCOLA DO POVO?**

Uma Escola do Povo é aquela completamente integrada à comunidade, cuja ação educativa não se limita ao espaço escolar, mas, tendo por base a Educação Popular inspirada em Paulo Freire, Dermival Saviani, entre outros, estende sua atuação para o conjunto da sociedade de seu entorno e realiza a disputa ideológica e contra hegemônica na sociedade.

### **O QUE FAZEMOS?**

Atuamos principalmente nas escolas estaduais no RS e em seus territórios. Participamos ativamente no CPERS/Sindicato, em seus 42 núcleos, e, também, fazemos parte da Direção Central do CPERS/Sindicato.

Temos uma concepção de construção política sindical que busca romper com a lógica burocratista e corporativista da atuação sindical tradicional. Por isso, somos a Escola do Povo, porque, desde uma concepção freiriana de educação e da práxis, pensamos que nossa prática política tem que estar em consonância com a nossa atuação no chão da escola, com nossa prática pedagógica. Ali que temos que fazer as transformações, ou seja, aliar uma ação política sindical com uma práxis política pedagógica nas escolas. Isto é, a disputa ideológica de um projeto contra hegemônico, lutar por uma educação Antifascista!

### **QUAL É A NOSSA CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO?**

A educação e o educar para nós é o pensar o mundo para além da sociedade capitalista, isto é, para além do capital. Uma tarefa revolucionária que se desenvolve na esfera (campo das ideias) da consciência como na vida real, na prática, na vida concreta da luta de classes, ou seja, na práxis. Entendemos a práxis como a união dialética entre teoria e prática, movimento único que possibilita a real transformação das coisas e do mundo. Seguindo Paulo Freire, a práxis relaciona três características fundamentais: a reflexão crítica sobre a realidade, a ação transformadora, pois é importante agir para mudar a realidade, e a participação ativa. Todo esse processo é mediado pelo diálogo, pois entendemos que o diálogo seja o elemento central para acontecer a práxis.

A escola e a educação são o espaço da Práxis. Cumpre uma função estratégica na sociedade, ainda mais em tempos de crise estrutural do capitalismo que está à beira do fascismo. Seria por meio da prática educativa que podemos transitar por dois caminhos: reproduzir as relações capitalistas de forma mecânica ou, a partir dos elementos científicos e da dialética, fornecer à classe trabalhadora a possibilidade da superação da sociedade de classe, da sociedade capitalista. Desta forma, somos um movimento que luta pela consciência de classe dos trabalhadores e a desalienação, e ao mesmo tempo, pela humanização da classe trabalhadora. A nossa estratégia é a luta anticapitalista, a partir de uma educação antifascista e com uma perspectiva socialista.

## **2 – CONJUNTURA (ESTADUAL, NACIONAL E INTERNACIONAL);**

### **2.1 A crise do capitalismo neoliberal e o perigo do fascismo: as eleições de 2026.**

1 É inegável que estamos em uma  
2 nova fase do capitalismo. O mundo passa  
3 por um processo de reordenamento do  
4 sistema mundial, que impacta em diferentes  
5 dimensões da sociedade. Esse processo  
6 provoca um agravamento da crise capitalista  
7 que vem desde 2008 e ainda não se fechou,  
8 provocando uma reorganização da geopolítica  
9 mundial, nos apresentando novos desafios.

10 A crise não é somente econômica, ela  
11 é política, moral e ambiental, o que ameaça  
12 a vida social. Ou seja, uma crise civilizatória  
13 e estrutural do capitalismo. O sistema  
14 atingiu um estágio em que sua sobrevivência  
15 depende da destruição de direitos sociais e  
16 do meio ambiente. Neste contexto, é urgente  
17 uma readequação das lutas e das estratégias  
18 educativas.

19 Os EUA estão numa ofensiva em todos  
20 os terrenos. Tratam de seguir mantendo sua  
21 supremacia disputando o domínio mundial  
22 com a China. E, para isso, exportam sua crise  
23 para os países periféricos. O governo Trump  
24 é um exemplo desse processo. Em uma  
25 tentativa desesperada de reverter o declínio  
26 irreversível do império norte-americano em  
27 meio à crise estrutural do capitalismo, Trump  
28 opera em duas vias articuladas: a econômica,  
29 principalmente através do tarifaço, e a militar,  
30 que joga o mundo no perigo de um conflito de  
31 grandes proporções.

32 O exemplo de seu protecionismo (tarifas e  
33 isolamento econômico) desacopla a economia  
34 americana de um mundo complexo que se  
35 organiza através de cadeias de valor globais  
36 profundamente interligadas. Essa política  
37 acelera sua queda, pois a força militar não  
38 consegue compensar a perda de hegemonia  
39 econômica no mundo em reorganização.  
40 Portanto, a gestão Trump é como uma fase de  
41 um imperialismo de rapina que abandona a  
42 hipocrisia diplomática de governos anteriores  
43 para agir pela força bruta e ameaças. Trump  
44 não resolve a crise, pelo contrário, é um  
45 sintoma agudo de sua fase terminal, pois trata  
46 de preservar os privilégios imperiais através  
47 de um nacionalismo autoritário que ignora a  
48 realidade de um mundo em transformação e  
49 em disputa.

50 Por outro lado, pela via militar, da

ameaça e do confronto, o caso da Venezuela  
e Cuba é um exemplo. A crise se aprofunda  
e se encaminha para um beco sem saída.  
A guerra Rússia-Ucrânia, o genocídio na  
Palestina, a guerra no Irã, possíveis golpes de  
estado na América Latina e Europa do Leste,  
são demonstrações de que o processo está  
indo no sentido da força e do fechamento do  
regime político. Aqui reaparece o perigo do  
neofascismo.

Portanto, não basta aos EUA exportar sua  
crise interna aos países periféricos, utilizando  
mecanismos como cortes de impostos para  
ricos e desregulamentação da economia; ou o  
aumento da exploração do trabalho, ou seja, a  
elevação da taxa de extração de mais-valia que  
faz pressão no desemprego e desvalorização  
dos salários - exemplo recente da Argentina  
e do próprio EUA. Necessitam ir além,  
avançar em reformas estruturais no sentido  
de radicalizar o neoliberalismo e retirar mais  
direitos da classe trabalhadora e privatizar  
tudo o que ainda não foi privatizado, isto é,  
radicalizar ainda mais as reformas neoliberais.

Esse processo aprofunda as contradições  
do sistema, favorecendo a burguesia enquanto  
a classe média e baixa enfrenta inflação e alto  
custo de moradia, isto é, piora das condições  
de vida da classe trabalhadora. Desta forma, as  
tensões entre os países e a resistência da classe  
trabalhadora impactam no próprio regime  
democrático burguês dos Estados nacionais.  
As mudanças estruturais no desenvolvimento  
do capitalismo neoliberal necessitam ou  
podem necessitar de outras formas de regime  
que administrem um Estado que enfrente as  
novas necessidades desse novo capitalismo.  
Isto é, passar de uma democracia liberal para  
um regime diferente, um regime fascista  
(neofascista) ou com características fascistas.

Portanto, está posto o desafio, de  
fazermos a crítica a lógica trumpista e de  
seus aliados, e por meio dela, colocarmos em  
prática a construção de alternativas coletivas  
viáveis. Neste sentido, torna-se indispensável  
buscarmos as interconexões possíveis entre  
os processos educação formais e informais,  
buscando complexificar nossas estratégias  
e concomitantemente tornando-as mais  
orgânicas.

## 2.2 Brasil

O Brasil não está fora dessa disputa. Os ataques de Trump através do tarifaço são uma demonstração disso. Trump realizou dois movimentos simultâneos no Brasil: por um lado, o tarifaço com objetivo econômico; por outro, o apoio a Bolsonaro (ultradireita), que deflagra uma intervenção na esfera política brasileira. Trump e as Big Techs farão de tudo para influenciar e ganhar as eleições de 2026. Corremos o risco de uma mudança no regime democrático burguês no Brasil, isto é, o perigo do fascismo existe e pode acontecer.

O Brasil é um dos principais países do mundo com um PIB superior a 12 trilhões de reais em 2025, o principal da América Latina, portanto, não está fora da disputa, pelo contrário, faz parte das áreas de influência do Império Americano e é decisivo no processo de reordenamento.

A ação de Trump no Brasil funciona, na prática, como uma punição econômica, algo como um embargo econômico que inviabiliza, ou dificulta o comércio com os EUA. O objetivo do governo americano é travar o desenvolvimento dos BRICS e afastar o Brasil da influência da Rússia e da China. Por outro lado, o ataque é político, buscando interferir na política local, pressionando as instituições brasileiras pela anistia de Bolsonaro e ajudando a extrema-direita a ganhar as próximas eleições. Apoiados por Trump os bolsonaristas avançam a cada dia em direção ao fascismo. Nosso país está sofrendo diariamente ameaças e provocações, que intervêm em seus assuntos internos, vindas da principal potência imperialista mundial. Esta é a principal ameaça a ser enfrentada e derrotada: a ameaça imperialista fascista.

Desta forma, o julgamento de Bolsonaro e da cúpula militar e civil é um acontecimento histórico na democracia brasileira. De alguma forma, podemos dizer que é uma vitória parcial da nossa democracia, pois a condenação de Bolsonaro e de militares de alta patente é algo significativo diante de tantos retrocessos e ameaças. É imprescindível seguir lutando contra qualquer tipo de anistia aos golpistas.

### 2.2.1 As eleições 2026.

O panorama para as eleições ainda é incerto, com as pesquisas eleitorais mostrando a consolidação em nível nacional da polarização Lula x Flávio Bolsonaro. No Rio Grande do Sul a disputa pelo governo do estado não está definida, mas, assim como a nível nacional, será acirrada. O que está nítido é que se trata de um confronto entre o fascismo e a democracia que moldará nosso futuro. Não temos nenhuma dúvida sobre a necessidade imperiosa de defender a democracia, que é representada nessa eleição pela candidatura de Lula. Os nossos eixos de atuação, que precisam estar presentes em todas as nossas lutas são a defesa da soberania nacional, a afirmação da democracia, a resistência antifascista e o combate ao golpismo. Não temos dúvidas que a sobrevivência da humanidade passa pela luta anti-imperialista (unidade do Imperialismo com Israel) e a derrota do fascismo. Nesse sentido, a vitória de Lula ajuda nesse processo que perpassa o Brasil, isto é, a vitória de Lula contribui para a democracia e a construção de um mundo multipolar, com mais possibilidades aos países periféricos.

### 2.2.2 O Governo Lula

Fazendo um breve balanço do governo Lula, o governo conseguiu realizar uma gestão aceitável, tendo em conta as condições desfavoráveis que encontrou o Brasil em 2022. Mesmo com o congresso contra e com uma oposição raivosa, Lula reagiu a tempo e com altivez. Ao contrário do que aconselharam seus adversários, Lula não recuou e pagou para ver contra a investida de Trump. Resultado: recuo de Trump e vitória parcial do Brasil e de Lula.

O governo Lula inclusive saiu das cordas e começou a reagir, foi para a ofensiva e conseguiu pautar a política nacional com pelo menos duas pautas: a aprovação da isenção do imposto de renda para os que ganham até 5 mil reais e a taxação dos mais ricos. E, agora, traz as importantes pautas da redução da jornada de trabalho (o fim da escala 6x1), a regulação das big techs e das redes sociais e a defesa da democracia contra os golpistas e o perigo do fascismo. Resta ver se o governo Lula terá condições e competência política

1 para tornar essas pautas o eixo do debate.  
2 Lembramos que o governo Lula saiu  
3 das cordas somente no segundo semestre de  
4 2025 e a partir de pautas concretas, como o  
5 “Congresso inimigo do povo”, a taxaço das  
6 grandes fortunas e a luta contra o tarifaço  
7 de Trump, que proporcionou as últimas  
8 mobilizações que aconteceram no segundo  
9 semestre de 2025.

10 Esse processo abriu caminho para a  
11 aprovação da proposta de isenção dos 5 mil do  
12 imposto de renda, que impactará a distribuição  
13 de renda da classe trabalhadora, exemplificado  
14 pelos professores, que receberão um décimo  
15 quarto salário no final do ano. Além disso, no  
16 caso do magistério, a Medida Provisória nº  
17 1.334/2026 fixou o piso nacional para 2026  
18 em R\$ 5.130,63, representando um reajuste  
19 de 5,4%. Em vigor desde janeiro de 2026, a  
20 MP atualiza a lei do piso para garantir ganho  
21 real, melhorando a vida dos professores com  
22 reajuste acima da inflação.

23 No entanto, isso não é suficiente. Lula  
24 terá que propor um programa de esquerda  
25 que realmente atenda às demandas da classe  
26 trabalhadora. Somente com ampla mobilização  
27 social e reformas estruturais avançaremos  
28 pelo caminho da democracia, justiça social e  
29 soberania nacional.

### 30 **2.3 Um breve balanço do Governo Leite: o** 31 **rapaz propaganda**

32 O Rio Grande do Sul atravessa uma  
33 crise estrutural. Leite propaga uma narrativa  
34 falsa em que o seu discurso de modernização  
35 da gestão não parece encontrar eco nos  
36 indicadores reais da economia e da própria  
37 vida real. Seu governo é uma peça publicitária.

38 Sob o governo de Eduardo Leite,  
39 o estado tem sido palco de uma política  
40 econômica que, sob o pretexto do ajuste  
41 fiscal, sufoca o setor produtivo, desmontando  
42 o Estado a partir das privatizações e da  
43 desvalorização do funcionalismo, com um  
44 desmonte consciente das políticas públicas,  
45 como a saúde, segurança e, principalmente a  
46 educação.

47 Ao mesmo tempo, as pessoas sentem  
48 na pele a diminuição do poder de compra,  
49 o qual impacta diretamente à economia e o

desenvolvimento do estado do Rio Grande do  
Sul.

Mesmo com dinheiro em caixa, pois o  
governo federal perdoou a dívida do Estado  
por três anos, somado ao repasse bilionário  
do governo Lula para a reconstrução pós  
inundações, Leite não conseguiu sair da crise  
e entrega um Estado em condições de crise  
estrutural. Um exemplo é a educação!

### **2.4 Diagnóstico da Educação na Rede Estadual** **do Rio Grande do Sul: Uma Perspectiva Crítica**

Apesar da narrativa promovida  
pelo Governo Leite, a análise da situação  
educacional no Rio Grande do Sul revela  
um cenário predominantemente negativo.  
Observa-se um processo de desinvestimento  
e fragilização da escola pública gaúcha,  
manifestado pela redução de matrículas,  
diminuição do número de turmas, fechamento  
de unidades escolares e precarização das  
condições de trabalho docente. Tais fatores  
comprometem diretamente o processo  
pedagógico e a qualidade da educação  
oferecida aos estudantes, em particular, aos  
filhos da classe trabalhadora. A observação  
direta nas escolas e o diálogo com a comunidade  
escolar corroboram esta percepção,  
evidenciando infraestrutura deteriorada,  
docentes sobrecarregados e profissionais  
subvalorizados. A crise na educação pública  
estadual pode ser categorizada em três  
dimensões principais:

#### **a. Sucateamento do Sistema Educacional**

O sistema educacional público tem  
sido objeto de um processo sistemático de  
sucateamento. Dados do último censo escolar  
(INEP, 2025) indicam que, no período de 2019  
a 2024, houve uma queda de 2,9% no total  
de matrículas no estado, com uma retração  
de 6,6% especificamente na rede pública. Em  
contrapartida, a rede privada expandiu sua  
participação em 12,7%, elevando-a de 19,2%  
para 22,3% do total de matrículas, o que  
sugere uma transferência de responsabilidade  
do setor público para o privado.

A rede estadual, especificamente,  
registrou uma perda superior a 144 mil  
estudantes em cinco anos, representando

1 uma diminuição de 17,2%. No mesmo período,  
2 foram fechadas 143 escolas, sendo 27 apenas  
3 no último ano. A redução de 8,1% no número  
4 de turmas limita o acesso à educação para  
5 as camadas mais vulneráveis da população.  
6 Um exemplo notório é a Educação de Jovens  
7 e Adultos (EJA), que entre 2019 e 2024,  
8 sofreu uma retração de 65% nas matrículas,  
9 correspondendo a 46.827 estudantes a menos.

## 10 11 **b. Política de Desvalorização do Trabalhador** 12 **em Educação**

13 Identifica-se uma política deliberada de  
14 desvalorização dos profissionais da educação,  
15 incluindo docentes, funcionários escolares,  
16 especialistas e aposentados, muitos dos quais  
17 enfrentam perdas salariais que podem atingir  
18 até 70%.

19 No que tange aos docentes, o quadro  
20 total de professores diminuiu em 6,4%,  
21 passando 40.152 em 2019 para 37.573  
22 em 2024, implicando a extinção de 2.579  
23 cargos efetivos. Este cenário é agravado  
24 pela crescente substituição de profissionais  
25 concursados por contratos temporários.  
26 Atualmente, 60,9% dos professores atuam em  
27 condições precárias e de incerteza. O número  
28 de professores concursados reduziu de 23.681  
29 em 2019 para 14.693 em 2024, enquanto o de  
30 contratados aumentou de 16.304 para 22.714  
31 no mesmo período, um acréscimo de 6.410  
32 contratos sem estabilidade. Esta proporção  
33 de vínculos precários no Rio Grande do Sul  
34 é superior à observada em outros estados  
35 como São Paulo, Minas Gerais e Paraná. A  
36 realização de concursos, como o de 2025, não  
37 tem demonstrado capacidade de reverter essa  
38 tendência de precarização.

## 39 40 **c. Deterioração do Processo Pedagógico**

41 A atual gestão implementa uma  
42 abordagem educacional neoliberal, que  
43 inviabiliza o desenvolvimento de uma  
44 educação integral, humanizada, crítica e  
45 democrática. Este modelo é pautado pela  
46 meritocracia, com a aprovação de legislação  
47 específica que burocratiza o trabalho docente,  
48 intensifica a sobrecarga e engessa o processo  
49 pedagógico. O governo impõe métodos de  
50 controle e monitoramento, frequentemente

por meio do preenchimento de inúmeras  
planilhas, sob a justificativa de planejamento  
de longo prazo, mas que na prática se traduz  
em uma burocracia desprovida de eficácia  
para o preparo de aulas que atendam às  
necessidades reais dos estudantes.

Há também indícios de “maquiagem”  
dos dados para artificialmente melhorar os  
índices educacionais. Essa abordagem tem  
resultado na burocratização do processo  
pedagógico, sobrecarga de trabalho e um  
gerencialismo autoritário exercido pela  
Secretaria de Educação (SEDUC) sobre as  
escolas, em detrimento da gestão democrática  
e da autonomia da prática docente em sala de  
aula. A legislação aprovada no ano anterior  
transforma a educação gaúcha em um sistema  
orientado por lógicas de mercado (favorecendo  
a presença e atuação de institutos privados),  
onde metas e índices são os principais critérios  
norteadores, promovendo uma educação  
bancária baseada na meritocracia.

Como exemplo preocupante da  
precarização na área da educação podemos  
registrar o não atingimento pelo Rio Grande do  
Sul da meta nacional de alfabetização. Embora  
o Brasil tenha superado a meta, o Rio Grande  
do Sul avança negativamente, constando  
como o estado de pior desempenho entre os  
seis que não atingiram a meta de alfabetização  
na idade certa em 2025 (ao final do 2º ano  
do ensino fundamental), ficando abaixo  
do esperado pelo Compromisso Nacional  
Criança Alfabetizada. O estado atingiu cerca  
de 52% das crianças alfabetizadas, um índice  
significativamente menor que a meta de 69%  
estabelecida para aquele ano.

### 2.4.1 Algumas possibilidades para 2026

Diante do exposto, torna-se imperativa  
a continuidade da organização e mobilização  
do magistério junto ao CPERS Sindicato. A  
categoria deve persistir na luta por uma  
educação transformadora, antifascista e  
integral, que atenda às reais necessidades  
da juventude gaúcha. O ano eleitoral de  
2026 representa uma oportunidade para  
intensificar a resistência e a busca por um novo  
projeto de desenvolvimento para o Estado e,  
principalmente, na esfera educacional para o

1 Rio Grande do Sul.

2 A luta na educação deve ir além das vias  
3 institucionais e buscar outras vozes, tornando  
4 nosso entendimento, da situação nos espaços  
5 escolares, mais orgânico e real.

6 Somente tendo uma escuta sensível  
7 das demandas e ações criativas dos e das  
8 educadoras, desde os espaços educativos,  
9 poderemos fazer frente aos impactos do  
10 neoliberalismo e do neofascismo.

11 Precisamos propor a construção de um  
12 Projeto Político Pedagógico de resistência e de  
13 transformação, apoiando as e os educadores  
14 nos processos educativos formais e informais.  
15 E, através de estratégias de ação reflexão  
16 consistentes, coletivizadas e democráticas,  
17 precisamos envolver um grande número  
18 de agentes sociais, políticos e educativos  
19 na defesa de uma educação integral, de  
20 qualidade, democrática e antifascista.

21 Desta maneira, iremos construir  
22 diálogos reais e estratégias materializadas em  
23 espaços comunitário, educativos e políticos,  
24 tendo êxito em nossas lutas contra o fascismo  
25 e sendo capazes de apresentar argumentos  
25 convincentes a população.

27 É fundamental destacar que apesar de  
28 toda a violência, de todo o descaso e de toda  
29 a precarização, a escola é um território em  
30 disputa e temos muitas pessoas fazendo o  
31 enfrentamento político contra esse estado de  
32 coisas, embora de forma às vezes desarticulada  
33 e com pouco acúmulo organizativo. Nesse  
34 sentido, precisamos destacar a centralidade  
35 do papel do sindicato como eixo da articulação  
36 e fortalecimento da resistência contra-  
37 hegemônica dentro das escolas.

## 39 **2.5 – Balanço do CPERS;**

### 40 **Um Breve Balanço da DC**

- 41 1. Entramos em 2025 com uma nova direção  
42 do CPERS Sindicato. As últimas eleições  
43 elegeram uma nova direção ampliada com  
44 21 membros (executiva e diretores), seis  
45 a mais que as outras direções, e com um  
46 detalhe importante: 11 forças políticas na  
47 nova direção. As forças políticas da direção  
48 transitam em um amplo espectro político.
- 49 2. Em um contexto adverso de refluxo do  
50 movimento de massas, a nova direção

tratou de avançar e provocar algumas  
mudanças em relação à última direção.  
Podemos caracterizar que esse processo  
ainda está indefinido e em aberto.

3. A DC começou bem o ano de 2025 e  
enfrentou o governo Leite logo no começo  
das aulas com duas pautas: o adiamento  
das aulas devido ao calor extremo e a falta  
de condições em várias escolas, e uma  
pressão ao governo para o pagamento  
dos funcionários em suas parcelas de  
penosidade que não saíram. Nas duas,  
saímos vitoriosos; no entanto, podemos  
dizer que foram vitórias parciais, pontuais.
4. Portanto, o significado desse embate  
demonstrou para a categoria que era  
possível enfrentar Leite e desconstruir a  
falsa narrativa de que as coisas vão bem  
ou que as escolas estão ótimas e em  
boas condições. Também mostrou para a  
categoria e para o próprio governo que o  
CPERS é grande e ainda tem influência na  
luta de classes.
5. A DC realizou duas caravanas que  
percorreram todos os núcleos,  
demonstrando a realidade das nossas  
escolas, contrapôs a narrativa do  
governador Leite e da secretária Raquel de  
que as escolas estavam em boas condições.  
O resultado foi a descoberta de escolas  
sem condições, muitas com problemas  
em sua estrutura elétrica, entre outros  
problemas estruturais. Um ato em frente  
ao Julinho, em Porto Alegre, com um  
protesto do CPERS na visita do governador  
à escola, sintetizou esse momento.
6. Realizamos duas assembleias de  
mobilização em 2025, reunindo quase 3  
mil trabalhadores da educação estadual  
em cada ocasião. Tiramos algumas ações,  
principalmente a questão salarial, através  
do fórum dos servidores e uma paralisação  
no dia das formações nas escolas, a parada  
pedagógica. Também foi reafirmada a  
luta contra o assédio e a sobrecarga de  
trabalho.
7. A luta por reajuste salarial de 12,14% foi  
levada para as regiões através de atos  
regionalizados, em unidades com outros  
sindicatos de servidores públicos estaduais.

- 1 Os atos foram importantes; no entanto,  
2 não conseguimos mobilizar os servidores  
3 e transformar uma necessidade objetiva  
4 em uma mobilização capaz de pressionar o  
5 governo e conquistar o reajuste. Podemos  
6 dizer que foi importante; entretanto, não  
7 resultou em vitória. Esse processo de  
8 articulação dos servidores encontra-se  
9 paralisado. Já a tentativa de paralisação  
10 parcial no dia da jornada pedagógica não  
11 aconteceu transformou-se, na maioria das  
12 regiões, em visitas nas escolas e conversas  
13 com os professores, algo muito tímido  
14 para o que necessitamos.
- 15 8. Outra luta que travamos e continuamos  
16 travando é a luta contra a opressão  
17 que sofremos no dia a dia nas escolas  
18 e a sobrecarga de trabalho. Essa pauta  
19 apareceu de forma importante na  
20 assembleia e nas caravanas, o qual levou  
21 a DC a produzir uma cartilha sobre o tema  
22 e trabalhar nas escolas realizando visitas e  
23 debates com a categoria. Nesse contexto,  
24 foram realizadas duas reuniões com a  
25 Secretária Raquel e uma com o Governador  
26 Leite, mas sem grandes resultados,  
27 pois a categoria segue sofrendo com a  
28 sobrecarga de trabalho, reajuste salarial  
29 para uma parte da categoria (pagamento  
30 do piso) e um avanço no processo de  
31 neoliberalização da escola com duas ações  
32 sendo articuladas pelo governo: o controle  
33 do acionar político-pedagógico nas escolas  
34 (fiscalização a partir do controle das  
35 mentorias) e a recém-proclamada política  
36 de bonificação com base na meritocracia.  
37 Portanto, fica evidente que temos que  
38 avançar na forma de pressionar o governo  
39 e tentar outras formas de dialogar e  
40 mobilizar a categoria.
- 41 9. Desta forma, a Direção Central, por um  
42 lado, conseguiu desenvolver uma mínima  
43 política de mobilização (conseguiu ir de  
44 forma organizada aos núcleos), mas não  
45 conseguiu massificar as mobilizações. Nos  
46 momentos em que se tentou paralisar a  
47 categoria (parada pedagógica) e nos atos  
48 regionalizados por reajuste salarial, e  
49 na luta contra a lei da meritocracia, não  
50 conseguimos massificar, nem paralisar. Isso
- demonstra que a categoria, por enquanto,  
não sinaliza disposição para uma luta mais  
direta contra Leite. Ou seja, ainda não  
encontramos o caminho para aprofundar  
os debates (a relação com a base) e colocar  
a categoria em pé de guerra contra Leite.  
Portanto, ainda estamos em refluxo e com  
limitações para a mobilização da categoria.
10. Outras ações foram realizadas pela DC,  
como encontros dos funcionários por  
núcleos, encontros dos representantes  
dos aposentados e formação sindical por  
núcleos (que continua acontecendo),  
além de mostra pedagógica. Outra ação  
importante para destacar é a participação  
ativa no plebiscito popular e algumas  
idas a Brasília, com pautas pelo fim do  
desconto previdenciário, piso salarial  
dos funcionários, entre outras lutas  
importantes. A última ação importante  
da DC foi a participação na primeira  
conferência antifascista realizada em Porto  
Alegre no mês de março. O Cpers foi uma  
das entidades que esteve na organização  
do evento e participou ativamente de suas  
atividades. Um marco na luta antifascista  
do Brasil e do mundo.
11. Contudo, podemos dizer que a DC ainda  
encontra certa dificuldade no diálogo e na  
mobilização da categoria. Sabemos que o  
enfrentamento com Leite é uma disputa  
difícil. O governador tem maioria na  
Assembleia e, em temas como aumento  
salarial ou qualquer melhoria para a  
educação, os deputados da base e da  
ultradireita votam contra a educação.  
Se o governo não identificar força de  
mobilização do nosso lado, não nos  
entregará nada. Vai seguir com seu projeto  
de transformar a escola e a educação  
em um negócio rentável para algumas  
empresas e, o mais importante para o  
governo, o avanço na esfera ideológica de  
transformar a educação em treinamento  
para as demandas do mercado na lógica  
do empreendedorismo.
12. Portanto, temos dificuldades organizativas  
e políticas. São muitas tarefas ao mesmo  
tempo e o momento histórico é complexo.  
Necessitamos encontrar novas formas de

1 diálogo com a categoria. Acreditamos que  
2 a DC pode avançar nesse sentido e, ainda  
3 esse ano, construir uma forte mobilização  
4 que enfrente o governo Leite e ajude  
5 o campo progressista a construir uma  
6 alternativa ao modelo vigente.

- 7 13. Por fim, no ano de 2026 teremos novas  
8 oportunidades para avançar na mobilização  
9 e na construção de lutas efetivas que nos  
10 levem a vitória. Enfrentar as privatizações  
11 de escolas, lutar contra a sobrecarga de  
12 trabalho e ajudar na vitória do campo  
13 progressista nas eleições de 2026, são  
14 desafios reais que a DC deverá trilhar.

#### 16 2.5.1.1 – Pauta de Reivindicações 17 e Pautas de Lutas

18 Lutamos, por óbvio, por valorização  
19 dos salários, melhores condições de trabalho  
20 e todas as pautas historicamente defendidas  
21 pelo magistério. No entanto, é importante  
22 ressaltar e avançar em pautas que quase não  
23 tem espaço em nossos dias, exemplo, o debate  
24 pedagógico dentro da escola e na sala de aula  
25 no âmbito da construção de uma educação  
26 contra-hegemônica.

27 Portanto, temos que seguir e continuar a:

- 28 1. Lutar contra o assédio moral que acontece  
29 nas escolas;
- 30 2. Lutar pela diminuição da sobrecarga de  
31 trabalho como luta central na disputa pelo  
32 tempo livre.
- 33 3. Lutar por concurso público constante no  
34 sentido de reverter a situação atual em  
35 que temos mais de 60% de contratados  
36 não concursados. Tratar de regulamentar  
37 as condições precárias e vulneráveis da  
38 relação dos contratados com o estado.
- 39 4. Lutar incansavelmente contra a  
40 privatização das escolas e as PPPs;
- 41 5. Construir protocolos de emergência  
42 climática e coordenar ações relacionadas a  
43 crise climática nas escolas;
- 44 6. Melhores estruturas nas escolas para  
45 enfrentar os novos fenômenos climáticos;
- 46 7. Seguir lutando pela gestão democrática  
47 e pela real autonomia das escolas e  
48 democracia real;
- 49 8. Seguir lutando pelo piso nacional dos  
50 funcionários;

9. Seguir lutando pelo fim do desconto da  
parcela de irredutibilidade;

10. Seguir lutando pelo fim do desconto  
previdenciário;

11. Contribuir na formação continuada dos  
professores, articulando projetos de  
formação com as universidades públicas  
com os objetivos de ajudar na formação  
docente e na disputa ideológica por uma  
educação humanista e integral;

12. Enfrentar incansavelmente a extrema  
direita e derrotá-la nas eleições de 2026;

13. Contribuir na construção de uma educação  
antifascista nas escolas;

#### 2.5.1.2 – Plano de Lutas (Salarial, Sindical, Previdenciário e Funcional);

a) Luta salarial: Valorização salarial para  
toda a categoria;

b) Luta por valorização na carreira:  
reconstrução do plano de carreira; concurso  
permanente; melhores condições de trabalho;

c) Previdência e saúde: seguir lutando  
por um IPE que atenda às necessidades dos  
trabalhadores;

d) Melhores condições de trabalho: lutar  
contra a sobrecarga de trabalho;

e) Pedagógico: lutar contra uma educação  
meritocrática e de mercado. Por uma educação  
Antifascista;

f) Lutar contra a privatização da escola  
pública;

g) Organizar o sindicato pela base e com  
democracia;

#### 2.5.1.3 – Políticas Específicas;

a) Formação docente para avançar na  
construção de uma Educação Antifascista, ou  
seja, por uma escola livre de preconceitos  
e opressão e com o protagonismo das  
juventudes;

b) Luta pela redução da sobrecarga de  
trabalho como eixo central da atuação do  
sindicato;

c) Luta pelo fim do desconto  
previdenciário dos aposentados;

d) Política de construção idades dessas  
lutas e a articulação de espaços de cultura  
popular;

e) Luta pela garantia de tempo e espaço

1 para a interlocução do sindicato com a categoria  
2 dentro das escolas sem a interferência das  
3 CREs;

4 f) Construção de instrumentos para apoio  
5 concreto e efetivo do sindicato aos professores  
6 e professoras que sofrerem ameaças, violência  
7 ou perseguição no exercício de sua liberdade  
8 de cátedra e do seu dever de ensinar e abordar  
9 as temáticas sensíveis prescritas na BNCC);

10 Estabelecer um diálogo com a categoria sobre  
11 g) as formas de violência que afetam a  
12 escola e que estão impactando o cotidiano  
13 escolar e o próprio processo pedagógico,  
14 procurando dar suporte aos professores e  
15 professoras para resistir a essa violência;

16 h) Pela abertura e funcionamento regular  
17 das bibliotecas escolares em todas as escolas  
18 do estado.

19  
20 **Assina essa tese @s militantes da Avante**  
21 **Escola do Povo**

22  
23  
24  
25  
25  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50

## EDUCADORAS QUE BATALHAM POR EDUCAÇÃO DE QUALIDADE, DIREITOS SOCIAIS E VIDA DIGNA

### CONJUNTURA INTERNACIONAL

O cenário internacional das últimas cinco décadas vem apresentando sintomas de crises com magnitudes distintas mas que interagem nas suas dinâmicas. Desde a crise capitalista dos anos 1970 (choques do petróleo de 1973 e 1979) o Estado de Bem-Estar Social deixou de ser um projeto consistente que possibilitou a estabilidade do capitalismo liberal. A crise estrutural do capitalismo apontada pelo esgotamento do welfare veio acompanhada de novos ajustes frente a necessidade de reorganizar o modelo de Estado que seja o garantidor da acumulação sem permitir a manutenção dos direitos sociais.

Os anos 1980 ficaram marcados pela implementação do modelo neoliberal (já havia sido testado na ditadura chilena de Pinochet e seus *Chicago boys*) no centro do sistema com a adoção de medidas que retirava o Estado do planejamento econômico e voltasse para a quimera da mão invisível do mercado, originando um reordenamento do capital em escala mundial, especialmente, nos EUA de Reagan e Inglaterra de Thatcher. Concomitantemente no bloco socialista soviético ocorreu o desmoronamento da experiência revolucionária iniciada em 1917. As medidas reformistas de Gorbachev (*perestroika e glasnost*) não encontraram resistência na burocracia do partido e tampouco na sociedade. O fim dessa era ficou sintetizado na queda do Muro de Berlim em 1989.

Com o fim do socialismo real, o capitalismo expandiu-se em escala planetária açambarcando um terço da humanidade para seus negócios. O alvorecer dos anos 1990 veio carregado dessa euforia do suposto fim da História e da vitória do “mundo livre”, provocando uma regressão na luta de classes mundialmente. A mundialização do capital através das grandes empresas multinacionais redefine a geopolítica (a bipolaridade é substituída pela

ordem multipolar) e a divisão internacional do trabalho através de mudanças nas forças produtivas (revolução tecnocientífica como informática, robotização, automação, etc). A globalização do capital amplia linhas de produção entre vários territórios desbancando os modelos nacionais de desenvolvimento. A tônica da abertura dos *novos mercados* será mediada por países do centro e da periferia conforme seus governos de plantão. Os Estados nacionais deixam de ser, exclusivamente, os espaços promotores da acumulação, tendo agora, que conviver e negociar com blocos econômicos supranacionais e com organismos internacionais que atendem aos interesses imperialistas.

A financeirização da economia globalizada propiciou um aumento exponencial dos fluxos de capitais e de mercadorias propiciadas pelo desenvolvimento dos meios de comunicação e transportes, mas por outro lado, impôs várias restrições aos fluxos de pessoas e força de trabalho. Total liberdade aos capitais, quase nenhuma para os trabalhadores precarizados. A nova ordem mundial globalizada explora numa escala nunca antes vista, os territórios que apresentam *vantagens comparativas*, ou seja, que possuem baixíssima remuneração da força de trabalho.

A China e o modelo que utiliza acabou tornando-se regra para todo o planeta. Na década dos anos 2000, a reconfiguração do comércio mundial havia crescido pela realização de uma nova ordem, onde o Sul global exporta *commodities* e o Norte global produtos industrializados e de alta tecnologia. Os fluxos comerciais aumentaram, ainda que de modo irregular, mas com crescimento anual até o impacto da crise do setor imobiliário no coração do sistema, os Estados Unidos.

A crise de 2008-2009 provocou recessão no capitalismo mundial, ocorrendo fusões e falências de muitos capitais que tiveram que se reorganizar para manter suas taxas de lucro,

1 num quadro recessivo de médio e longo prazo.  
2 Isso significou a retomada de uma agenda  
3 neoliberal esboçada nos anos 1980-1990,  
4 agora com mais empenho para redesenhar  
5 as taxas de lucro e manutenção das mesmas  
6 num quadro de queda tendencial. Nesse  
7 sentido vemos a ofensiva do capital sobre os  
8 orçamentos públicos de países importantes no  
9 cenário mundial, como o Brasil, promovendo  
10 um conjunto de contra reformas (trabalhistas,  
11 sindicais, previdenciárias, tributárias e  
12 administrativas) que cumprem a função de  
13 reordenar os recursos públicos para manter  
14 os padrões de acumulação das burguesias  
15 mundializadas e suas associadas locais,  
16 rebaixando ao máximo possível as condições  
17 de emprego das massas assalariadas.

18 A década dos anos 2010-2020 foram  
19 de recorrentes instabilidades econômicas e  
20 políticas explodindo revoltas que demonstram  
21 que o modelo fordista-keynesiano que  
22 prevaleceu no welfare não reúne mais  
23 condições de dar a coesão social que o capital  
24 tanto necessita para manter a roda girando da  
25 acumulação.

26 A crise provocada pela pandemia  
27 do coronavírus ocorreu em virtude da  
28 velocidade dos fluxos da era globalizada,  
29 foi contraditoriamente o que gerou um  
30 enorme choque no sistema que vinha em  
31 expansão. Os impactos da disseminação do  
32 covid-19 quebrou muitas cadeias produtivas  
33 em escala mundial e setores exportadores  
34 que dependiam do crescimento do comércio  
35 mundial. O fato de ter sido originado na  
36 oficina do mundo moderna, a China, fez este  
37 país (que em realidade atua com tamanho de  
38 um bloco econômico maior que UE) adotar  
39 medidas restritivas de isolamento social que  
40 engendrou redução das taxas de crescimento  
41 que vinha apresentando nas últimas décadas.

42 A retração do crescimento chinês  
43 promoveu um duplo movimento, por um lado,  
44 a queda dos países que vendiam produtos  
45 primários ao país, bem como os impactos  
46 na aquisição de componentes e mercadorias  
47 originárias de lá, quebrou linhas produtivas  
48 (como setor automobilístico no Brasil por  
49 falta de chips aos painéis dos veículos); mas  
50 por outro, acelerou uma lógica em busca de

uma asiaticização das economias de outras  
regiões da periferia mundial (Ásia, América  
Latina e África) para rebaixar as condições  
de trabalho (precariado mundial) para atrair  
os investimentos que, por ora, pensam em  
retirar-se da China.

Esse processo está em curso e nesse  
quadro é possível compreender as provocações  
da OTAN (herança da ordem bipolar que nunca  
deixou de existir a revelia dos acordos do fim da  
Guerra Fria) que é controlada pelos EUA e sua  
filial europeia Inglaterra (Brexit), estimulando  
uma guerra local (Ucrânia) nas fronteiras com  
a Rússia para obrigar um novo arranjo político  
internacional. A Alemanha teve que romper o  
acordo energético com a Rússia, a China teve  
que se posicionar, ainda que timidamente, ao  
lado de Putin e a União Europeia novamente  
cai nas mãos da dominação estadunidense  
em decadência numa leitura de médio a longo  
prazo. O século americano, incrivelmente, no  
pós socialismo soviético não se manteve, pois  
o capitalismo mostrou-se incapaz de resolver  
os problemas estruturais da humanidade,  
ao contrário, os agravou, vide as questões  
ambientais e climáticas cada vez maiores e sem  
horizonte de soluções dentro dessa ordem.

### **CONJUNTURA NACIONAL**

Ao longo de sua história, o Brasil  
apresentou-se na divisão internacional do  
trabalho predominantemente em posição  
subordinada aos interesses estrangeiros, seja  
na fase da acumulação primitiva, de expansão  
do comércio europeu, quanto depois da  
independência política que manteve as  
mesmas bases econômicas do período colonial  
até a Revolução de 1930, que foi mais que um  
golpe e menos que uma revolução. Entre os  
anos 1930-1980 o país conseguiu se colocar no  
grupo dos países industrializados, montando  
um novo arranjo entre as classes dominantes  
que impôs aos proprietários de terras do setor  
primário-exportador (café), numa posição  
secundária e ao lado do condomínio que  
promoveu a industrialização do país.

Os 50 anos de surtos industrializantes,  
com períodos de maior intervenção do Estado  
e outros de caráter mais liberal (leia-se entrada  
dos interesses das corporações multinacionais)

1 engendrou um país que teve momentos de  
2 expansão (baseada na articulação capital de  
3 Estado, multinacionais e burguesia associada)  
4 e outros de recessão, refletindo em períodos  
5 de instabilidades políticas, especialmente  
6 pela entrada das massas trabalhadoras no  
7 jogo político, mesmo que de forma tutelada  
8 e restrita pelo pacto populista. O Estado  
9 Novo varguista regulamentou a legislação  
10 trabalhista, coibindo a autonomia sindical  
11 atrelando-a ao imposto sindical obrigatório.  
12 Com isso o Estado passou a desempenhar  
13 o papel de árbitro entre os conflitos capital-  
14 trabalho, e ao mesmo tempo, de forma  
15 autocrática (bonapartismo?) desenvolveu  
16 a indústria de base (bens de capital). Com  
17 o fim da 2ª Guerra Mundial o país retoma a  
18 democracia, com governos liberais e mais  
19 estatizantes, como o segundo de Vargas,  
20 que promove a construção de outras bases  
21 industriais (setor energético) que o presidente  
22 JK consolida ao desenvolver o “50 anos em 5”  
23 que faz o país se colocar no modelo fordista  
24 de produção puxado pelos eletrodomésticos e  
25 automóveis.

25 O terceiro momento dessa “marcha  
27 forçada” rumo a industrialização se deu  
28 nos governos militares que eram alinhados  
29 ao mundo livre estadunidense mas tinham  
30 princípios keynesianos que desaguaram  
31 na economia de forma extremamente  
32 concentradora de renda que foi o milagre  
33 econômico entre 1968-1973. De maneira  
34 geral, para efeitos econômicos pode-se  
35 considerar alguns avanços ao capital submisso  
36 aos interesses internacionais (imperialismo).  
37 Nesse período, no entanto, na perspectiva  
38 do trabalho foram desastrosos, eliminando a  
39 estabilidade, sendo implantado o FGTS que  
40 acostumou a rotatividade no emprego e por  
41 consequência, o rebaixamento dos salários  
42 das massas trabalhadoras, desarticulando o  
43 movimento operário que encontrava-se numa  
44 fase de grande participação política. Os 50  
45 anos de expansão industrial acabaram com os  
46 impactos da crise do petróleo sobre o milagre  
47 econômico. Dali em diante a ditadura perdia a  
48 justificativa econômica que ainda a mantinha  
49 com certo apoio - mesmo sendo o de maior  
50 repressão, vide OBAN - a máxima do bolo

crescer para depois reparti-lo, deixou de ter  
apoio crescendo as manifestações sindicais  
e movimentos sociais pelo fim do período  
autoritário.

O advento do novo sindicalismo oriundo  
da região metropolitana de São Paulo, em  
plantas industriais fordistas levaram a luta  
econômica ser ampliada à luta política,  
engrossando o caldo das manifestações da  
Anistia de 1979 e das Diretas Já de 1984. A  
década de 1980 foi intensa de mobilizações  
políticas, muito devido ao fracasso econômico  
que o país enfrentou pela falsa euforia gerada  
pelo “milagre econômico” que concentrou  
mais renda, aumentando desigualdades  
sociais e o endividamento externo do país que  
nunca enfrentou para valer seus problemas  
estruturais (dependência econômica e  
segregação social).

A transição da ditadura à democracia  
foi um momento de imensos problemas  
econômicos com altas taxas de inflação e,  
inversamente, de grande reorganização da  
classe trabalhadora brasileira, especialmente  
no sindicalismo e nos partidos políticos. Os  
debates da Assembleia Nacional Constituinte  
e a efetivação na Constituição de 1988  
colocaram na legislação o padrão social de  
um Estado de Bem-Estar Social. Houve o  
reconhecimento legal, sem nunca ter sido  
praticada na sua plenitude real e concreta.  
O SUS, modelo criado nessa toada, nunca  
conseguiu se realizar na concretude para a  
finalidade que foi concebido na CF de 1988.  
Assim mesmo na sua incompletude, teríamos  
perdido muito mais pessoas pelo covid caso  
ele não existisse.

A Nova República, arranjo político-  
institucional que se consolidou por uma  
transição negociada pelo alto, promoveu  
as disputas eleitorais em meio a problemas  
candentes de desorganização macroeconômica  
do país. A estabilidade do novo regime não foi  
tranquila, pois depois das eleições de 1989,  
com a vitória de Collor, abriu-se o mercado do  
país aos preceitos do Consenso de Washington  
que consistia nas orientações do imperialismo  
aos países do Terceiro Mundo da época  
bipolar. Privatizações, livre-mercado, fim de  
barreiras protecionistas e toda e qualquer

1 forma de desenvolvimento nacional deveriam  
2 ser esquecidas para ingressar em mais uma  
3 rodada de modernização dos padrões de  
4 consumo sem tocar nas relações de poder  
5 e de propriedade. A estabilidade política  
6 não foi garantida mesmo com as mudanças  
7 econômicas redirecionando ainda mais a  
8 dependência do país.

9 Os governos subsequentes de FHC  
10 e Lula formaram a pax da Nova República,  
11 onde o primeiro conferiu racionalidade para  
12 implementar os ajustes fiscais que Collor não  
13 conseguiu realizar e o segundo, maior liderança  
14 sindical e política que o país formou no  
15 período, quando assumiu o Estado brasileiro  
16 manteve os princípios macroeconômicos do  
17 neoliberalismo com suaves cuidados sociais,  
18 numa postura de maior presença do Estado  
19 na economia. Os dois mandatos do lulismo  
20 permitiram uma política de conciliação de  
21 classes que anestesiou muitos movimentos  
22 sociais e um sindicalismo mais combativo,  
23 independente e de classe. O debate de combate  
24 da pobreza substituiu o da propriedade dos  
25 meios de produção e de extração da mais-  
25 valia.

27 A crise de 2008-2009 chegou no Brasil,  
28 anos depois. A “marolinha” naquele momento  
29 foi atenuada pelas políticas anticíclicas que  
30 favoreceram o setor industrial (isenções de IPIs  
31 e das linhas brancas dos eletrodomésticos),  
32 no entanto, a medida não foi suficiente para  
33 atenuar os impactos que por volta de 2012  
34 já sinalizaram ser muito maiores que uma  
35 “marolinha” e sim com proporções de um  
36 “tsunami”. Em 2013, com as Jornadas de  
37 Junho, o pacto lulista, sob a égide de Dilma,  
38 não conseguiu compreender os verdadeiros  
39 recados das ruas. No imediato, o parlamento  
40 aprovou a destinação dos royalties da  
41 exploração do pré-sal para a educação e saúde  
42 sinalizava-se para um avanço, a exigência de  
43 mais direitos sociais em cidades superlotadas  
44 e cheias de problemas estruturais passava a  
45 sensação de que estávamos num momento de  
46 salto qualitativo, no entanto, foi mais do que  
47 isso. Permitiu o ingresso das direitas nas ruas e  
48 percepção por parte da burguesia que aceitava  
49 o pacto conciliador com Lula, pelo fato da  
50 política lulista conter a revolta das ruas. Quando

viram 2013 acontecer e verificaram que PT e  
o lulismo não controlavam mais as ruas, não  
havia necessidade de mantê-los no poder.  
A partir daí, num movimento orquestrado  
pelos setores das classes dominantes (Lava-  
Jato, MBL, mídia oligopolista lideradas pela  
Globo) entraram em campo numa campanha  
de desestabilização sistemática, culminando  
no acordo com o Parlamento e o Judiciário  
levando a presidente Dilma ao impeachment.

O golpe de 2016 foi sobre a classe  
trabalhadora e abriu uma série de ataques  
que mexeram na coluna vertebral daquilo que  
se sonhava com a CF de 1988. As reformas  
que já eram tentadas nos governos de 2003-  
2016 agora encontram maior adesão e torna-  
se ofensiva, acelerando em tempo curto  
mudanças estruturais como as trabalhistas  
(imprimindo o trabalho intermitente, o  
negociado prevalecendo sobre o legislado,  
flexibilização e terceirização irrestrita); sindical  
(fim da estrutura varguista que não é de todo  
ruim, no entanto, não há horizonte de uma  
lógica mais independente de classe); e por fim  
o Novo Ensino Médio que atacou o movimento  
dos secundaristas que agitaram o país de sul  
a norte por vários estados, demonstrando  
consciência política não comum num país  
de bestializados. Rebaixar a consciência da  
juventude, introduzindo o esvaziamento  
curricular e a ideologia empreendedora  
para uma juventude não pensar na luta por  
mais direitos sociais. A potência de luta de  
Junho de 2013 e da onda secundarista foram  
assimiladas pela burguesia brasileira associada  
ao imperialismo, revertendo a explosão em  
contrarrevolução preventiva.

A eleição de Bolsonaro explorou a  
máxima “ninguém me representa” e o ódio  
das instituições que a política de conciliação  
colaborou em alimentar, bem como a política  
de desestabilização midiática com denúncias  
sistemáticas de corrupção. O campo liberal  
alimentou a esfinge que a devorou. Ao  
assumir o campo liberal, pensou em conseguir  
controlar o governo Bolsonaro. Moro tornou-  
se seu representante, no entanto, não foi  
capaz de dirigi-lo, saindo em conflito com os  
aliados de outrora. O ultraliberalismo somado  
a uma democracia autocrática foi a marca do

1 governo, que ao surgir a pandemia, começou a  
2 demonstrar sua falta de coesão, aumentando  
3 seus desembarques, especialmente pelos  
4 liberais, como Mandetta. O negacionismo  
5 científico anti-vacina promoveu o crescimento  
6 do bloco midiático e dos partidos de esquerda  
7 na denúncia de um governo antipovo. De  
8 modo oportunista vários setores que apoiaram  
9 Bolsonaro, tiraram seu apoio e iniciaram uma  
10 campanha sistemática de desestabilização  
11 pela má condução da pandemia no país.

12 O renascimento da esquerda pós eleição  
13 de Bolsonaro se coesiona nos movimentos  
14 FORA Bolsonaro que avançaram por muitas  
15 cidades do país. Na ocasião, setores de  
16 esquerda queriam derrubar o governo e  
17 promover novas eleições e outros setores  
18 apostaram para a opção eleitoral, colocando  
19 em cena novamente o lulismo e o petismo que  
20 voltaram com a tática da Frente Ampla para  
21 enfrentar os traços de fascismo na sociedade  
22 e no Estado. A opção foi arriscada pois a  
23 vitória - fundamental, sabemos disso - foi  
24 por 1%, sabendo que existiam muitas provas  
25 de crimes do governo. O esquema mídia-  
26 judiciário-parlamento não avançou além das  
27 denúncias da CPI do covid, que serviram para  
28 projetar lideranças do campo liberal como  
29 Simone Tebet, por exemplo. O quadro político  
30 está sobre um cenário econômico de redução  
31 dos mercados de nossas commodities e de  
32 desindustrialização de médio prazo que faz o  
33 setor primário-exportador retomar a dianteira  
34 do PIB.

35 O novo governo Lula é um alívio, mas  
36 longe de uma solução. A tática da frente  
37 ampla não garante estabilidade e sim maiores  
38 margens de negociação por setores da direita  
39 em conceder apoio no Congresso e indica que  
40 o governo será atravessado por recorrentes  
41 instabilidades abertas (como golpe frustrado  
42 de 8 de janeiro) e ocultas (como disputa pela  
43 condução econômica entre BC e Ministério da  
44 Fazenda, pelo novo regramento do MPs entre  
45 Executivo e Congresso). Ficar na espera de um  
46 governo que existiu em outra época não irá  
47 resolver nossa situação de agora - até porque  
48 não resolveu lá - e não eliminará por completo  
49 os perigos do crescimento do bolsonarismo. Se  
50 não ocorrer o fortalecimento e protagonismo

das lutas da classe e dos movimentos sociais  
não teremos possibilidade de melhorias  
substanciais, dentre estas encontra-se a  
reinvenção das lutas sindicais e em especial da  
educação pública que as elites, vez por outra,  
desmontam tudo que está em construção. O  
que vem ocorrendo com o Ensino Médio e a  
forma que a política conciliadora do lulismo  
expressa uma solução, por Camilo Santana/  
Leonardo Barchini vem abrindo espaço  
para o crescimento do setor empresarial na  
educação país a fora. O remendo no Novo  
Ensino Médio (à contragosto da pauta das  
ruas de REVOGAÇÃO do NEM), a permanência  
de instituições privadas, como a Fundação  
Lemann (gerida por um dos empresários mais  
ricos do Brasil), mostra a linha de continuidade  
também na política educacional do governo  
anterior para cá, e a tarefa de pensar a  
partir dos movimentos sociais um projeto de  
educação pública de qualidade socialmente  
referenciada, com autonomia de classe.

Há meses das eleições, Lula tenta aprovar  
medidas emergenciais para reverter o maior  
índice de reprovação estando em mandato,  
enquanto mesmo com Bolsonaro preso,  
este não parece ter grandes dificuldades em  
transferir seus votos para seu filho. Mesmo após  
quase 4 anos de governo do PT, a correlação  
de forças segue apertada. As alianças com  
o centrão em nome da governabilidade e  
o conseqüente rebaixamento de ações em  
prol da classe trabalhadora, cobra seu preço.  
Apesar dos índices de desemprego e renda  
terem avançado, isso não se sente no cotidiano  
cada vez mais brutal para o trabalhador.

### **CONJUNTURA ESTADUAL**

O Rio Grande do Sul nas últimas décadas  
esteve envolvido em questões fiscais com  
a União. Desde o surgimento da Lei Kandir  
proposta pelo governo FHC (que favoreceu  
o setor primário-exportador e onera o RS,  
tornando-se credor da União sem nunca  
ter recebido o real valor que merecia) nossa  
economia vem sofrendo com desvantagens  
na relação com o governo federal. Nos anos  
1990, com o governo Antônio Britto (MDB),  
alegava-se a necessidade de privatizar o setor  
financeiro (Caixa Estadual), setor elétrico

1 (parte lucrativa da CEEE) e da companhia  
2 telefônica (CRT) justificando ser fundamental  
3 para sanar dívidas com o valor recebido pelas  
4 vendas. Não foi isso que aconteceu, o valor  
5 recebido foi aquém das dívidas existentes  
6 e tornou-se, de fato, uma transferência de  
7 patrimônio público para setores privados.

8 Com a assinatura de um plano de  
9 recuperação fiscal por Britto-FHC, o RS entrou  
10 numa ciranda de endividamento que acabou  
11 colocando nosso estado em situação de  
12 déficits frequentes. O debate político em torno  
13 da questão orçamentária tornou-se central  
14 nos campos políticos que se estabeleceram  
15 nas disputas eleitorais durante a Nova  
16 República. A alternância entre governos com  
17 visão mais estatizante e mais liberal foram as  
18 predominantes durante as últimas décadas,  
19 ou melhor até o ano de 2014. Desde esse ano  
20 não há um pólo do campo reformista pró-  
21 estatizante que tenha capacidade eleitoral.  
22 Esse é o drama que os serviços públicos e os  
23 trabalhadores vêm se deparando no RS.

24 A economia do estado vem desde a  
25 década de 1990 sofrendo com a perda de  
26 seu parque industrial - setor calçadista no  
27 Vale dos Sinos - pela concorrência desleal da  
28 guerra fiscal entre as unidades da federação,  
29 que colocam-se de forma rebaixada para  
30 conceder isenções e várias vantagens fiscais,  
31 quando não financiando, indústrias que  
32 se instalam, produzem e quando chega o  
33 encerramento dos contratos vão embora sem  
34 nenhum compromisso social. A instalação de  
35 montadoras de automóveis (GM em Gravataí  
36 feita por

37 Britto e a revisão contratual da Ford  
38 por Olívio evidencia as diferenças entre as  
39 políticas desses campos, uma neoliberal e a  
40 outra desenvolvimentista).

41 O perfil econômico do RS não diferencia-  
42 se em muito do geral que ocorre no Brasil,  
43 sendo perceptível a desindustrialização  
44 em terras gaúchas também, bem como a  
45 assunção do setor primário-exportador,  
46 com especial crescimento da produção de  
47 soja e de eucalipto. Durante os governos  
48 desenvolvimentistas (Olívio de 1999-2002  
49 e Tarso de 2011-2014) ocorreram estímulos  
50 à ampliação dos investimentos no setor

secundário, como vistos no aumento do setor  
da celulose e do polo naval de Rio Grande que  
tornou-se dentro de uma política nacional,  
importante setor de retomada das atividades  
industriais. No entanto, os efeitos da crise  
de 2008-2009, que aqui chegaram por volta  
de 2012, desfez todas as iniciativas que  
ensaiavam um ciclo virtuoso de crescimento  
da fatia industrial em nosso PIB.

Depois das transformações advindas  
da crise e de uma retomada dos interesses  
neoliberais no âmbito federal, o RS acabou  
se especializando em setores exportadores  
de baixo valor agregado (permitindo isenções  
fiscais) facilitando o crescimento da soja,  
eucalipto e arroz (que é produzido para  
abastecer mercado interno do país). Esses  
interesses econômicos, nas últimas eleições  
não vem encontrando oposição, podendo se  
dar ao luxo de lançar mais de um candidato  
que representa seus interesses e nas últimas  
ocasiões tem chegado ao segundo turno,  
numa falsa oposição de MDB-PSDB. Ou seja,  
o governo Sartori realinhou o RS nas veredas  
neoliberais trilhadas por Britto, Rigotto  
(MDB) e Yeda (PSDB), retomou o discurso  
do ajuste fiscal sobrepondo-se ao social e  
colocou a questão do corte de despesas (e  
por consequência da redução do Estado na  
economia) muito acima da atitude proativa de  
buscar aumentar as receitas e a capacidade de  
investimento.

Governar para Sartori era cortar  
despesas ao melhor estilo “mãos de tesoura”,  
priorizando cortes dos serviços públicos  
essenciais que atendem a classe trabalhadora.  
Melhor dizendo, saúde, educação e outros  
direitos sociais foram os escolhidos para  
fazermos o sacrifício coletivo para “equilibrar  
as contas”. A extinção das fundações estatais,  
os parcelamentos do salários dos servidores  
por mais de 50 meses e a necessidade de fechar  
uma conta em vez de atender as pessoas reais  
foi a tônica do discurso que vem ocupando os  
corações e mentes gaúchas, reforçadas todos  
dias pelos meios de comunicação de massa  
que formam a “opinião pública”.

Eduardo Leite (PSDB) emerge de um  
contexto de crescimento econômico da zona  
sul do RS, devido ao incremento advindo da

1 retomada do polo naval, colocando em cena  
2 novamente uma liderança política que vem  
3 da região mais atrasada do estado, ou melhor,  
4 das velhas elites vinculadas ao setor primário-  
5 exportador. Mesmo que o contexto de  
6 retomada industrial tenha oportunizado uma  
7 posição de destaque ao jovem governador,  
8 ele demonstra reproduzir a velha política  
9 ou a mesma que vinha sendo efetivada  
10 pelos governos Britto (MDB), Rigotto (MDB),  
11 Yeda (PSDB) e Sartori (MDB). Em realidade  
12 aprofundou a política neoliberal iniciada pelo  
13 representante da Serra, com a extinção do  
14 plano de carreira do magistério - colocada em  
15 ação depois do X Congresso do CPERS e pouco  
16 debatida. Mesmo assim, a categoria resistiu  
17 com cerca de 80% da categoria aderindo a  
18 greve (um dos maiores movimentos grevistas  
19 da história do CPERS), que acabou com forte  
20 operação desmonte feita pela Direção Central  
21 do CPERS (DC) em conversas de gabinete com  
22 o bolsonarista Melo, hoje prefeito da capital,  
23 à época deputado estadual “responsável” e  
24 “mediador”.

25 A condução da pandemia, com uma  
25 aparência de controle racional (mapa das cores)  
27 fez o jovem governador alçar vôos mais altos,  
28 ao se cacifar para concorrer a presidência, ou  
29 melhor, o bolsonarismo negacionista rebaixou  
30 tanto o ambiente político, que atitudes  
31 mínimas de sensatez, ganhavam destaque e  
32 reconhecimento. Em outros tempos, vacinar  
33 era uma obviedade, em tempos de crise  
34 econômica e de falta de referências políticas  
35 tornou-se bandeira política.

36 Ao lado da questão sanitária, o governo  
37 Leite se esforçou em assinar mais um acordo  
38 entre União e RS sobre a dívida entre os  
39 dois entes, a ideia surgiu no governo Temer-  
40 Meirelles e teve desfecho com o Bolsonaro-  
41 Guedes colocando uma amarra para o futuro  
42 desenvolvimento do estado. O Regime  
43 de Recuperação Fiscal (RRF) torna-se um  
44 instrumento que asfixia o orçamento para  
45 investimentos e extensão dos direitos sociais  
46 sob o manto da justificativa dos “cabeças  
47 de planilhas” que operam os números de  
48 receitas e despesas públicas. Nesse aspecto  
49 é forçoso verificar que na política econômica  
50 Leite aplicou a mesma agenda de Temer-

Bolsonaro havendo concordância na insistente  
questão fiscal. Sendo assim, com a assinatura  
do RRF, o RS fica amarrado e concretamente  
fazendo Leite ser uma variante ao estilo “Bozo  
de sapatênis”, com aparência de não ser  
negacionista da ciência (apesar de na prática  
ter exposto educadoras e comunidade à  
COVID-19 ao retornar às aulas presenciais antes  
da vacina), mas na realidade, um operador  
da devastação neoliberal em terras gaúchas  
com apoio do governo federal. A mesma  
lógica foi vista na destruição de nosso código  
ambiental, onde a permissão desenfreada de  
agrotóxicos e o absurdo de possibilidades de  
autolicensing ambiental para garantir os  
vultosos lucros do agronegócio (eufemismo  
para o latifúndio monocultor e exportador)  
foi efetivada com maioria dos deputados da  
ALERS ( ampla base de apoio na Assembleia  
Legislativa formada pelos partidos PSDB, MDB,  
PP, PDT, PRD, PSB, Podemos, União Brasil e  
Novo, além do apoio do PL em muitas votações,  
todas sempre contra nós, trabalhadores em  
educação e contra o povo).

Leite com toda sua soberba, disse que  
não iria privatizar a CORSAN e o fez às pressas,  
no apagar das luzes de seu mandato. Ao  
renunciar para concorrer às prévias do PSDB  
quis projeção nacional que mesmo com ajuda  
de “globais” (Bial e Huck) não obteve maioria  
no tucanato dominado por SP. Dessa forma  
lançou-se ao seu plano B que consistia em  
tentar a reeleição. Entrou na disputa com a  
expectativa de que iria vencer com facilidade,  
o que no primeiro turno não confirmou, por  
pouco ficou em segundo lugar com apenas  
3 mil votos na frente da candidatura do  
campo desenvolvimentista. A candidatura  
vitoriosa do primeiro turno no RS, expressou  
o bolsonarismo puro, levando os campos  
reformistas (neoliberal e desenvolvimentista)  
a se unirem num anti voto que fez com que  
Leite nem precisasse solicitar o apoio.

A esquizofrenia é tamanha que a DC  
tentou manifestar apoio aberto ao candidato  
que destruiu nosso plano de carreira e  
aposentadoria, demonstrando mais uma  
vez que sua política sindical está a serviço  
dos interesses partidários. Leite venceu as  
eleições com o apoio da esquerda mesmo

1 desdenhando e não sinalizando nenhuma  
2 abertura para construção de uma frente  
3 ampla como propugnam os “companheiros”  
4 do Planalto. A única coisa que fez foi pagar  
5 os dias recuperados da greve de 2019, fato  
6 que por si só, demonstra nossa fragilidade  
7 enquanto classe, pagou porque quis e em  
8 nenhum momento a superestrutura o forçou  
9 a fazê-lo.

10 Após dois mandatos com sucesso do  
11 ponto de vista neoliberal, onde Eduardo Leite  
12 conseguiu enxugar o setor público e entregar  
13 setores do Estado para empresas privadas,  
14 Leite finaliza a governança com uma ampla  
15 base aliada na Assembleia Legislativa. Nestes  
16 6 anos, enquanto movimento sindical não  
17 conseguimos emparedar o governo e nem  
18 dialogar com a sociedade para contrapor  
19 a propaganda de valorização da educação.  
20 No âmbito eleitoral a cada ano o cenário se  
21 encontra mais difícil, sem representantes do  
22 campo progressista que tenham envergadura  
23 capaz de vencer o pleito frente ao projeto  
24 entreguista. No campo da classe trabalhadora,  
25 a construção de força institucional só é capaz a  
25 partir de um trabalho de disputa na sociedade,  
27 fruto da força social. Seguir apostando  
28 prioritariamente na disputa institucional, em  
29 detrimento da construção da força social, está  
30 nos colocando a cada eleição nas mãos de  
31 setores mais reacionários, como no caso da  
32 disputa pela candidatura à governança, onde  
33 o próprio PT nacional pressiona para a chapa  
34 progressista ser encabeçada pela Juliana  
35 Brizola, do PDT, partido base do governo Leite,  
36 isso enquanto Zucco lidera as pesquisas.

37

### 38 IPE

39 Diversos governos tentaram, e alguns  
40 avançaram, no desmonte do IPE. Este  
41 desmonte tomou ainda mais força com a  
42 separação do Instituto em IPE-Previdência e  
43 IPE-Saúde, imposto por Sartori, o retorno da  
44 contribuição previdenciária dos aposentados,  
45 o fechamento das sedes no interior do  
46 Estado e o aumento da dívida em aberto com  
47 médicos e hospitais, obra de Eduardo Leite.  
48 A realidade é que o IPE vem se esvaindo  
49 pela política privatizante dos governantes.  
50 Foram tantos médicos descredenciados

no último período que parece que cresce  
o número de associados, mas na verdade  
somos hoje quase metade do 1 milhão de  
segurados que tínhamos anos atrás. A política  
de precarizar para poder privatizar é clara, o  
governo deixa de repassar para os hospitais o  
dinheiro descontado religiosamente no nosso  
contracheque, deixando estourar crises onde  
levam os hospitais a ameaçarem não atender  
mais pelo IPE por conta do valor devido pelo  
Estado.

Há anos sendo precarizado, em 2023  
Leite consegue aprovar, sem dificuldade, a  
(contra)reforma do IPE-Saúde. Uma política  
desumana, que aumenta a contribuição do  
associado e dependentes quando mais se  
precisa, assim como fez com os aposentados  
que hoje seguem trabalhando na escola ou  
fazendo bicos para conseguir sobreviver, visto  
o confisco dos seus salários pela retomada da  
contribuição previdenciária!

O IPE é uma autarquia, ou seja, é  
financiado pelos servidores e pelo Estado,  
diferente dos planos privados, não tem  
como objetivo levantar lucro, mas sim dar  
condições de acesso à manutenção da saúde  
aos associados. Aceitar que nós devemos  
aumentar a contribuição é aceitar que aos  
poucos o governo coloque o IPE na lógica  
de funcionamento de um plano de privado,  
deixando o Estado cada vez mais de fora do  
compromisso de financiar parte do custo.  
Assim como o pagamento da previdência pelos  
aposentados, um absurdo sem tamanho!

Precisamos impulsionar a luta em defesa  
do IPE público e de qualidade! Pela ampliação  
dos atendimentos e serviços! Pela suspensão  
imediate da cobrança previdenciária dos  
aposentados, e que os valores cobrados até  
então sejam ressarcidos! Por uma auditoria  
das contas do IPE!

### SINDICAL

O sindicato é uma frente única dos  
trabalhadores contra o capital, ele deve  
representar e organizar o conjunto, e não  
apenas uma parcela da categoria. Essa  
entidade reafirma a oposição entre o capital e  
o trabalho, possibilitando o desenvolvimento  
de uma consciência coletiva, de grupo, que

1 possibilita a formação de uma consciência de  
2 classe. Sendo um espaço que prepara as lutas  
3 do dia a dia, as campanhas salariais, as lutas  
4 em conjunto com outros setores da classe,  
5 permite que trabalhadoras e trabalhadores  
6 se vejam como iguais e vivam seus primeiros  
7 enfrentamentos com os detentores do poder.

8 A forma como o sindicato se organiza e  
9 se relaciona com a base da categoria influencia  
10 na mobilização e no resultado das lutas.  
11 Acúmulos históricos junto com a realidade  
12 encontrada no cotidiano das escolas nos leva  
13 a elencar alguns princípios fundamentais  
14 que devem balizar a organização do CPERS  
15 e a relação deste com a categoria, a fim de  
16 fortalecer a entidade e frear o ciclo de derrotas  
17 no qual estamos submersos.

18 O Sindicato é uma ferramenta de luta  
19 histórica construída pelos trabalhadores,  
20 e se difere de qualquer outra forma de  
21 agrupamento justamente por se debruçar  
22 na defesa dos direitos das categorias como  
23 um todo, não só de quem se coloca em luta,  
24 mas do conjunto. Não seria possível sustentar  
25 uma greve, por exemplo, somente com os  
25 filiados ao CPERS. É importante possibilitar  
27 a vivência dos espaços do sindicato como  
28 processo de compreensão de como funciona  
29 esta ferramenta e, desta forma, sindicalização,  
30 pertencimento e participação.

31 A divisão nos enfraquece, a união  
32 nos fortalece. Os ataques pontuais a cada  
33 categoria, geralmente, estão interligados por  
34 uma política mais geral de ataque aos direitos  
35 dos trabalhadores como um todo. O ataque à  
36 educação pública avança assim como o ataque  
37 ao direito à água, à saúde etc. Compreender  
38 que a luta de cada categoria é um momento  
39 de uma luta maior contra o avanço do capital  
40 sobre o trabalho é fundamental para nos  
41 fortalecermos e arrancarmos vitórias. Nesse  
42 sentido, precisamos avançar na unificação de  
43 bandeiras de luta, agendas de mobilizações,  
44 atividades de rua. Houve ocasiões em que, num  
45 mesmo dia e cidade, aconteceu mobilização de  
46 diferentes categorias em separado, também  
47 foram construídas greves de diferentes  
48 categorias de forma concomitante sem, no  
49 entanto, elas se encontrarem ou irem além de  
50 uma moção de apoio por escrito. Lutar com

as demais categorias fortalece a luta, amplia a  
consciência e a solidariedade de classe.

Como órgão autônomo que é, o sindicato  
tem a possibilidade de colocar em prática  
aquilo que defendemos para toda a sociedade,  
como a DEMOCRACIA. Neste sentido tem  
o compromisso de ir além da democracia  
representativa e construir uma DEMOCRACIA  
PARTICIPATIVA, onde cada um tem o poder de  
opinar, para além de concordar com ideias já  
colocadas ou de fazer parte de uma corrente.  
Quem não faz parte de nenhuma corrente  
sindical também deve ter espaço. Repensar a  
organização das Assembleias é fundamental  
para que as colegas se sintam, e de fato sejam,  
parte ativa das suas lutas, pois não é possível  
que a base, a maioria, tenha apenas algumas  
poucas inscrições, ainda sorteadas, para  
intervir nestes espaços.

Neste sentido, entendemos o sindicato  
como um organismo vivo, que deve constante-  
mente buscar o aperfeiçoamento, estar atento  
e aberto às mudanças na categoria. No último  
período percebemos um **descompasso entre  
direção e base**, havendo um distanciamento  
entre estes importantes agentes, levando a  
desfiliações e desinformação dos colegas no-  
vos que chegam. As formas de intervenção e  
organização de décadas atrás já não dão conta  
de responder às demandas do presente. É ur-  
gente uma reinvenção do sindicalismo, conec-  
tado às mudanças no mundo do trabalho e à  
dinâmica de vida dos trabalhadores. Renovar  
as direções, métodos de mobilização e políti-  
ca sindical. Há anos estamos perdendo nossos  
direitos, é preciso humildade para nos pergun-  
tarmos em que medida a forma como nos or-  
ganizamos e a política que botamos em prática  
também tem parte nas nossas derrotas.

O **trabalho de base é a chave de um  
sindicato forte**, conectado tanto com as  
demandas quanto com as pessoas. Deve ser  
construído permanentemente nos locais  
de trabalho e nas comunidades, buscando  
um enraizamento real dessa ferramenta  
no cotidiano das pessoas, estando aberto  
para críticas construtivas e sugestões que  
vem da base. A luta nem sempre precisa ser  
complexa, ações simples podem contribuir  
muito, faz parte do nosso cotidiano enquanto

1 educadoras sermos criativas na solução  
2 dos inúmeros problemas com os quais nos  
3 deparamos na escola, é preciso incorporar  
4 essa potencialidade às lutas.

5  
6 **É preciso readequar o sindicato à nova  
7 realidade do mundo do trabalho**

8 Na última década mudou muito o  
9 perfil da classe trabalhadora brasileira,  
10 mais precarizada, sem direitos e vínculo  
11 empregatício. Por isso existe a necessidade do  
12 sindicato se readequar às novas necessidades  
13 impostas pelas relações trabalhistas,  
14 extremamente frágeis. Já não somos mais  
15 a mesma classe trabalhadora da década de  
16 1980. Compreender que hoje a professora/  
17 funcionária contratada não é mais exceção nas  
18 escolas. Por mais que defendamos concurso  
19 público para substituição dos contratos, a  
20 realidade é que essa massa de trabalhadoras,  
21 sem direitos e ainda mais expostas ao  
22 assédio, é que fazem as escolas funcionarem,  
23 juntamente com as concursadas. MAIS DE  
24 50% DOS PROFESSORES da rede estadual do  
25 RS SÃO CONTRATOS TEMPORÁRIOS, entre os  
26 AGENTES EDUCACIONAIS esse NÚMERO É  
27 AINDA MAIOR.

28 Em meio à pandemia se instaurou  
29 outro regime ainda mais precário de  
30 trabalho, tendência dos governos de plantão,  
31 as TRABALHADORAS TERCEIRIZADAS.  
32 Recentemente o descobrimento de trabalho  
33 análogo à escravidão na serra gaúcha  
34 botou em evidência o grau de precarização  
35 colocado pela terceirização. As nossas colegas  
36 terceirizadas estão expostas a esse tipo  
37 de condições, trabalhar e não receber seu  
38 salário, assédio moral, condições de trabalho  
39 que causam perigos à saúde.. Como se abster  
40 dessa realidade que está ao nosso lado,  
41 apenas porque o vínculo destes colegas não é  
42 a SEDUC? Na hora de responder por alguma  
43 irregularidade, empresa terceirizada e SEDUC  
44 lavam as mãos, e nós, que compartilhamos o  
45 mesmo local de trabalho, não vamos incorporar  
46 estes colegas por mera questão burocrática de  
47 localização de RH? O sindicato deve incorporar  
48 na sua luta todas as educadoras, independente  
49 do regime de trabalho, unificar aquilo que os  
50 governos tentam dividir, só assim teremos

força para dar um basta nessa avalanche de  
ataques.

**BALANÇO CPERS  
É URGENTE RECALCULAR A ROTA DAS NOSSAS  
LUTAS!**

O magistério gaúcho vive uma fase crítica.  
Após anos demonstrando sua capacidade de  
mobilização e luta, tivemos perdas de direitos  
históricos e fundamentais para as educadoras  
e à educação como um todo. Confisco  
do salário das aposentadas, terceirização  
das funcionárias, fim do plano de carreira  
dos professores e agentes educacionais,  
demissão de colegas contratados durante  
a licença saúde, Novo Ensino Médio, pasta  
educacional dominada pelo empresariado,  
intensificação da precarização do IPE-Saúde,  
privatização de setores chave da escola com  
as PPPs, inclusive com leilão marcado para o  
dia 26 de junho de 2026, às 14h, na B3, em  
São Paulo, plataformização vindo à galope  
com burocracias intermináveis e consumindo  
com a saúde das educadoras e a qualidade  
da educação da juventude, entre tantos  
outros ataques. São 12 anos nada fáceis de  
governos neoliberais (MDB, PSDB e PSD) e  
que tiveram uma ampla base de apoio na  
Assembleia Legislativa formada pelos partidos  
PSDB, MDB, PP, PDT, PRD, PSB, Podemos,  
União Brasil e Novo, além do apoio do PL em  
muitas votações, todas sempre contra nós,  
trabalhadores em educação e contra o povo.  
Além da compreensão do governo que nos  
ataca, também precisamos tirar lições das  
nossas lutas e entender os nossos erros neste  
processo, pois a política adotada pela direção  
do sindicato está acumulando derrotas  
históricas.

**POLÍTICA DO DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO**

A nossa categoria se colocou em luta em  
todos os anos desde o início do governo Sartori  
(MDB) em 2015, passando pelo governo Leite  
(PSDB/PSD), com uma das maiores greves em  
adesão em 2019, construindo mobilizações  
nas escolas e diversificando ações junto à  
comunidade escolar. Mas essa potência tem  
sido canalizada para DIALOGAR E NEGOCIAR  
COM OS GOVERNOS MAIS CARRASCOS DA

1 HISTÓRIA do magisterios do RS. Política essa  
2 que além de nos impor derrotas, deseduca e  
3 confunde a categoria ao criar a ilusão de que  
4 existe diálogo com partidos de direita sem dar  
5 algo em troca. A direção do sindicato tem um  
6 papel fundamental de apontar o caminho para  
7 a categoria, e este caminho tem sido, durante  
8 as 3 gestões da Helenir e na atual gestão da  
9 Rosane Zan, de conversas na Assembleia  
10 Legislativa com quem tem como princípio  
11 retirar os nossos direitos. **Quantos votos de  
12 deputados viramos? Tivemos uma única  
13 vitória com essa estratégia?**

14 Todas as vezes que a categoria foi  
15 levada para assistir e “pressionar” os  
16 deputados durante a votação dos projetos,  
17 nós perdemos! As campanhas “deputado eu  
18 quero o seu voto” criam a ilusão de que os  
19 deputados estão abertos ao convencimento.  
20 Enquanto sabemos que a pressão só ocorre  
21 de fato quando disputamos a opinião pública.  
22 Os votos do PDT são um exemplo de que cada  
23 deputado tem lado bem definido, e que não  
24 é a nossa visita nos gabinetes que irá reverter  
25 isso.

26 Quando a derrota se consolida, ainda  
27 ocorre um processo de culpabilização da  
28 base, que não pressionou o suficiente cada  
29 deputado ou não sabe votar. Nunca fomos  
30 maioria na Assembleia Legislativa, justamente  
31 porque o jogo eleitoral está a serviço da  
32 consolidação dos representantes do capital  
33 nos espaços de decisão, afirmar que perdemos  
34 direitos porque povo e a categoria não sabem  
35 votar é deseducativo, pois parte do princípio  
36 que o jogo eleitoral é justo e todos concorrem  
37 de igual para igual, enquanto na realidade  
38 sabemos muito bem que privilegia quem está  
39 do lado dos grande ricos e poderosos.

40 Conversar com os deputados é um  
41 tipo de intervenção a ser utilizado, mas tem  
42 mostrado da pior forma que não pode ser o  
43 carro-chefe das nossas lutas.

44 O CPERS é conhecido nacionalmente  
45 como importante ferramenta de luta das  
46 educadoras gaúchas, mas vemos o nosso  
47 sindicato perder força de mobilização nos  
48 últimos anos.

49 Para além da crise do sindicalismo  
50 que afeta os sindicatos no mundo inteiro,

percebemos que ações contribuíram para  
a intensificação da desmobilização que  
vivenciamos hoje no CPERS. Quando, em 2015,  
a categoria se levantava contra o parcelamento  
dos salários e votava em Assembleia Geral no  
Pepsi on Stade, o início de uma greve, a direção  
do sindicato se nega a contar o resultado  
da votação, gerando tumulto e grande  
indignação na base lá presente. E em 2019,  
quando setores dirigentes que permanecem  
na Direção Central do sindicato apontaram o  
reco num momento crucial da greve (uma  
das maiores da história do CPERS), nos levando  
a perder direitos (plano de carreira imposição  
do desconto previdenciários aos aposentados)  
junto com o salário, houve um movimento  
de dessindicalização e perda da confiança da  
categoria no seu sindicato.

A partir daí não construímos um  
movimento forte. Desde então a direção do  
sindicato recua, ao se negar a construir uma  
greve sanitária quando Leite determina o  
retorno das aulas presenciais e, com isso, a  
exposição das educadoras e comunidade ao  
vírus da COVID-19 quando ainda não tínhamos  
vacina.

Vemos movimentos de indignação e luta  
na base da categoria, expressos na repulsa ao  
preenchimento das planilhas e o consequente  
adoecimento das professoras, e na luta dos  
agentes educacionais pela conquista do PL  
2531/21 (piso para os funcionários), construído  
em movimento paralelo ao sindicato por  
conta da falta de espaço para se construir essa  
pauta. No entanto, a atual direção do CPERS  
tangencia o que a categoria aponta como  
emergente. Qual política de enfrentamento  
à plataforma está sendo construída no  
sindicato? Quantas instâncias já vimos o PL  
2531 ser desconstruído pela direção e seus  
advogados?!

O descompasso entre a política da  
direção do CPERS e os ataques do governo é  
gritante. Eduardo Leite caminha para finalizar o  
seu 2º mandato sem uma greve do magistério,  
num momento em que implementa mudanças  
drásticas no funcionamento da escola e  
no nosso trabalho. Além de não haver  
mobilizações fortes em defesa dos direitos,  
o não enfrentamento ao governo também

1 fortalece o descrédito do sindicato frente à  
2 categoria, que não vê disposição em confrontar  
3 o governo que tanto nos ataca.  
4

## 5 **RECONSTRUIR O CPERS COM A CATEGORIA**

6 O CPERS tem uma vasta história de  
7 lutas e conquistas, adquiridas com a força  
8 das educadoras. Acreditar e impulsionar essa  
9 força é vital para um futuro mais respirável  
10 para a nossa carreira e para a educação  
11 pública gaúcha.

12 Mas isso não vai acontecer nos aliando  
13 com as forças que acumularam derrotas  
14 na última década na direção do sindicato.  
15 Identificar como equivocada a política da  
16 atual DC do CPERS e ver esta entrar na sua 3ª  
17 gestão, **com a ajuda de parte da oposição**,  
18 atrasa a tarefa urgente de retomar o  
19 sindicato combativo.

20 Entendemos como tarefa primordial  
21 de quem se contrapõe à política do diálogo  
22 e negociação da DC, unificar a oposição para  
23 disputar a política do sindicato. Só assim  
24 será possível reconstruir os pilares do  
25 CPERS, baseados na democracia interna,  
26 na mobilização permanente, e na força da  
27 categoria como principal ferramenta de luta  
28 contra os governos que nos atacam. Arranjos  
29 na superestrutura confundem a categoria e  
30 anulam iniciativas de construção das lutas.

31 Por uma oposição unida na sua  
32 diversidade, que disputa a política sindical nas  
33 bases de forma autônoma.  
34

### 35 **Apontamentos:**

- 36 • Colocar em prática a proposta aprovada  
37 em Assembleia Geral, de criar um fundo  
38 de greve permanente;
- 39 • Unidade da oposição para reconstruir o  
40 CPERS de luta;

## 42 **EDUCAÇÃO**

43 Estamos vivenciando nos últimos anos, de  
44 forma bastante acelerada, uma reconfiguração  
45 geral da escola. Desde de a sua organização  
46 interna: com a ampliação da iniciativa privada  
47 nas escolas públicas (Parcerias Público Privadas  
48 - PPPs e terceirização); com o afunilamento  
49 da democracia escolar, e a perspectiva de fim  
50 da eleição para diretores; e no próprio fazer

pedagógico: com a organização do currículo  
e políticas educacionais pensados por  
Institutos ligados a bancos e multinacionais,  
a implementação do sistema de metas e  
bonificações, e a imposição de plataformas  
digitais que ditam o trabalho do professor.

Estas políticas vêm refletindo no  
adoecimento recorde dos trabalhadores da  
educação, no rebaixamento da qualidade do  
ensino, na intensificação do apagão docente,  
no abandono da escola e formação da classe  
trabalhadora.

Estados como São Paulo, Minas Gerais,  
Paraná e Rio Grande do Sul vem sendo o tubo  
de ensaio desse novo reordenamento da  
educação básica brasileira. Fortalecido com a  
permanência dos institutos privados na pasta  
educacional do governo Lula, vimos uma linha  
de continuidade das políticas neoliberais na  
educação brasileira dando abertura para estas  
mudanças.

## **FOI DADA A LARGADA DA DISPUTA DO ORÇAMENTO PÚBLICO**

Políticas recentes no RS, a  
plataformização, a Parceria Público Privada  
(PPP) e as terceirizações chegam como forma  
da iniciativa privada abocanhar o recurso  
público. São bilhões de reais que saem da  
autonomia escolar para garantir o lucro de  
grandes empresas, que prestam serviços de  
qualidade duvidosa, sem necessidade de  
existir, ou que simplesmente não cumprem  
com o previsto em contrato, como acontece  
com as funcionárias terceirizadas. Interfere e  
atrapalha o cotidiano da escola para justificar  
grandes valores recebidos, e pouco, ou nada,  
contribuem com o processo de ensino-  
aprendizagem.

As plataformas e aplicativos, que  
poderiam sim auxiliar no fazer pedagógico,  
viram imposição para justificar grandes  
montantes de dinheiro público destinados  
ao consumo de tecnologia. Os uniformes,  
superfaturados, mais do que dar condições  
para a permanência dos estudantes na escola  
(ter professores valorizados e currículo atrativo  
não seria mais interessante?), destinam  
milhões para empresas de fora do estado. E  
nessa mesma linha seguem projetos como

1 *Todo Jovem na Escola, Pé no Futuro, e Pé-*  
2 *de-meia.* Se utilizam da escola para abrandar  
3 problemas sociais como o desemprego, a  
4 baixa renda e o pouco giro de capital no  
5 comércio, e se escancara a falência do projeto  
6 de educação, que cada vez mais afasta o  
7 estudante da escola.

8

### 9 **NEOLIBERALISMO NA VEIA DA EDUCAÇÃO**

10 A política de metas e bonificação  
11 repercute em várias dimensões: retira a  
12 valorização salarial da carreira e coloca na  
13 capacidade do indivíduo de se adequar às  
14 metas; coloca trabalhador contra trabalhador,  
15 estudante contra estudante, numa  
16 intensificação da pressão pela adaptação às  
17 exigências do governo; gira o foco do fazer  
18 pedagógico para as metas, secundarizando a  
19 aprendizagem; transfere a cobrança das CREs/  
20 SEDUC por bons índices, para o indivíduo. É a  
21 ideologia neoliberal educando não só nossos  
22 alunos, mas a nossa categoria também.

23 Já as metas a serem atingidas ninguém  
24 sabe ao certo com base em que foram  
25 determinadas. O fato é que nos reduzem  
26 a números, educadoras e alunos. Para os  
27 governos, pouco importa a qualidade do  
28 ensino, o foco são os bons índices, a baixa  
29 repetência, aulas mediadas por equipamentos  
30 eletrônicos, baixa evasão escolar. Mesmo que  
31 isso tudo seja mentira, dados adulterados ou  
32 distorcidos. A experiência em Sobral (CE) por  
33 muito tempo parecia uma incógnita, como  
34 conseguem alcançar tão bons índices? Como  
35 qualificaram tanto em tão pouco tempo a  
36 educação naquele lugar? Olhando para a  
37 ginástica que é feita nos índices no RS agora  
38 parece mais claro.

39 Dentre tantas metas a serem cumpridas,  
40 uma em especial vem se destacando. A  
41 plataforma mal chegou e já vem fazendo  
42 um estrago. Os casos de falecimento de  
43 professoras dentro das escolas não são acaso,  
44 mas sim consequência da hipervigilância, da  
45 pressão pelo cumprimento de metas e do  
46 trabalho interminável e não pago. Vivemos  
47 uma distorção no trabalho do professor, tem  
48 que alimentar a plataforma, revisar a revisão  
49 de conteúdos, recuperar a recuperação  
50 das avaliações, recuperar a frequência do

aluno, preencher as intermináveis planilhas,  
trabalhar com o aluno que ficou retido no ano  
anterior.. Se der tempo, preparamos as aulas.  
Além de consequência da financeirização  
das atividades escolares, o esgotamento dos  
trabalhadores em educação é um projeto de  
prevenção à resistência, e, também, por isso  
tão urgente construirmos o debate crítico  
sobre este assunto e a luta de resistência à  
plataformização.

A imposição do preenchimento das  
planilhas foi introduzida na pandemia e  
acabou ficando no retorno presencial, hoje é a  
ponta do iceberg da plataformização. Mesmo  
com esta pauta sendo a mais levantada no  
chão da escola, não há repercussão na agenda  
do sindicato. Há dois anos esse processo  
vem se intensificando, e até então não existe  
a construção de debates e luta contra essa  
política que vem impactando diretamente  
na vida das trabalhadoras e na qualidade  
da educação gaúcha. Da mesma forma, não  
houve construção de uma luta para barrar a  
política de metas implementada por Leite.  
E assim é com as PPPs, que avançam na  
tramitação enquanto o sindicato aposta,  
mais uma vez, somente na disputa jurídica,  
enquanto a categoria e a sociedade assistem,  
sem perspectiva de mobilização pela frente, o  
governo vender 99 escolas públicas.

Já a juventude vem sendo diretamente  
impactada com as políticas neoliberais na  
educação. Sofre com o Novo Ensino Médio,  
que mesmo remendado mantém seu pilar de  
formar para o trabalho precário. Assim como  
o NEM, as Escolas de Tempo Integral vendem  
uma ilusão. Implementar o turno integral no  
Ensino Médio, num contexto de juventude que  
trabalha é uma incompatibilidade gigante com  
a realidade e anseios da juventude brasileira.  
Permanecer dois turnos na escola, sem uma  
formação técnica, com várias disciplinas que  
não tem base científica e tem como fundo a  
ideologia neoliberal de que o único responsável  
pelo seu sucesso é você, é uma violência que  
vem refletindo na saúde mental dos jovens.

Mais uma vez a educação é reduzida  
em números, se hipervaloriza o tempo que o  
estudante passa na escola, sem levar em conta  
a qualidade deste tempo. Além disso, o turno

1 integral funciona sem condições estruturais,  
2 sem espaço físico adequado, sem funcionários  
3 suficientes, e sem professores qualificados  
4 que trabalham na sua área de formação. Na  
5 prática as escolas improvisam do jeito que dá,  
6 enquanto os governos e até mesmo lideranças  
7 sindicais seguem defendendo a ampliação das  
8 Escolas de Tempo Integral de nível Médio, e os  
9 alunos migrando para escolas de um só turno.

10

## 11 **VIOLÊNCIA CONTRA AS ESCOLAS**

12 A violência contra as escolas e suas  
13 comunidades, algo que não pertencia à vida  
14 escolar brasileira, começou a virar rotina,  
15 além da preocupação constante, precisa ser  
16 enfrentada de forma séria, conseqüente, sem  
17 cair em falsas soluções, propostas muitas vezes  
18 dos mesmos setores que são responsáveis,  
19 em grande medida pela violência, através dos  
20 discurso de ódio, intolerância, preconceitos  
21 e ações armamentistas da população. Neste  
22 sentido, a extrema-direita, de um lado expressa  
23 pelo bolsonarismo e pela explosão de grupos  
24 neonazistas, contribuíram e importaram o que  
25 há de pior dos EUA, que são os famigerados  
25 ataques às escolas estadunidenses.

27 De acordo com mapeamento da  
28 Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)  
29 sobre casos de ataques em escolas por  
30 alunos ou ex-alunos, o primeiro episódio  
31 foi registrado em 2002. Foram listadas 22  
32 ocorrências desde 2002, sendo que em uma  
33 ocasião o ataque envolveu duas escolas.  
34 Em três episódios, o crime foi cometido em  
35 dupla. Em cinco, os atiradores se suicidaram  
36 na sequência. Ao todo, 30 pessoas morreram,  
37 sendo 23 estudantes, cinco professores e dois  
38 funcionários das escolas. Do total de casos, 13  
39 (mais da metade) estão concentrados apenas  
40 nos últimos dois anos.

41 A preocupação com a situação levou  
42 o professor da Faculdade de Educação da  
43 Universidade de São Paulo (USP), Daniel Cara,  
44 a coordenar a criação de um grupo formado  
45 por 11 pesquisadores de universidades de  
46 diversos estados do país. No final do ano  
47 passado, eles elaboraram um documento  
48 analisando o cenário e propondo estratégias  
49 concretas para a ação governamental: “O  
50 extremismo de direita entre adolescentes

e jovens no Brasil: ataques às escolas e  
alternativas para a ação governamental”.  
Segundo os pesquisadores, esses casos devem  
ser classificados como extremismo de direita,  
pois envolvem cooptação de adolescentes  
por grupos neonazistas que se apoiam na  
ideia de supremacia branca e masculina e  
os estimulam a realizar os ataques. Esses  
grupos disseminam um discurso que valoriza  
o preconceito, a discriminação, o uso de força  
e que encoraja direta e indiretamente atos  
agressivos e violentos. Para os pesquisadores,  
medidas de prevenção só serão eficazes se  
atuarem sobre esse cenário.

Além da necessária batalha a ser  
travada contra estes setores extremistas, é  
fundamental também intensificar o cuidado  
das escolas e dos estudantes. A pandemia  
agravou o cenário da saúde mental da  
juventude, que já vinha preocupante por conta  
da falta de perspectiva desta geração frente à  
crise que se intensifica. Por isso foi criada a  
Lei 13.935/2019 a qual determina que todas  
as escolas tenham profissionais de psicologia,  
assistência social e equipes multiprofissionais  
para atender os alunos. A necessidade é  
gritante! Assim como monitores escolares e  
funcionários para viabilizar o bom andamento  
do cotidiano escolar.

## É NA LUTA DE RESISTÊNCIA QUE SE CONSTRÓI O NOVO

Na esteira do projeto da burguesia, a  
pandemia foi terreno fértil para intensificar a  
aplicação dos ataques à escola e à educação  
pública. Com a dificuldade de nos reunirmos,  
e com a brecha colocada pelo ensino remoto,  
pelas mãos de Bolsonaro, Eduardo Leite e seus  
aliados, ficamos numa posição ainda mais  
defensiva. Em pouco tempo vimos o avanço da  
implementação do ensino EaD, a desobrigação  
do mínimo de 75% de presença dos alunos no  
RS e o esvaziamento do currículo, só para citar  
os ataques mais cruéis que vieram reconfigurar  
o que é a escola e para o quê ela serve.

Na última década construímos uma rica  
experiência de greves, mobilizações, atos e  
campanhas. Mas há tempos nossas lutas são  
para não perder. Não conseguimos avançar na  
construção de propostas, tampouco projeto,

1 que atenda às necessidades das educadoras,  
2 estudantes e comunidade na perspectiva  
3 do fortalecimento da escola pública, da  
4 qualificação do ensino e carreiras. Mas  
5 é das lutas contra o avanço do projeto  
6 privatista-elitista-reacionário que o novo pode  
7 nascer, precisamos conectar as nossas lutas  
8 contra os ataques em torno da compreensão  
9 do projeto dos governos para a escola pública,  
10 e avançar assim na construção de um projeto  
11 da nossa classe para a educação brasileira. Os  
12 estudantes mostraram o caminho quando em  
13 2015 ocuparam escolas e mostraram na prática  
14 a escola viva que defendiam. Em 2023, centenas  
15 de estados e municípios pelo Brasil estavam  
16 na luta pela implementação da lei do Piso. Em  
17 2025 dezenas de cidades, só no RS, estavam  
18 em luta contra reformas na previdência e nos  
19 planos de carreira. Perdemos a potencialidade  
20 que poderia unificar estes movimentos. A  
21 entidade nacional que poderia cumprir este  
22 papel articulador, CNTE, não avança para além  
23 de puxar um dia de paralisação anualmente.

24 Precisamos unir as nossas lutas e  
25 experiências, democratizar o debate da escola,  
26 envolver a comunidade escolar, pensar em  
27 perspectiva de projeto nacional de educação,  
28 impulsionar as lutas e ampliar a defesa da  
29 escola e educação pública para toda sociedade.

30

### 31 **APONTAMENTOS:**

- 32 • Construir na categoria debates e  
33 mobilização sobre a plataformização,  
34 acumulando força para realizarmos ações  
35 de resistência contra esta política.
- 36 • Lutar com o conjunto da sociedade para  
37 barrar a implementação das PPPs.
- 38 • Realizar debates e formação sobre  
39 temas educacionais na categoria e nas  
40 comunidades.
- 41 • Construir uma luta unificada no país para  
42 defender a democracia escolar, através da  
43 continuidade das eleições para direção de  
44 escola;
- 45 • Retomar a campanha pela REVOGAÇÃO do  
46 Novo Ensino Médio.
- 47 • Lutar para que a verba da educação seja  
48 destinada exclusivamente para a educação  
49 pública;
- 50 • Campanha de denúncia para a sociedade

sobre os perigos e danos do setor privado  
pensando os rumos da educação;

- Lutar por psicólogos, assistentes sociais e rede multiprofissional nas escolas;
- Aprofundar o debate e avaliar o processo de implementação das Escolas de Tempo Integral.

### **EDUCAÇÃO INDÍGENA**

A Educação Indígena no Estado do Rio Grande do Sul, com raras exceções, sofre com a omissão por parte do poder público, representado tanto pelos governos federais, estaduais, secretaria de educação e coordenadorias regionais de educação. A suposta omissão se reflete nas estruturas precárias de funcionamento das escolas, que, em sua maioria, são habitações cedidas pelas comunidades. As leis que regulamentam a Educação Indígena, intercultural, bilíngue e diferenciada – Convenção OIT 169, artigo 2, Constituição Federal 1988, artigo 210, LDB 1996, artigo 78, para citar as principais - não são respeitadas nem garantidas: basta observar que não há avanços na institucionalização da diferenciação conforme as culturas para o calendário letivo, o currículo escolar, a alimentação (alimentos e modos de preparo), assim como não avançamos na contratação de educadores e educadoras indígenas, funcionários e funcionárias indígenas em número suficiente para sanar as demandas – e quando há, tem seguido a lógica da precarização através da contratação por empresas terceirizadas –, não há formação e capacitação para educadores e educadoras não indígenas que atuam nesses espaços, e, ainda trata-se de uma realidade muito distante a contratação de diretores e diretoras indígenas. Os obstáculos apontados para a construção de uma estrutura de ensino que respeite a educação diferenciada, isto é, que respeite a diversidade étnica e cultural garantida pela CF1988 aos povos indígenas é a consequência do racismo estrutural enraizado na sociedade brasileira, que opera como forma de opressão que impede a busca por uma simetria de poder que algum dia possa sanar a ferida colonial histórica e cotidiana a que estes povos são submetidos e à qual

1 resistem há mais de 500 anos. Assim, devemos  
2 pensar em soluções para a garantia de  
3 acesso e permanência dos povos indígenas à  
4 educação diferenciada de qualidade, o que só  
5 poderá ocorrer se, de fato, forem respeitadas  
6 as diferentes culturas, seus diferentes modos  
7 de aprendizagem e seus conhecimentos  
8 ancestrais, e, além disso, for ofertada em  
9 todos os níveis – ensino fundamental,  
10 médio e superior -, uma vez que cada etapa  
11 é pré-requisito para a próxima. Somente  
12 quando houver equidade na ocupação dos  
13 espaços de poder, com o acesso à educação  
14 e à universidade, teremos a possibilidade de  
15 desconstruir o racismo estrutural que sustenta  
16 o abismo entre indígenas e não indígenas em  
17 nossa sociedade.

18  
19 Contribuição dos colegas Artêmio Soares  
20 Marques – Professor do 34º Núcleo CPERS.  
21 Leandro Gomes da Silva – Professor Guarani  
22 Mbyá do 34º Núcleo CPERS. Márcia Luísa  
23 Tomazzoni - Professora do 34º Núcleo CPERS.

## 24 25 **CONTRATADOS**

26 O contrato temporário, criado para suprir  
27 necessidades emergentes e temporárias na  
28 rede estadual, acabou virando a regra. Hoje,  
29 mais de 60% das educadoras são contratadas,  
30 muitas chegam a se aposentar neste regime.  
31 Por isso, é urgente que o CPERS tenha política  
32 para este setor que faz a educação gaúcha  
33 acontecer, pois sofrem diariamente com  
34 ameaças, assédio moral e chantagens por  
35 parte das CREs.

36 Não é aceitável que a única política para  
37 os contratados seja a reivindicação de concurso  
38 público, que apesar de necessário e bandeira  
39 permanente do sindicato, desconsidera a  
40 precarização diária em que estes colegas vivem  
41 e que necessitam de melhores condições de  
42 trabalho já. Além do que, apontar unicamente  
43 para o concurso é jogar mais da metade da  
44 categoria na política meritocrática de disputa  
45 de milhares por algumas poucas vagas.

46 Defendemos que os contratados  
47 tenham espaço de auto-organização dentro  
48 do sindicato, onde possam debater suas  
49 especificidades e pensar suas pautas e plano  
50 de lutas.

Por condições dignas de trabalho!  
Não podemos deixar mais da metade  
das educadoras num limbo sem direitos  
trabalhistas!

## **FUNCIONÁRIOS DA EDUCAÇÃO**

Funcionários públicos que trabalham  
em escolas precisam de uma definição de suas  
vidas funcionais. Quando aprovado o plano de  
carreira saíram do quadro geral e passaram a  
ser funcionários da Educação. Porém, quando  
professores recebem reajustes anuais do  
 piso, os funcionários ficam de fora, pois não  
tem direito ao mesmo. Assim, chegando a  
12 anos sem reposição salarial, sem contar a  
perda de direitos, com a destruição do Plano  
de Carreira, chamado de Reenquadramento  
pelo governo, e comemorado pela Direção  
Central do CPERS, inexistência de concurso  
para funcionários, alto número de colegas  
com regime de trabalho precarizado, na forma  
de contrato e terceirizados.

Nos últimos anos a luta pela aprovação  
do PL 2531/21, que cria o PISO SALARIAL PARA  
OS FUNCIONÁRIOS, cresceu pelo país, mas  
a DC tentou de várias formas desconstruir  
na categoria esta pauta. Não adiantou, a  
mobilização nacional tomou corpo e impôs ao  
CPERS a luta pelo piso para os funcionários.  
Hoje, com o PL aprovado por unanimidade em  
todas as comissões e prestes a ser votado no  
Senado, a DC junto com a CNTE se mobilizam  
para descaracterizar o PL, fazendo caravana  
para pedir aos parlamentares que façam  
mudanças no projeto de lei, deixando colegas  
de fora deste importante direito, por meio  
da exigência de formação específica e de  
nomeação por concurso público.

Ora, se é lei do PISO, deve incidir sobre  
todos, independente de formação, assim como  
acontece com os professores. E se vivemos  
uma realidade de ampliação da contratação  
temporária, porque limitar o piso somente  
aos nomeados? Neste caso, é válido o ditado  
popular *“muito ajuda quem não atrapalha”*.

O CPERS é um sindicato de professores  
e funcionários, e deve defender os direitos  
destes, ouvindo a base da categoria, a qual  
precisou se organizar por fora da entidade  
para pressionar na defesa do piso.

1 O CPERS é nosso! Que a pauta dos  
2 funcionários esteja entre as prioridades do  
3 sindicato, entre elas a aprovação do piso para  
4 todos os funcionários!

5 Alguns pontos que entendemos  
6 importante:

- 7 • Defesa do piso salarial para todos  
8 funcionários, ativos e inativos, nomeados  
9 e contratados;
- 10 • Lutar por CONCURSO para todos os cargos  
11 de funcionários, Agentes Educacionais  
12 (merenda e manutenção), Monitores e  
13 Secretários.

#### 15 **PLANO DE LUTAS**

- 17 • REVOGAÇÃO IMEDIATA da Reforma da  
18 Previdência, Reforma Trabalhista, do  
19 Arcabouço Fiscal e Novo Ensino Médio;
- 20 • Auditoria da Dívida Pública;
- 21 • Taxação das grandes fortunas;
- 22 • Dinheiro da Educação Pública somente  
23 para a Educação Pública;
- 24 • Concurso público para professoras,  
25 funcionárias e setores, com nomeação já!
- 26 • Regime de CLT para os contratados;
- 27 • Ampliação e qualificação do IPE-Saúde;
- 28 • Fim da cobrança previdenciária dos  
29 aposentados com ressarcimento dos  
30 valores indevidamente descontados;
- 31 • Implementação da Lei do Piso Salarial para  
32 todos;
- 33 • Piso nacional para os funcionários de  
34 escola - PL 2531/2021;

#### 36 **CONHEÇA O ALICERCE, 37 ORGANIZE-SE E LUTE CONOSCO!**

38 O Alicerce é um coletivo político que  
39 reúne pessoas dispostas a pensar e a lutar  
40 em união. Como a maioria do nosso povo  
41 batalhador, estamos indignados com o rumo  
42 das coisas, no país e no mundo: com a miséria,  
43 o desemprego, a corrupção, a falta de saúde,  
44 de assistência, de educação; com o alto preço  
45 de tudo, até do feijão. Nós nos revoltamos  
46 com a violência, com a falta de respeito, com o  
47 sufoco cotidiano de quem anda de ônibus, com  
48 toda forma de injustiça, de desigualdade e de  
49 opressão. Como forma de resolver nossos mais  
50 graves e profundos problemas, acreditamos

na luta coletiva e na necessidade de uma  
revolução. Sozinhos, ou junto a poucos, somos  
mais frágeis nessa batalha, por isso nos  
organizamos para aumentar nossa força, para  
preparar e pensar a nossa própria ação.

Contato:

Facebook: alicercers

Instagram: @coletivoalicerce

Representantes regionais: SANTA MARIA –  
Alessandra de Sá, Guilherme Lovatto, Maíra  
Couto, Roni Santos; Danilo Couto, Mauren  
Lize Ribas; PORTO ALEGRE – Cleo Goulart,  
Eduardo Pergher, Gilmar Belitz Pereira Júnior,  
Inaê Macedo, Jatair Martins, Leonardo  
Franco Schneider, Neiva Rosa Garcia, Andrea  
Schaeffer Maderlen Sarmiento; OSÓRIO –  
Eduardo Ruppenthal, Giovanni Pereira, Neusa  
Dias; CAPÃO DA CANOA - Laura Boldrin, Nair  
Lourença dos Santos; IMBÉ - Juliana Vinskoski,  
Sandro Franzmann; GUAÍBA – Bruno Silveira,  
Artêmio Soares Marques, Fernando Buratto.

## EXIGIR NOSSOS DIREITOS É ENSINAR DEMOCRACIA!

### NA LUTA, EDUCADORAS E EDUCADORES!

Com este tema iniciamos a construção da tese da Articulação de Esquerda em conjunto com a corrente SEMEAR para o XII Congresso do CPERS Sindicato. Partimos da defesa incondicional da educação pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada, como direito da classe trabalhadora e como instrumento estratégico de transformação social. Esta tese busca contribuir na definição da política, da estratégia e da tática do sindicato que representa as trabalhadoras e os trabalhadores da educação estadual do Rio Grande do Sul.

Vivemos um período histórico marcado pelo aprofundamento da crise estrutural do capitalismo, que se expressa de forma combinada e desigual em múltiplas dimensões: econômica, social, ambiental e civilizatória. O cenário internacional é atravessado pela ampliação das guerras e conflitos, pela reorganização do sistema mundial em direção a um multipolarismo tensionado, com disputas entre grandes potências, como Estados Unidos, Rússia e China, e pela crescente instabilidade geopolítica. A ofensiva imperialista, a corrida por recursos naturais estratégicos e o reposicionamento de blocos econômicos, como os BRICS, indicam que estamos diante de uma transição histórica em disputa, marcada por contradições profundas.

Ao mesmo tempo, assistimos ao crescimento exponencial das grandes corporações tecnológicas, as chamadas Big Techs, que concentram poder econômico, político e ideológico, redefinindo as formas de trabalho, comunicação, sociabilidade e controle social. A expansão da inteligência artificial, da automação e da plataformação da vida social não ocorre em benefício da humanidade, mas sob a lógica da acumulação capitalista, ampliando a exploração, a vigilância e a precarização do trabalho, inclusive na educação.

Neste contexto, os organismos interna-

cionais do capital, como o Banco Mundial e demais instituições financeiras, seguem operando como vetores de uma política educacional subordinada aos interesses do mercado, defendendo a privatização, a padronização curricular, a meritocracia e a transformação da educação em mercadoria. Não há, dentro da lógica capitalista, qualquer perspectiva de valorização real da educação pública enquanto direito universal, ao contrário, o que se impõe é seu desmonte progressivo.

As transformações no mundo do trabalho e na dinâmica do capital impactam diretamente o sindicalismo, que enfrenta desafios estruturais: fragmentação da classe trabalhadora, precarização das relações de trabalho, avanço do individualismo e ofensiva ideológica contra as organizações coletivas. Nesse cenário, torna-se ainda mais urgente reconstruir um sindicalismo classista, combativo, enraizado na base e comprometido com a transformação social.

Diante desse quadro, reafirmamos: a luta em defesa da educação pública está indissociavelmente ligada à luta mais geral da classe trabalhadora contra o capitalismo. Não se trata apenas de resistir aos ataques, mas de construir uma alternativa histórica. A defesa da educação pública é, portanto, parte da luta por um projeto de sociedade socialista, que coloque a vida acima do lucro e a dignidade humana como princípio fundamental.

### CONJUNTURA INTERNACIONAL

A conjuntura internacional é marcada pelo aprofundamento das contradições do capitalismo em sua fase imperialista, evidenciando os limites históricos desse modo de produção. Desde a crise de 2008, o sistema capitalista não conseguiu restabelecer um ciclo sustentável de crescimento, recorrendo a mecanismos artificiais de expansão baseados na financeirização, na intensificação da exploração do trabalho e na ampliação dos conflitos geopolíticos.

1 O cenário mundial é dominado pela  
2 disputa estratégica entre os Estados Unidos,  
3 a Rússia e a China, que expressa não apenas  
4 uma rivalidade entre nações, mas uma luta  
5 pela reorganização da ordem mundial. Os Esta-  
6 dos Unidos, potência imperialista em declínio  
7 relativo, buscam recuperar sua hegemonia por  
8 meio de ações econômicas, políticas, ideológi-  
9 cas e militares. Este movimento atravessa dife-  
10 rentes governos e orienta sua política externa,  
11 seja sob gestões democratas ou republicanas,  
12 tendo como pano de fundo a tentativa de des-  
13 gastar a Rússia e conter o avanço chinês.

14 Entretanto, essa estratégia não ocorre  
15 sem contradições internas. A sociedade esta-  
16 dunidense enfrenta crescente polarização, cri-  
17 se institucional e deterioração das condições  
18 de vida de sua classe trabalhadora. O slogan  
19 “Make America Great Again” sintetiza, em ter-  
20 mos ideológicos, uma tentativa de resposta re-  
21 acionária a esse declínio, mobilizando setores  
22 da extrema-direita e reforçando tendências  
23 autoritárias e neofascistas.

24 A crise do imperialismo se manifes-  
25 ta também na intensificação das guerras e  
26 conflitos regionais. A guerra na Ucrânia, as  
27 tensões no Oriente Médio, incluindo o Irã, a  
28 permanente agressão contra Cuba e as ame-  
29 aças à soberania da Venezuela são expressões  
30 concretas da disputa por territórios, recursos  
31 naturais e influência política. Israel, aliançado  
32 ao imperialismo estadunidense, segue a senda  
33 de barbárie, subjugação de povos e genocídio,  
34 a exemplo do que sofre o povo palestino. Es-  
35 sas guerras não são eventos isolados, mas par-  
36 te de uma dinâmica estrutural do capitalismo  
37 em crise, que recorre à violência como meca-  
38 nismo de reorganização de poder.

39 Na América Latina e Caribe, essa ofensiva  
40 assume formas específicas: bloqueios econô-  
41 micos, tentativas de desestabilização política,  
42 apoio a golpes institucionais e fortalecimento  
43 de forças conservadoras e de extrema-direita.  
44 Trata-se de uma estratégia sistemática de ma-  
45 nutenção da região como espaço subordinado  
46 na divisão internacional do trabalho, impedin-  
47 do processos de soberania nacional e integra-  
48 ção regional autônoma.

49 Paralelamente, cresce em escala global  
50 a extrema-direita, que resgata elementos do

fascismo histórico para responder à crise do  
capital. Incapaz de oferecer melhorias con-  
cretas para a vida da população, a burguesia  
recorre ao autoritarismo, à militarização da  
sociedade, ao racismo, ao machismo e à per-  
seguição de minorias como forma de manter  
sua dominação. Esse fenômeno não é margi-  
nal, mas parte constitutiva da atual fase do  
capitalismo.

Por isso, a realização da I Conferência  
Antifascista pela Soberania dos Povos, culmi-  
nando na Carta de Porto Alegre, representa  
um marco na reorganização das forças po-  
pulares e progressistas em escala internacio-  
nal, diante do avanço da extrema direita, do  
neofascismo e das políticas imperialistas. Ao  
reunir movimentos, organizações e lideranças  
comprometidas com a autodeterminação dos  
povos, a conferência reafirma a centralidade  
da luta antifascista como eixo estratégico do  
nosso tempo, articulando resistência, solidari-  
iedade internacional e construção de alterna-  
tivas ao modelo de dominação vigente. Seus  
encaminhamentos apontam para a necessida-  
de a unidade da classe trabalhadora contra o  
fascismo, o fortalecimento da cooperação en-  
tre os povos, a defesa intransigente da sobera-  
nia nacional, dos direitos sociais e das liberda-  
des democráticas, recolocando no horizonte a  
necessidade de um projeto internacionalista  
que enfrente as múltiplas formas de opressão  
e exploração impostas pelo capitalismo con-  
temporâneo.

Outro elemento central da conjuntura  
internacional é o avanço acelerado das tecno-  
logias, especialmente da robótica e da inteli-  
gência artificial. Sob controle do capital, essas  
inovações não se traduzem em redução da jor-  
nada de trabalho ou melhoria das condições  
de vida, mas sim em desemprego estrutural,  
intensificação da exploração e ampliação dos  
mecanismos de controle sobre os trabalha-  
dores. A chamada “revolução tecnológica” se  
apresenta, assim, como uma ameaça concreta  
à classe trabalhadora, ao mesmo tempo em  
que alimenta uma nova bolha especulativa no  
sistema financeiro global.

Esse modelo de desenvolvimento tec-  
nológico está diretamente associado ao apro-  
fundamento da crise ambiental. A exploração

1 intensiva de recursos naturais, como minerais  
2 estratégicos e água, para sustentar a expansão  
3 da indústria tecnológica ocorre em um con-  
4 texto de colapso climático iminente. O aqueci-  
5 mento global, já em níveis críticos, coloca em  
6 risco as condições de vida no planeta, atingin-  
7 do de forma mais brutal os povos trabalhado-  
8 res e as populações mais vulneráveis.

9 Dessa forma, a humanidade se encontra  
10 diante de uma encruzilhada histórica. A  
11 permanência do capitalismo implica o agrava-  
12 mento das guerras, da destruição ambiental  
13 e da desigualdade social. A superação desse  
14 sistema não é apenas uma questão ideológica,  
15 mas uma necessidade concreta para a sobre-  
16 vivência da vida humana em condições dignas.

17 Para a classe trabalhadora, e em parti-  
18 cular para os trabalhadores e trabalhadoras  
19 da educação, compreender essa conjuntura  
20 é fundamental. A luta local está diretamente  
21 conectada às dinâmicas globais do capital. De-  
22 fender a educação pública, os direitos sociais e  
23 a democracia exige enfrentar o imperialismo,  
24 o neoliberalismo, o fascismo e todas as formas  
25 de exploração e opressão.

26 A história demonstra que nenhuma  
27 transformação virá de cima. É a luta organiza-  
28 da da classe trabalhadora, em escala nacional  
29 e internacional, que pode abrir caminho para  
30 uma nova sociedade. Germinam pelo mundo  
31 afora mobilizações anti-imperialistas e anti  
32 fascistas, numa demonstração de que a espe-  
33 rança se faz no movimento de luta organizada,  
34 de massa e nas ruas. Neste sentido, reafirma-  
35 mos a necessidade da construção de um pro-  
36 jeto socialista, capaz de reorganizar a produ-  
37 ção, a tecnologia e a vida social a partir das  
38 necessidades humanas e não do lucro.

39

#### 40 **CONJUNTURA NACIONAL**

41 A conjuntura nacional brasileira está  
42 profundamente marcada pela correlação de  
43 forças estabelecida após a eleição de Lula em  
44 2022. A vitória eleitoral representou a derrota  
45 momentânea do projeto neofascista liderado  
46 por Bolsonaro, mas não significou a derrota  
47 estratégica das forças de direita e extrema-di-  
48 reita, que seguem organizadas social, política  
49 e institucionalmente.

50 O cenário atual revela uma contradi-

ção central: ao mesmo tempo em que há um  
governo eleito com apoio popular e compro-  
misso com pautas democráticas, o país segue  
submetido a um forte controle das institui-  
ções por frações da burguesia, especialmente  
através do Congresso Nacional e do sistema  
financeiro. O chamado “parlamentarismo de  
fato” se expressa no poder desproporcional  
do legislativo, nas emendas parlamentares, no  
orçamento secreto e na capacidade de impor  
limites ao Executivo.

Esse arranjo institucional restringe a im-  
plementação de um programa popular mais  
avançado, ao mesmo tempo em que evidencia  
os limites de uma estratégia baseada na conciliação de classes. A ausência de enfrentamento mais direto com os interesses do capital tem impedido avanços estruturais necessários à classe trabalhadora.

Entre os principais pontos que permane-  
cem sem resolução, destacam-se: a ausência  
de um programa de Reforma Agrária, a não  
revogação das contrarreformas trabalhista e  
previdenciária, a manutenção de pilares do  
chamado “novo ensino médio”, a ausência  
de revisão profunda das privatizações, a não  
implementação de uma política efetiva de re-  
dução da jornada de trabalho, como o fim da  
escala 6x1, e a resistência em avançar na ta-  
xação das grandes fortunas. Esses elementos  
demonstram que, apesar de avanços pontu-  
ais, não houve ruptura com a lógica neoliberal  
herdada dos governos anteriores.

Ao mesmo tempo, a política econômi-  
ca segue condicionada por mecanismos que  
favorecem o capital financeiro, como as altas  
taxas de juros e a lógica do ajuste fiscal. A de-  
fesa do chamado “déficit zero” limita investi-  
mentos em áreas fundamentais como saúde  
e educação, impactando diretamente os ser-  
viços públicos e a vida da classe trabalhadora.

No campo educacional, o governo fede-  
ral apresenta contradições importantes. Por  
um lado, retoma investimentos e políticas pú-  
blicas; por outro, mantém elementos estrutu-  
rais que favorecem a mercantilização da edu-  
cação. A influência de setores empresariais  
organizados, como os que atuam através de  
movimentos e fundações privadas, contribui  
para o avanço de políticas como a plataformi-

1   zação do ensino, a meritocracia e a padroni-  
2   zação curricular. Além disso, programas apre-  
3   sentados como valorização profissional não  
4   têm respondido às necessidades reais da ca-  
5   tegoria, mantendo problemas históricos como  
6   baixos salários, precarização e sobrecarga  
7   de trabalho.

8       A extrema-direita, por sua vez, segue  
9   como uma força ativa e perigosa. Mesmo após  
10   a derrota eleitoral e a prisão de sua principal  
11   liderança, mantém base social, influência polí-  
12   tica e capacidade de reorganização. A possibi-  
13   lidade de fragmentação entre candidaturas no  
14   campo da direita, envolvendo diferentes lide-  
15   ranças, não elimina o risco de recomposição  
16   de um bloco conservador competitivo para as  
17   eleições de 2026.

18       O projeto da direita e da extrema-di-  
19   reita permanece o mesmo: aprofundar a su-  
20   bordinação do Brasil ao capital internacional,  
21   fortalecer o agronegócio e o sistema financei-  
22   ro, reduzir direitos sociais, privatizar serviços  
23   públicos e restringir liberdades democráticas.  
24   Trata-se de um projeto antipopular, antinacio-  
25   nal e autoritário.

26       Diante desse cenário, as tarefas da clas-  
27   se trabalhadora são claras e urgentes. É neces-  
28   sário defender a soberania nacional em todas  
29   as suas dimensões, produtiva, energética, ali-  
30   mentar, digital e ambiental, enfrentando a de-  
31   pendência estrutural do país e construindo um  
32   projeto de desenvolvimento voltado às neces-  
33   sidades do povo.

34       É fundamental também ampliar e prote-  
35   ger as liberdades democráticas, combatendo o  
36   racismo, o machismo, a LGBTfobia e todas as  
37   formas de opressão que estruturam a socieda-  
38   de brasileira, objetivando a cultura do medo e  
39   a negação do direito humano básico, o direi-  
40   to à existência. A organização dos grupos de  
41   marcadores sociais da diferença, de classe, de  
42   gênero, de etnia e etária têm sentido, na me-  
43   dida em que se traduz na resistência nas ruas  
44   e no esperar. A luta democrática está dire-  
45   tamente vinculada à luta social: não há demo-  
46   cracia real sem direitos, sem igualdade e sem  
47   organização popular.

48       No campo econômico e social, é im-  
49   prescindível lutar pela ampliação dos direitos:  
50   revogação das contrarreformas, valorização

dos salários e aposentadorias, redução da jor-  
nada de trabalho, fortalecimento dos servi-  
ços públicos e taxação dos super-ricos. Essas  
medidas são essenciais para enfrentar a desi-  
gualdade e melhorar as condições de vida da  
classe trabalhadora.

Entretanto, é preciso afirmar com clare-  
za: essas conquistas não virão apenas pela via  
institucional. A experiência histórica demons-  
tra que avanços reais só ocorrem quando há  
pressão organizada da classe trabalhadora. As  
instituições do Estado, em sua forma atual, es-  
tão profundamente condicionadas pelos inte-  
resses da burguesia.

Por isso, a mobilização social é decisiva.  
A construção de uma ampla unidade entre  
sindicatos, movimentos populares, estudantis  
e organizações da classe trabalhadora é condi-  
ção fundamental para enfrentar o neoliberal-  
ismo e impedir o avanço da extrema-direita.

A educação pública ocupa papel central  
nessa disputa. É espaço de formação crítica,  
de construção de consciência e de organiza-  
ção coletiva. Defender a educação é defender  
a democracia, os direitos sociais e a possibili-  
dade de transformação da sociedade.

Diante da proximidade das eleições de  
2026, torna-se ainda mais necessário apre-  
sentar um programa democrático e popular  
que vá além da gestão do capitalismo, apon-  
tando para mudanças estruturais. Um pro-  
grama que enfrente os interesses do capital,  
recupere a capacidade de investimento do Es-  
tado e coloque no centro as necessidades da  
classe trabalhadora.

Reafirmamos, portanto, que somen-  
te a luta organizada, nas ruas e nos locais de  
trabalho, poderá alterar a correlação de for-  
ças e abrir caminho para um novo projeto de  
país. Um projeto baseado na justiça social,  
na soberania nacional e na emancipação da  
classe trabalhadora.

## **CONJUNTURA ESTADUAL RIO GRANDE DO SUL**

No Rio Grande do Sul, a política imple-  
mentada pelo governo Eduardo Leite/ Gabriel  
de Souza e sua base de sustentação na ALERGS  
representa a aplicação concreta do receituário  
neoliberal na educação pública e no conjunto

1 do serviço público. Trata-se de um governo  
2 que, sob o discurso da modernização e da res-  
3 ponsabilidade fiscal, promove o desmonte sis-  
4 temático das políticas públicas, a retirada de  
5 direitos e a desvalorização dos trabalhadores e  
6 trabalhadoras da educação. Os vendilhões do  
7 estado, através da entrega de setores estraté-  
8 gicos passaram para o empresariado privado  
9 os recursos públicos e insistem em sepultar  
10 a possibilidade de um projeto de desenvolvi-  
11 mento do RS que coloque na centralidade o  
12 bem comum do povo gaúcho, vide privatiza-  
13 ção da CEEE, da Corsan, das rodovias, e como  
14 se não bastasse, se debruçam a entregar a es-  
15 cola pública.

16 Mesmo em um cenário de crescimento  
17 econômico relativo do Estado, não há qual-  
18 quer política consistente de valorização sa-  
19 larial da categoria. Ao contrário, o que se  
20 observa é a manutenção de baixos salários,  
21 a ausência de recomposição das perdas infla-  
22 cionárias e o aprofundamento da precarização  
23 das condições de trabalho. O ajuste fiscal é fei-  
24 to às custas dos servidores públicos, enquan-  
25 to setores privilegiados do capital seguem  
25 acumulando lucros.

27 O acordo da dívida com a União, longe  
28 de representar uma solução estrutural, segue  
29 operando como mecanismo de estrangula-  
30 mento dos investimentos públicos, especial-  
31 mente nas áreas sociais. A educação pública  
32 estadual sofre diretamente com essa política,  
33 que limita recursos, compromete a infraes-  
34 trutura das escolas e impede avanços reais na  
35 qualidade do ensino.

36 Um dos aspectos mais graves da atual  
37 conjuntura é o não cumprimento efetivo da  
38 aplicação dos 25% constitucionais em educa-  
39 ção, a partir de manobras políticas e acordos  
40 institucionais que fragilizam o financiamento  
41 da área. Essa política impacta diretamente o  
42 cotidiano das escolas, resultando em falta de  
43 recursos, precariedade estrutural e sobrecar-  
44 ga sobre os trabalhadores da educação.

45 Ao mesmo tempo, o governo avança  
46 na lógica de mercantilização da educação por  
47 meio de parcerias público-privadas, abrindo  
48 espaço para que empresas e fundações priva-  
49 das passem a interferir diretamente na gestão  
50 e no conteúdo pedagógico das escolas. Essa

política representa uma transferência de re-  
cursos públicos para o setor privado e um ata-  
que à autonomia pedagógica, à gestão demo-  
crática e ao caráter público da educação.

A crescente influência de fundações em-  
presariais e institutos privados no comando  
das políticas educacionais reforça uma lógica  
de padronização, controle e submissão da es-  
cola aos interesses do mercado. A educação  
deixa de ser um direito social para se tornar  
um espaço de formação de mão de obra bara-  
ta e adaptada às necessidades do capital.

Outro elemento central é o avanço da  
plataformização da educação, que impõe aos  
professores e professoras um modelo de tra-  
balho baseado em metas, controle digital,  
burocratização e perda de autonomia. Esse  
processo intensifica a sobrecarga de trabalho,  
amplia o assédio institucional e contribui dire-  
tamente para o adoecimento físico e mental  
da categoria.

A ausência de concursos públicos e o au-  
mento da contratação precária agravam ainda  
mais esse cenário. A substituição de trabalha-  
dores efetivos por contratos temporários fra-  
giliza a organização coletiva, reduz direitos e  
compromete a continuidade dos projetos pe-  
dagógicos nas escolas.

Além disso, o governo implementa polí-  
ticas que aprofundam a desigualdade dentro  
da própria categoria, seja através de diferen-  
ciações salariais, seja pela imposição de metas  
e mecanismos meritocráticos que fragmentam  
a unidade dos trabalhadores.

A situação dos aposentados e aposen-  
tadas é igualmente grave, marcada pelo des-  
conto previdenciário injusto e pela perda do  
poder de compra, resultado direto de políticas  
que desconsideram a dignidade daqueles que  
dedicaram suas vidas à educação pública.

No campo pedagógico, observa-se o  
avanço de políticas que esvaziam o conteú-  
do crítico da educação, priorizando indicadores  
quantitativos e resultados imediatos em detri-  
mento da formação integral dos estudantes. A  
maquiagem de dados educacionais e a obses-  
são por índices como o IDEB escondem a re-  
alidade concreta das escolas e servem mais à  
propaganda governamental do que à melhoria  
efetiva da educação.

1 A gestão democrática, historicamen-  
2 te conquistada pela luta da categoria, vem  
3 sendo sistematicamente atacada. O enfra-  
4 quecimento dos espaços de participação, a  
5 imposição de modelos gerencialistas e a cen-  
6 tralização das decisões representam um retro-  
7 cesso significativo na construção de uma escola  
8 pública democrática.

9 Diante desse cenário, é necessário afir-  
10 mar com clareza: o governo Eduardo Leite não  
11 é um aliado da educação pública, mas sim um  
12 agente ativo de sua transformação em mer-  
13 cadoria. Sua política atende aos interesses do  
14 capital e se coloca em oposição direta aos in-  
15 teresses da classe trabalhadora.

16 A resposta a esse projeto não pode ser a  
17 adaptação ou a negociação limitada. É preciso  
18 construir um enfrentamento político e social à  
19 altura dos ataques. Isso exige organização na  
20 base, unidade da categoria, articulação com  
21 outros setores da classe trabalhadora e dispo-  
22 sição para a luta.

23 O próximo período pode ser ainda mais  
24 desafiador. A possibilidade de avanço de forças  
25 ainda mais à direita no cenário estadual exige  
26 que o movimento sindical se prepare para um  
27 nível mais elevado de enfrentamento. Não se  
28 trata apenas de resistir, mas de construir uma  
29 ofensiva capaz de derrotar o projeto neoliberal  
30 e a ascensão da extrema-direita em curso.

31 A história do movimento dos trabalha-  
32 dores da educação no Rio Grande do Sul de-  
33 monstra que as conquistas só foram alcança-  
34 das através da luta coletiva, da mobilização  
35 e da ocupação das ruas. É esse caminho que  
36 precisamos retomar e aprofundar.

### 37 38 **BALANÇO DO CPERS SINDICATO**

39 O CPERS Sindicato é uma das mais im-  
40 portantes ferramentas de organização da clas-  
41 se trabalhadora no Rio Grande do Sul. Sua  
42 história está profundamente vinculada às lut-  
43 tas em defesa da educação pública, da valo-  
44 rização dos trabalhadores em educação e da  
45 democracia. Foi nas greves, nas mobilizações  
46 e na organização coletiva que a categoria con-  
47 quistou direitos fundamentais, como planos  
48 de carreira, gestão democrática e reconheci-  
49 mento social. Tivemos em nossa história mo-  
50 mentos importantes de posicionamento claro

em prol da edificação do projeto democrático  
e popular para o RS e da defesa intransigente  
da democracia.

Neste momento histórico, marcado por  
uma ofensiva brutal do neoliberalismo, da  
extrema-direita e pelo avanço de políticas de  
desmonte da educação pública, a unidade da  
categoria em torno do sindicato é uma neces-  
sidade objetiva. É preciso reconhecer a im-  
portância da recente eleição da nova direção  
como um elemento que aponta para a possi-  
bilidade de recomposição da unidade e fortale-  
cimento da entidade frente aos ataques do  
governo estadual. Não estávamos nas gestões  
anteriores, nosso campo ingressou nessa ges-  
tão e estamos buscando fazer nossa parte para  
que o sindicato possa superar seus problemas  
e voltar a ter a força que teve em outros mo-  
mentos da história da categoria.

Portanto, é necessário realizar um ba-  
lanço crítico, honesto e comprometido com o  
avanço da luta.

O governo estadual tem operado com  
uma estratégia clara: dialogar diretamente  
com a categoria e com a sociedade, utilizan-  
do a mídia e instrumentos institucionais para  
construir sua narrativa, ao mesmo tempo em  
que impõe, de forma autoritária, uma agenda  
de retirada de direitos. Trata-se de um gover-  
no que não negocia de fato, mas sim comunica  
decisões já tomadas.

Diante disso, a direção do sindicato tem  
encontrado dificuldades em se antecipar e  
disputar essa narrativa junto à base e à socie-  
dade. Em muitos momentos, a atuação tem  
ocorrido de forma reativa, após a implemen-  
tação das medidas governamentais, o que re-  
duz a capacidade de mobilização e de enfren-  
tamento político.

Além disso, ainda há limites na cons-  
trução de uma linha política unificada e sufi-  
cientemente contundente contra o projeto  
neoliberal em curso no Estado. A blindagem  
do governo pela mídia burguesa e a complexi-  
dade da conjuntura exigem uma atuação mais  
articulada, mais incisiva e com maior capaci-  
dade de diálogo direto com a base da categoria.

É importante reconhecer que a atual di-  
reção tem se empenhado na reorganização do  
sindicato, com iniciativas como caravanas, visi-

1 tas às escolas e esforços de ampliação da base  
2 de filiados. Essas ações têm contribuído para  
3 reaproximar o sindicato da categoria e reani-  
4 mar o debate político nas escolas.

5 No entanto, ainda há um desafio central:  
6 transformar esse acúmulo em capacidade efe-  
7 tiva de mobilização de massas.

8 Persistem problemas estruturais que  
9 precisam ser enfrentados com seriedade:

- 10 • a baixa adesão às mobilizações;
- 11 • a dificuldade de dialogar com os/as traba-  
12 lhadores/as mais jovens e com os/as con-  
13 tratados/as;
- 14 • o afastamento das ruas como espaço privi-  
15 legiado de luta;
- 16 • a ausência, em determinados momentos,  
17 de uma pauta de lutas clara, unificada e  
18 permanentemente trabalhada na base.

19 Esses elementos não são responsabili-  
20 dade exclusiva da atual direção, mas expressão  
21 de um processo mais amplo de crise do sindi-  
22 calismo, marcado pela fragmentação da classe  
23 trabalhadora, pela precarização das relações  
24 de trabalho e pela ofensiva ideológica do capi-  
25 tal contra as organizações coletivas.

26 Entretanto, reconhecer esses limites não  
27 significa aceitá-los. Pelo contrário, impõe a ne-  
28 cessidade de superação.

29 A história do CPERS demonstra que seu  
30 maior patrimônio é a capacidade de organi-  
31 zação na base. Foi quando o sindicato esteve  
32 enraizado nas escolas, com representantes  
33 ativos, formação política permanente e mobi-  
34 lização constante, que alcançou suas maiores  
35 conquistas.

36 É preciso, portanto, retomar e aprofun-  
37 dar esse caminho.

38 Outro debate estratégico que precisa  
39 ser enfrentado diz respeito à reorganização do  
40 movimento sindical. A desfiliação do CPERS da  
41 CUT contribuiu para a fragmentação da classe  
42 trabalhadora em um momento de forte ofen-  
43 siva do capital.

44 A ausência do sindicato numa central  
45 sindical do país e do Estado, enfraqueceu a  
46 capacidade de articulação e de construção de  
47 uma resposta unificada aos ataques neolibe-  
48 rais. Em um cenário de avanço da extrema-di-  
49 reita.

50 Da mesma forma, é essencial fortalecer

os espaços internos de organização do sindi-  
cato: representantes de escola, núcleos re-  
gionais, conselhos e instâncias deliberativas.  
A democracia interna, a participação ativa da  
base e a formação política são condições in-  
dispensáveis para construir um sindicato forte,  
combativo e representativo.

O próximo período colocará desafios  
ainda maiores. A possibilidade de ascensão de  
forças ainda mais à direita no Estado exigirá  
um nível superior de organização, unidade e  
combatividade. Não haverá espaço para um  
sindicalismo apenas defensivo.

Será necessário avançar para um sindi-  
calismo de enfrentamento, capaz de organizar  
a categoria, mobilizar a base e construir alian-  
ças com outros setores da classe trabalhadora.

Reafirmamos que o CPERS deve ser um  
instrumento de luta, não apenas de represen-  
tação. Um sindicato que organize, mobilize,  
forme e lidere a categoria no enfrentamento  
ao projeto neoliberal.

É nesse sentido que queremos contri-  
buir com o fortalecimento do sindicato, com  
a radicalização democrática de suas práticas e  
com a construção de uma estratégia de luta à  
altura dos desafios colocados.

## ESTRATÉGIA, LINHA POLÍTICA E CAMINHO DA LUTA

Diante da ofensiva neoliberal, da crise do  
capitalismo e dos ataques sistemáticos à edu-  
cação pública e aos direitos da classe traba-  
lhadora, não há espaço para ilusões. A história  
demonstra que nenhum direito foi concedido  
espontaneamente, todos foram conquistados  
através da luta organizada.

A tarefa colocada para o CPERS e para  
o conjunto da categoria não é apenas resistir,  
mas **retomar a iniciativa política e construir  
uma ofensiva da classe trabalhadora.**

É necessário reconstruir um sindicalis-  
mo classista, combativo, enraizado na base e  
comprometido com a transformação social.  
Isso implica romper com práticas burocráticas,  
com a passividade e com a lógica de adapta-  
ção aos limites impostos pelo Estado burguês.

Nosso ponto de partida é claro: **sem  
base organizada, não há luta vitoriosa.**

É preciso reconstruir o sindicato a partir

1 das escolas, fortalecendo a presença cotidia-  
2 na do CPERS no local de trabalho. Cada escola  
3 deve ser um espaço de organização, debate  
4 político e mobilização. A eleição e formação  
5 de representantes de escola, a realização de  
6 reuniões regulares e a construção de coletivos  
7 são instrumentos fundamentais para reativar  
8 a participação da categoria.

9 Ao mesmo tempo, é necessário investir  
10 fortemente na formação política. A consciên-  
11 cia de classe não surge espontaneamente, ela  
12 é construída. É tarefa do sindicato promover  
13 espaços de formação que articulem a realida-  
14 de concreta da categoria com a compreensão  
15 mais ampla da luta de classes, do papel do Es-  
16 tado e das estratégias do capital.

17 Outro eixo central é a **retomada das**  
18 **ruas como espaço de luta.**

19 A história do CPERS e da classe traba-  
20 lhadora demonstra que as grandes conquistas  
21 vieram da mobilização massiva, das greves e  
22 da ocupação dos espaços públicos. É preciso  
23 superar o imobilismo e reconstruir uma cultu-  
24 ra de luta, com calendário permanente de mo-  
25 bilizações, paralisações e atos públicos.

26 A greve deve ser compreendida não  
27 como último recurso, mas como instrumento  
28 legítimo e necessário de pressão política. Pre-  
29 parar a categoria para greves fortes, organi-  
30 zadas e sustentadas é parte essencial de uma  
31 estratégia de enfrentamento.

32 No entanto, a luta da categoria não pode  
33 estar isolada. É fundamental construir alianças  
34 com outros setores da classe trabalhadora,  
35 com movimentos sociais, estudantis e popula-  
36 res, tanto do campo quanto da cidade. A arti-  
37 culação com essas forças amplia nossa capaci-  
38 dade de mobilização e fortalece a luta contra  
39 o neoliberalismo.

40 Nesse sentido, defendemos o fortaleci-  
41 mento da unidade da classe trabalhadora, o  
42 diálogo com as centrais sindicais e a constru-  
43 ção de frentes amplas de luta em defesa dos  
44 direitos sociais, da democracia e da soberania  
45 nacional.

46 Outro elemento estratégico é a disputa  
47 de narrativa.

48 O governo e a mídia burguesa operam  
49 permanentemente para deslegitimar a luta  
50 dos trabalhadores e apresentar suas políticas

como inevitáveis. É necessário romper esse  
bloqueio, ampliando a comunicação direta  
com a categoria e com a sociedade. Isso exi-  
ge uma política de comunicação combativa,  
popular e enraizada na realidade das escolas,  
que dialogue com a base e enfrente a desin-  
formação.

Também é preciso enfrentar de forma  
direta a lógica da meritocracia, da individuali-  
zação e da fragmentação da categoria. A força  
da classe trabalhadora está na sua unidade.  
Qualquer política que divida, hierarquize ou  
coloque trabalhadores contra trabalhadores  
deve ser combatida.

A luta pela valorização salarial, pela car-  
reira, por melhores condições de trabalho e  
pela defesa da educação pública deve estar ar-  
ticulada a um projeto mais amplo de socieda-  
de. Não se trata apenas de reivindicações ime-  
diatas, mas de disputar os rumos da educação  
e do próprio Estado.

Defendemos uma educação pública que  
forme sujeitos críticos, conscientes e capazes  
de transformar a realidade. Uma educação  
que se oponha à lógica do mercado, à padroni-  
zação e à submissão aos interesses do capital.

Para isso, é necessário radicalizar a de-  
mocracia dentro e fora da escola. Fortalecer os  
espaços de participação, garantir a autonomia  
pedagógica e construir coletivamente os pro-  
jetos educacionais são tarefas centrais.

Reafirmamos **que não há saída individu-  
al para problemas coletivos.** A precarização,  
o adoecimento, a sobrecarga de trabalho e a  
desvalorização não serão resolvidos de forma  
isolada. Apenas a luta coletiva pode enfrentar  
essas questões.

Por fim, afirmamos que o próximo perí-  
odo exigirá coragem política. Enfrentar o gover-  
no, disputar a consciência da categoria, mobi-  
lizar a base e construir unidade não são tarefas  
simples. Mas são tarefas necessárias.

---

**É tempo de retomar o protagonismo da  
classe trabalhadora.**

**É tempo de organizar a base, ocupar as ruas  
e construir a luta.**

**É tempo de transformar indignação em  
mobilização e mobilização em conquista.**

---

1  
2 **PAUTA DE REIVINDICAÇÕES**  
3 **DA CATEGORIA**

4 A pauta de reivindicações da categoria  
5 não pode ser tratada como um conjunto iso-  
6 lado de demandas corporativas. Ela expressa,  
7 na prática, o conflito entre o projeto neoliberal  
8 de destruição dos direitos sociais e a luta da  
9 classe trabalhadora por dignidade, valorização  
10 e condições reais de trabalho.

11 Cada reivindicação é parte de uma dis-  
12 puta maior: **educação como direito ou como**  
13 **mercadoria.**

14  
15 **REDUÇÃO DA SOBRECARGA DE**  
16 **TRABALHO E AMPLIAÇÃO DA**  
17 **HORA-ATIVIDADE PARA 50%**

18 A intensificação do trabalho docente é  
19 uma das principais formas de exploração na  
20 educação pública. A sobrecarga, o acúmulo de  
21 funções, a burocratização e a imposição de ta-  
22 refas alheias ao fazer pedagógico têm levado  
23 ao adoecimento físico e mental da categoria.

24 Defender a ampliação da hora-ativida-  
25 de para 50% da carga horária não é apenas  
26 uma reivindicação funcional, é uma medida  
27 essencial para garantir qualidade no trabalho  
28 pedagógico, tempo de planejamento, estudo  
29 e avaliação.

30 Sem isso, o que se impõe é um modelo  
31 de educação precarizado, baseado na exaus-  
32 tão dos trabalhadores e na perda de qualidade  
33 do ensino.

34  
35 **VALORIZAÇÃO DA CATEGORIA COM**  
36 **FORMAÇÃO PRESENCIAL E SALÁRIO**  
37 **DIGNO**

38 A valorização dos trabalhadores em edu-  
39 cação passa, necessariamente, por uma políti-  
40 ca salarial justa e por condições reais de for-  
41 mação continuada.

42 A substituição de processos formativos  
43 por plataformas digitais precarizadas e super-  
44 ficiais atende aos interesses do mercado, mas  
45 não às necessidades da educação pública. A  
46 formação precisa ser presencial, crítica, arti-  
47 culada com a realidade das escolas e com as  
48 necessidades pedagógicas da categoria.

49 Ao mesmo tempo, é inadmissível que  
50 profissionais responsáveis pela formação das

futuras gerações convivam com salários rebaixados e perda constante do poder de compra. A luta por salário digno é uma luta por reconhecimento social e por condições mínimas de vida.

**APLICAÇÃO EFETIVA DA LEI DE GESTÃO DEMOCRÁTICA**

A gestão democrática é uma conquista histórica da categoria e um dos pilares de uma educação emancipadora.

Defender sua aplicação efetiva significa garantir:

- eleição direta e paritária para direções escolares;
- participação real da comunidade escolar nas decisões;
- autonomia pedagógica e administrativa das escolas.

---

**O avanço de modelos gerencialistas e autoritários representa um retrocesso, transformando a escola em espaço de controle e não de construção coletiva.**

---

**DEFESA DO IPE SAÚDE PÚBLICO E DE QUALIDADE**

A situação do IPE Saúde expressa o abandono das políticas públicas voltadas aos trabalhadores do Estado. A precarização do atendimento, a falta de profissionais, o descredenciamento de serviços e a ampliação de custos para os usuários tornam o acesso à saúde cada vez mais difícil.

Defendemos um IPE Saúde público, com ampla rede credenciada, garantindo acesso a consultas, exames, hospitais e tratamentos especializados sem restrições ou cobranças abusivas.

---

**Saúde não é mercadoria, é direito.**

---

**TRANSPARÊNCIA NO IPE PREVIDÊNCIA E FIM DO DESCONTO PREVIDENCIÁRIO DOS APOSENTADOS**

A política previdenciária atual penaliza

1 especialmente os aposentados e as aposen-  
2 tadas, que seguem contribuindo mesmo após  
3 décadas de trabalho.

4 O desconto previdenciário sobre aposen-  
5 tadorias representa uma injustiça e um ataque  
6 direto à dignidade desses trabalhadores, que  
7 já deram sua contribuição à sociedade.

8 Defendemos:

- 9 • transparência total na gestão dos recursos
- 10 previdenciários;
- 11 • fim imediato do desconto previdenciário
- 12 para aposentados;
- 13 • respeito aos princípios de paridade e inte-
- 14 gralidade.

---

17 **Valorizar os aposentados é reconhecer a**  
18 **história de luta da categoria.**

---

21 Essa pauta precisa ser permanente, visí-  
22 vel e mobilizadora, não pode aparecer só em  
23 momentos de campanha salarial.

25 **POLÍTICAS ESPECÍFICAS E SUJEITOS**  
26 **DA LUTA**

27 A construção de um sindicato classista,  
28 combativo e enraizado na base exige reconhe-  
29 cer que a classe trabalhadora não é homogê-  
30 nea. Ela é atravessada por diferentes formas  
31 de exploração e opressão que se combinam e  
32 se intensificam no capitalismo.

33 Fortalecer o CPERS como instrumento  
34 de luta passa por incorporar, de forma orgâ-  
35 nica, as demandas específicas dos diversos su-  
36 jeitos que compõem a categoria, sem perder  
37 de vista a unidade da classe.

39 **AGENTES EDUCACIONAIS:**  
40 **PROTAGONISMO E VALORIZAÇÃO**

41 Os agentes educacionais, funcionários e  
42 funcionárias de escola, são parte essencial do  
43 processo educativo. No entanto, historicamen-  
44 te têm sido invisibilizados e desvalorizados  
45 pelas políticas públicas, sendo tratados como  
46 trabalhadores de segunda categoria dentro da  
47 própria educação.

48 O governo estadual aprofunda esse pro-  
49 cesso ao não reconhecer esses profissionais  
50 como trabalhadores da educação, negando

direitos, excluindo-os das políticas de valoriza-  
ção e mantendo salários profundamente de-  
fasados.

A crescente terceirização nas escolas re-  
presenta uma ameaça concreta à existência  
da categoria, precarizando vínculos, reduzin-  
do direitos e comprometendo a qualidade do  
serviço público.

Diante disso, é fundamental:

- intensificar a luta pela valorização salarial  
dos agentes educacionais;
- garantir a realização de concursos públi-  
cos;
- defender e reconstruir o plano de carreira;
- lutar pela inclusão desses trabalhadores  
no Piso Nacional da Educação;
- avançar nos direitos como penosidade  
para monitores e reenquadramento dos  
funcionários que ficaram de fora na rees-  
truturação da carreira;
- ampliar políticas de formação específica,  
com qualidade e apoio institucional.

Ao mesmo tempo, é necessário enfren-  
tar o assédio moral e as condições de trabalho  
degradantes que atingem esses profissionais,  
promovendo campanhas e ações concretas de  
proteção à saúde física e mental.

---

**Fortalecer o protagonismo dos agentes edu-  
cacionais nas lutas do CPERS é fortalecer a  
própria categoria como um todo.**

---

**APOSENTADOS/AS: MEMÓRIA,  
EXPERIÊNCIA E FORÇA ORGANIZATIVA**

Os aposentados e as aposentadas cons-  
tituem uma parcela significativa da base do  
CPERS e desempenham papel fundamental na  
sustentação histórica e política do sindicato.

São trabalhadores e trabalhadoras que  
dedicaram suas vidas à educação pública e  
que, mesmo após a aposentadoria, seguem na  
linha de frente da luta em defesa dos direitos  
da categoria.

No entanto, têm sido alvo de ataques  
sistemáticos, especialmente através do des-  
conto previdenciário, da perda do poder de  
compra e da quebra da isonomia nas carreiras.

O governo estadual utiliza mecanismos

1 como o reajuste desigual e a manipulação do  
2 Piso Nacional para promover o desmonte dos  
3 planos de carreira, atingindo diretamente os  
4 aposentados e as aposentadas.

#### 5 **Defendemos:**

- 6 • o fim do desconto previdenciário para  
7 aposentados;
- 8 • a recomposição salarial com respeito à pa-  
9 ridade;
- 10 • a defesa do IPE Saúde com atendimento  
11 digno e universal;
- 12 • a participação ativa dos aposentados em  
13 todas as instâncias do sindicato.

14 É fundamental fortalecer espaços de  
15 formação política e integração entre ativos e  
16 aposentados, garantindo unidade geracional  
17 na luta.

---

18  
19  
20 **Valorizar os aposentados não é apenas uma**  
21 **questão de justiça, é uma necessidade estrat-**  
22 **tégica para o fortalecimento do sindicato.**

---

### 25 **JUVENTUDE: RENOVAÇÃO, ORGANIZAÇÃO** 26 **E FUTURO DA LUTA**

27 A juventude trabalhadora da educação  
28 vive, de forma intensa, os efeitos da precariza-  
29 ção do trabalho, da instabilidade profissional e  
30 da desvalorização da carreira.

31 Ao mesmo tempo, enfrenta um cenário  
32 de descrença nas instituições políticas e sin-  
33 dicais, resultado direto da crise do sistema e  
34 do distanciamento histórico entre sindicatos e  
35 novas gerações.

36 No CPERS, esse processo se expressa na  
37 dificuldade de ampliar a sindicalização de jo-  
38 vens e na necessidade de renovar práticas or-  
39 ganizativas.

40 No entanto, a juventude não está ausen-  
41 te da luta, ela se manifesta nas mobilizações,  
42 nas escolas e nos espaços de resistência.

43 O desafio é transformar essa energia em  
44 organização permanente.

#### 45 **Para isso, é necessário:**

- 46 • fortalecer coletivos de juventude dentro  
47 do sindicato;
- 48 • criar espaços reais de participação e deci-  
49 são;
- 50 • investir em formação política conectada

- com a realidade dos jovens trabalhadores;
- enfrentar as condições materiais que afas-  
tam a juventude, como baixos salários,  
contratos precários e sobrecarga de traba-  
lho.

A renovação do sindicato passa, neces-  
sariamente, pela incorporação ativa da juven-  
tude em sua estrutura e em sua direção.

---

**É nas lutas que o CPERS se renova e a juven-**  
**tude deve estar no centro desse processo.**

---

### **COMBATE ÀS OPRESSÕES: POR UMA ESCO-** **LA E UMA SOCIEDADE LIVRES**

A luta da classe trabalhadora não pode  
ser separada do enfrentamento às opressões  
estruturais que sustentam o capitalismo.

Racismo, machismo, LGBTfobia e outras  
formas de discriminação não são desvios do  
sistema, são parte de sua engrenagem, utiliza-  
das para dividir a classe, precarizar ainda mais  
determinados setores e manter privilégios his-  
tóricos.

### **POVO NEGRO: OPRESSÃO HISTÓRICA** **E RESISTÊNCIA**

O povo negro no Brasil enfrenta uma dí-  
vida histórica que se expressa na exclusão so-  
cial, na violência e na desigualdade de acesso  
a direitos básicos.

Na educação, essa realidade se mani-  
festa na dificuldade de permanência dos estu-  
dantes, na ausência de políticas efetivas e na  
reprodução de um currículo eurocentrado.

#### **Defendemos:**

- a aplicação efetiva da Lei 10.639/2003;
- políticas educacionais que enfrentem o ra-  
cismo estrutural;
- fortalecimento de coletivos negros dentro  
do sindicato;
- formação antirracista permanente.

---

**Combater o racismo é tarefa de toda**  
**a classe trabalhadora.**

---

## 1 MULHERES: LUTA CONTRA A DESIGUALDADE E A VIOLÊNCIA

2 A categoria da educação é majoritariamente composta por mulheres, que enfrentam dupla ou tripla jornada de trabalho, desigualdade salarial, assédio e violência.

3 O avanço de políticas conservadoras e a ausência de políticas públicas de proteção agravam essa realidade.

### 4 Defendemos:

- 5 • combate efetivo ao assédio moral, institucional e sexual nas escolas;
- 6 • políticas de proteção às mulheres trabalhadoras;
- 7 • formação feminista e de gênero dentro do sindicato;
- 8 • valorização profissional e salarial.

---

9 **Sem a emancipação das mulheres, não há emancipação da classe trabalhadora.**

---

## 10 DIVERSIDADE E DIREITOS HUMANOS

11 A população LGBTQIA+, pessoas com deficiência, idosos e outros grupos historicamente oprimidos enfrentam exclusão e violência cotidianas.

12 A escola deve ser um espaço de acolhimento, respeito e formação para a diversidade e não de reprodução de preconceitos.

### 13 Defendemos:

- 14 • inclusão das temáticas de gênero e diversidade no currículo;
- 15 • combate à LGBTfobia nas escolas;
- 16 • políticas de inclusão efetiva;
- 17 • formação continuada sobre direitos humanos.

## 18 COMUNICAÇÃO, CULTURA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE

19 Em um contexto de avanço das fake news, da desinformação e da ideologia individualista, a comunicação se torna um campo central da luta de classes.

20 **É necessário construir uma política de comunicação que:**

- 21 • dialogue diretamente com a base;
- 22 • enfrente a narrativa da mídia burguesa;
- 23 • fortaleça espaços de construção da arte

e da cultura como forma de resistência e luta;

- 24 • fortaleça a identidade coletiva da categoria.

---

25 **A cultura também é espaço de disputa. É preciso incentivar uma produção cultural crítica, popular e comprometida com a transformação social.**

---

26 Inspirados em uma perspectiva dialógica, a comunicação deve ser instrumento de formação, organização e mobilização.

## 27 MEIO AMBIENTE E EDUCAÇÃO ECOSOCIALISTA

28 A crise ambiental não é um fenômeno isolado, mas resultado direto da lógica de acumulação capitalista, que transforma a natureza em mercadoria e ignora os limites ecológicos do planeta. Diante disso, não basta denunciar, é necessário **organizar práticas concretas de resistência e construção de alternativas.**

29 Defendemos uma educação ecossocialista, que forme sujeitos conscientes, críticos e comprometidos com a sustentabilidade e a transformação social.

30 **A escola deve ser espaço de construção de novas relações com a natureza, superando o modelo predatório atual. Assim, propomos as seguintes ações:**

- 31 • criar um coletivo ou setorial de meio ambiente/ecossocialismo dentro do sindicato;
- 32 • elaborar uma plataforma ambiental da educação pública gaúcha;
- 33 • promover cursos, seminários e ciclos de formação sobre:
  - 34 • crise climática e capitalismo;
  - 35 • ecossocialismo;
  - 36 • impactos ambientais no RS (enchentes, agronegócio, mineração);
- 37 • articular com universidades, movimentos ambientais e populares.
- 38 • construir ações conjuntas com:
  - 39 • MST (agroecologia e reforma agrária);
  - 40 • movimentos urbanos e ambientais;
  - 41 • juventudes climáticas;

- 1 • participar de jornadas de luta ambiental.
- 2 • denunciar:
  - 3 • destruição ambiental no RS;
  - 4 • impacto do agronegócio e das enchentes nas escolas;
- 5
- 6 • produzir materiais (cartilhas, vídeos, redes sociais).
- 7
- 8 • relacionar crise ambiental com:
  - 9 • adoecimento;
  - 10 • calor extremo;
  - 11 • condições precárias nas escolas;
- 12 • pautar isso como tema sindical e pedagógico.
- 13

14 Nesse sentido, o CPERS Sindicato e as  
15 escolas públicas têm um papel estratégico: articular  
16 consciência crítica, organização coletiva  
17 e práticas concretas que apontem para uma  
18 nova relação entre sociedade e natureza.

### 20 **VALORIZAÇÃO DAS ESCOLAS DO CAMPO, QUILOMBOLAS E INDÍGENAS**

22 As escolas do campo, quilombolas e indígenas representam muito mais do que espaços de ensino: são territórios de preservação cultural, identidade e resistência. Fortalecer políticas públicas voltadas a essas escolas significa garantir educação de qualidade que respeite os modos de vida, os saberes tradicionais e as realidades sociais de cada comunidade. Investimentos em infraestrutura, formação específica de professores, materiais didáticos contextualizados e acesso à tecnologia são fundamentais para reduzir desigualdades históricas e promover a inclusão educacional. Valorizar essas escolas é reconhecer a diversidade do país e assegurar que crianças e jovens possam aprender sem abrir mão de sua cultura, de sua língua e de sua relação com o território. A tarefa do Sindicato é auxiliar na organização dos debates e dos coletivos.

### 42 **TECNOLOGIA, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E CONTROLE DO TRABALHO**

44 O avanço da tecnologia, especialmente da inteligência artificial, tem sido utilizado como instrumento de controle, intensificação do trabalho e precarização das condições de ensino.

#### 49 **A plataformização impõe:**

- 50 • aumento da carga de trabalho;

- vigilância constante;
- perda de autonomia docente;
- exclusão digital.

---

### **Defendemos o uso da tecnologia a serviço da educação pública, e não do controle do trabalhador.**

---

É necessário enfrentar esse modelo e garantir condições dignas de trabalho frente às novas tecnologias.

### **PLANO DE LUTAS: ORGANIZAR, MOBILIZAR E ENFRENTAR**

Diante da ofensiva neoliberal do governo estadual, dos limites institucionais e da necessidade de alterar a correlação de forças, o CPERS Sindicato precisa assumir uma postura ativa e ofensiva.

Não basta denunciar é preciso **organizar a luta e construir vitórias concretas.**

O plano de lutas deve ser permanente, articulado e enraizado na base, combinando mobilização nas escolas, ocupação das ruas e pressão política contínua.

### **ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA**

Nossa estratégia parte de alguns princípios fundamentais:

- Centralidade da base: a força da luta está nas escolas;
- Unidade da categoria: ativos, aposentados e funcionários juntos;
- Mobilização permanente: não agir apenas em momentos de crise;
- Enfrentamento político ao governo: disputar narrativa e legitimidade;
- Articulação com a classe trabalhadora: ampliar alianças.

---

**O objetivo é claro: derrotar a política neoliberal do governo estadual e conquistar direitos para a categoria.**

---

## 1 FORMAS DE MOBILIZAÇÃO

2 Para sair do imobilismo e reconstruir a  
3 força do sindicato, é necessário diversificar e  
4 intensificar as formas de luta:

### 5 **Organização na base**

- 6 • eleição de representantes do CPERS em to-  
7 das as escolas;
- 8 • reuniões periódicas por local de trabalho;
- 9 • construção de comitês de mobilização por  
10 escola e região;
- 11 • mapeamento permanente da realidade da  
12 categoria.

### 13 **Mobilizações progressivas**

- 14 • paralisações regionais e estaduais;
- 15 • dias de luta com atividades descentraliza-  
16 das;
- 17 • assembleias amplas e massivas;
- 18 • construção de indicativo de greve com  
19 preparação real.

### 20 **Greve como instrumento central**

21 A greve deve ser preparada com antece-  
22 dência, com:

- 23 • trabalho de base consistente;
- 24 • construção de fundo de greve;
- 25 • articulação com outras categorias;
- 25 • clareza de pauta e objetivos.
- 27 • Greve não se improvisa, se constrói.

## 29 CALENDÁRIO DE LUTAS

30 O calendário deve ser contínuo e escalo-  
31 nado, criando acúmulo político e organizativo:

### 33 **1º MOMENTO**

#### 34 **ORGANIZAÇÃO E AGITAÇÃO**

- 35 • intensificar visitas às escolas;
- 36 • plenárias regionais e assembleias de base;
- 37 • lançamento de campanha salarial e de va-  
38 lorização;
- 39 • produção massiva de materiais (panfletos,  
40 vídeos, redes);
- 41 • denúncias públicas da política do governo.

### 42 **2º MOMENTO**

#### 43 **MOBILIZAÇÃO E PRESSÃO**

- 44 • paralisações de 24h com atos regionais;
- 45 • construção de um grande ato estadual uni-  
46 ficado;
- 47 • ocupação da Secretaria de Educação e es-  
48 paços públicos;
- 49 • articulação com estudantes e outras cate-  
50 gorias.

## **3º MOMENTO**

### **ENFRENTAMENTO DIRETO**

- deflagração de greve estadual;
- construção de comando de greve forte e representativo;
- atos massivos e permanentes;
- pressão direta sobre o governo e parla- mentares.

### **PRESSÃO POLÍTICA E DISPUTA DE NARRATIVA**

A luta não se dá apenas nas ruas, mas também no campo político e ideológico.

É fundamental:

- denunciar sistematicamente a política do governo;
- desmascarar a propaganda oficial;
- dialogar com a sociedade sobre a realida- de da educação;
- ocupar redes sociais com conteúdo políti- co e pedagógico;
- pressionar parlamentares e instituições.

A disputa de narrativa é central para ga- nhar apoio social e legitimar a luta.

### **ENFRENTAMENTO AO GOVERNO**

O governo estadual não negocia de for- ma transparente, ele impõe.

Portanto, é necessário:

- antecipar suas ações e construir resposta política prévia;
- não aceitar negociações sem mobilização;
- expor contradições e mentiras do gover- no;
- pressionar institucionalmente sem de- pender das instituições;
- manter independência política frente ao governo.

A lógica deve ser clara: sem pressão, não há conquista.

### **ARTICULAÇÃO COM A CLASSE TRABALHADORA**

A luta da educação não pode ser isola- da. É fundamental:

- construir unidade com outras categorias do serviço público;
- fortalecer a relação com movimentos sociais (campo e cidade);
- articular com estudantes e juventude;

1 • retomar o debate de unidade sindical  
2 e popular.

3 A força da nossa luta cresce quan-  
4 do se conecta com a luta geral da classe  
5 trabalhadora.

## 7 **RADICALIZAR A DEMOCRACIA** 8 **E OCUPAR AS RUAS**

9 Não há saída individual. Não há conquis-  
10 ta sem luta coletiva.

11 É preciso retomar:

- 12 • a cultura de mobilização;
- 13 • a presença massiva nas ruas;
- 14 • a disposição de enfrentamento.

15 A história da categoria demonstra: **é na**  
16 **luta que se conquistam direitos.**

## 17 **CONCLUSÃO DO PLANO DE LUTAS**

18 Vivemos um momento decisivo.

19 Ou aceitamos o avanço do projeto neoli-  
20 beral, com mais precarização, mais controle e  
21 menos direitos, ou construímos uma resposta  
22 coletiva, organizada e combativa.

23 A Articulação de Esquerda e a SEMEAR  
24 reafirmam seu compromisso com:

- 25 • a luta permanente;
- 26 • a organização da base;
- 27 • a unidade da classe trabalhadora;
- 28 • a defesa intransigente da educação
- 29 • pública.

30  
31  
32 ***É tempo de lutar.***

33 ***É tempo de organizar.***

34 ***É tempo de ocupar as ruas.***

35 ***Só a luta muda a vida.***

## 36 37 **CONCLUSÃO: É TEMPO DE LUTAR, É TEM-** 38 **PO DE TRANSFORMAR**

39 Vivemos um tempo de profundas contra-  
40 dições. De um lado, o avanço de um projeto ne-  
41 oliberal que destrói direitos, mercantiliza a edu-  
42 cação e impõe à classe trabalhadora condições  
43 cada vez mais precárias de vida e trabalho. De  
44 outro, a resistência cotidiana de educadoras e  
45 educadores que, mesmo diante da sobrecarga,  
46 do adoecimento e da desvalorização, seguem  
47 sustentando a escola pública como espaço de  
48 formação, consciência e esperança.

49 Não há neutralidade possível neste  
50 cenário.

A educação é um campo de disputa. Disputa de projeto de sociedade, de valores, de futuro. E nós sabemos qual é o lado que escolhemos: o lado da classe trabalhadora, da democracia, da justiça social e da construção de uma sociedade socialista.

O que está em jogo não é apenas salário, carreira ou condições de trabalho, embora tudo isso seja urgente e inegociável. O que está em jogo é o sentido da educação pública e o próprio futuro das próximas gerações.

O governo estadual, alinhado aos interesses do capital, avança na privatização, na precarização e no controle da educação. Busca transformar escolas em espaços de reprodução de uma lógica mercantil, retirando autonomia, impondo metas e atacando a organização coletiva.

Mas a história não está escrita. A história é feita pela luta. Foi assim que conquistamos direitos no passado. Será assim que defenderemos e ampliaremos nossas conquistas no presente.

Esta tese não é apenas um documento. É um chamado. Chamado à organização na base, em cada escola, em cada local de trabalho. Chamado à unidade da categoria, ativos, aposentados e funcionários em torno de uma pauta comum. Chamado à retomada das ruas como espaço legítimo de luta. Chamado à construção de um sindicato mais forte, mais combativo e mais enraizado na realidade da classe trabalhadora.

Não podemos aceitar a naturalização da precarização. Não podemos aceitar o adoecimento como regra. Não podemos aceitar o silêncio diante das injustiças.

É preciso transformar a indignação em organização. A organização em mobilização. A mobilização em conquista.

A Articulação de Esquerda e o SEMEAR se colocam, neste congresso, como instrumentos de luta. Não para administrar derrotas, mas para construir vitórias. Não para se adaptar aos limites impostos, mas para enfrentá-los.

Reafirmamos nossa convicção de que a defesa da educação pública está inseparavelmente ligada à luta mais ampla pela superação do capitalismo e pela construção de uma sociedade socialista, baseada na igualdade, na

1 solidariedade e na dignidade humana.  
2 Sabemos que o caminho não será fácil.  
3 Exigirá coragem, unidade e disposição de luta.  
4 Mas também sabemos que é possível.  
5 Porque quando a classe trabalhadora se  
6 organiza, nenhum poder é maior que sua força.  
7

8  
9 ***Por isso, afirmamos com clareza:***  
10 ***Na luta, educadoras e educadores!***  
11 ***Exigir nossos direitos é ensinar democracia.***  
12 ***Organizar a luta é construir o futuro.***  
13 ***É tempo de ocupar as ruas.***  
14 ***É tempo de levantar a voz.***  
15 ***É tempo de lutar e vencer.***  
16

17  
18 Assinam esta tese: Guilherme Mateus  
19 Bourscheid - Diretor Estadual do CPERS Sin-  
20 dicato; Daniela Peretti - Direção Estadual do  
21 CPERS Sindicato; 18º Núcleo Santa Cruz do  
22 Sul - Tânia Teresinha Friedrich Arbelo. Prof  
23 aposentada, Cira Maria Gassen Kaufmann di-  
24 retora 18º Núcleo, Maria das Graças Correa -  
25 vice-diretora do 18º Núcleo, Maristela Brixner  
26 Tesoureira 18 Núcleo, José Carlos Rodrigues,  
27 Leandro José Sestari, José Alvarino da Rocha,  
28 Sylvania Maria Laissmann, Leonardo Goes, Cle-  
29 onice de Carvalho, representante municipal;  
30 27º Núcleo Três Passos - Sirlei Maria Voos,  
31 diretora do 27º Núcleo, Marilei Morgenstern,  
32 vice-diretora, M<sup>a</sup> Aparecida Alves Padilha,  
33 Mário Willers, Levanir Simionato, Sadi Cor-  
34 rreia, Geni Escher; 28º Núcleo Soledade - Ma-  
35 gale Eicheler da Rocha - Diretora Geral do 28  
36 º Núcleo, Bianca Elisa Spinelli \_ Vice-diretora  
37 do 28º Núcleo, Rosa Maria Quevedo Giovanoni,  
38 Marlene Moraes Scorsatto, Carmem Ignez  
39 Braganholo, Rosane Beatriz Gradaschi, Ana  
40 Maria de Godoi Moraes, Pedrinha Ledi Lava,  
41 Marlei Salvatori, Adélia dos Santos Pimentel;  
42 Arlei Silvio Ferreira - Diretor Geral, Tania Be-  
43 atriz Deszuta, Marcia Porto, Cristiana Santana  
44 da Silva Riehs, Silvia Regina de Oliveira Garcia,  
45 Melissa Rosauo Ventura, Altemir Paulo Cozer,  
46 Julie Ferzola, Jurema Pinheiro Silveira, Eduar-  
47 do Bopsin, Giany Rodrigues, Geovana Dutra;  
48 37º Carazinho - Adélia Menezes dos Santos -  
49 Diretora Geral, Claudia Schaffer - Vice-direto-  
50

ra, Ana Lucia de Ávila, Dulce Rocha. Renan dos  
Santos, Jacir Martins, Maria Helena da Silva,  
Liciene Piasson, Rosangela Raber; 40º Núcleo  
Palmeira das Missões - 1-Diretora GERAL do  
40º Núcleo- Thais Regina Galvão Bueno Brizola  
- Diretora Geral, Candida Beatriz Rossetto, Joel  
da Silva Oliveira, Neuza Maria Franco Lopes,  
Daniela Sganzerla, Beloni Dal Mora, Maria Lú-  
cia Fogaça Ribas, Gerri Sawaris, Jorge de Mo-  
raes Brizola, Rosilei Santi, Ercilia Alves Lemes,  
Zilo Antônio Schmitz; Lucia Camini.

**CUT PODE MAIS****CONJUNTURA INTERNACIONAL:  
TRANSFORMAR A GUERRA  
EM REVOLUÇÃO**

A burguesia no mundo, principalmente a imperialista comemorou o Fim do Estado de “Bem Estar” Social. O Nascimento do Neoliberalismo com o consenso de Washington tinha como perspectiva “destravar” o setor de produção no qual parte de seus lucros eram para fazer frente ao Estado Socialista, que cresceu após a segunda guerra mundial. O Estado neoliberal cresce com o fim da era URSS, com o fim do aporte às questões Sociais, pelo menos no nível que existia anteriormente.

O “Elefante branco” estava superado, agora era entrar de corpo e alma para fazer o capital render como nunca. É claro que muita gente ficou rica rapidinho, ganhando estruturas estatais bilionárias por preço de banana, aquelas que existem até hoje e são doadas a amigos por 100,00 mil e que valem bilhões. O que aconteceu na época de FHC aqui no nosso país, aconteceu no mundo inteiro capitalista. Então, imaginamos os novos bilionários que surgiram. Mas se no capitalismo tem alguém que enriquece a velocidade galopante, esse é quem está na ponta do sistema, isso é, o setor de crédito, de capital bancário, o financeiro. E quando ele quebra, no seu centro, na parte mais profunda que mantém os outros créditos, aí a coisa não é nada boa para o Capital em geral. Se um Master (banco pequeno) dá convulsão no mercado, que dirá os grandes.

E a comemoração foi até o ano de 2008, “dia” que a terra parou para uma classe que ria à toa. Assim como, na queda das bolsas 1929, (a data é só para marcar o que vinha já ocorrendo algum tempo de crise, e que pós queda continuou a se aprofundar) suas consequências “últimas” ou mais intensas e abertas foi a guerra mundial. Não é diferente na época atual, a crise de 2008 se tornou insustentável no momento atual e a guerra mundial vai destravando em cada passo da

crise seus últimos obstáculo, tal qual como agora, o ataque imperialista e sionista ao Irã.

Mesmo que o Irã tenha um grande revés (e provavelmente terá), as coisas continuarão a se aprofundar e a guerra seguirá ceifando forças produtivas, a matança dos povos é uma dessas forças. O imperialismo precisa da guerra, como meio de diminuir os efeitos do feitiço do capital e quer levar o proletariado de arrasto. Por isso, o perigo do Chauvinismo por um lado e o Pacifismo do outro. Num, a esquerda dos países imperialistas jogam o proletariado para defender o seu país, a sua burguesia em luta, no outro, nos países não imperialistas, aceitam a rendição mais humilhante sob o signo de se preservar na escravidão. Por isso, aproveitar a guerra, a crise crônica para fazer a revolução é a palavra de ordem dos povos.

Dessa maneira, guerra e revolução são as duas coisas mais concretas que a humanidade conhece nesse período histórico de crise crônica do Capital. Elas são tão concretas que a guerra é a saída de uma classe em crise e para a outra, a revolução é a superação do modo de produção que lhe explora e escraviza. Sem crise, tal perspectiva não acontece. São tão concretos que na hora H quem tem bala na agulha segue, quem não tem, já era.

Embora que o sistema imperialista terá seu fim como a roca de fiar (isto é, no museu da história), não dá para subestimar a sua continuidade e o genocídio, mutilações, miséria impostos a classe proletária no mundo. É preciso dar um Basta na guerra com novas revoluções.

---

**Viva a Revolução; Viva Cuba,  
Vietnã, China, Coreia do Norte.**

---

Registramos que as lideranças do Irã e da Rússia, que mesmo sendo capitalistas não

1 se renderam ao pacifismo ante as ameaças de  
2 guerra pelo império; sem briga nos de cima,  
3 não tem revolução.

4 Saudamos a construção dos comitês  
5 bolivarianos, das comunas e conselhos  
6 comunais na Venezuela, que embora  
7 sabotados por traições, nos últimos tempos  
8 foram junto com Cuba e Nicarágua, as vozes e  
9 as bandeiras do proletariado latino americano  
10 e antiimperialista e Socialista.

11 Rechaçamos o Estado sionista de Israel  
12 que por mais de 70 anos massacra o povo  
13 Palestino, sendo que defendemos todas as  
14 ações Palestinas para sua libertação.

15  
16

### 17 **CONJUNTURA NACIONAL:** 18 **UM PROGRAMA DEMOCRÁTICO** 19 **PARA O BRASIL**

20 Entramos no século XXI, com a esquerda  
21 logo chegando no governo Federal. Foram  
22 nesses 26 anos, 18 comandados pela esquerda,  
23 com o PT à frente, isto é mais de 60% do tempo.  
24 Os aliados do governo de esquerda, inclusive  
25 com o seu vice, Michel Temer, deram um  
25 golpe. Do golpe surgiu a divisão na direita; a  
27 extrema direita mostrou sua cara, organização  
28 e o que pretendia. Bolsonaro, embora junto  
29 com Temer aprofundaram a desgraça dos  
30 trabalhadores com a Reforma da previdência  
31 e trabalhista, ataques a organização sindical,  
32 seguiu um caminho diferente, fascista, tendo  
33 como consequência um genocídio de 700  
34 mil pessoas. Mesmo com todas as desgraças  
35 apresentadas, o Bolsonarismo mantém ainda  
36 apoio o suficiente para ganhar eleitoralmente  
37 da esquerda mesmo apoiada pela direita.

38 A direita se viu tão inviabilizada e  
39 impotente contra a extrema direita que para  
40 reforçar suas bases buscou apoio do Lula e  
41 da esquerda para viabilizar a eleição e tirar  
42 Bolsonaro do páreo. Com isso, também tirava  
43 o movimento da rua pelo Fora Bolsonaro e  
44 chamava para a luta institucional. Na tentativa  
45 do golpe inviabilizado em 8 de fevereiro de  
46 2023, após a derrota eleitoral, não houve  
47 perdão aos golpistas. Com a prisão, perderam  
48 força? Não. O filho do dito cujo já está tão  
49 elegível quanto Lula. Talvez se colocasse  
50 uma mula, também estaria no páreo. Qual o

significado disso?

Uma visão no mínimo apática de ver a  
luta de classes. Forma essa utilizada em grande  
parte pela esquerda institucional no nosso  
país ao lidar com o mundo do Capital; pensa  
que ao ganhar um governo transformarão  
o sistema que esmaga milhões de pessoas e  
escraviza uma classe inteira de trabalhadores  
proletários, em um lugar de paz e onde todos  
possam viver bem (mesmo que esse bem é ter  
3 refeições por dia, uma casa de 33 m2 para  
morar, e trabalhar até morrer). Nem isso é  
possível.

Se Marx dizia que a burguesia é um  
feitiçeiro que não consegue conter o seu  
feitiço, a esquerda pensa que com algumas  
medidas economicistas, pode dominar o  
feitiço da burguesia. Na tentativa de conciliar  
a exploração burguesa por um lado, e a fome  
e a miséria do outro, não enfrentam as causas  
do sistema. Ao tentar conciliar acabam se  
submetendo ao inimigo de classe, pois até  
para negociar precisam ter força. O golpe  
da presidente Dilma disse tudo, quando  
não houve reação, nem quebra-quebra. Foi  
submissão do início ao fim. Ainda em 2002,  
dado a correlação de forças no Brasil e no  
mundo, quando a esquerda vinha com força  
e o neoliberalismo com FHC levava ao apagão  
literalmente do país, o medo da esquerda  
pairava sob a cabeça da burguesia. Para  
acalmar ela (burguesia), Lula escreveu uma  
carta ao povo brasileiro. Assim mesmo, a  
burguesia relutava.

Agora é completamente diferente. Lula  
foi sacado literalmente pela direita da cela para  
a eleição, justamente para conter a extrema  
direita. Nesse sentido, Lula entra como refém da  
direita, com liberdade mínima de movimento  
e com uma tornozela política. Cada passo  
é medido, e a defesa do trabalhador, mesmo  
que no campo economicista, se limita a poucas  
coisas. Além do mais, as privatizações, antes  
inconcebíveis, seguem o caminho promulgado  
pela burguesia. A esquerda hoje é também  
PPP, que é uma forma envergonhada de ser  
neoliberal, assim como manter os juros altos e  
defender uma reforma fiscal e administrativa  
que vai contra os interesses do povo, já não  
causa mais pavorosa.

1 É preciso retomar a luta da esquerda dos  
2 anos 80 e 90, de defesa do Socialismo como  
3 futuro da humanidade. Seu abandono é uma  
4 das consequências das esquerdas priorizarem  
5 a luta pelo Estado liberal de bem estar Social  
6 e se afastarem da luta por liberdades e de um  
7 futuro radiante para todos. As eleições antes  
8 de mais nada, servem de base ideológica para  
9 a luta de classe, por isso sem apresentarmos  
10 um programa mínimo de luta sequer podemos  
11 falar em luta democrática sem um programa  
12 democrático. Por isso apresentamos o esboço  
13 de um:

- 14 • Reforma urbana,
- 15 • Reforma agrária anti-latifundiária,
- 16 • Reforma ensino público,
- 17 • Democratização das forças armadas,
- 18 • Fim das concessões dos meios de  
19 comunicação a grandes grupos monopolistas  
20 privados,
- 21 • Estatização completa da energia, rios,  
22 subsolo,
- 23 • Programa de proteção a região Amazônia,
- 24 • Investimentos em infraestrutura, etc.

## 27 **CONJUNTURA ESTADUAL:** 28 **FORA LEITE, FORA ZUCCO.**

29 Se foi difícil em 8 (oito) anos de mandato  
30 do Leite, fazer com que a esquerda no Estado  
31 do RS levantasse a palavra de ordem Fora  
32 Leite, palavra de ordem essa que tinha o  
33 intuito de desgastar o dito cujo, unir os setores  
34 populares e diminuir os desmonte do Estado  
35 em todos os setores, agora é preciso já no  
36 processo eleitoral, ir desgastando o dito cujo  
37 da extrema direita, da qual o neoliberalismo  
38 quer passar a chave do sarcófago, para que seu  
39 trabalho seja continuado, aprofundado e por  
40 fim fascistizado, com a privatização alcançando  
41 em certos setores, como Educação, saúde os  
42 100%, transformando o acesso à cultura, lazer,  
43 como patrimônio de alguns poucos abastados,  
44 e os salários não dando nem sequer para  
45 comer.

46 Fora Leite e fora Zucco, também  
47 tem o intento de demonstrar que as duas  
48 políticas andam de mãos dadas, que uma dá  
49 continuidade a outra, ou uma segue a outra.  
50 O Neoliberalismo é um período histórico

que retira os direitos e as conquistas obtidas  
pelos trabalhadores em luta. O Fascismo é o  
passo seguinte, de esmagar a reação do povo  
diante das misérias que existem, mantê-lo  
sob as sobras e migalhas. É por isso, que a  
extrema direita no Brasil e na América Latina  
tenham como parâmetro a ser efetivado  
pelas políticas estatais, não a segurança como  
falam, mas o policiamento, o terrorismo e a  
criminalização do povo, e para isso investir  
em grupos de milícias tipo os esquadrões de  
Mussolini, que combatem não só os que lutam  
economicamente contra as suas desgraças,  
mas principalmente àqueles que proclamam o  
fim do regime do capital, ou seja, a esquerda  
revolucionária e Socialista.

Nesse sentido, enfrentar desde já o  
Neoliberalismo no Estado e a sua continuidade  
fascista, ou seja, com o Fora Leite e Fora Zucco,  
é a campanha adequada que deve ser feita  
no Estado desde já. Para muitos, FHC e Leite,  
Serra e Aécio, Dória e Kassab, são democratas,  
embora seja difícil alguém ter eles como  
progressistas, mas dizem que é preciso tê-  
los à volta, não desgastá-los mais do que o  
necessário, pois abriria as portas para algo  
ainda pior. Nesse conceito que nasce a ideia do  
menos pior, porém nestes casos não tem como  
existir. E quando existem, é pelo fato que não  
existe um projeto de emancipação da classe  
operária, daí a ideia da democracia ideal como  
referência atua, levando a uma luta atoa, isto  
é, sem compromisso com a transformação.

Decidir entre o Neoliberalismo de direita  
e o neoliberalismo de extrema direita, não é  
uma opção ao menos pior, é a falta de opção.  
E quando não há opção, ser neoliberal de  
esquerda passa a ser um bom negócio pra  
quem? No mínimo para o rebaixamento da  
política, da confusão e desorganização da  
classe trabalhadora. Por isso, Fora Leite, Fora  
Zucco.

## **A LUTA PELA DEMOCRACIA PLENA?**

A luta pela democracia plena, é uma  
luta que não faz o mínimo sentido, pois a  
classe que comanda o capitalismo sempre  
acha que a sua democracia não é ideal,  
e por isso mesmo, sempre tem em conta  
que há algo errado no funcionamento da

1 democracia real. Para a grande burguesia,  
2 dona dos meios de produção, do dinheiro, do  
3 comércio, das matérias primas, para as coisas  
4 andarem direito a melhor democracia seria a  
5 plena ditadura da burguesia. Se as coisas vão  
6 bem, precisam acumular mais para avançar  
7 a produção, precisa fazer o bolo crescer  
8 (negando avanços para o trabalhador), se as  
9 coisas vão mal (o trabalhador é o resultado  
10 dessa falência), deve se submeter e aceitar as  
11 condições que lhe são impostas.

12 A democracia do trabalhador na  
13 luta economicista, ou seja, por melhores  
14 condições de vida é permanente, portanto só  
15 tem resultado para o proletariado se a mesma  
16 vier acompanhada da luta política; coisa que a  
17 pequena burguesia detesta. Essas duas classes  
18 lutam pela democracia contra a burguesia,  
19 porém com perspectivas diferentes: a primeira  
20 (proletariado) precisa avançar na luta política  
21 no rumo da tomada do poder, por isso a  
22 democracia é importante para se organizar,  
23 aprofundar os conhecimentos do marxismo,  
24 propagandear, mostrar os limites da própria  
25 “democracia” burguesa etc; a segunda  
26 (pequena burguesia) quer arregimentar forças  
27 para se colocar melhor na venda de sua força  
28 de trabalho, seja dos pequenos negócios ou  
29 de seu intelecto. Essa luta democrática reforça  
30 sua classe pequeno burguesa e de certa forma  
31 burguesia, sobrecarregando e esmagando o  
32 pobre.

33 Mesmo lutando contra a burguesia,  
34 a pequena burguesia ora e vê na luta do  
35 proletariado um espaço para poder crescer,  
36 porém assim que ocupa lugar ao sol, passa  
37 para o lado da burguesia para esmagar o  
38 trabalhador, justamente porque a democracia  
39 ideal da burguesia, não cabe a grande  
40 maioria da massa. As vezes luta direto em  
41 defesa da burguesia e contra os direitos dos  
42 trabalhadores, pois vê as suas perdas por  
43 conta da luta do povo. Por isso, o trabalhador  
44 proletário deve dirigir a luta pela democracia  
45 como valor político, ou seja, na superação da  
46 “democracia” burguesa.

47 Por isso, como vai ser plena a  
48 democracia? 33,33% para a grande  
49 burguesia, os monopólios, o imperialismo  
50 = 1% da população, 33,33% para a pequena

burguesia (campesinato, pequena produção,  
intelectualidade 20% população, e os 33,33%  
para o proletariado 80% da população. Nessa  
democracia de aceite dos 1/3, o proletariado  
vai comer 1/3, morar 1/3, receber 1/3 do que  
produz? Essa é a democracia plena, aquela  
que já existe e a burguesia luta sempre  
para passar esse 1/3 para ¼, 1/5, 1/6 ... No  
capitalismo, portanto, a melhor democracia  
é no mínimo uma ditadura da burguesia.  
Portanto, a democracia ideal do proletariado é  
outro sistema econômico, isto é o Socialismo,  
a ditadura do Proletariado.

### EDUCACIONAL

O governo Eduardo Leite e a secretária  
de educação Raquel são os responsáveis  
pelo adoecimento dos educadores em nosso  
estado. Estamos no primeiro trimestre do  
ano letivo e os professores e funcionários já  
apresentam sinais de estresse, depressão  
e esgotamento, ocasionando um número  
expressivo de licenças de saúde.

Já tivemos no Rio Grande do Sul uma das  
melhores educação pública do país, motivo de  
orgulho para a sociedade e para os educadores.  
Tristemente hoje, enfrentamos uma realidade  
muito diferente: passamos a figurar entre os  
piores indicadores educacionais do Brasil.

Essa situação se agravou nos últimos  
governos do Estado, sobretudo no atual,  
com o evidente sucateamento estrutural  
e pedagógico das escolas. Eduardo Leite é  
um governo privatista, entreguista e que  
preferiu transferir à empresas privadas a  
contratação de funcionários de escola. Além  
disso há um movimento que aponta para a  
municipalização e encerramento de turmas.  
Aliás, alguns setores das escolas já foram  
entregues à iniciativa privada. Somam-se a isso  
os constantes ataques às conquistas históricas  
e aos direitos dos educadores, notadamente  
os planos de carreira de professores e  
funcionários.

Os salários tornaram-se miseráveis,  
congelados há cerca de 12 anos (aposentados)  
sem reajustes, acumulando uma defasagem  
de aproximadamente 70%. Falta pessoal  
nas escolas: professores e funcionários  
são insuficientes, e não há realização de

1 concursos públicos. Diante dessa realidade,  
2 as direções escolares precisam “improvisar”  
3 sobrecarregando os que estão trabalhando  
4 para manter a escola funcionando.

5 Além disso, há uma imposição para o  
6 preenchimento de intermináveis planilhas e  
7 relatórios burocráticos, que pouco contribuem  
8 para a qualidade da educação, extrapolando a  
9 carga horária dos professores. Essas exigências  
10 acabam desrespeitando a autonomia  
11 pedagógica, administrativa e financeira das  
12 escolas, que possuíam gestão democrática, com  
13 direções eleitas e respaldadas pelos conselhos  
14 escolares formados por representantes da  
15 direção, professores, funcionários, alunos e  
16 pais.

17 Muitos professores relatam ainda  
18 que, para atender a índices numéricos, são  
19 orientados a “aprovar” alunos de qualquer  
20 maneira, mesmo quando não frequentam às  
21 aulas ao longo do ano letivo. Essa prática acaba  
22 mascarando o baixo rendimento da educação  
23 nos indicadores oficiais, como o Índice de  
24 Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

25 Para agravar ainda mais a situação,  
26 foram introduzidos nas escolas os chamados  
27 mentores, tutores ou assessores, figuras  
28 que, na prática, atuam como uma espécie  
29 de “xerife”, fiscalizando e pressionando os  
30 educadores. Isso ocorre enquanto muitas  
31 escolas continuam sofrendo com a falta de  
32 professores. Na prática a Gestão Democrática  
33 e Pedagógica não existe mais.

34 Diante de todos esses problemas,  
35 os educadores vivem sob forte pressão  
36 e intimidação. Nesses 8 anos de governo  
37 Eduardo Leite tivemos perdas e retrocessos.  
38 Ele é a representação mais nefasta dos  
39 governos neoliberais que incessantemente  
40 atacam direitos e políticas públicas.

41 Por tudo isso dizemos :

42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50

---

**FORA EDUARDO LEITE E RAQUEL TEIXEIRA**  
**VIVA A ESCOLA PÚBLICA DE QUALIDADE**

---

## **VIVAS NOS QUEREMOS: NÃO CALARÃO NOSSAS VOZES**

Os direitos das mulheres de existir com dignidade, de ter acesso à educação e ao trabalho, de votar e ser votada, de conquistar espaços de poder e decisão, de ser dona do seu próprio corpo, de viver livre de violência e em igualdade de condições com os homens, apesar de ter avançado em alguns aspectos está longe de alcançar um nível de justiça e igualdade, com a inclusão de todas as mulheres.

A violência contra meninas e mulheres cresceu. Está nas ruas, nas escolas, nos espaços de lazer, nas redes sociais e mais recentemente com o uso de IA. Os índices de violência doméstica no país são assustadores. Somos um país campeão em feminicídio, O Fórum Brasileiro de Segurança Pública denuncia que 1568 mulheres no Brasil em 2025 foram vítimas de feminicídio. Só no Rio Grande do Sul foram 80 mulheres em 2025. Em 2026 de janeiro a março temos confirmados 24 casos.

A Lei Maria da Penha vem consolidando uma mudança cultural que se quer mais significativa, somando a estas mudanças conquistamos em 2015 o reconhecimento dos crimes, que a morte das mulheres por motivos de violência de gênero significa feminicídio, como agravante - crime hediondo.

Cabe registrar que somos diversas pois ocorre uma violência maior contra as mulheres negras, pobres, tanto no ambiente familiar como na convivência na sociedade como um todo, inclusive no ambiente institucional. As mulheres negras, por exemplo, têm denunciado um tipo de violência que é a violência obstétrica, a violência no atendimento médico.

Somamos também a violência específica contra as mulheres lésbicas, que sofrem violências sexuais, violência pelo não atendimento, violência física onde vidas são ceifadas. Estudos apontam que a gravidez na adolescência aumentou, dados de 2022-2024 revelam o crescimento de partos com taxa de cesáreas entre adolescentes. Ao analisar 633.705 altas hospitalares, em 442 hospitais foi comprovado que 5,32 % dos partos ocorreram com jovens de 12 a 18 anos. Vários fatores

1 necessitam ser reforçados como a prevenção,  
2 violência intrafamiliar, abuso e exploração  
3 sexual, também a erotização infantil.

4 O mergulho no mundo de vivências  
5 femininas é um desafio, é preciso conhecer  
6 as estratégias utilizadas por mulheres no  
7 enfrentamento de situações de agressão  
8 física, sexual e psicológica e desvelar o tipo de  
9 acolhimento prestado pelos serviços básicos  
10 de saúde, na perspectiva de atender mulheres  
11 vítimas de violência. Precisamos romper com  
12 o machismo e o patriarcado, que é criminoso,  
13 bem como com todas as barreiras que nos  
14 forem impostas pelo fato de sermos mulheres.  
15 Existe um avanço do conservadorismo,  
16 setores conservadores sempre defenderam  
17 sua perspectiva a partir do controle de  
18 algumas instituições, de forma singular a  
19 família, com um discurso de recuperação dos  
20 valores familiares, para manter as mulheres  
21 com terrível submissão. No entanto a família  
22 mudou, muitas mulheres nem sabem que são  
23 parte dessa luta feminista, pois são elas chefes  
24 de família, chefes das suas vidas.

25 O novo que vem se construindo, através  
26 de jovens mulheres, meninas que criam um  
27 novo tipo de feminismo, são criativas, bebem  
28 nas referências históricas, mas é uma geração  
29 que tem novas demandas. Isto se comprova  
30 com a análise do ano de dois mil e quinze  
31 quando jovens estudantes lutaram pelo não  
32 fechamento de suas escolas. Participaram  
33 de campanhas como : “Primeiro Assédio”, se  
34 solidarizaram com mulheres contra o PL 5069.

35 Precisamos refletir olhando para as  
36 mobilizações que aconteceram ao longo  
37 dos últimos 13 anos, iniciadas em 2013,  
38 incluindo a luta dos estudantes contra o  
39 Novo Ensino Médio. As ocupações mostraram  
40 que os espaços de debate e de construção  
41 da cidadania, com temas significativos, vão  
42 consolidando a resistência. Formando jovens  
43 lideranças, demonstrando que a luta educa. Nas  
44 nossas escolas o exercício das lutas construídas  
45 de forma coletiva, se bem orientadas, pode  
46 vir a estabelecer relações respeitadas entre  
47 meninas e meninos. A solidariedade feminista  
48 internacional é princípio de luta e organização  
49 das mulheres em torno do mundo. Isto se  
50 traduz no movimento contra o capitalismo

e o seu projeto neoliberal de precarização  
da vida, contra o patriarcado, o racismo.  
Entendemos ser necessário o rompimento  
com o autoritarismo, o conservadorismo e o  
fundamentalismo.

Nossa solidariedade com todo o povo  
palestino, de forma singular com as mulheres  
palestinas que resistem a segregação, ao  
cerco, a militarização, a ocupação genocida  
israelense contra o povo palestino. Nesse  
sentido nossa luta se estende ao mundo inteiro  
pelo direito à autodeterminação dos povos,  
para que possam decidir sobre o seu futuro  
em paz e na democracia. Saudamos o exemplo  
do povo cubano que sofre e resiste ao maior  
embargo econômico com consequências  
criminosas como os resultados dos apagões  
que comprometem a vida de recém nascidos  
e suas mães.

#### **FRENTE AOS DESAFIOS PROPOMOS:**

1. Consolidação de um espaço de debate permanente, desde o chão da escola, contribuindo para que a sociedade possa avançar para uma condição de vida humana para todas as mulheres, Defendemos que este trabalho de formação se fortaleça com a formação de quadros, qualificados para o debate e avaliação permanente.
2. A partir deste Congresso possamos assumir um papel libertário, na construção e fortalecimento de uma narrativa de mulheres em defesa da equidade como um direito democrático.
3. Que o CPERS crie uma **OUVIDORIA**, buscando garantir um espaço de escuta e encaminhamento, tendo como centralidade as que sofrem com a violência física, com a desvalorização econômica, social e política, construindo as condições para que sejam capazes de traçar um caminho novo, fortalecendo a categoria.

---

**Congressistas falamos aqui de uma luta que precisa ser coletiva.**

---

#### **LUTA ANTIRRACISTA**

A **luta antirracista** é o conjunto de

1 ações, reflexões e mobilizações voltadas para  
2 combater o racismo em todas as suas formas,  
3 individuais, institucionais e estruturais.  
4 Mais do que apenas rejeitar atitudes  
5 preconceituosas, ser antirracista significa agir  
6 ativamente para transformar as desigualdades  
7 históricas que afetam pessoas negras e outros  
8 grupos racializados.

9 O racismo não se manifesta apenas  
10 em insultos ou discriminações explícitas. Ele  
11 também aparece nas desigualdades de acesso  
12 à educação, ao mercado de trabalho, à saúde,  
13 à justiça e à representação política. Essas  
14 desigualdades são resultado de processos  
15 históricos, como a escravidão e a exclusão  
16 social que continuaram mesmo após sua  
17 abolição. Por isso, a luta antirracista busca  
18 reconhecer esse passado e enfrentar suas  
19 consequências no presente.

20 Diversos movimentos sociais,  
21 intelectuais e lideranças têm desempenhado  
22 papéis fundamentais nesse processo. No  
23 Brasil, organizações do movimento negro,  
24 pesquisadores, artistas e ativistas têm  
25 denunciado injustiças, valorizado a cultura  
26 afro-brasileira e reivindicado políticas públicas  
27 de igualdade racial, como ações afirmativas e  
28 educação antirracista.

29 A educação é uma das ferramentas  
30 mais importantes dessa luta. Ao promover  
31 o conhecimento sobre a história e a  
32 cultura africana e afro-brasileira, é possível  
33 desconstruir estereótipos e fortalecer o  
34 respeito à diversidade. Além disso, discutir o  
35 racismo de forma aberta ajuda a conscientizar  
36 a sociedade e a incentivar atitudes mais justas  
37 e inclusivas.

38 Ser antirracista também envolve atitudes  
39 no cotidiano: questionar piadas e comentários  
40 preconceituosos, apoiar iniciativas de  
41 igualdade racial, valorizar vozes negras e  
42 refletir sobre privilégios e desigualdades.  
43 Pequenas ações individuais, quando somadas,  
44 contribuem para mudanças coletivas.

45 Assim, a luta antirracista é um processo  
46 contínuo de transformação social. Seu  
47 objetivo é construir uma sociedade mais  
48 justa, onde todas as pessoas tenham as  
49 mesmas oportunidades, dignidade e respeito,  
50 independentemente de sua origem ou cor

da pele.

A **educação antirracista** é fundamental para construir uma sociedade mais justa, igualitária e respeitosa com a diversidade. Ela busca reconhecer, discutir e combater o racismo presente na sociedade, promovendo valores de respeito, igualdade e valorização das diferentes culturas.

Uma das principais importâncias da educação antirracista está na formação de cidadãos conscientes. Quando estudantes aprendem sobre a história da população negra, da África e das contribuições culturais, sociais e científicas de pessoas negras, eles passam a compreender melhor as origens das desigualdades raciais e a questionar preconceitos que muitas vezes são reproduzidos sem reflexão.

Além disso, a educação antirracista ajuda a combater estereótipos e preconceitos. Ao apresentar diferentes perspectivas e valorizar a diversidade cultural, a escola se torna um espaço onde todos os estudantes podem se reconhecer, sentir-se respeitados e desenvolver sua identidade de forma positiva.

Outro ponto importante é que esse tipo de educação contribui para reduzir desigualdades sociais. Ao promover debates sobre racismo e discriminação, a escola incentiva atitudes mais inclusivas e prepara os jovens para agir contra injustiças em diferentes espaços da sociedade.

A educação antirracista também fortalece a empatia e o respeito entre as pessoas, pois ensina que as diferenças fazem parte da riqueza da humanidade. Assim, ela não beneficia apenas estudantes negros, mas toda a sociedade, ao incentivar convivência baseada em respeito, dignidade e igualdade.

Portanto, investir em educação antirracista é essencial para transformar mentalidades, combater discriminações e construir um futuro em que todas as pessoas tenham as mesmas oportunidades e direitos.

Assim, a implementação da lei 10.639/23 é responsabilidade de todos, todas e todos os educadores, comprometidos com um futuro em que cada ser humano possa se realizar plenamente em todas as suas potencialidades.

1 **PLANO DE LUTAS:**

- 2 1. Seguir na luta pela revogação do Novo  
3 Ensino Médio bem como na luta contra o  
4 dito “Ensino Médio Gaúcho”.
- 5 2. Não dar trégua ao Governo Leite e seus  
6 ataques contra a Educação e o Povo  
7 gaúcho. Uma grande mobilização ainda  
8 precisa estar em nossa pauta de lutas.
- 9 3. Estar nas ruas e mobilizados é a única  
10 maneira de que tenhamos resultados  
11 concretos, tanto nos aspectos econômicos,  
12 políticos e organizativos. Reforça a  
13 combatividade da categoria.
- 14 4. As bandeiras da luta por nossa carreira,  
15 das contra reformas trabalhistas e  
16 previdenciárias, devem ser a cada dia  
17 cobradas e reivindicadas nas nossas  
18 manifestações;
- 19 5. Exigir do governos concurso para  
20 funcionários de escola e o fim da  
21 terceirização;
- 22 6. Exigir concurso para professores(as) para  
23 toda as disciplinas;
- 24 7. Uma luta imprescindível, é a retomada da  
25 gestão democrática das escolas, a qual foi  
25 extinta pelos últimos governos neoliberais;
- 27 8. Fazer a luta real na defesa dos funcionários,  
28 abandonados pelo governo e pela direção  
29 do Cpers.
- 30 9. Contra a privatização das escolas públicas,  
31 sob gerência direta de terceiros tanto da  
32 parte física como pedagógica.
- 33 10. Mobilizar os trabalhadores em educação,  
34 contra as ações neoliberais e fascistas na  
35 educação, bem como estar próximo aos  
36 trabalhadores para promover ações para  
37 demonstrar os ataques do imperialismo à  
38 soberania dos povos.
- 39 11. Os ataques a Cuba Socialista é um ataque  
40 àqueles que investem em cultura, saúde  
41 e educação, são ataques à liberdade.  
42 Portanto, um ataque ao conhecimento,  
43 à educação universal. Uma retomada ao  
44 obscurantismo.
- 45 12. Fora Lemann da Educação. Fora Unibanco,  
46 Itaú, e consórcios.

47  
48  
49  
50



**CPERS** CUT  
CN E

**XII**  
CONGRESSO  
DO CPERS

AVANTE, EDUCADORAS(ES):  
EXIGIR NOSSOS DIREITOS  
É ENSINAR DEMOCRACIA.